

# Em Perspectiva

Revista discente do PPGH/UFC



Número 1 - Volume 1 - 2015  
Fortaleza / Ceará / Brasil

*Imagem: The long unmeasured pulse of time- Petricor*



**Editor Chefe:** Francisco Régis Lopes Ramos - Doutor e professor do PPGH/UFC

**Editor responsável:** Gil Eduardo de Albuquerque Macedo - doutorando do PPGH/UFC

## Conselho Editorial

Antonia Márcia Nogueira Pedroza - doutoranda do PPGH/UFC

Elane Cristina Rodrigues Gomes - doutoranda do PPGH/UFC

Francisco Pedro Trigueiro - mestrando PPGH/UFC

Gilberto Gilvan Souza Oliveira - mestrando do PPGH/UFC

Gabriel Parente Nogueira - doutorando do PPGH/UFC

Gabriela Fernandes de Siqueira - doutoranda do PPGH/UFC

Kamillo Karol Ribeiro e Silva - doutorando do PPGH/UFC

Reginaldo Sousa Chaves - doutorando do PPGH/UFC

Robson William Potier - doutorando do PPGH/UFC

Tyego Franklim da Silva – mestre do PPGH/UFRN

Walter de Carvalho Braga Júnior -

doutorando do PPGH/UFC

## Conselho consultivo nacional

Adriano Comissoli -UPF

Alessandra Regina e S. Mafra-UNICAMP

Allyson Bruno Viana-UECE

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez-URCA

Ana Karine Martins Garcia-UFC

Ana Rita Fonteles Duarte-UFC

Antonio Edmilson M.Rodrigues -  
PUC/UERJ

Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho-UFC

Antonio Mauricio Dias da Costa-UFPA

Arnaldo Pinto Junior-Unicamp

Beatriz Gallotti Mamigonian-UFSC

Carlos Augusto de Castro Bastos-UFPA

Carmen Margarida Oliveira Alveal-UFRN

Clovis Jucá Neto-UFC

Darlan de Oliveira Reis Junior-URCA

Dilton Maynard-UFS

Edson Hely Silva-UFPE

Eunícia Barros Fernandes-PUC-Rio

Eurípedes Antônio Funes-UFC

Francisco Egberto de Melo-URCA

Jaison Castros Silva-IFPI

Janaina Guimarães da F. e Silva-UFPE

João Ernani Furtado Filho-UFC

Janaina Guimarães da F. e Silva-UFPE

Joel Carlos de Souza Andrade-UFRN

Jorge Henrique Maia Sampaio-UFC

José Evangelista Fagundes-UFRN

Kênia Sousa Rios-UFC

Luis Junior Costa Saraiva-UFPA

Marcio Couto Henrique-UFPA

Maria Emília MonteiroPorto-UFRN

Mônica da Silva Ribeiro- UFRRJ

Muirakytan Macedo-UFRN/CERES-Caicó

Raimundo Pereira Alencar Arrais-UFRN

Rodrigo Ceballos-UFCG

Simeia de Nazaré Lopes-UFPA

Tacito Thadeu Leite Rolim-UECE

Taissa Taverna de Luca-UEPA

Tatiana Silva Poggide Figueiredo-UFF



## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	4
<b>Usos do passado:</b> entre a censura e a representação no cinema brasileiro Meize Regina de Lucena Lucas (Universidade Federal do Ceará) .....	7
<b>Rituais manuscritos:</b> cura, benzedura e performances rituais entre imigrantes alemães no sul do Brasil Natacha Klein Käfer (Freie Universität Berlin).....	27
<b>O Diretório em Pernambuco no século XIX:</b> Instrumento de “pacificação” dos “índios brabos” no submédio São Francisco Carlos Fernando dos Santos Júnior (Universidade Federal de Pernambuco) .....	53
<b>Voltando a cena:</b> a maçonaria pernambucana e o fim do Estado Novo Augusto César Acioly Paz Silva (Universidade Federal de Pernambuco).....	81
<b>Sergio Ramírez, escritor e político, e o contexto político-cultural nicaraguense e centro-americano na segunda metade do século XX</b> Fred Maciel (FCHS-Unesp/campus Franca).....	103
<b>Os limites da sexualidade masculina no discurso médico e nos romances para homens da passagem do século XIX para o XX</b> Fernanda Cássia dos Santos (Universidade Federal do Paraná) .....	136
<b>Um olhar sobre a História Regional e Local:</b> o rol de equipagens e a política governamental no vale do São Francisco Pablo Michel Magalhães (Universidade Estadual de Feira de Santana) .....	152



**Diálogos anti-foucaultianos sobre a tentativa de apagamento do autor  
na França da época moderna**

Thayenne Roberta Nascimento Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro) ..... 172

**Memória e História Oral:**

elementos para a história dos transportes rodoviários no Brasil

Elvis Patrik Katz (Universidade Federal do Rio Grande) ..... 191

**Resenhas**

**Para entender o Islã Político**

Ibrahim Abu-Rabi (org.)

Felipe Yera Barchi (Universidade Estadual de São Paulo) ..... 208

**A cultura no mundo líquido Moderno**

Zygmunt Bauman

José Fernando Saroba Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)..... 214

**Entrevista**

**Entrevista com o prof. Dr. Francesco Tiradritti**

Università Degli Studi Di Enna “Kore”

por Keidy Narely Costa Matias (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)..... 219



## **Apresentação**

Idealizado em março de 2015, o periódico *Em Perspectiva* é fruto da iniciativa dos discentes e docentes do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará. Com a finalidade de criar um espaço para publicações acadêmicas, o compromisso social e intelectual assumido pelos editores é o de fomentar a circulação de artigos, resenhas e entrevistas que possuam relação com História Social, área de concentração do PPGH-UFC.

Imbuídos com tal pretensão, pensar as possibilidades para uma história social passou a ser fundamental para uma reflexão de seus alcances, de sua relevância, assim como sua relação com outras áreas de saberes. Afinal, o que define a História Social, quais seus limites? Talvez não nos seja pertinente uma resposta, ou mesmo possível. Por isso, a necessidade de uma postura historiográfica que ponha em confluência sua relação com a memória, o tempo, o trabalho, a cultura e as relações de poder, sem que se estabeleça um plano de orientação hierárquico entre tais elementos. Pôr em perspectiva é sempre um abrir espaços, um redimensionamento do saber histórico, cujo limite já não é o passado como fim em si, mas seu desdobrar-se nas diversas instâncias do tempo.

Os dez artigos aqui reunidos, assim como as duas resenhas e a entrevista, são exemplares desse esforço, tratam em diferentes espacialidades e temporalidades as representações sociais e os processos de apropriação dos saberes pelos seus agentes históricos.

De acordo com nossa proposta, informamos que os trabalhos que compreendem nossa primeira edição, submetidos e avaliados por um rigoroso conselho consultivo, foram elaborados por professores doutores, doutorandos, mestrandos e graduados de diferentes instituições públicas e privadas brasileiras. Cabe salientarmos que recebemos contribuições de pesquisadores com vínculos institucionais diversos, a saber: Universidade Federal do Ceará (UFC); Freie Universität Berlin (FUB); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Federal do Sergipe (UFS); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-Rio); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Universidade Nova Lisboa (UNL); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



O primeiro artigo do nosso volume foi escrito por Meize Regina de Lucena Lucas, *Usos do passado: entre a censura e a representação no cinema brasileiro*, texto que aborda a censura cinematográfica no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. No artigo seguinte, *Rituais manuscritos: cura, benzedura e performances rituais entre imigrantes alemães no sul do Brasil*, Natacha Klein Käfer investiga as práticas religiosas de um vilarejo de colonização alemã, atualmente situado na cidade de Salvador do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. No artigo escrito por Carlos Fernando dos Santos Júnior, *O Diretório em Pernambuco no século XIX: Instrumento de “pacificação” dos “índios brabos” no submédio São Francisco*, podemos ter contato com um estudo que investiga a aplicação do Diretório dos Índios de Pernambuco para as populações indígenas na Região do Submédio São Francisco e nas áreas das bacias dos rios Moxotó e Pajeú.

Em *Voltando a cena: a maçonaria pernambucana e o fim do Estado Novo*, Augusto César Acioly Paz Silva discute as estratégias de atuação e a maneira como os maçons pernambucanos, a partir do final do Estado Novo, inseriram-se nos debates e nas ações políticas do período pós-Estado Novo. O texto escrito por Fred Maciel, *Sergio Ramírez, escritor e político, e o contexto político-cultural nicaraguense e centro-americano na segunda metade do século XX*, analisa a obra e a atuação do intelectual nicaraguense Sergio Ramírez (1942-), buscando elucidar a existência e a permanência de uma cultura política sandinista. Já Fernanda Cássia dos Santos, autora de *Os limites da sexualidade masculina no discurso médico e nos romances para homens da passagem do século XIX para o XX*, recorre a uma análise de exemplares de “romance para homens” afim de compreender de que formas foram impostas limitações ao exercício da sexualidade masculina na passagem do século XIX para o XX.

Em *Um olhar sobre a História Regional e Local: o rol de equipagens e a política governamental no vale do São Francisco*, Pablo Michel Magalhães toma como objeto de análise as atividades de remeiros na hidrovia, no período de início do governo Vargas, para entender a relação entre as navegações no Rio São Francisco e o Estado brasileiro. Já o artigo de Thayenne Roberta Nascimento Paiva, *Diálogos anti-foucaultianos sobre a tentativa de apagamento do autor na França da época moderna*, aborda o surgimento da noção de propriedade literária e dos direitos de autor na França do século XVIII. Em *Memória e História Oral: elementos para a história dos transportes rodoviários no Brasil*, Elvis Patrik Katz dedica-se a pensar a escrita da história do transporte rodoviário no Brasil, dando especial atenção para os usos da História Oral e da Memória como fontes de análise.



O primeiro volume oferece ainda duas resenhas: uma sobre *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político* organizado por Ibrahim Abu-rabi, resenha escrita por Felipe Yera Barchi; e outra sobre *A cultura no mundo líquido Moderno* de Zygmunt Bauman, escrita por José Fernando Saroba Monteiro.

Por fim, apresentamos uma instigante entrevista realizada por Keidy Narely Costa Matias com o prof. Dr. Francesco Tiradritti, um dos principais egiptólogos italianos.

Em nome de todos os membros do Conselho Editorial, agradecemos o inestimável apoio de todos os membros do Conselho Consultivo pelo compromisso e dedicação.

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo



## **Usos do passado: entre a censura e a representação no cinema brasileiro<sup>1</sup>**

Meize Regina de Lucena Lucas<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 15/01/2016

Artigo aceito em: 25/01/2016

### **RESUMO**

O presente texto examina a edificação do estádio municipal Francisco Rocha Pires, inserida dentro de um processo de modernização urbana, ocorrido na cidade de Jacobina em meados da década de 1950. Ao lado da inauguração da nova paisagem e forma urbana – com a pavimentação de ruas, abertura de uma extensa avenida, da implantação do serviço de água encanada, de esgoto, de limpeza urbana e ampliação do sistema de produção de energia elétrica – que era materializada nos logradouros centrais da urbe, configurando num processo modernização parcial, seletivo e excludente, destacamos a construção do estádio municipal. Com esse espaço, era instituído no mapa urbano um ambiente de lazer e prática de esportes – obra que consideramos enquanto estratégica para a forma de vida urbana que buscava-se imprimir na cidade naquele contexto.

**Palavras-chave:** Censura; cinema; ditadura; história.

### **Uses of the past: between Censorship and representation in Brazilian cinema**

### **ABSTRACT**

This article discusses film censorship exercised in Brazil during the civil-military dictatorship (1964-1985), based on two selected sets of films: the first one with historical themes and other formed by Brazilian documentaries. The focus is on censorship processes belonging to DCDP file (Division of Censorship and Public Entertainment) located at the National Archives in Brasília. It is proposed to analyze the reading keys put into action by the censors and the visuality intended to shape by means of classification, prohibition, hierarchy and release of film footage.

**KEYWORDS:** Censorship; cinema; dictatorship; history.

<sup>1</sup> Publicado originalmente no livro *Historians as Engaged Intellectuals* da série *Making Sense of History* (no prelo).

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado em Cinema - Université Paris III (2004) (bolsa-sanduíche) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Tem pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (UNB) e pela Universidade de Groningen (Holanda). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará. E-mail: meizelucas@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0794377504173120>.





Este artigo tem como ponto de partida o estudo da censura cinematográfica no Brasil entre 1964 e 1985, período que corresponde à ditadura civil-militar no Brasil. A importância da discussão reside em três pontos. Primeiro, o papel que a censura desempenha em regimes de exceção; segundo, os fundamentos históricos, sociais e políticos que legitimam a ação censória; e, por fim, o controle das representações históricas. Afinal, o que é reconhecido pela sociedade como história fundamenta a práxis da ação humana segundo os significados e sentidos que se produzem nessa mesma práxis<sup>3</sup>.

Uma característica das ditaduras é o controle do passado e de suas representações. Logo, a história torna-se um campo de embates. A escola é um dos primeiros lugares que sofrem a ação do Estado por meio do domínio dos livros didáticos, dos conteúdos transmitidos e das metodologias de ensino. Mas a cultura histórica, com seus conceitos, narrativas e imagens<sup>4</sup>, dissemina-se por meios diversos, como os filmes. Daí a imperiosa necessidade do Estado de imprimir sua autoridade sobre os conteúdos, conceitos e ideias históricas presentes nas películas. Este mesmo poder da imagem (e da história) atrai os realizadores e mobiliza suas criações.

Naquele momento específico, ao lado da grande quantidade de salas de exibição comercial cresce no país o número de festivais cinematográficos, cineclubes (especialmente no meio universitário, este em franca expansão) e cinematecas, com destaque para as de São Paulo e do Rio de Janeiro. A televisão é um caso à parte, pois realizava pela primeira vez a integração do imenso território nacional por meio da imagem, adentrando em massa os lares brasileiros. Por outro lado, a produção cinematográfica se expandia (com destaque para a documentária), a partir da introdução de equipamentos mais baratos e fáceis de manusear e do fomento do Estado por meio do INC (Instituto Nacional de Cinema) e da Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes). Ambas foram criadas pelo governo federal em 1966 e 1969, respectivamente. O INC foi responsável pelo incremento da produção dita “cultural”

<sup>3</sup> RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

<sup>4</sup> SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Segundo Simon Schama, em sua obra *Paisagem e memória*, a paisagem é uma obra da mente na medida que o homem, com suas categorias, produz representações que guiam a percepção deste em relação à natureza. Esta se forma com camadas de lembranças e estratos de rocha. O “real” e suas representações compõem sentidos e significados da natureza, a partir de imagens elaboradas pelos pintores, fotógrafos e escritores. Estes últimos seriam aqueles que “pintam com palavras”.



(documentários, principalmente, e filmes com temas históricos e da arte brasileira) e a Embrafilme pela produção e distribuição de filmes comerciais. A grande rede de circulação de filmes e a produção nacional levaram ao reforço e aperfeiçoamento do controle das imagens pelo Estado. Este foi um período de reformulação da estrutura de funcionamento da censura, que acompanhou a modernização burocrática de mesmo Estado<sup>5</sup>.

Na leitura dos processos de censura compreende-se que a representação do passado, distante ou próximo, era uma preocupação presente no parecer dos censores. Logo, a história constituía um problema que ultrapassava largamente as fronteiras da escola. Por sua vez, os realizadores, assim como os demais intelectuais e acadêmicos, exploraram largamente a história para pensar e problematizar o país.

Se os filmes, assim como revistas, jornais, livros, peças de teatro, estavam sob estreito controle, o mesmo pode ser dito daqueles que os produziam:

It is important to realise that when the aim is to control the past, the censor actually attaches importance to both professional and non-professional producers of history, and to interpretations of the past in either written, spoken or visual form. Indeed, the report shows that popular history is as much a target of censorship as academic history, and probably even more so. Therefore, a flexible definition of the term “historian” is certainly necessary<sup>6</sup>.

A ação censória esteve combinada ao controle, vigilância e, muitas vezes, prisão dos intelectuais brasileiros, o que incluiu os cineastas, em boa parte oriundos dos movimentos políticos universitários.

A centralidade de temas consagrados pela historiografia no desenvolvimento das narrativas e enredos cinematográficos foi o critério adotado para nortear a escolha dos processos a serem analisados. Dois conjuntos se destacam: o dos filmes estrangeiros e o das produções documentárias nacionais, por se entender que a censura incidia sobre os conteúdos

---

<sup>5</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público* – um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

<sup>6</sup> The organisation of oblivion: persecuted and censored historians in Africa, Asia and Latin America, in 18<sup>th</sup> International Congress of Historical Sciences, Montreal, 1995, p. 2.



históricos e suas representações e igualmente sobre as ideias e conceitos presentes nas narrativas cinematográficas.

Os pareceres revelam não só uma grande preocupação com as imagens em circulação, mas uma sofisticação no uso das categorias de análise fílmica e das questões históricas presentes no filme. As possíveis analogias ou homologias entre o Brasil e outras sociedades foram estreitamente vigiadas, o que põe em relevo como o controle do passado pelo Estado era central para a manutenção da unidade social. Para os realizadores brasileiros, deslocar a câmara para o passado ou para o interior do país – território distante da modernidade e da urbanidade dos grandes centros – era uma forma de provocar uma fissura, um rasgo<sup>7</sup> na imagem de uma sociedade homogênea, coesa e irmanada pelos mesmos princípios e ideais.

### **Brasil: um caso de uma cultura censória?**

Iniciada no dia primeiro de abril de 1964, a partir de um golpe desferido por setores das Forças Armadas com apoio de parte significativa da sociedade civil, bem como grupos financeiros, industriais, grandes proprietários de terra e setores da igreja católica, a ditadura civil-militar se estendeu no Brasil até 1985.

Para se manterem, as ditaduras recorrem tradicionalmente a duas instâncias de poder: a violência e a cultura. No primeiro caso, há a construção de um inimigo comum contra o qual lutar e manter vigilância, o que implica a perda das singularidades dos diferentes grupos de oposição e a mobilização de medos e temores presentes no imaginário. A partir do segundo, discursos e símbolos de unidade e coesão são construídos como contrapontos aos potenciais elementos de desagregação. Deles resultam modelos de conduta na vida ordinária que buscam dar o cimento necessário à afirmação, respaldo e consolidação da Nação e de seu Estado dirigente. Podemos inferir que deste cotidiano vivido e sentido forja-se em grande medida a legitimação do poder e os aliados ao projeto político em curso<sup>8</sup>.

Mas o proposto tem como seu par o interdito: conteúdos, imagens e palavras que são

---

<sup>7</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

<sup>8</sup> ECO, Umberto. *Construir o inimigo* – e outros escritos ocasionais. Lisboa: Gradiva, 2011; BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.



suprimidos e impedidos de circular pela ação censória. Em seus recortes, formas de classificar, ordenar, hierarquizar, a censura expressa o discurso da ordem.

No caso brasileiro, ao contrário do que se possa imaginar, a censura antecede em muitos anos a ditadura. Desde os primórdios da República, proclamada em 1889, a censura se constituiu como assunto de polícia e assim permaneceu nos anos seguintes. A urbanização dos grandes centros no início do século XX, em especial da capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, representou igualmente uma transformação nas formas de diversão e de ocupação do espaço. Impor uma ordem a este espaço foi prioritário para o governo: “ficaria a cargo da polícia tratar da lisura das transações empresariais, além da moralidade do espetáculo”<sup>9</sup>. Dessa forma, somava-se ao ato censório a função administrativa, que perduraria pelas décadas posteriores.

No caso específico do cinema, alvo da censura policial e da Igreja católica desde muito cedo, já em 1932 o governo brasileiro estabeleceu a nacionalização do serviço de censura cinematográfica<sup>10</sup>. Os certificados eram emitidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja comissão de censura era composta por um chefe de polícia, um juiz de menores, o diretor do Museu Nacional, um professor designado pelo referido Ministério e uma educadora. Segundo o decreto o cinema teria por função constituir elemento de formação educativa e cultural da sociedade.

O controle dessa produção, cujos objetivos estão presentes não só nas leis como também nas políticas de Estado<sup>11</sup>, permaneceu atrelado à esfera policial. O decreto-lei n. 8.462, de 26 de dezembro de 1945, por meio do art.1º criava no Departamento Federal de Segurança Pública o Serviço de Censura de Diversões Públicas, diretamente subordinado ao chefe de polícia.

O cunho político e moral das leis censórias permaneceu nas décadas seguintes. Logo, o modelo censório desenvolvido no Brasil não pode ser pensado fora dessa referência

---

<sup>9</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.86. Essa característica permaneceu, visto os processos de censura cinematográfica serem compostos por pareceres dos censores e pela documentação burocrática dos filmes, a exemplo de comprovantes de taxa de importação e de pagamentos de impostos.

<sup>10</sup> Decreto n. 21.240 de 24 de abril de 1932.

<sup>11</sup> As primeiras políticas de proteção e incentivo à produção brasileira direcionaram-se ao filme de não ficção. Cabe lembrar ainda a criação do INCE (Instituto Nacional do Cinema Educativo) em 1936. Ao longo de trinta anos, o instituto realizou mais de quatrocentos filmes entre curtas e médias-metragens.



temporal mais larga em que o pensamento católico e a perspectiva policialesca de repressão pautavam e legitimavam a ação censória.

Ao mesmo tempo não se pode perder de vista a especificidade da censura durante a ditadura. Os parâmetros adotados para liberar, interditar, classificar e cortar cenas e os funcionários que exerciam a função de censores eram anteriores ao golpe de 1964. No entanto, em 1966 o governo decide centralizar a censura na capital do país, Brasília, em seguida passa a exigir formação universitária para o ingresso no serviço de censura e dá início a cursos de capacitação. E em 1972 foi instalada a DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), subordinada ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

Neste estudo duas constatações se destacam. A primeira diz respeito ao aperfeiçoamento da censura ao longo dos anos, sua associação com a ação policial e, principalmente, sua modernização no período ditatorial<sup>12</sup>.

A segunda constatação é concernente ao pensamento que direcionou as ações do Estado. Imprescindível analisar a Doutrina de Segurança Nacional<sup>13</sup> e a atuação da ESG (Escola Superior de Guerra), criada em 1949 com assistência técnica norte-americana e francesa, que vai “recepionar e teorizar a Doutrina de Segurança Nacional, fornecendo o conteúdo doutrinário e ideológico para a conquista e manutenção do poder em 1964”<sup>14</sup>. Além dos militares, público alvo primeiro e primordial da escola, segmentos civis, notadamente profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores universitários e dirigentes de órgãos públicos seguiram seus cursos que visavam treinar pessoas de alto nível para ocupar as funções de direção e planejamento da segurança nacional<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público*. Op. cit.

<sup>13</sup> A Doutrina de Segurança Nacional constituiu uma teoria e um pensamento cujo ponto de partida foi a revisão do conceito de “defesa nacional”. Esta tinha por fundamento a concepção tradicional de proteção de fronteiras em caso de eventual ataque externo. No final da década de 1950, a partir da bipolarização do mundo advinda da chamada “Guerra Fria”, houve um deslocamento da figura do inimigo. A preocupação do Estado passou a ser o “inimigo interno”, as “forças internas de agitação”, a “subversão interna”, ou seja, grupos e sujeitos que, segundo sua aceção, eram alinhados ao comunismo internacional e vistos como estando em franca oposição aos países democráticos. Desta forma, o controle crescente e absoluto em nome da manutenção da segurança nacional caracterizou o exercício do poder pelo Estado durante o período ditatorial. Seus princípios foram formulados na ESG (Escola Superior de Guerra) afinados com as diretrizes de segurança nacional elaborados pelos Estados Unidos da América.

<sup>14</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Militar e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

<sup>15</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.



Indivíduos que ocuparam cargos estratégicos ou que propuseram projetos fundamentais adotados pelo Estado foram formados nesta escola ou atuaram nela. Caso de alguns presidentes da República e de chefes do Serviço Nacional de Informação<sup>16</sup>. Dois dos objetos de estudo destes ideólogos são cruciais para compreender a censura: os escritos sobre moral e civismo e o conceito de guerra interna. O civismo pautava e propagava por diferentes canais, como a escola e os meios de comunicação, modelos de conduta, além de defender as instituições que, segundo a doutrina militar, integravam a Pátria, tais como Família, Escola, Justiça, Igrejas<sup>17</sup>, Forças Armadas. Com relação à guerra, pode-se aplicar ao caso brasileiro o conceito de guerra interna, total e permanente, pois a defesa do regime a partir de 1964 implicou desrespeito às leis, criação de legislação arbitrária, uso da força, adoção da vigilância constante.

A censura era uma ação articulada com instâncias governamentais, setores da sociedade civil e baseada em um pensamento que fundamentava a ideologia de Estado.

## Os trabalhos da censura

No Brasil, a censura era feita sobre todo e qualquer filme, independentemente de sua origem, nacional ou estrangeiro, e do circuito ao qual se destinava, salas comerciais, cineclubes, embaixadas, canais de televisão. Desta forma, podemos compreender a grandiosidade do fundo documental relativo à censura de filmes: mais de trinta e cinco mil processos. A apreciação de cada filme pelos censores visava à emissão de um selo de exibição para o cinema e outro distinto para a televisão. No caso dos filmes nacionais era necessário um terceiro selo para exportação e exibição no exterior.

---

<sup>16</sup> Presidentes: Humberto Castelo Branco (1964-1967; diretor de estudos da ESG), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974; chefe do SNI), João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985; chefe do SNI). General Golbery do Couto e Silva foi um dos principais ideólogos do regime, trabalhou na ESG, foi o idealizador do SNI (Sistema Nacional de Informação) e ocupou cargos estratégicos durante o regime como o de ministro-chefe da Casa Civil dos presidentes Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo.

<sup>17</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, “aspecto interessante e ainda não devidamente examinado é o da filiação religiosa dos militares do Exército. O velho exército imperial era totalmente católico. A influência positivista mudou radicalmente o panorama no período que vai da última década do Império até mais ou menos a terceira década da República, quando a quase totalidade dos oficiais que saem das Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo são materialistas. Começa então reação de volta ao catolicismo, que já predomina ao fim da década de 1930”, ver: CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p.201.



Na orquestração organizada a partir do Estado, à censura coube controlar as imagens de conflitos étnicos, socioeconômicos e religiosos, expressas na observância recorrente de temas e figuras sobre os quais tende a incidir maior prevenção, a exemplo da aparição de clérigos e manifestações de crenças afro-brasileiras, relações privadas à época definidas como entre brancos e negros, quebra de hierarquia entre patrões e empregados, ricos e pobres.

A complexidade da censura pode ser entendida ainda em outras vertentes, caso a ser aqui analisado: a importância da história e suas representações pelo cinema. Para pensar a questão histórica há que se considerar uma especificidade daqueles anos: a existência da Doutrina de Segurança Nacional e a sua operacionalização em diferentes esferas do poder.

Entre as preocupações que orientavam o trabalho dos censores, uma gerava profundo incômodo pela sua natureza: os filmes com enfoques históricos. Aqui duas categorias de filmes podem ser destacadas: os que situavam o enredo e a trama em tempos e contextos históricos do passado e aqueles que se referiam a acontecimentos consolidados pela historiografia.

Uma das chaves de leitura para compreender como os censores pautavam sua ação necessariamente passa pela propagação dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, a qual introduziu um novo vocabulário na política e nas Forças Armadas. Tradicionalmente, a guerra era concebida como uma forma de agressão externa combatida entre Estados, iniciada pela declaração de beligerância de um país a outro e que, por sua natureza, era limitada: seria a chamada guerra clássica ou convencional<sup>18</sup>. Mas os tempos então modernos traziam para dentro do país a subversão na forma de uma nova modalidade de guerra:

*Guerra Insurrecional*: conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo.

*Guerra Revolucionária*: conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação.

Uma das principais ou a principal arma neste combate era a estratégia psicossocial. De um lado, os comunistas buscariam, segundo a ESG, solapar a ideia de autoridade e de unidade nacional; do outro, a Escola apregoava como válido o uso de todos os meios e de todas as

<sup>18</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Op. cit.





instituições sociais (família, escola, igreja, sindicato, meios de comunicação) para combater este inimigo interno. Dessa forma, o comunismo, mais do que uma ideologia inscrita em livros e textos de viés marxista, enraizava-se, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, no comportamento dos sujeitos tornando-os pouco afeitos à perpetuação das instituições e manutenção dos papéis sociais.

Paralela a estas concepções, a censura controlava rigidamente toda e qualquer representação das referidas instituições sociais. Mas o que fazer em relação aos filmes baseados em fatos históricos e dos quais não é possível se furtar a sua representação?

*Queimada* (Inglaterra, 1969) apresenta a história de um mercenário inglês enviado a uma colônia portuguesa no Caribe com o intuito de provocar uma rebelião entre os escravos e assim favorecer os negócios da Inglaterra. *Sacco e Vanzetti* (Itália, 1971) enfoca o caso real do julgamento de dois imigrantes italianos acusados de assassinato em 1920 nos Estados Unidos. A motivação da acusação e da condenação, que os levou à execução em 1927, foi baseada no fato de que eram estrangeiros e anarquistas, concepção que ia ao encontro do conservadorismo norte-americano. O resultado do julgamento provocou inúmeras reações contrárias, pois as provas corroboravam a tese da inocência de ambos.

O filme *Queimada*, como de praxe, foi avaliado por três censores em fevereiro de 1971, cada um julgando-o de maneira distinta: aprovação, interdição e aprovação com encaminhamento para consideração superior. Este último posicionamento era recorrente, principalmente em casos de enredos que enfocavam situações de guerra, guerrilha, conflitos sociais, greves, organização sindical. A história de um povo dominado e subdesenvolvido que passa do domínio português para o inglês e que tem uma revolta liderada por um nativo levantava dois tipos de argumento: as qualidades do filme que teria “méritos inestimáveis” e a possibilidade de que o filme levantasse um paralelo com a situação brasileira. Domínio por outro país e subdesenvolvimento eram palavras oriundas do vocabulário das Ciências Sociais que nas décadas de 1960 e 1970 tornaram-se correntes na imprensa, na crítica e no jargão político. Um dos censores, numa análise bem acurada e fundamentada do filme, lembra que seu diretor Gillo Pontecorvo já tinha tido um filme interdito, *A batalha de Argel* (Itália/França, 1966), em setembro de 1968, pois o filme sugeria a “prática de crimes contra a





Segurança Nacional”<sup>19</sup>. O filme proibido ao público foi, no entanto, usado em vários cursos ministrados na Polícia Militar de diferentes cidades, Academia Nacional de Polícia e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais<sup>20</sup>.

No processo do filme apreendido para revisão em 20 de junho de 1973 por determinação do general Antônio Bandeira, então diretor do Departamento de Polícia Federal, consta uma carta enviada ao delegado Oresto Mannarin, chefe da Turma de Censura da Delegacia Regional da Guanabara. Nela seu autor retoma argumentos e apresenta novos elementos para avaliar a película. As técnicas fílmicas empregadas no filme passaram a ser consideradas um problema, pois permitiam uma melhor dominação psicossocial:

A qualidade do filme e a notável interpretação dos atores, a linguagem simples e o seu espírito revolucionário, dão a este um conteúdo fácil de ser explorado, na doutrinação dos menos avisados, o que realmente já vem ocorrendo. A sonoplastia perfeita, o colorido bem trabalhado e voltado para as técnicas da psicodinâmica das cores fortalece o argumento<sup>21</sup>.

Este é um ponto relevante, pois os censores consideravam os filmes plasticamente bem realizados e de linguagem naturalista mais danosos do que os que recorriam a alegorias e parábolas, já que os primeiros seriam de mais fácil compreensão. Este era o caso de *Terra em transe* (1967), do diretor brasileiro Glauber Rocha. Na fictícia Eldorado, o diretor representa as diferentes tendências políticas do país metaforizadas em seus personagens. O tom alegórico, sua linguagem e enredo, afastariam o público de saída tendo, portanto, um apelo e penetração menores.

Poucos meses depois, *Queimada* entra para a lista das interdições. Dos três censores, dois votam pela sua não liberação, mas ele só seria liberado em 9 de dezembro de 1979 em votação unânime do Conselho Superior de Censura<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Fundo de Censura de Diversões Públicas, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Caixa 566.

<sup>20</sup> O uso em cursos de filmes interditados era frequente. O comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército solicitou em 14 de fevereiro de 1975, além de *Batalha de Argel*, os títulos *Z*, *Sacco e Vanzetti*, *Seara Vermelha*, *Che Guevara*, *Boinas Verdes*, *Operação França*. O filme de Pontecorvo só seria liberado em 1981 para maiores de 18 anos.

<sup>21</sup> Fundo de Censura de Diversões Públicas, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Caixa 96.

<sup>22</sup> Apesar de criado em 1968, só foi instituído onze anos depois, Decreto 83.973, de 13 de setembro de 1979.



O fato de a trama se referir ao período colonial, ou seja, a um tempo pretérito, indica que os chamados filmes históricos constituíam um problema específico. No caso em questão, temos uma obra romanceada. O elemento histórico é fundamental ao desenvolvimento do enredo, pois a rebelião se encontra relacionada a uma determinada situação passível de ser localizada no tempo e no espaço, no caso colônias escravistas em pleno período de industrialização. Mas e no caso de filmes baseados em fatos verídicos, caso de *Sacco e Vanzetti*?

O parecer de 25/10/1972, assinado por dois censores, definiu sua classificação etária para maiores de 18 anos, sem cortes, em virtude das cenas de violência, e apontaram sua mensagem positiva “na medida em que pretende a união dos povos e a liberdade sem fronteiras”. Ressaltam que, por tratar de “fatos históricos irrefutáveis”, o filme deve ser liberado apesar de mostrar uma fase degradante da justiça americana.

Após sua apreensão, em 1973, foi submetido à avaliação de três censores que deliberaram pela manutenção do certificado concedido. O distanciamento temporal cujas conotações políticas se ateriam ao período dos anos 1920 e ao sistema americano, o fato de que os Estados Unidos teriam aperfeiçoado seu sistema de justiça e a ausência de referências marxistas justificariam sua liberação.

Provoca revolta apenas contra a injustiça clamorosa havida no julgamento (...) que se pode estender a outros da mesma natureza, mas nunca fazer um paralelo entre tal situação e a de nosso país, vivendo sob um regime pautado nos ideais de justiça social. Não há pregações marxistas, as existentes estão muito mais dentro do espírito do anarquismo e do radicalismo, esta, doutrina...

Trata-se de película valiosíssima como aula prática de direito, porém, bastante perigosa pelo espírito de revolta que provoca no espectador contra os órgãos da justiça nos EUA. Entretanto, considerando-se que o fato passou-se há mais de trinta anos e não havendo conotações com a realidade brasileira...<sup>23</sup>.

Os pareceres foram submetidos à consideração superior e a decisão final foi na direção oposta: o filme permaneceu interditado até 1979, apesar da veracidade dos fatos, como ressaltado pelos censores. Mas é necessário levantar uma hipótese sobre sua interdição. Num momento em que as figuras de autoridade com seus sistemas e instituições eram colocadas

<sup>23</sup> Fundo de Censura de Diversões Públicas, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Caixa 407.



acima dos cidadãos, pois responsáveis por sua salvaguarda, seria temeroso permitir a exposição de suas falhas e, principalmente, de erros deliberados. E retomando o que foi exposto no início deste tópico, a Doutrina de Segurança Nacional tinha como foco, pretensamente, tornar a nação una, indivisa e, principalmente, homogênea. O caso de Sacco e Vanzetti era uma história situável no tempo e no espaço, os Estados Unidos dos anos 1920, mas constituía igualmente uma reflexão sobre a intolerância com o diferente.

## História(s) do tempo presente

Os movimentos políticos próximos ou do presente eram igualmente alvo de preocupações.

O filme do diretor Elio Petri, *A classe operária vai ao paraíso* (Itália, 1971), foca a história de um operário padrão que ao longo do filme questiona seus valores e os da sociedade em que vive, a Itália dos anos 1970. A produção recebeu parecer pela interdição, mas acabou sendo liberado com cortes para maiores de 18 anos. Teve-se por base para tal classificação o julgamento de que a “vida familiar, irregular, contribui no contexto de suas decisões equivocadas”, no caso, apoiar a greve e o movimento dos trabalhadores. Assim, sua revolta, “quebra de hierarquia” e indisciplina repentinas são relacionadas ao “comunismo”, aos “estudantes profissionais” e a sua condição de homem separado que mantém relação com mãe solteira<sup>24</sup>. A avaliação do operário torna indissociáveis os perfis político e moral.

Ao mesmo tempo a complexidade de *A classe operária vai ao paraíso* parecia gerar a possibilidade de uma interpretação dúbia. Um dos censores chega mesmo a considerar a mensagem confusa, pois o próprio personagem não consegue se decidir por um posicionamento político claro e suas transformações são muitas ao longo do filme. Há ainda a figura do “estudante profissional” que mantém uma relação tensa com os operários<sup>25</sup>. Isto seria bom ou mau de ser mostrado? Optou-se pela ausência de sua representação.

*Desaparecido* (Missing, EUA, 1982), do diretor Constantin Costa-Gavras, que trata da busca por um pai e uma esposa de um jovem norte-americano desaparecido durante a ditadura

<sup>24</sup> Fundo de Censura de Diversões Públicas, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Caixa 508.

<sup>25</sup> O movimento estudantil constituiu um dos principais focos de repressão e controle pelo Estado.



chilena, foi avaliado por sete censores (o padrão eram três), que tinham em mente duas preocupações: o estabelecimento de um possível paralelo com o Brasil e o que fazer com as referências existentes nos diálogos a torturadores brasileiros. O filme termina por ser liberado para maiores de 18 anos com cortes, pois reconhecem que o golpe de Estado foi fartamente noticiado na imprensa, logo sendo de amplo conhecimento. Mas, concomitantemente, a falta de distância temporal ainda não levava os historiadores a pesquisar o tema, logo as referências ao Brasil seriam meras “suposições” segundo a apreciação dos censores. No entanto, estas foram cortadas<sup>26</sup>.

## **Brasil em tela**

A produção de filmes que tratassem de temas históricos e culturais do país receberam fortes incentivos do Estado por meio de financiamentos. Mas mesmo esta produção não esteve livre de cortes e interdições, fossem ficções ou documentários.

O foco presente serão os filmes documentários em virtude do conceito de história por eles trabalhados e por ter sido este, os anos de 1960, momento de constituição de um cinema documentário brasileiro com uma proposta política e estética baseada na realidade do país. A existência de equipamentos mais leves, fáceis de manusear, baratos e o uso do som sincrônico permitiram ver paisagens e locais bem como ouvir pessoas ausentes do cinema nacional.

A existência de uma linguagem cinematográfica a partir da qual os realizadores buscam subverter a lógica dos gêneros (documentário/ficção, drama/comédia, por exemplo) também definiram a escolha pelos filmes documentários. Pois os anos de 1960 foram de extrema pesquisa e experimentação no cinema nacional e em que barreiras entre a ficção e o documentário foram pensadas e deslocadas.

Um terceiro elemento ainda define a escolha: a repressão feita a uma produção documentária logo às primeiras horas do golpe. Desta forma, cai por terra a ideia de que a produção ficcional era mais controlada devido ao seu maior alcance. Creio que a questão deve se ater aos objetivos específicos de controle para as diferentes produções.

---

<sup>26</sup> Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Série “Censura prévia”. Subsérie: “Programação cinematográfica”. Caixa 68.



Neste percurso, a análise da ação censória durante a ditadura deve se distanciar para o passado a fim de compreender a constituição de alguns de seus mecanismos de funcionamento.

Até 1988, quando a censura foi abolida, continuou sendo adotada como principal legislação para a atuação censória a Constituição de 1946, paradoxalmente elaborada após o fim do Estado Novo (1937-1945). Nos anos seguintes, uma série de leis foi incluída de forma a se ajustar às novas diretrizes dadas pelo governo, mas as leis de 1946 continuaram a ser a base de atuação dos censores como se pode inferir a partir das justificativas presentes nos pareceres e na publicação de 1971, *Censura Federal*, que reunia leis, decretos-leis, decretos e regulamentos relativos a essa atividade.

Às mudanças jurídicas somou-se o aperfeiçoamento dos censores. Os pareceres passaram a ter uma maior qualidade textual. Os textos tornaram-se mais complexos, por vezes longos, apresentando detalhes sobre a filmografia de alguns diretores, adotando vocábulos próprios da crítica e da teoria cinematográficas. Muitos constroem documentos que apresentam argumentações e avaliações dos filmes em referência à cinematografia e ao momento social e histórico do Brasil (e, por vezes, mundial).

Os filmes nacionais poderiam ser submetidos a três certificados distintos: os de exibição no cinema e na televisão e o de exportação, cada um com a validade de cinco anos. Cabia ainda o pedido de revisão da classificação de um filme após sua classificação original, geralmente solicitada pelo diretor ou pelo produtor.

No caso do cinema nacional, neste momento, a atuação da censura ia além da ação de interditar, liberar, classificar ou cortar cenas. Desde meados dos anos de 1950 a cultura cinematográfica operou uma profunda modificação pautada pela ideia de que o cinema, no Brasil, deveria ter uma função política. Sua estética deveria se “descolar” da americana e mesmo da europeia. O cinema deveria ter uma nova estética e fundamentar-se numa ética: o homem (e sua realidade) ausente das telas deveria ter imagem e voz, e o diretor assumir claramente um ponto de vista sobre a sociedade. A sua escolha sobre o que e como filmar definia uma posição política.

Desta forma, o cineasta, ao posicionar sua câmera perante o mundo, forjava uma forma própria de olhar, pensar, questionar e representar o país. Sua inserção na sociedade se



dava pelo ato de filmar e transformar os elementos capturados pela câmera em dados sensíveis. Logo, censurar representava uma ação dirigida ao campo intelectual brasileiro.

Os cineastas pensavam seu tempo por meio de seus filmes. E estes, por sua vez, constituíam matéria de reflexão em páginas de publicações de referência para os pensadores brasileiros, caso da *Revista Civilização Brasileira* e da *Revista Brasiliense*. Estas tiveram suas páginas ocupadas por textos de homens de cinema como Gustavo Dahl, Jean-Claude Bernardet e Alex Viany, os três críticos de cinema e realizadores, ao mesmo tempo em que sociólogos reconhecidos nacionalmente, como Octavio Ianni e Roberto Schwarz, debateram sobre a produção nacional. Logo, podemos reconhecer nestes homens de cinema intelectuais de seu tempo<sup>27</sup>.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.

A preocupação com o poder da imagem, por parte do Estado, pode ser avaliada a partir de um caso singular, mas cujo impacto repercutiu ao longo do tempo.

No dia 1º de abril de 1964, data do golpe de Estado, o exército empreendeu uma campanha pelo interior do estado de Pernambuco, mais precisamente no engenho Galileia, onde era rodado um filme sobre a trajetória do líder rural João Pedro Teixeira, assassinado no interior da Paraíba em 1962. Dirigido pelo jovem Eduardo Coutinho, o filme era uma realização do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE) que pretendia transformar o país por meio de produções teatrais, fílmicas, literárias. As filmagens eram realizadas com os camponeses locais, muitos dos quais atuantes no movimento das Ligas Camponesas, e Maria Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro. O exército estava atrás da equipe de filmagem e dos camponeses que atuavam em seus próprios papéis. A campanha logrou sucesso e alguns foram presos e outros passaram anos na cadeia

---

<sup>27</sup> SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 248.



do Recife. Parte do material filmado e dos equipamentos foi apreendida; outra foi escondida pelos próprios moradores e camponeses<sup>28</sup>.

A força repressiva dava mostras, em seus primeiros dias, de seu poder e alcance.

## Thomaz Farkas e o novo cinema documentário

*Viramundo*, do jovem diretor Geraldo Sarno, integrou com mais três títulos o projeto de Thomaz Farkas de filmar e representar nas telas realidades sociais estereotipadas, como o futebol e o cangaço, ou pouco conhecidas dos próprios brasileiros, como o cotidiano das favelas em torno da preparação para os desfiles de carnaval e o fenômeno da migração para São Paulo. *Subterrâneos do futebol*, de Maurice Capovilla, *Memória do cangaço*, de Paulo Gil Soares e *Nossa escola de samba*, de Manuel Horácio Gimenez foram os outros documentários do projeto exibidos inicialmente de forma isolada e depois reunidos num único longa-metragem intitulado *Brasil verdade*.

Estes foram os primeiros filmes feitos no país a utilizar o 16 mm e o som sincrônico conjuntamente, equipamentos leves e modernos que formaram a base técnica do cinema-direto na Europa, Canadá e Estados Unidos. Assim, pela primeira vez, migrantes pobres, moradores da favela, torcedores de futebol e ex-cangaceiros eram vistos e ouvidos em suas moradas. Este elemento ético e estético, bem como sua qualidade, foi responsável pela positiva repercussão à época. E, ainda hoje, constituem marcos na cinematografia nacional. Como todo filme exibido no país, passaram pelo crivo da censura. Todos os certificados tinham validade de cinco anos e eram necessários para exibição no país e para obter o direito de exportação. Entretanto, os processos estão incompletos, marca característica dos arquivos de regimes ditatoriais, o que não permite identificar a trajetória dos filmes pelos gabinetes dos censores<sup>29</sup>. Mas também não impede a reflexão sobre a ação censória.

---

<sup>28</sup> Em 1981, Eduardo Coutinho retomou as filmagens que duraram dois anos. Lançado em 1984, *Cabra marcado para morrer* conta a história da realização e da interrupção em 1964 do filme homônimo. A partir desse ponto, procura os participantes do filme e reconstrói suas trajetórias durante os anos da ditadura, centrando o filme na figura de Elizabeth Teixeira, cuja família fora desagregada com o golpe de Estado.

<sup>29</sup> DE BAETS, Antoon. *The organisation of oblivion: persecuted and censored historians in Africa, Asia and Latin America*, in 18<sup>th</sup> International Congress of Historical Sciences, Montreal, 1995.





*Viramundo* aborda a migração de camponeses empobrecidos para os grandes centros urbanos e os problemas enfrentados por essa população que irá compor a mão de obra das construtoras e fábricas, ambas em plena expansão na São Paulo dos anos de 1960. *Memória do cangaço* questiona a imagem do cangaceiro consagrada pelos estudos, como um sujeito violento e pouco afeito à ordem, por meio do contraponto realizado por um policial que perseguiu e matou cangaceiros, que tornara-se um poderoso proprietário de terras, e um ex-cangaceiro, homem pobre que perpetua sua condição de desvalido.

Segundo o Parecer 5412/77 de 13 de dezembro de 1977, ambos transmitiriam

conceitos deformados sobre a cultura de nosso país, comprometedoras à área político-social, quando da exploração de recursos usados pela coletividade, que padece, em vista do descaso imposto por autoridades competentes. Igualmente, a exposição de cenas, diálogos e situações aviltantes que apenas reforça a injusta imagem de país subdesenvolvido, agravada pelas personagens selecionadas, em alguns casos, os subalimentados, que, por consequências ambientais, tem que externar um nível cultural inferior<sup>30</sup>.

O parecer encerra com a negativa de sua liberação para exportação, pois os filmes contrariavam os interesses do país, o que conduziu a seu enquadramento no artigo 37 do decreto 20.493/46, que garantia a defesa de segurança nacional por meio do veto de filmes.

A face modernizadora e moderna do Brasil era questionada por um passado que se fazia presente. E o homem pobre - camponês, cangaceiro, pedreiro, operário - sem história tornava-se em sua presença, voz e imagem, um incômodo. O atraso, o subdesenvolvimento, o rural, “teimava” em voltar e assim chocava-se com as imagens de um país em progresso, urbano e industrializado propagadas pelo Estado.

As vozes e as imagens que se inscreviam pela primeira vez no écran representavam, ainda, uma ruptura na ordem e na unidade nacionais ao permitir “a estimulação ao extravasamento de sentimentos e paixões revoltantes, antes, impercebidos pelos homens do campo (mostrado através dos diálogos de protestos)”.

---

<sup>30</sup> Fundo de Censura de Diversões Públicas, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Caixa 167.





Posteriormente, eles seriam liberados. No entanto, o fundamental é compreender por meio dos documentos as preocupações do governo e da censura da época e as disputas em curso.

Os realizadores, Geraldo Sarno, Maurice Capovilla, Paulo Gil Soares e Manuel Horácio Gimenez, e o produtor Thomaz Farkas continuariam suas realizações nos anos seguintes. Inclusive abrindo nichos de trabalho em importantes centros universitários de pesquisa, caso do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) localizado na USP (Universidade de São Paulo), mas não sem percalços.

Farkas que em fins de 1968 passou a lecionar na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) concluiria em 1972 sua tese de doutorado, *Método do cinema-documentário*, uma reflexão sobre o lugar do documentário na compreensão dos problemas brasileiros. Esta, no entanto, só seria defendida em 1977.

O fotógrafo e produtor teria o mesmo destino de inúmeros professores durante a ditadura: a prisão e o afastamento de suas atividades na universidade. Sua demissão, justificada por abandono do cargo à época de seu cárcere, foi inviabilizada pela solidariedade de colegas que se revezaram na condução de suas aulas. Estes acontecimentos se inserem no quadro de perseguições políticas realizado nas universidades brasileiras que tiveram como alvo preferencial, no quadro docente, os militantes, os simpatizantes da esquerda e os que se opunham à ordem tradicional imperante no ensino universitário<sup>31</sup>.

Os embates em torno dos usos da história mobilizaram o governo pelo seu controle não só nas práticas escolares, como se depreende das análises dos processos de censura. Intelectuais, entre eles historiadores, sociólogos, filósofos e cineastas, caso aqui estudado, identificaram nas representações imagéticas e nas indagações a um saber histórico consolidado, a possibilidade de inscrever os filmes e o cinema como um lugar privilegiado de questionamento e disputas.

O passado distante ou próximo, a história nacional ou estrangeira, o herói pátrio ou a massa indistinta, foram cuidadosamente pensados pelos cineastas e igualmente observados

---

<sup>31</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 2014.



pelos censores que buscavam suprimir representações ou falas que pudessem provocar fissuras nas imagens de união e harmonia propagadas pelo Estado<sup>32</sup>.

## Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Militar e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DE BAETS, Antoon. *The organisation of oblivion: persecuted and censored historians in Africa, Asia and Latin America*, in 18<sup>th</sup> International Congress of Historical Sciences, Montreal, 1995.

DE BAETS, Antoon. [The Dictator's Secret Archives: Rationales for Their Creation, Destruction, and Disclosure](#). In: MAC DONALD, Alasdair e HUUSSEN, Arend H. eds. *Scholarly Environments: Centres of Learning and Institutional Contexts 1600-1960*. Groningen Studies in Cultural Change, v. 7. Louvain: Peeters, 2004.

DE BAETS, Antoon. The Abuse of History: Demarcations, Definitions and Historical Perspectives, In: HOEN, Herman e KEMPERINK, Mary, eds. *Vision in Text and Image: The Cultural Turn in the Study of Arts*. Leuven: Peeters, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

ECO, Umberto. *Construir o inimigo – e outros escritos ocasionais*. Lisboa: Gradiva, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 2014.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica – teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

---

<sup>32</sup> Abuses of history are frequently dangerous. They are common under dictatorships and in periods of gross human rights violations. DE BAETS, Antoon. The Abuse of History: Demarcations, Definitions and Historical Perspectives, In: HOEN, Herman e KEMPERINK, Mary, eds. *Vision in Text and Image: The Cultural Turn in the Study of Arts*. Leuven: Peeters, 2008. p. 159-173.



SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público – um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988)*. Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.



## **Rituais manuscritos: cura, benzedura e performances rituais entre imigrantes alemães no sul do Brasil**

Natacha Klein Käfer<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 16/08/2015

Artigo aceito em: 11/10/2015

### **RESUMO**

O presente artigo pretende explorar as práticas religiosas de um vilarejo de colonização alemã no estado do Rio Grande do Sul. Em uma determinada comunidade, receitas para curar pessoas e animais, formas de resolver problemas diários e descrições de rituais são transmitidas via manuscritos, escritos em alemão pelos praticantes dessa tradição. Estudando mais a fundo tais manuscritos, foi possível identificar uma continuidade textual que pode ser seguida até o período medieval alemão. Este artigo irá focar em como tais práticas são usadas cotidianamente nessa comunidade, sua forma de transmissão e suas conexões com publicações alemães, especialmente entre o século XVIII e XIX.

**Palavras-chave:** Práticas religiosas; rituais de cura; manuscritos.

### **Manuscript rituals: healing, benzedura and rituals performances among german immigrants in southern Brazil**

### **ABSTRACT**

The present article intends to explore the religious practices from a German immigrant village in Southern Brazil. In this community, recipes to cure people and animals, ways of solving daily problems, and ritual descriptions are transmitted via manuscripts, which are written in German by the practitioners of this tradition. A deeper study of such manuscripts revealed that they are connected to texts that can be found even during the medieval period in Germany. This paper will focus on how such practices are used in the daily life of this community, the ways in which they are transmitted, and its connections to German publications, especially between the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> century.

**KEYWORDS:** Religious practices; healing rituals; manuscripts.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pela Freie Universität Berlin (Alemanha) e University of Kent (Reino Unido), Fellow do programa Erasmus Mundus Text and Event in Early Modern Europe desde 2013. Formada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), e mestre em Religionswissenschaft pela Universität Erfurt (Alemanha). E-mail: nkkafer@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4972702074321802>.



## Contexto

**S**alvador do Sul é um município do Rio Grande do Sul, localizado na região do Vale do Caí, que se encontra a cem quilômetros de Porto Alegre, com em torno de sete mil habitantes. A maioria destes é descendente de imigrantes alemães, mas contando também com indivíduos de ascendência italiana, lusa, sírio-libanesa e africana. Entretanto, o predomínio cultural dos traços germânicos na região tem a língua como o seu maior sinalizador, sendo necessário inclusive o domínio do dialeto alemão local, o *hunsrück*<sup>2</sup>, para trabalhar no comércio local.

O povoado de São Salvador, como era conhecido o local antes da emancipação, foi fundado por volta de 1840 e recebeu esse nome em homenagem a Salvador Alves da Rocha, um dos primeiros habitantes da área. Juca Teixeira, como era chamado José Inácio Teixeira Filho, o então dono da sesmaria da qual a região fazia parte, iniciou a medição de suas terras em 1854, vendendo-as a partir de 1856 para colonos alemães. Essa venda era restrita aos imigrantes de confissão católica e isso se reflete na predominância do catolicismo como prática religiosa na história do município<sup>3</sup>.

A partir de meados dos anos 1880, uma série de igrejas foram erigidas em diferentes localidades. Na falta destas, os moradores se reuniam em alguma casa cedida pelo dono para este fim. Aquela que ficou sendo a principal edificação religiosa, a Capela São Pedro, foi construída em 1907, hoje pertencendo ao município de São Pedro da Serra. Nela, as missas seguiam o ritual padrão, que conta com o padre de costas para os fiéis, rezando a missa em latim, mas com o diferencial dos cantos entoados em alemão. A Igreja dos Três Mártires Riograndenses, localizada na sede do município, só foi construída em 1942.

Em 1898 iniciou-se a construção da ferrovia que ligaria Montenegro a Caxias do Sul, culminando na fundação da Estação Férrea de São Salvador em 1909. Devido à estação, São

---

<sup>2</sup> O dialeto também é conhecido como *Riograndenser Hunsrückisch*, o idioma falado entre imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, que acabou sendo reconhecido como um dialeto único da língua alemã. Para mais informações ver: WIESEMANN, Ursula. *Contribuição ao desenvolvimento de uma ortografia da língua Hunsrik falada na América do Sul*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística, 2008.

<sup>3</sup> LERMEN, A.; SPECHT, S. *Salvador do Sul, Nossa Terra Natal (Kappesberg, Unser Heimatland)*. Salvador do Sul: D&A Editora, 1999. p.19.



Salvador passou a ser chamada de Estação São Salvador, denominada distrito de Montenegro. Em 1938 voltou a se chamar apenas São Salvador, nome utilizado até 1962.

Em termos de saúde, durante muito tempo a população utilizava basicamente métodos caseiros, saberes populares e ervas como forma de cura. Havia médicos itinerantes, mas estes muitas vezes não eram bem vistos pela população, uma vez que esta só encaminhava a eles casos extremos ou em estado avançado, restando pouco ou nada a ser feito. Além disso, os recursos médicos da época eram escassos, as técnicas eram restritas, os instrumentos eram rudimentares e os medicamentos farmacológicos eram raros e caros. Utilizava-se, então, os recursos de cura mais próximos, sendo que a medicina não possuía ingerência sobre os moradores locais, como não possuía em nenhuma região do Brasil neste momento, talvez com exceção do Rio de Janeiro. Quando havia necessidade de atendimento hospitalar, era preciso deslocar-se para as cidades vizinhas maiores, como Montenegro, Garibaldi, Estrela ou São Sebastião do Caí. Contudo, as vias de transporte eram de terra batida, bastante acidentadas, por vezes sendo apenas trilhas entre a vegetação, e o doente era transportado geralmente em rústicas macas feitas de taquaras de bambu, sendo muito comum o enfermo falecer no caminho. Hospital era, nesse momento e em um quadro geral, um lugar aonde se iria para morrer. Em 1936 iniciou-se a construção do hospital local, que só começou as atividades em 1955, sob a tutela da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

No ano de 1963 foi realizada uma consulta plebiscitária na qual a população optou pela emancipação política. A criação do município se deu via a lei n.4577, no dia 9 de outubro do mesmo ano, adotando o nome de Salvador do Sul. Nas décadas seguintes, vários distritos do município de Salvador do Sul se emanciparam, dando origem aos municípios de Poço das Antas, Barão, São Pedro da Serra, São José do Sul, além de partes do território que foram anexadas quando da emancipação dos municípios de Tupandi, Maratá e Brochier.

É nesse contexto que, a partir de meados dos anos 1950, Clary Käfer iniciou-se na prática da benzedura. Moradora nascida e criada no município, Clary foi em busca de conhecimentos ritualísticos capazes de acalmar os problemas dos filhos<sup>4</sup>. É um pensamento recorrente que certas inquietudes e sensibilidades infantis são de ordem “espiritual” e de tal modo só podem ser enfrentadas através de métodos da mesma natureza.

---

<sup>4</sup> Segundo entrevista com Clary Käfer realizada em 03 de outubro de 2006.



Outros motivos se uniam a este para impulsionar a jovem mãe a aprender rituais para enfrentar os problemas diários. Em sua família, diversos membros se dedicaram aos conhecimentos nessa área. Sua tia Josefina, chamada por todos de tia Fina, se tornou conhecida benzedeira, ensinando suas técnicas para a irmã de Clary. Também era o caso de seu tio Artur Lanius, morador da região de Padre Eterno Alto (hoje Vale Real), o qual se dizia que permanecia horas no quarto estudando textos e práticas curativas. Seu primo, Emílio Specht, é outro conhecedor dessas práticas, as quais herdou do pai, sendo até hoje procurado como benzedor na cidade. Tanto mulheres como homens em sua família lidavam com esses saberes, envolvendo diferentes especialidades<sup>5</sup>. A vida rural que levavam encontrava em rezas, amuletos e sortilégios, meios de suprir certas necessidades, subjugar certas dificuldades e solucionar diversos empecilhos, fossem eles de ordem natural ou sobrenatural.

A tradição dizia que esses saberes deveriam ser repassados de uma mulher para um homem e de um homem para uma mulher. Assim, Clary se dirigiu a Padre Eterno Alto, sabendo que seu tio Artur ainda aguardava uma mulher para transmitir suas técnicas. Como a distância, apesar de não ser exatamente longa, era um empecilho devido ao trajeto difícil e à necessidade de um meio de transporte, Clary foi apenas uma vez visitar seu tio com o intuito de aprender a tradição familiar. Logo, Artur lhe ensinou primeiramente as rezas mais básicas e as mais úteis, redigindo um caderno com as práticas. Tempo depois, Clary planejava visitá-lo uma segunda vez, mas o tio Artur faleceu antes que fosse possível. A esposa de Artur lhe entregou os cadernos manuscritos que o marido havia compilado, que contavam com inúmeras orações, rituais e símbolos com as mais diferentes funções, para que ela pudesse estudar e dominar também estes, uma vez que o tio não tivera tempo de ensiná-la. Assim, os cadernos permaneceram em sua posse e por vezes Clary experimentava uma nova reza dos cadernos para ver se funcionavam com ela. Afinal, o conteúdo dos cadernos não era acessível a qualquer um. Para que funcionassem, era necessário possuir *die Kraft*, a força. Esse “dom” não era necessariamente hereditário, mas como em sua família era bastante comum, havia maiores chances de Clary ter também. E tinha. Desse modo, Clary foi capaz de utilizar os saberes recebidos de seu tio para ajudar os filhos, os vizinhos e parentes. Em seguida, a fama

---

<sup>5</sup> Dados fornecidos por Clary Käfer em entrevista de 22 de dezembro de 2006.



de sua efetividade se espalhou e pessoas de diferentes pontos do município passaram a requisitar sua ajuda<sup>6</sup>.

Essa é a história que Clary Käfer relatou em entrevistas realizadas entre setembro de 2006 e agosto de 2009, dentro de uma proposta de estudos sobre benzedura e práticas rituais de cura no município de Salvador do Sul, iniciada em 2006. No projeto inicial, a idéia era abordar tais rituais e seus contextos a partir da história oral, entrevistando diferentes praticantes de saberes curativos. Porém, a partir das entrevistas de Clary Käfer e do contato com os cadernos manuscritos de seu tio Artur, era notável que as características específicas dessa tradição familiar mereciam a dedicação de um estudo mais aprofundado.

Em termos de Brasil, a referência de maior vulto no tema da feitiçaria é a obra de Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, publicada em 1986, na qual a autora desenvolve sua tese do Brasil enquanto um espaço voltado ao demônio no imaginário cristão dos tempos coloniais. Mello e Souza se baseia em processos inquisitoriais para compilar, descrever e analisar diversos ritos, feitiços e mandingas que unem elementos tanto da herança católica européia, como de tradições africanas e indígenas. Observados pela ótica do modelo demonológico dos inquisidores, esse material revela um substrato cultural múltiplo e sincrético da população que habitava o Brasil colonial. Porém, essa fusão descrita por Mello e Souza de “*sabbats*, missas e calundus”, não se enquadra na cultura imigrante encontrada em Salvador do Sul. Não é possível identificar nos depoimentos orais nem nos textos manuscritos vestígios de um sincretismo como o proposto pela autora. Logo, se não podemos encontrar paralelo com as práticas descritas nas demais partes do Brasil, para onde poderíamos nos voltar na tentativa de encontrar a raiz dessa tradição local?

Analisando o material encontrado em Salvador do Sul, percebe-se que o que se apresenta no município se assemelha mais a uma transposição de tradições de origem européia, contando com diversas formulas idênticas àquelas encontradas em manuscritos da Alemanha desde o período medieval, mas que realmente se tornaram disseminadas no período logo antes da imigração, entre os séculos XVIII e XIX. Com base nessas informações, o objetivo deste trabalho é o de descrever esse material manuscrito, analisando suas características e seus elementos, bem como observar as relações desses elementos com

---

<sup>6</sup> Segundo entrevista com Clary Käfer de 03 de outubro de 2006.





aqueles encontrados em arquivos europeus, buscando traçar as origens históricas que envolvem as práticas encontradas nos cadernos.

## Fontes manuscritas

Primeiramente, é necessário descrever tais práticas em seu contexto. “Cadernos do Tio Artur” é o nome dado pela entrevistada Clary Käfer aos manuscritos recebidos de Artur Lanius, seu tio, e que iremos nos apropriar para quando nos referirmos a este material. Tratam-se de quatro pequenos cadernos com em torno de quarenta páginas grampeadas cada um. São de um modelo bastante antigo, cuja capa não é nem ao menos acartonada, apenas de uma cor distinta do restante de suas páginas. Na contracapa de um deles consta um ano, 1877, que provavelmente corresponde a ano de produção do caderno, pois esse tipo de produto era bastante caro na região, sendo economicamente utilizado, podendo durar por muito tempo ou ser repassado entre a família. A letra é reconhecida pela entrevistada como sendo indubitavelmente de seu tio Artur. O conteúdo destes cadernos é traçado a lápis, havendo pontos de desgaste do grafite, embora isso não impeça a leitura. Um fator de complicação foi a identificação de algumas palavras, que até então permanecem sem compreensão ou tradução razoável.

O processo de tradução ocorreu sem maiores transtornos, uma vez que grande maioria das orações está escrita em uma versão antiga do alemão culto (*Hochdeutsch*), e não no dialeto local. Apesar de haver escolarização em alemão na região, o fato de tio Artur escrever em alemão culto chamou a atenção, uma vez que seu estudo não ultrapassava o que seria hoje a quarta série do ensino fundamental.

Durante a tradução surgiu um dos pontos mais inusitados acerca dos manuscritos. O que a princípio estava sendo tratado como um registro escrito de práticas que provavelmente teriam se difundido através da oralidade, acabou se revelando em grande parte uma transcrição dos conteúdos de diversas obras publicadas, desde em forma impressa, como livros, até em manuscritos médicos do século XIV. Desta forma, passagens que antes não faziam muito sentido mesmo para os praticantes dessa tradição, se tornaram compreensíveis quando inseridos nestes novos contextos. As conexões com este tipo de material serão exploradas em mais detalhe adiante.



Foi traduzido um caderno de cada vez, cada qual recebendo um nome específico para facilitar a localização posterior. Esses nomes foram dados a partir de características físicas presentes nos cadernos. Assim, foram traduzidas primeiramente as orações do caderno nomeado “Caderno da Clary”, aquele que foi escrito diretamente por Clary Käfer durante sua visita a seu tio, informação esta escrita na capa do caderno. Tal caderno parece ser uma seleção das rezas mais utilizadas dos demais cadernos, pois seu conteúdo foi encontrado posteriormente na tradução destes, de forma aleatória. Na seqüência, foi traduzido o caderno “1/C”, cujo nome é oriundo do código impresso na capa. Esse caderno é um dos que contém maior volume de material advindo de um livro publicado pela primeira vez em 1788, chamado *Romanusbüchlein*, sobre o qual discutiremos em detalhe posteriormente. Em seguida traduziu-se o caderno chamado de “Fita Isolante”, pois se sustentava através de fitas isolantes coladas junto aos grampos que mantinham as folhas unidas. O material encontrado neste caderno se caracteriza por uma notória diferença para com os demais. Há uma ênfase em proteção contra inimigos, barreiras espirituais contra tiros, curas para feridas agudas e gangrenas. Por último, foi traduzido o caderno “Costurado”, nome recebido por ter sido costurado com linha para se manter inteiro. Desse caderno foi retirada a maior parte das orações do “Caderno da Clary” e seu conteúdo se foca em técnicas de cura.

## Rituais de cura

Fórmulas rituais para cura são as mais numerosas entre as receitas em três dos quatro cadernos do tio Artur. Elas têm como objetivo combater tanto doenças comuns como aquelas de cunho espiritual. Há formas de curar hemorróidas, ínguas, dores nas costas, torções, fraturas, câimbras, cobreiro, erisipela, azia, bócio, tumores, hérnias, cólicas, artrite, reumatismo, convulsões, diarréia, dores de dente, cólicas, insolação, soluços, gangrena, tuberculose, irritações cutâneas, estancar sangramentos, combater dores, furúnculos, calos, espinhas, verrugas, fungos e vermes.

Boa parte dos rituais de cura necessita unicamente que se profira a oração determinada, ou seja, só é preciso que o curador realize a reza, muitas vezes sem a necessidade de a pessoa a ser curada estar presente. Por vezes, essa oração surge na forma de uma espécie de parábola, como esta:



São Pedro está sob um jovem carvalho, então nosso querido Senhor Jesus Cristo fala a Pedro: ‘Por que tu estás tão triste?’ Pedro fala: ‘Como eu não queria estar triste, os dentes querem me apodrecer na boca’. Então fala nosso querido Senhor Jesus Cristo para Pedro: ‘Pedro, vai lá na terra e toma água na boca, e pulveriza-a novamente para fora na terra’ † † †<sup>7</sup> Amém<sup>8</sup>.

É comum na tradição cristã passar para os santos ou outras personagens do imaginário cristão o mal que aflige a pessoa e, da mesma forma como a personagem, a cura também é transferida do plano espiritual para o doente. São diversas as orações que seguem essa linha. Jesus e Pedro são os mais presentes nessas situações, sendo Jesus sempre o curador dos males de Pedro. Outras personagens bíblicas que surgem são Jonas, São João, Maria, os doze apóstolos e os três reis magos<sup>9</sup>.

Outras vezes, a oração em si não possui vínculo claro com a doença a ser tratada, como vemos nesta reza: “Viajam três jovens mulheres sobre a Terra. A primeira pecou, a segunda desapareceu, a terceira deteriora toda a Terra. † † † Amém. Três vezes.<sup>10</sup>” (Oração para Tirar Erisipela, “Caderno da Clary”, p. 1). As mesmas três jovens aparecem em fórmulas com outros propósitos, mas sempre voltadas à cura. A presença dessas três figuras femininas é mencionada por Carlo Ginzburg em sua obra *História Noturna* (1991). Ele escreve sobre a disseminada crença nessas figuras por todo o Ocidente, relacionando-as com as *Matres celtas*<sup>11</sup> (GINZBURG, 1991, p. 112). Entretanto, a confirmação de tal teoria depende de fontes inacessíveis ou inexistentes, levanto tal hipótese a ser deixada em aberto.

Em determinados casos, apenas a oração não é suficiente, necessitando do toque como forma de intervenção curativa:

Da mão direita, três dedos sobre a ferida.  
Como é bem-aventurado o dia;

<sup>7</sup> Estas cruces que surgem nos cadernos representam o sinal da cruz que deve ser realizado pelo curador. Em tal caso, deve-se fazer o sinal da cruz três vezes.

<sup>8</sup> ORAÇÃO para dor de dente. *Caderno Fita Isolante*. p.23. No original: “St. Pedrus stund under einem Eichenbusch, da sprach unser lieber Herr Jesus Christ zu Pedru, warum bist d uso traurich. Pedrus Sprach: Warum wollt ich nicht traurig seyn, die Zähne wollen mir im Mund verfraulen, da sprach unser lieber Herr Jesus Christ zu Peder, Peder geh hin in Grund und nimm Wasser in den Mund, und spreie es Wieder aus im Grund. † † †. Amen”.

<sup>9</sup> A mesma reza pode ser encontrada no livro *Romanusbüchlein* (n.71). Ver: SPAMER, Adolph. *Romanusbüchlein: historisch-philologischer Kommentar zu einem deutschen Zauberbuch*. Berlin: Akademie-Verlag, 1958.

<sup>10</sup> No original: “Es reisen 3 Jung Fraue über das Land die erste vergang die 2 verschwann die 3 verdoret das ganse Land. † † †. Amen. 3 mal”.

<sup>11</sup> GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



Como bem-aventurada é a hora;  
Como bem-aventurada é a ferida;  
Como bem-aventurado é o que eu digo:  
Tu não debes sangrar nem inflamar. Não debes doer nem debilitar.  
Em nome da Santíssima Trindade: Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Isso precisa ser dito três vezes<sup>12</sup>.

Apesar de o toque ser meramente simbólico, quando envolto pelo poder espiritual do ritual ele é capaz de grandes proezas, não apenas em termos de cura, mas também como forma de livrar o indivíduo de situações de perigo, destruir rochas e até mesma auxiliar na ressuscitação de pessoas:

Quando alguém está inconsciente e deixa os últimos suspiros, novamente acordá-lo: Deita-te três vezes sobre ele, como está deitado esticado, mão sobre mão, boca sobre boca, e fala-lhe cada vez na sua boca: ‘Adonay, meu Deus, deixa esta N.N. [nome da pessoa] alma novamente entrar em si, quando novamente as almas das crianças das mulheres a Sarejta, quando escutares a voz de teu servo Elias’<sup>13</sup>.

Apesar de não ser recorrente, o uso de sopro ou sucção também aparece entre os procedimentos dos cadernos: “Tu tens fungos na boca ou língua preta? Assim eu te assopro da minha boca para a tua boca ar fresco. † † † Amém. Três vezes”<sup>14</sup>. O uso de fumaça no ato de assoprar também surge como modo de aliviar dores:

Assoprar a fumaça de ramos de pinho sobre as costas. Para hemorróidas dolorosas recomenda-se para emplasto: fazer uma pomada de gema de ovo

---

<sup>12</sup>ORAÇÃO para “ajustar” o sangue – *das Blut zu besprechen*. *Caderno da Clary*, p. 4. No original: “Von der rechte Hand drei finger auf die unde /Wie selig ist der Tag; / Wie selig ist die Stunde/ Wie selig ist die Wunde; / Wie selig was ich sag / Du solls nich bluten noch swären. Nich wehe tun, noch zehren / Im Namen der Dreifaltigkeit: Gott Vater, Sohn und heiliger Geist. Dieses mus 3 mal gesprochen werden”.

<sup>13</sup> Retirado de: CADERNO Fita Isolante, p.14. No original: “So Einer in schweren Ohnmächten und letzten Zügen ligt, solchen wieder aufzuwecken: Lege dich drei mal auf ihn, wie er liegt ausgestreckt, Hand auf Hand, Mund auf Mund, und sprich ihm jedesmal in seinen Mund: ‘Adonay mein Gott, lasz dieses N.N. Seele wieder in ihn kommen, als wieder kommen die Seele des Kindes der Frauen zu Sarejta, da du erhöret die Stimme deines Knechtes Elia”.

<sup>14</sup> ORAÇÃO para fungos na boca, *Caderno da Clary*, p. 1. No original: “Hast du die Mundfeil oder dei Prein so blas ich dir aus meinem Mund in deinen Mund friesche luft ein. † † †. Amen. 3 mal”.



com óleo de amêndoa ou o suco de folhas de bardana com óleo de linho ou óleo de oliva que cozinhou lírio branco<sup>15</sup>.

Essa é uma das poucas técnicas que faz uso da propriedade de plantas para curar. Embora seja comum a utilização da botânica medicinal entre curadores, nos manuscritos em questão esse uso é bastante secundário, aparecendo apenas eventualmente e várias vezes apenas como auxiliar da reza, que assume o primeiro plano no processo de cura.

Há situações, porém, em que é necessário o uso de instrumentos, objetos de poder, ou materiais do próprio doente para que a cura seja realizada. A utilização de panos, cabelos, árvores, cera de vela, rodas de carroça e ovos são as mais comuns nos manuscritos. É possível perceber que se tratam de objetos pertencentes a um cotidiano rural, bem como a maioria das situações para as quais as técnicas são destinadas. O procedimento a seguir mostra como se dá a utilização destes objetos no processo de cura:

Se um jovem tem uma fratura, corta-lhe três tufos de cabelo do redemoinho e os amarra num paninho limpo e o traz em branco em outra propriedade e o enterre num jovem pé de vime<sup>16</sup>.

Há também outras maneiras de curar fraturas nos manuscritos, envolvendo outros “ingredientes”.

Fratura de perna, eu te abençoô neste dia de hoje para que tu novamente fiques inteira até o nono dia, como querem agora o querido Deus Pai, como agora o querido Deus Filho, como agora Deus o querido Espírito Santo, saudável é essa fratura com ferida, saudável é essa hora, saudável é esse dia em que nosso querido Senhor Jesus Cristo nasceu. Agora eu tomo esta hora, fique sobre essa fratura para que essa fratura não inche e inflame até que a Santa Mãe de Deus gere outro filho. † † † Para a fratura de perna acima mencionada necessita-se do seguinte emplasto: primeiramente uma boa pólvora para tiro finamente macerado, então toma-se fermento na

<sup>15</sup> CURA para dor nas costas, *Caderno “1/C”*, p. 8. No original: “Des Rauchs von Tannenreisern auf den blosen Rücken. Beischmerzhaften Hämorrhoiden empfehlen sich zum Auflegen: Eigelb mit Mandelöl, zu eine Salbe gemacht oder der Saft von Klettenblättern mit Leinöl oder Olivenöl warin weisze Lilien geckocht wurden”.

<sup>16</sup> UMA boa receita para sarar fraturas ou hérnias, *Caderno Fita Isolante*, p. 2. No original: “Wenn ein Jüngling einen Bruch hat, schneide ihm drei Büschlen haar auf dem Würbel ab und binde es in ein reines Tüchlein, trage es unbeschrien in eine andere Markung und grave es in einen jungen Weidenbaum”.



quantidade de meio ovo, e a clara de dois ovos, misture-se e jogue sobre a ferida, é aprovado<sup>17</sup>.

Alguns ingredientes ou objetos adquirem propriedades curativas quando recebem um símbolo, adicionado pelo curador, como é o caso a seguir:

Tu estás mordido ou picado por uma cobra, víbora ou escorpiões? Então toma cera limpa, sobre ela grava a figura de uma cobra com estas palavras: ‘Não podem prejudicar teus filhos, Adonay, as pinças venenosas do dragão, porque tua justiça os ampara e os cura’. Defuma isso e diz: ‘Adonay! Quem se voltar para esse sinal ficará saudável, não pelas coisas, como as vêm, mas por ti todas as coisas ajudam’. Depois coloca ou ata isso sobre a mordedura de tal forma que a cobra ou o escrito toque na carne<sup>18</sup>.

Ao adicionar o símbolo da serpente, juntamente com a invocação de *Adonay* e a defumação, a cera passa a receber a capacidade de inutilizar o veneno do animal peçonhento. A oração deixa claro o poder de *Adonay*, um dos nomes hebraicos para Deus, de tornar qualquer coisa um meio de auxílio. O poder sobrenatural, transferido do divino ao objeto, é repassado através do curador através de um ícone, uma frase, ou letras específicas. Esse poder é expresso também em outras técnicas curativas. Ainda no caderno “1/C” há uma fórmula para estancar sangramento que consiste no uso de determinadas letras: “Escrevam estas letras

---

<sup>17</sup> QUANDO uma ovelha ou outro animal tenha a perna quebrada, como ajudá-lo, *Caderno “1/C”*, p. 18. No original: “Beinbroch, ich segne dich auf diesen heutigen Tag dasz du wieder werdest gerad bis auf den neuten Tag, wie nun der liebe Gott der Vatter, wie nun der liebe Gott der Sohn, wie nun Gott der liebe Heilige Geist es haben mag, heilsam ist diese brochene Wund, heilsam ist diese Stund, heilsam ist dieser Tag, da unser lieber Jesus Christus geboren war, jetzo nehm ich diese Stund, steh über diese brochene Wund, dasz diese brochene Wund nicht geschwell und geschwär, bis die heilige Mutter Gottes einen andern Sohn gebär. † † †”.

<sup>18</sup> PARA picada de animais venenosos, *Caderno “1/C”*, p. 1. No original: Bisz du von einer Schlange, Otter oder Scorpione gebissen oder gestochen? So nimm rein Wachs, darauf grabe das Bild einer Schlange mit diesem Worten: ‘Es können deinen Kindern, Adonay, der giftigen Drachen Zähne nicht schaden, denn deine Gerechtigkeit hehütet sie und machet sie gesund’ Beräuchere es und sprich: ‘Adonay! Wer sich zu diesem Zeichen kehret, der wird gesund nicht durch die Dinge, so sie ansehen, sondern durch dich helfern aller Dinge’. Als dann lege oder binde es über den Bisz dasz die Schlange oder die Schrift das Fleisch berühre”.



sobre uma carta ou sobre uma faca, assim não haverá sangramento: I.m.I.K.I.B.I.P.a.x.v.at.St.vas.I.P.Q.unay, Lit. Dommper voesm”<sup>19</sup>.

Há diversas formas diferentes de cura nos manuscritos do tio Artur, porém para não nos estendermos demais nesse aspecto, citamos as principais características presentes. Por fim, vale ressaltar uma passagem inesperada, mas muito significativa:

Em envenenamentos espera-se até a chegada do médico, mas há muitos meios auxiliares envolvidos, como leite morno, manteiga, oliva, borra de café, magnésia branca, água com sabão, e assim por diante<sup>20</sup>.

Essa é a única referência a um médico encontrada nos manuscritos. A prática médica formal não é uma referência próxima, nem para a população rural de Salvador do Sul, nem das comunidades rurais da Europa de onde essas práticas se derivam. Entretanto, estudos sobre relatórios de processos contra bruxas na Alemanha do século XVI e XVII mostram que várias vezes o título de *Artz* or *Doktor* (termos usados para se dirigir a médicos) era usado para se referir a uma variada gama de curadores. Nesse sentido, é mais provável que o texto se refira há um curador mais experiente com venenos do que a um médico licenciado como o termo nos remete hoje em dia<sup>21</sup>.

## Lidando com problemas do dia-a-dia

Os rituais para lidar com problemas do dia-a-dia encontrados nos manuscritos são voltados especialmente ao contexto rural. A maioria das fórmulas rituais estão relacionadas a, por exemplo, como tirar o leite de uma vaca quando este não sai, como fazer chover ou tornar o tempo bom, afugentar cobras, recuperar coisas roubadas, aquietar um cavalo amedrontado

<sup>19</sup> CADERNO “1/C”, P.14. No original: “Schreibt diese Buschtaben auf ein Brüf oder auf ein Messer so gibt es kein Blut: I.m.I.K.I.B.I.P.a.x.v.st.St.vas.I.P.Q.unay, Lit. Dommper voesm”.

<sup>20</sup> PARA envenenamentos, *Caderno Costurado*, p. 18. No original: “Bei Vergiftungen lasse bis man zur Ankunft des Arztes viel einhüllende Mittel, wie warme Milch, Butter, Oel, Kaferschleim, weisse Magnesia, Seifenwasser und so weider verschlingen”.

<sup>21</sup> RUMMEL; Walter. ‘Weise’ Frauen und ‘weise’ Männer im Kampf gegen Hexerei Die Widerlegung einer modernen Fabel. In: DIPPER, Christof; KLINKHAMMER, Lutz; NÜTZENADEL, Alexander: *Europäische Sozialgeschichte. Festschrift für Wolfgang Schieder* (Historische Forschungen v.68), Berlin, 2000. p.365.





ou fazê-lo andar bem, evitar mordidas de cachorro, apagar fogo sem água ou ganhar sempre no jogo. Aparecem também orações para garantir a vitória em litígios judiciais, o que não é necessariamente voltado ao mundo rural, mas que se torna constante nesse meio quando se trata de disputas de terra.

A necessidade de tirar da terra o sustento é apresentada na necessidade de um clima propício, sendo que as orações com o fim de controlar o tempo deixam isto bastante expresso:

Oh Deus Todo-poderoso e Pai do céu e da terra, que produziste da rocha dura no deserto um poço de água viva para o teu povo sedento, dá-nos também uma chuva como semente salvadora, e irriga com abundância a aridez da terra em tempo justo com águas celestiais; pois contigo está toda a nossa salvação espiritual e corporal, também que nós possamos sentir tua ajuda nesta necessidade e tua eterna bondade prometida tão certa possamos esperar por Cristo Jesus. Amém<sup>22</sup>.

O uso da história bíblica na qual Deus concede água aos sedentos do deserto a partir de uma rocha é relembado na necessidade de água para as plantações. Da mesma forma, quando a chuva se prolonga ao ponto de não permitir a realização do trabalho no campo, é preciso recorrer à divindade, de maneira que a súplica realizada nesta oração levasse à mudança no clima:

Oh Deus todo-poderoso, afável e misericordioso! A ti viemos humildemente e clamamos com altas vozes: oh Pai, compadece-te de nós! Vire teus olhos a nós e vê a nossa emergência, lamentação e miséria; pois, se tu não te compadeceres de nós, então estaremos perdidos. Por isso, oh Deus misericordioso, nós te pedimos, vem em nosso auxílio e nos empresta, pela tua sagrada bênção, um dia bom e fecundo para que mantenhamos os frutos da terra em água abundante e, por isso, tu, oh Eterno Deus, assim como por todos os outros benefícios e dádivas, iremos louvá-lo e valorizá-lo tão zelosamente por toda a eternidade<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> ORAÇÃO para chover, *Caderno "1/C"*, p. 21. No original: "O allmächtiger Gott und Vater Himmels und der Erde, der du deinem durztigen Volke in der Wüste einen Brunnen des lebendigen Wassers aus dem harten Felsen hervorgebracht hast, gib auch uns einen heilsamen Regen, und übergiesze die Dürre der Erde zu rechter Zeit mit Himmlischen Wassern; denn bei dir steht all unser Heil, geistliches und leibliches, auf dasz wir in dieser Roth deine Hilfe empfinden, und die Verheisungen ewiger Güte desto gewisser hoffen mögen durch Christum Jesum, unsern Herr. Amen".

<sup>23</sup> ORAÇÃO para tempo bom, *Caderno "1/C"*, p. 20. No original: "O allmächtiger, gütiger und barmherziger Gott! Zu dir kommen wir Kniefällig und rufen mit lauter Stimme: o Vater, erbarne dich unser! Ach wende deine





É perceptível nessas orações que não se pressupõe um poder especial no indivíduo ou na fórmula dita em si, mas se crê no poder da oração como forma de intervenção para junto do divino, o único que teria a capacidade de controle sobre as condições climáticas. A utilização de palavras como “semente”, “frutos da terra” ou “dia fecundo” nos remete novamente a um vocabulário voltado à ruralidade.

Ainda voltado a esse contexto, percebe-se a grande quantidade de procedimentos dirigidos aos animais, sejam animais do campo, como vacas, cavalos e ovelhas, animais de estimação, como os cães, ou aqueles vistos como uma ameaça, como cobras e escorpiões. Diferentemente dos demais, estes métodos raramente são orações, consistindo em maneiras peculiares de lidar com as situações envolvendo os animais, como é o caso deste modo de aquietar um cavalo:

Tu causas isto se tu colocas o cavalo na frente da janela, a maioria dos animais tem medo diante do vidro, assim também os cães. Para que um cavalo agressivo não se livre das amarras, para obter esse fim, lambuza a cinta ou a corda com esterco de cavalo<sup>24</sup>.

O leite também é uma maneira distinta de lidar com certos problemas vinculados aos animais, como, por exemplo, quando se recomenda dar leite humano para um cão beber, para que dessa forma ele jamais fique louco em sua vida<sup>25</sup>. O leite humano também é utilizado como forma de cura de tuberculose, quando unido a açúcar e bebido em tempos de lua decrescente, ou para curar problemas oculares em crianças, pulverizando-o sobre ela.

Quando surgir a ameaça de um ataque de cachorro, diz-se para ter consigo artemísia e espinafre. Se o ato ocorrer sem que se esteja preparado com as plantas, assim que o cão

---

barmherzigen Augen zu uns, und siehe na usere Noth, Jammer und Elend; denn wenn du dich nicht über uns erbarnt, so sind wir verloren. Darum, o barnherziger Gott, bitten wir dich, komme uns zu Hilfe, und verleihe uns durch deinen heiligen Segen eine schöne und fruchtbare Witterung, dasz wir die Früchte der Erde in reichlichem Waszer erhalten, und dich dadurch, o ewiger Gott, so wie für alle andern Gutthaten und Gaben desto eifriger loben und preisen mögen in alle Ewigkeit”.

<sup>24</sup> CADERNO Costurado, p. 13. No original: “Dies bewirkst du, wen du dem Pferd ein fenster vorhällst, die meisten Thiere haben Furcht vor Glas, so auch die Hunde. Das sie kein angebundenes wildes Pferd nicht loszreise, zur Erreichung dieses zweckes beschmiere den Riemen oder Strick mit Pferdmist”.

<sup>25</sup> CADERNO Costurado, p. 14.



atacar, deve-se retrair os polegares, sendo que assim o animal nada fará. Já para se afugentar cobras, a recomendação é levar consigo um galo vermelho ou uma cabeça de cobra dessecada<sup>26</sup>.

## Proteção para pessoas e propriedade

Contudo, há uma porção de orações que são relacionadas a uma realidade diferente da descrita até agora. São voltadas a conflitos, formas de acertar o alvo, garantir o funcionamento de armas, proteção contra tiros e facadas, se livrar de cordas e amarras, maneiras ritualísticas de fugir de um inimigo ou fazê-lo infeliz, e até mesmo espancá-lo à distância. Tais fórmulas se encontram, como frizamos anteriormente, em um caderno em especial, o chamado “Fita Isolante”. Isso pode indicar que a origem de seu conteúdo seja em um determinado momento histórico permeado por conflitos intensos, ou tenha sido em algum local mais direcionado à belicosidade.

Percebe-se uma preocupação constante com a preservação do próprio corpo contra ataques externos. As orações se remetem, então, principalmente ao suplício de Cristo. Como Cristo de acordo com o dogma foi atingido, torturado e morto, mas ressuscita posteriormente, cria-se uma relação de proteção divina que aparece em diversos pontos dos cadernos. Frases como: “os Judeus penduraram Jesus, mas ficar pendurado não o prejudicou em nada, assim não te deve trazer nenhum prejuízo a tua torção”<sup>27</sup> se repetem várias vezes, como vemos na oração para livrar-se de cordas e amarras:

Como o Filho foi obediente ao Pai até à morte na cruz, assim me proteja o Eterno Deus hoje através de seu sangue cor de rosa, através das cinco chagas, as quais Ele recebeu quando apanhou e sofreu no tronco da cruz, assim eu também preciso ser livre e bem abençoado quando o cálice e o verdadeiro pão celestial que Jesus ofereceu aos seus doze apóstolos, na quinta-feira verde, Jesus caminhou sobre o mar vermelho e olhou sobre a terra, assim precisam ser rasgadas todas as cordas e amarras, quebrados todo cano, espingarda e armas preparadas, e sem fio e inúteis; a bênção, a ação de Deus que Ele criou para os homens estejam sobre mim N.N. [nome da

<sup>26</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>27</sup> ORAÇÃO para Torções, *Caderno da Clary*, p. 4. No original: “Hast du deinen Fusz verdreht oder verenkt die Juden haben Jesus gehangen das gehangen hat ihm nicht geschades so soll dir dein vertreten oder verenkten auch nichts Schaden † † †. 3 mal”.



peessoa] o tempo todo, a bênção que Deus fez quando Jesus e Maria e José fugiram para o Egito, estejam sobre mim o tempo todo, para que eu seja querido e valorado, a boa cruz na minha mão direita, com a qual eu caminho pelo campo aberto, para que eu não seja emboscado ou roubado, agredido, prejudicado ou morto, meu Deus, guarda-me meu sangue e minha carne nas horas ruins e de falsas línguas que reinam da terra até o céu, através da força do santo evangelista São João. Em nome † † †<sup>28</sup>.

A vasta relação com passagens bíblicas que trazem momentos de perigo parece ser relembrada como forma de mostrar que Deus, como auxiliou as personagens, auxiliará também quem profere tal oração.

Há, porém, orações com funções bastante diferentes, como aquelas capazes de quebrar rochas para a fuga:

Estás sendo perseguido por inimigos e devido aos escombros de pedra não consegues ir adiante, grita três vezes ‘Adonay, Adonay. Adonay’ contra o céu e bate com os braços abertos contra as rochas falando: ‘As montanhas derretem como a cera para Adonay, para o soberano sobre todo o planeta’, assim tu verás com surpresa o grande milagre de Deus, mas te cuida para não transgredires o Segundo Mandamento de Deus<sup>29</sup>.

Além da função de abrir caminho entre as rochas, essa técnica possui outra característica interessante: a recomendação de cuidado para não transgredir o Segundo

---

<sup>28</sup> CADERNO Fita Isolante, p. 2. No original: “Wie der Sohn dem Vater gehorsam war bis zu dem Tode des Kreuzes, also behüte mich der ewige Gott heut durch sein rosenfarbenes Blut, durch die heilige fünf Wunde, welche er am Stamme des Kreuzes bekommen und erlitten hat, also muz ich los und wohlgesegnet seyn, als der Kelch, und das wahre Himmelbrod das Jesu seinen zwölf Jüngern bot, am grünen Donnerstage, Jesus ging über das rothe Meer und sahe in das Land, also müssen zerrissen alle Strick und Band, zerbrochen alle Rohr, Gewehr und Waffen gestellet seyn, und stunpf und unbrauchbar seyn, den Segen, den Gott that, da er den Menschen erschaffen hat, der gehe über mich N.N. allezeit, den Segen, den Gott thut, da Jesus und Maria und Joseph in Egypften flohen, der gehe über mich allezeit, das ich sei lieb und werth, das gute Kreuz in meiner rechten Hand, damit ich gehe durch die Freie des Landes, dasz ich nicht werde erschlichen oder beraubt, nicht geschlagen, beschädiget oder getötet, behüte mir mein Gott mein Blut und Fleisch vor bösen Stunden und Falschen Zungen die von de Erde bis na den Himmel reichen durch die Kraft des heiligen Evangelisten Sy. Johannes im Namen † † †”.

<sup>29</sup> CADERNO Fita Isolante, p. 12. No original: “Bist du von Feinden gejaget und kannst wegen den Steinklippen nicht weider kommen, schreie drei mal: ‘Adonay, Adonay, Adonay’ gegen den Himmel und schlag mit ausgebreiteten Armen gegen den Felsen sprechend: ‘Die Berge zerschmelzen wie das Wachs für Adonay, für dem Herrscher über dem ganzen Erdkrei’; so wirst du das hohe Wunder Gottes mit Entsetzen ansehen, hüte dich aber, das zweite Gebot Gottes zu übertreten”.



Mandamento, que seria não tomar o santo nome de Deus em vão. São diversas as compreensões possíveis desta passagem, mas provavelmente ela quer dizer que tal artimanha não deve ser usada levemente. Há uma versão muito semelhante no mesmo caderno, nomeada como “Se alguém for enquadrado numa parede pelo inimigo”:

Chama com devoção contra o céu estas palavras: ‘Tu, Adonay, sozinho és o nosso amparo, ajuda a mim miserável, pois eu sim não tenho nenhum outro que me ajude a não ser tu, e vejo vermelho no dia de hoje’. Tira então os sapatos e bate com eles contra a parede sete vezes, e não duvida da tua salvação através do Senhor, pois tu verás como a parede rachará, e te será dada a passagem, porém olha bem, para que tu não te cause nenhum perigo e nem fique preso, porque do contrário isso te proporcionará, igual a outros segredos, mais danos do que proveitos<sup>30</sup>.

Porém, nesse caso a recomendação é para tomar cuidado para não acabar se encurralando ainda mais através dessa forma de fuga, pois o sucesso não é garantido, é apenas um meio de romper um bloqueio.

Outra fórmula curiosa presente nos cadernos é aquela que pretende tornar a pessoa invisível perante o inimigo:

Chama três vezes para fora de ti: ‘Adonay! Adonay! Adonay!’ Toma então uma mão cheia de terra que tu tinhas debaixo do teu pé esquerdo, vira-te e joga ela contra o teu inimigo e diz: ‘Nuvens e escuridão está ao seu redor, porque Adonay, meu Deus, é rei’<sup>31</sup>.

Entre tantas formas de se proteger dos inimigos de forma física, também se encontram formas de proteção de cunho espiritual. Os manuscritos contém uma vasta gama de fórmulas para defesa de feitiços realizados contra indivíduos, plantações, animais e casas, bem como

<sup>30</sup> CADERNO Fita Isolante, p. 21. No original: “Rufe andächtig gegen den Himmel die Worte: ‘Du Adonay allein bist unsere Zuflucht, hilf mir Elenden, dem ich já sonst keinen Helfer habe als dich, und siehe in die gegenwärtige Rot’. Ziehe alsdan die Schuhe aus und schlage damit wider die Mauer sieben mal, und zweifle nicht an deiner Rettung durch den Herrn, denn du wirst sehen, wie die Mauern reissen, und dir der Durchgang gegeben wird, doch schau wohl auf, dasz du deine gefahr nicht Ursächer und Anhänger gewesen bist, denn sonst wird’s dir, gleich wie auch in andern Secreten mehr zum Schaden als Nutzen gereichen”.

<sup>31</sup> CADERNO Fita Isolante, p. 13. No original: “Rufe drei mal für dich hinaus: ‘Adonay! Adonay! Adonay!’ Nimm dann eine Hand voll Erde, so du unter deinem linken Fusze hast, wende dich und wirf sie gegen deinen Feind und sprich: ‘Gewölk und Dnnkelheit ist um sie her, denn Adonay mein Gott ist König”.



veremos as bênçãos como forma de proteção contra perigos não definidos, uma espécie de escudo contra os males, sem ter um destino específico.

Há varias rezas voltadas contra bruxas e o mal que elas representam entre os diversos métodos de proteção contra feitiços. Para isso, usa-se orações, símbolos e procedimentos específicos, como o amuleto abaixo, que a pessoa deve levar consigo:

- I. Que tudo esteja guardado, aqui temporariamente  
N.I.R. e lá eternamente. Sanctus Spiritus. Amém.
- I. Ita Isolante
- I. O caractere, que a isso é pertinente chama-se:  
N.I.R. Deus me abençoe aqui temporariamente e  
I. Lá eternamente. Amém<sup>32</sup>.

Essas mesmas letras em cruz são empregadas em outro amuleto, utilizado para que seu portador não seja atingido por nenhum ataque. Há também alguns símbolos circulares, que são oriundos de publicações alemãs do século XIX. Os cadernos possuem formas de proteger um ambiente específico, como a casa ou o curral, como esta:

Escreve estas palavras sobre sete tabuletas de cera pura, defuma-as e as enterra em sete lugares em torno da tua divisa. Isto tornará a casa segura e a odiosidade não poderá aproximar-se: ‘Os ímpios tem alegria em fazer dano, mas a semente da justiça trará toda sorte de frutos’<sup>33</sup>.

As mais numerosas, porém, são as orações de bênção, que compõe também os segmentos mais longos dos cadernos. Em geral, elas recorrem aos santos, a Jesus ou aos anjos como forma de amparo ou apenas para garantir um dia produtivo e sem grandes transtornos. Em uma dessas orações, contudo, surgiu algo digno de nota especial:

Esta oração é da salvação, Angustino da salvação, espírito que foi revelado. Quem a traz consigo e com devoção fala, no mesmo dia não morrerá na

---

<sup>32</sup> CADERNO “1/C”, p. 10. No original: “I. Dasz alles bewahret sei, hier zeitlich und dort ewiglich. Sanctus Spiritus. N.I.R. Amen. I. Der Charakter, welcher dazu gehöret, heiszt: Gott segne mich hier. N.I.R. zeitlich und dort ewiglich. Amen”.

<sup>33</sup> CADERNO Fita Isolante, p. 9. No original: “Schreib diese Worte auf sieben Täfelein von rein Wachs, beräuchere und vergrabe es an sieben Orten um deine Grenze herum. Es wird das Haus sicher sein, und das Bose nicht können hinzunahen. ‘Die Gottlosen haben Freude Schaden zu thun, aber des Gerechten Samen wird alle Früchte bringen’”.



água, nem no fogo, nem no conflito moderado pela justiça e não morrerá de morte repentina. Ex. libello Gallico, intitulatto: Revel. S. Brigitaie, impresso et aprob. Paris, 1671.

Oh Deus, seja misericordioso comigo, pobre pecadore, e preserve-me minha vida todos os dias. Deus de Abraão, Deus de Isac, Deus de Jacó, tenha compaixão de mim, e manda em meu auxílio teu santo arcanjo, Miguel para me proteger e defender contra meus inimigos. Oh Santo arcanjo São Miguel, eu te peço através da misericórdia, assim como tu a mereceste, e através do unigênito Filho de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, me redime hoje de todo dano e perigo de morte. São Gabriel, São Rafael, e todos os santos anjos e arcanjos, venham em meu auxílio. Eu os conjuro através de toda força do Céu, para que vós me preserveis da morte súbita e que vós me ajudeis, fortifiqueis e me empresteis força, para que o mau inimigo neste dia não me possa prejudicar, nem através do fogo, nem que me possa ferir e abafar, acordado ou dormindo. Vede a cruz do Senhor! Foge, seu adversário. O leão do povo de Judá superou, a raiz de David, Aleluia. Tu, o Salvador do mundo, nos faz dignos por nos teres salvo através da tua cruz e do teu sangue, vem em nosso auxílio! Nós te pedimos, oh Senhor, nosso Deus. Santo Poderoso Deus, santo e imortal Deus, tenha piedade de nós. A cruz de Jesus Cristo nos defenderá! Cruz de Jesus Cristo venha nos auxiliar contra todos os nossos inimigos. Em Nome de Deus + Pai, do + Filho e do Espírito + Santo, Amém<sup>34</sup>.

Nesta oração surge uma espécie de referência bibliográfica (linhas 4-5), a qual provavelmente se refere à obra *Revelações de Santa Brígida*, composto de oito volumes

---

<sup>34</sup> UM MANDAMENTO Forte, *Caderno "I/C"*, p. 5. No original: "Dieszes Gebet ist dem heil. Angustino von heil. Geist geoffenbart worden. Wer es bei sich trägt und andächtig spricht, wird denselben Tag nicht unkommen im Wasser, noch im Feuer, noch im rechtmäszigen Streidt, und wird auch nicht des jähnen todes sterben: Ex libello Gallico, intitulato: Revel. S. Brigitaie, impresso et aprob. Parisüs 1671. O Gott, sei mir armen Sündern gnätig, und bewahre mich alle Tage meines Lebens. Gott Abrahams, Gott Ysaaks, Gott Jakobs, erbarme dich mein, und schick mir zu Hülfe deinen heiligen Erzengel Michael, welcher mich beschütze und vertheidige gegen meine Feinde. O heiliger Erzengel St. Michael, ich bitte dich durch die Gnade, so du verdienst hast, und durch den eingebornen Sohn Gottes, unsern Herrn Jesum Christum, erlöse mich heute von allem Schaden und Gefahr des Todes. Heiliger Gabriel, heiliger Raphael, und alle heiligen Engel und Erzengel, kommt mir zu Hülfe. Ich Beschwöre euch durch alle Kräfte der Himmeln, dasz ihr mich bewahret vor dem jähnen Tod, und dasz ihr mir Hülfe, Stärke und Kraft verleihet, damit mir der bose Feind na diesem Tag nicht Schaden könne, weder durch's Feuer, noch dasz er mich könne verletzen und unterdrücken, wachend oder schlafend. Sehet das Kreuz des Herrn! Flihet, ihr widersacher. Der Löwe vom Geschlecht Judá hat überwunden, die Wurzel Davids, Allelujah. Du Heiland der Welt, mach uns heilwürdig! Der du uns durch dein Kreuz und Blut erlöset hast, komme uns zu Hülfe! Wir bitten dich, o Herr, unser Gott. Heiliger starker Gott, heiliger unsterblicher Gott, erbarme dich nuser. Das Kreuz Jesu Christi vertheidigt uns! Das Kreuz Jesu Christi komme uns Hülfe, gegen alle unsere Feinde. Im Namen Gottes des + Vaters, des + Sohnes und des Heiligen + Geistes, Amen".



traduzidos do sueco para o latim. Entretanto, essa é uma referência indireta, vinda do livro *Romanusbüchlein*.

## Conexões textuais

*Romanusbüchlein* é um livro cuja primeira publicação é datada de 1788. Tal livro se tornou extremamente popular entre o fim do século XVIII e o início do século XX em áreas nas quais o alemão era o idioma predominante. Há uma série de polêmicas que envolvem não só as origens do seu conteúdo, mas o próprio nome do livro. As teorias são de que ele possa ser uma referência a São Romano, ou ao nome de um jurista eminente, ou até mesmo a um bispo do período de publicação<sup>35</sup>. A popularidade dessa obra levou o folclorista alemão Adolf Spamer a trabalhar em uma análise histórica e filológica do *Romanusbüchlein*. O trabalho de Spamer, publicado postumamente em 1958, é composto de uma versão completa do *Romanusbüchlein* impressa em 1908, com o exame específico de 19 bênçãos e orações selecionadas. Esses trechos selecionados são inseridos no quadro maior da tradição de textos ritualísticos, e a reconstrução do contexto histórico desse material remonta em alguns casos até ao século XV.

Vários dos conteúdos encontrados nos manuscritos, e até mesmo os títulos das orações, são exatamente iguais aos encontrados no *Romanusbüchlein*, mas a grafia de algumas palavras indica que os manuscritos são cópias de uma versão mais antiga do que a usada por Spamer. Além disso, as referências da *Romanusbüchlein* não estão seguindo qualquer ordem nos manuscritos. Eles são misturados com orações de diferentes fontes, distribuídos ao longo dos cadernos. Nem todas as 77 fórmulas do *Romanusbüchlein* aparecem nos manuscritos, mas a grande maioria está presente, mesmo que com leves modificações. Como mencionado antes, o caderno com o maior número de referências ao *Romanusbüchlein* é o “1/C”, com 23 fórmulas derivadas dele. O caderno “Fita Isolante” conta com 14 descrições compatíveis, enquanto o “Costurado” possui apenas 3. As referências no “Caderno da Clary” vêm de cópias do “1/C”. O *Romanusbüchlein* é com certeza a maior referência encontrada nos manuscritos.

---

<sup>35</sup> NICKEL apud SPAMER, Adolph. *Romanusbüchlein*: historisch-philologischer Kommentar zu einem deutschen Zauberbuch. Berlin: Akademie-Verlag, 1958. p.23-14.





Outra fonte encontrada que se relaciona com os manuscritos brasileiros é o livro *Sechstes und Siebentes Buch Moses* (Sexto e Sétimo Livros de Moisés). A idéia de novos escritos de Moisés após o Pentateuco foi relativamente bem difundida durante a Idade Média, e há mais de uma versão de “Sexto e Sétimo Livro de Moisés”. A versão a que se refere aqui é foi publicada como *Sechstes und Siebentes Buch Moses oder der magisch-sympathetische Hausschatz* (1853 ou anterior). As referências nos manuscritos se concentram na parte do sétimo livro, que apresenta uma coleção de meios ritualizados para combater doenças comuns, proteger a casa ou o gado, e resolver algumas complicações da vida diária. Os manuscritos não fazem qualquer referência ao sexto livro, que é mais explicativo e cabalístico.

Uma fonte diferente também foi encontrada, um livro chamado *Die Egyptische Geheimnisse des Albertus Magnus*. O *Egyptische Geheimnisse*, ao contrário do que o nome indica, não tem nenhuma conexão real com o dominicano Albertus Magnus ou com os egípcios. “Egípcio” era uma forma comum para se referir a pessoas roma, embora a relação com eles também não esteja provada. A estratégia para nomear este tipo de livro com o nome de uma figura proeminente era uma estratégia comum na época. Datações dessa obra são bastante complicadas devido ao constante uso de datas mais antigas para a publicação de livros considerados “mágicos”, mas considera-se 1725 o ano da primeira versão publicada.

Foi possível rastrear a origem de parte dos manuscritos como sendo parte do livro *Buch Abramelin, das ist, Egyptische großen Offenbarungen oder das Buch der wahren Praktik in der uralten göttlichen Magie*. Presume-se que a obra tenha raízes no século XV, mas foi publicado em 1725. Esse livro é visto como parte da tradição mágica judaica, embora ninguém foi capaz de atestar a autenticidade desse texto. Os conteúdos vão de esquemas astrológicos, demonológicos, angelológicos, a maneiras de proteção física e espiritual. É interessante notar que apenas a última categoria passou a fazer parte dos manuscritos, de um modo muito disperso. Basicamente todas as orações dos manuscritos que pertencem a este livro fazem referência a *Adonaj*, mas nem todas as orações que o mencionam são derivadas do *Buch Abramelin*.

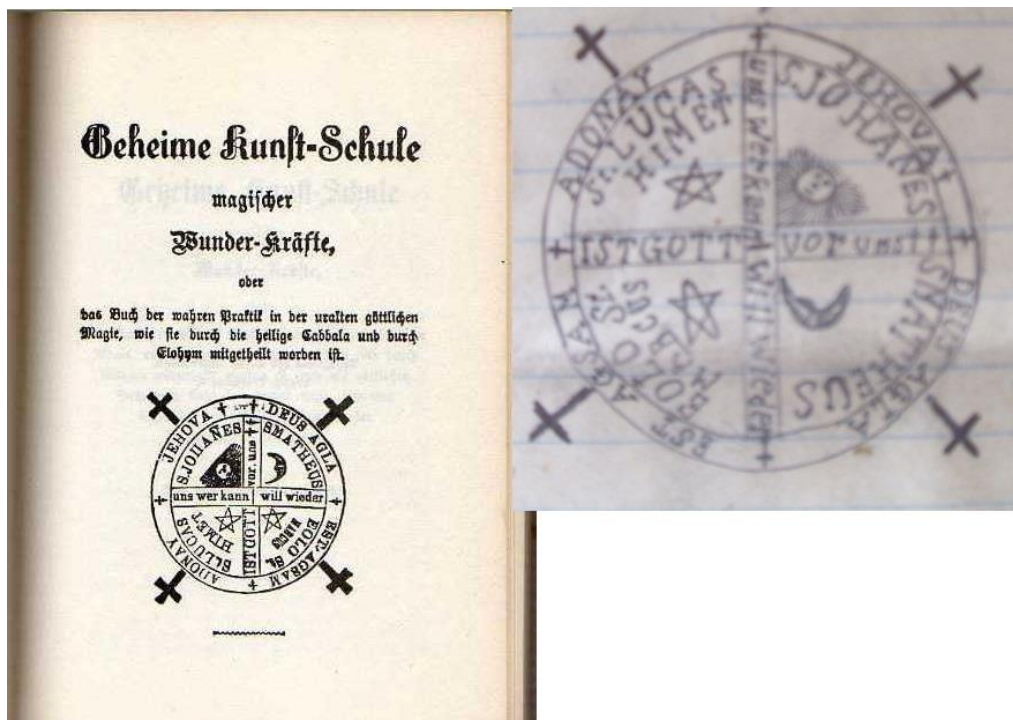
Outra fonte identificada foi *Das Buch der siebenmal versiegelte größten Geheimnisse*. Não há muita informação sobre este livro, que geralmente é publicado em anexo ao *Sechste*

*und Siebente Buch Moses*. Uma versão exclusiva do *Das siebenmal versiegelte Buch* foi publicada em 1880, organizada em ordem alfabética. Os procedimentos descritos no livro estão relacionadas a problemas de saúde, utilizando ingredientes comuns e performances rituais em alguns casos.

Há dois símbolos circulares, ou selos, presentes nos manuscritos. Um deles é muito elaborado, com elementos como o sol, as estrelas, a lua, o nome de santos e cruzes. O mesmo símbolo pode ser encontrado na capa do livro *Geheime Kunst-Schule magischer Wunderkräfte*, embora sem informações sobre seu significado (Figura 01).

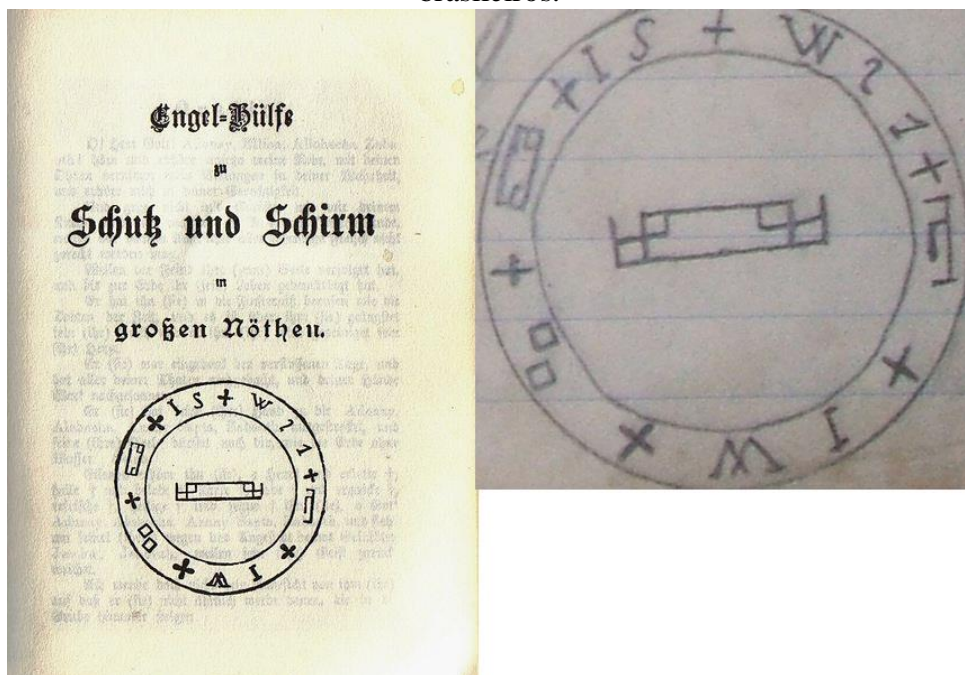
Outro aparece com a descrição “Engel-Hülfe”, uma oração para alcançar a ajuda de anjos. Foi possível identificar o símbolo como a capa de um livro chamado *Engel-Hülfe zu Schutz und Schirm em großen Nöthen*. Não há muita informação sobre este livro, mas tanto o “Engel-Hülfe” e o “Geheime Kunst-Schule” foram publicados conjuntamente com o *Sechstes und Sibentes Buch Mosis* (Figura 02).

**Figura 01:** Comparação entre a capa do “Geheime Kunst-Schule” e o símbolo nos manuscritos brasileiros.



**Fonte:** *Das Sechstes und Siebentes Buch Mosis*, 1976, p. 192; CADERNO Fita Isolante, p. 23.

**Figura 02:** Comparação entre a capa do “Engel Hülfe” e o símbolo nos manuscritos brasileiros.



**Fonte:** *Das Sechstes und Siebentes Buch Mosis*, 1976, p. 192; CADERNO “1/C”, p. 29.

Mesmo fazendo referência a diversas publicações impressas, os conteúdos dos manuscritos brasileiros também estão conectados com manuscritos de origem européia. Várias rezas e rituais podem ser encontradas em manuscritos monásticos, farmacopéias, e até mesmo em documentos de processos contra bruxaria. A tradição encontrada entre os imigrantes alemães no Brasil, portanto, não pode ser considerada uma compilação manuscrita de publicações impressas do século XVIII em diante. Se trata, de fato, de parte de uma trajetória muito mais longa, que combina formas impressas e manuscritas, transmissões orais e textuais, que estão profundamente enraizadas na cultura popular de origem européia, e que agora se desdobram em um contexto novo, recebendo novas influências e sobrevivendo em novos contextos.

### Considerações finais

A tradição ritual descrita até agora serve a muitos propósitos, sendo muito importante para alguns setores da comunidade imigrante. Ela tem sido usada como uma maneira para curar uma variedade de doenças, incluindo aquelas consideradas de natureza espiritual. Sendo muito ligados à vida rural, apresentando muitas orações e rituais para lidar com problemas domésticos, dificuldades com animais ou outras emergências, tais rituais ainda sobrevivem entre agricultores da região.



A tradição é passada adiante através de um conjunto de regras internas que vão além da variação de gênero a cada geração, exposto anteriormente. Esse processo de transmissão tem duas correntes muito importantes: por um lado, a aprendizagem pessoal e pragmática, sob a supervisão do benzedor e com base na observação em primeira mão; e, por outro lado, a transmissão escrita, o que inclui a partilha dos textos e o papel ativo de escrever um ou mais manuscritos pessoais. A transmissão escrita é muito mais que uma simples herança do texto de um benzedor anterior, como aconteceu com Clary Käfer.

Não há nada passivo sobre a continuidade dos textos rituais, como na percepção tradicional de transmissão via material escrito, comumente vista como uma mera forma de lembrar rituais, ou uma proteção contra a possível corrupção da transmissão oral. O ato de escrever tem também um papel importante nesse complexo sistema de transmissão, sendo muito mais do que um processo de simples cópia. Cada praticante escreve seu próprio manuscrito, no qual podem ser adicionados ou removidos conteúdos, adaptando-se às situações atuais, tanto que já se encontram palavras e até mesmo rezas inteiras em português entre os textos dos manuscritos. Dessa forma, mesmo sendo derivada de uma linhagem histórica extremamente longa, essa tradição não existe como um corpus textual monolítico, mas se mantém sempre dinâmica e, assim, continua atualmente viva.

## **Bibliografia**

DAVIES, Owen. *Grimoires: A History of Magic Books*. New York: Oxford University Press, 2010.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KLAASSEN, Frank. *The Transformations of Magic: Illicit Learned Magic in the Later Middle Ages and Renaissance*. University Park : Pennsylvania State University Press, 2013.

KOCH, Leopold. *Volksmedizin zwischen Zauber und Magie: wiederentdecktes Heilswissen aus einem Brauchbuch des 17. Jahrhunderts*. Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2012.

KURKOWSKA-BUDZAN, M.; KRZYSZTOF, Z. (ed.). *Oral History: The Challenges of Dialogue*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B.V., 2009.



LABOUVIE, Eva. *Verbotene Künste: Volksmagie und ländlicher Aberglaube in den Dorfgemeinden des Saarraumes* (16. - 19. Jahrhundert). St. Ingbert : Röhrig, 1992.

LERMEN, A.; SPECHT, S. *Salvador do Sul, Nossa Terra Natal (Kappesberg, Unser Heimatland)*. Salvador do Sul: D&A Editora, 1999.

MELLO E SOUZA, L. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUMMEL; Walter. 'Weise' Frauen und 'weise' Männer im Kampf gegen Hexerei Die Widerlegung einer modernen Fabel. In: DIPPER, Christof; KLINKHAMMER, Lutz; NÜTZENADEL, Alexander: *Europäische Sozialgeschichte. Festschrift für Wolfgang Schieder* (Historische Forschungen v.68), Berlin, 2000.

SPAMER, Adolph. *Romanusbüchlein: historisch-philologischer Kommentar zu einem deutschen Zauberbuch*. Berlin: Akademie-Verlag, 1958.

WIESEMANN, Ursula. *Contribuição ao desenvolvimento de uma ortografia da língua Hunsrik falada na América do Sul*. Cuiabá: Associação Internacional de Linguística, 2008.

## Fontes

ALBERTUS MAGNUS BEWÄHRTE UND APPROBIRTE SYMPATHETISCHE UND NATÜRLICHE EGYPTISCHE GEHEIMNISSE FÜR MENSCHEN UND VIEH. Brabant, 1857.

CADERNOS DO TIO ARTUR. Arquivo particular da família.

DAS SECHSTES UND SIEBENTES BUCH MOSIS. Braunschweig: Planet Verlag, 1950.

DAS SIEBENMAL VERSIEGELTE BUCH DER GRÖSSTEN GEHEIMNISSE (...).In: Sechstes und Siebentes Buch Mosis: Berlin, Richard Schikowski, 1976.

DER WAHRE GEISTLICHE SCHILD SO VOR 300 JAHRE VON DER HEIL. PABST LEO X BESTÄTTINGET WORDEN (...). Freiburg, 1861.

ENTREVIEWSTAS COM CLARY KÄFER, 03 de outubro de 2006 e 22 de dezembro de 2006.

ENGEL-HÜLFE ZU SCHUTZ UND SCHIRM IN GROSSEN NÖTHEN. Sechstes und Siebentes Buch Mosis: Berlin, Richard Schikowski, 1976.



GEHEIME KUNST-SCHULE MAGISCHER WUNDER-KRÄFTE (...).Sechstes und Siebentes Buch Mosis: Berlin, Richard Schikowski, 1976.

LE VERITABLE DRAGON ROUGE. Harvard College Library, 1839.

SPAMER, Adolph. *Romanusbüchlein*: historisch-philologischer Kommentar zu einem deutschen Zauberbuch. Berlin: Akademie-Verlag, 1958.

SECHSTES UND SIEBENTES BUCH MOSIS. Berlin; Richard Schikowski, 1976.

THE BOOK OF ABRAMELIN. Köln und Rhein: Peter Hammer, 1725.





## **O Diretório em Pernambuco no século XIX: Instrumento de “pacificação” dos “índios brabos” no submédio São Francisco**

Carlos Fernando dos Santos Júnior<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 10/09/2015

Artigo aceito em: 17/09/2015

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a aplicação do Diretório dos Índios de Pernambuco para as populações indígenas na Região do Submédio São Francisco e nas áreas das bacias dos rios Moxotó e Pajeú. Nesses espaços ocorreram os contatos, os conflitos e as alianças entre as populações nativas e os criadores de gado que instalavam as suas fazendas e os povoados no Sertão de Pernambuco. Para a inserção dos sertões nordestinos à lógica da colonização, a colaboração das populações nativas foi essencial. Na segunda metade do século XVIII, o Diretório Pombalino norteou a política indigenista da Coroa Portuguesa que visava transformar índios aldeados e os não aldeados – denominados nos documentos coloniais com a alcunha de “bárbaros” – em vassalos. No início do século XIX, observou-se nos documentos administrativos do Governo da Capitania de Pernambuco a continuidade da aplicação do Diretório como a política indigenista oficial para civilização das populações indígenas não aldeadas, nas áreas próximas aos rios Moxotó, Pajeú e São Francisco. Nesse período a relação entre os indígenas e moradores foi marcada por conflitos, alianças e negociações movidas pelo controle de dois recursos naturais: terra e água. E também a resistência dos povos indígenas na defesa de seus territórios.

**Palavras-chave:** Índios no Sertão; Rio São Francisco; acervos de experiências.

**The directory in Pernambuco in the 19th Century: Instrument of "pacification" of  
"angry indians" in the Submedium São Francisco**

### **ABSTRACT**

This article discusses the application of Pernambuco Indians of the Directory for indigenous peoples in the region of the Submédio São Francisco and Moxotó and Pajeú rivers. These spaces occurred contacts, conflicts and alliances between indigenous peoples and farmers who settled their farms and villages in the Hinterland of Pernambuco. For the insertion of the northeastern hinterlands of colonization logic, the collaboration of indigenous peoples was essential. In the second half of the eighteenth century, the Pombalino Directory guided the indigenous policy of the Portuguese Crown aimed at transforming settled Indians and non-

<sup>1</sup> Professor da Secretaria de Educação de Pernambuco (Seduc - PE), mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), bacharel e licenciado em História pela UFPE. E-mail: carlosfernando\_1984@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8354774667264115>.





villagers - called in colonial documents with the nickname of "barbarians" – in vassals. In the early nineteenth century, there were the administrative documents of the Captaincy of Pernambuco Government to continue to enforce Directory as the official Indian policy for civilization of indigenous peoples not settled, in areas near to the Moxotó, Pajeú and San Francisco rivers. During this period the relationship between indigenous and farmers was marked by conflicts, alliances and negotiations moved by control of two natural resources: land and water. And also the resistance of indigenous peoples through their territories.

**KEYWORDS:** Indians in the Sertão; São Francisco River; collections of experiences.

## O Diretório dos Índios na Província de Pernambuco no início do século XIX

Para compreender a continuidade do *Diretório dos Índios* em Pernambuco, no século XIX, não basta vê-lo, simplificadoramente, apenas como o prosseguimento da mesma política indigenista do século XVIII, mas entendê-lo como um instrumento político-administrativo ajustado à nova realidade sociopolítica e histórica de Pernambuco no início do século XIX. Assim, é necessário entender o contexto sócio-histórico europeu e brasileiro do século XVIII, no momento da criação do Diretório Pombalino, como também é necessária a compreensão do contexto sociopolítico e histórico de Pernambuco, no Brasil do século XIX<sup>2</sup>.

A partir da segunda metade do século XVIII e até meados do século XIX, o Sertão da Capitania de Pernambuco e os sertões das capitanias anexas a ela expandiram-se em termos territoriais, demográfico e urbano. O desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para a exportação acentuou as transformações socioeconômicas nessas áreas. Isto ocorre a partir da intervenção do Estado português nesse processo, denominado por Denis Bernardes como o “reordenamento administrativo e judicial do território”<sup>3</sup>, no qual o Estado estaria presente por meio da criação de novas comarcas<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Ana Elizabeth Lago de. *O Diretório Pombalino em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2004.

<sup>3</sup> BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005. p.383.

<sup>4</sup> Em Portugal no século XVIII, se entendia por Comarca um espaço de terra em que encerra a jurisdição de um corregedor ou, mas claramente, certo número de vilas cuja jurisdição tem os ministros “da cabeça della” (a Sede da Comarca), ela pode ser uma cidade ou vila grande. Nela reside o corregedor e o provedor de toda a comarca, ver: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Potuguez & Latino*. 10 v. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>>. Acesso em: 05 out. 2014.p. 386.



Nesse período, em Pernambuco, foram criadas a Comarca do Sertão e a Vila de Flores do Pajeú (1810), as vilas do Cabo de Santo Agostinho, Limoeiro, Pau d'Alho e Santo Antônio (1811), as comarcas de Olinda e Recife (1815), a Comarca do Rio São Francisco (1820) e a criação do Tribunal da Relação (1821). Mas, para que esse reordenamento se concretizasse, os “potentados locais” foram incorporados “ao aparato político-administrativo por intermédio das câmaras municipais”<sup>5</sup>. As Câmaras municipais representavam o poder local, cuja importância permaneceria no Império. Quanto D. Pedro I outorgou a Constituição de 1824, dirigiu-se às câmaras para que as mesmas jurassem fidelidade às novas leis, condição para obterem a legitimidade.

Neste contexto, aqueles que detinham o poder econômico em Pernambuco também detinham o poder político e administrativo pelas suas vinculações com o poder central. Sendo o Governador da Capitania a autoridade máxima, nomeada diretamente pelo Monarca. Entretanto, pela documentação consultada<sup>6</sup>, em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, as decisões sobre a melhor política de civilizar ou combater os “índios brabos” eram deliberações de uma Junta de Governo composta pelo Governador, o Bispo de Pernambuco e o Capitão Mor da Capitania de Pernambuco. Cabia aos oficiais das câmaras, oficiais militares e magistrados locais relatarem à Junta informações sobre os indígenas e cumprir as determinações do governo, sobre o modo que deveriam ser tratados os índios.

A Junta Geral das Missões (também conhecida como a “Junta das Missões”) foi outro órgão do poder político administrativo criado pelo Estado para tratar de assuntos relativos aos aldeamentos e missões religiosas, e o controle e disciplinamento para o trabalho da população indígena. Criada em 1655, era um órgão do poder metropolitano, composto por autoridades civis (Governadores das Capitânicas, Juizes de Fora, Desembargadores e Procuradores da Coroa) e eclesiásticas (Bispos e representantes das ordens missionárias), cuja função era a fiscalização dos aldeamentos e o cumprimento das leis relativas aos índios.

---

<sup>5</sup> BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). Op. cit., p.385.

<sup>6</sup> No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), foram consultadas as coleções documentais Correspondências para Corte (CC), Ordens Régias (OR), Ouvidores de Comarcas (OC), Ofícios de Governo (OG), entre outras. Também foram consultados manuscritos que estão sobre a guarda do Memorial de Justiça de Pernambuco (MJPE), a respeito da Comarca de Flores.



A Junta das Missões de Pernambuco iniciou os seus trabalhos em junho de 1692<sup>7</sup> e a sua função era auxiliar as missões com recursos materiais e humanos (padres), e dar continuidade a política colonizadora e a proteção dos índios aldeados conforme a legislação em vigor<sup>8</sup>. O Diretório substituiu a maioria das Juntas das Missões no Brasil, exceto a Junta pernambucana. Ela teve uma duração um pouco maior em relação às demais, deixando de funcionar provavelmente depois de introduzidas as reformas pombalinas<sup>9</sup>.

No ano de 1758, quando o Governo da Capitania de Pernambuco se preparava para aplicar o Diretório nessa capitania e suas anexas, foi instalada uma Junta organizadora formada pelo Governador de Pernambuco (Luis Diogo Lobo da Silva), o Ouvidor Geral (Bernardo Coelho da Gama e Casco) e o Bispo de Pernambuco (D. Francisco Xavier Aranha). Tal junta foi responsável pela criação das vilas e a instalação da administração civil (Diretores e Câmaras de Vereadores) e religiosa (vigários e padres seculares)<sup>10</sup>. A partir de 1821, foram instaladas as Juntas de Governo nas províncias<sup>11</sup>, dando uma maior autonomia para que os grupos políticos locais administrassem as suas províncias.

No início do século XIX, o Governo da Província de Pernambuco não desativou por completo a sua Junta das Missões, incorporando boa parte de suas funções à Junta de Governo da época. Pois era necessária a existência de órgão administrativo local responsável pela fiscalização e execução do projeto de civilização dos índios no Sertão de Pernambuco, iniciado pelo Diretório. Isso acarretou na transferência da agência indigenista – responsável pelo acionamento das diferenças sociais indígenas – do Estado português<sup>12</sup> para o Governo da Província de Pernambuco. Indicativo da continuidade da funcionalidade da Junta das Missões

<sup>7</sup> CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo. *Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco - séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.

<sup>8</sup> SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. *Novos Súditos do Rei: os povos indígenas e a ocupação portuguesa no Sertão de Pernambuco (Século XVIII)*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.

<sup>9</sup> MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. *As Juntas das Missões Ultramarinas: gênese e evolução. Amazônia em Cadernos*, Manaus, n. 7/8, p. 49-69, 2001/2002.

<sup>10</sup> LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

<sup>11</sup> BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

<sup>12</sup> MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba: da Aldeia a Vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará Colonial - Século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.



para uma época posterior às reformas pombalinas. E a partir de 1845, com o Regulamento das Missões, o Governo Imperial assumiu oficialmente essa agência para todo o Brasil.

No contexto de Pernambuco no início do século XIX, a política indigenista adotada pela Junta seguia as orientações do Diretório dos índios de Pernambuco. Pois se apresentava como o melhor mecanismo burocrático de atração, pacificação e “civilização” das populações não aldeadas nas ribeiras do Pajeú e Moxotó, e a sua reunião nas vilas localizadas nas ilhas do São Francisco (Assunção e Santa Maria). Assim, o Diretório tinha a função pragmática de controle das populações indígenas acusadas de cometerem furtos e mortes nas fazendas nos rios Moxotó e Pajeú.

Essas acusações foram feitas pelos moradores dessas regiões e pelas autoridades locais. Em 1801, o requerimento do Comandante das tropas do Sertão, Manoel Dias da Silva, informava ao Conselho Ultramarino dos ataques dos “gentios bárbaros” nas ribeiras do Pajeú e Moxotó<sup>13</sup>, que atacavam as fazendas na Ribeira do Pajeú e Riacho do Navio, provocando a fuga dos moradores e abandono das fazendas. O mesmo documento acusava esse “gentio” de agregar escravos fugidos e criminosos nos seus ataques. No documento, Manuel Dias ratificou ao Conselho Ultramarino a necessidade de “bandeira” para a extinção do “Gentio”, prisão e castigos aos criminosos, e para os demais índios presos, enviá-los para os seus respectivos diretores para vigiá-los. Também solicitou ao Conselho o auxílio militar de outros comandantes e oficiais para poder executar as prisões dos “transgressores e desobedientes”, pois os lugares onde os índios atacavam eram distantes e resultava no “despovoado” (abandono dos lugares pelos moradores). Ele também informou que a sua tropa estava ciente de não causar ferimentos aos índios e não havia notícias de que a sua tropa fazia “diligencia” ao “Gentio” como inimigos que “destruíam os povos”<sup>14</sup>.

Esse documento aponta a continuidade da utilização das bandeiras, mas com um diferencial: deveriam ter a anuência do Conselho Ultramarino e do Governo da Capitania de Pernambuco. A sua finalidade era pôr um fim aos crimes cometidos pelos “índios brabos” sem que isso lhes causasse ferimentos, e a condução dos índios presos para as aldeias para serem “civilizados”/vigiados pelos diretores nomeados. O citado documento indicava que

---

<sup>13</sup> APEJE. Correspondências para a Corte, CC 12. Requerimento, Recife 14 set. 1801. Requerimento do Comandante das tropas do Sertão, Manoel Dias da Silva, para o Conselho Ultramarino. Ataques de gentios bárbaros nas ribeiras do Pajeú e riacho do Navio, f. 264

<sup>14</sup> Idem.



alguns dos índios presos eram índios aldeados (ou haviam vivenciado tal experiência) ou estavam sobre a vigilância de um diretor. Entretanto, por mais que o governo ressignificasse as bandeiras para submissão “pacífica” dos índios, elas não perderam o seu caráter violento, pois aqueles que as executavam eram os homens experimentados em combates com os índios desde meados do século XVIII.

Em fevereiro de 1802, o Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú e Diretor dos Índios da Missão do Olho d’Água da Gameleira, Francisco Barbosa Nogueira, encaminhou um parecer sobre o requerimento de Manuel Dias. No seu parecer, Francisco Barbosa apontou que o requerimento de Manuel Dias era “despido de verdade”, uma vez que esses ataques foram feitos pelos moradores agregados às fazendas e não pelos índios. E acusou Manuel Dias de abusar das “ditas Saudáveis Ordens, que sabiamente determinavão se prendessem os Indios para se aldearem” tem feito “nos Indios deshumanas matansas, e não Conquistar”<sup>15</sup>. Neste mesmo documento, Francisco Barbosa acusou o Comandante da Serra do Arapuá e do Pajeú, Cipriano Gomes de Sá de também atacar os índios<sup>16</sup>. Tratava-se dos índios das “nações Pipipã e Chocó”, perseguidos pelos oficiais citados e “protegidos” por Francisco Barbosa, que buscava aldeá-los.

No Diretório Pombalino não havia nenhuma orientação sobre o uso das bandeiras como estratégia de pacificação “branda” e muito menos se verificou isso nas instruções de Diogo Lobo da Silva. A referência conhecida do uso oficial das bandeiras em Pernambuco ocorreu na segunda metade do século XVIII, quando Jerônimo Mendes da Paz organizou bandeiras para seguir os “índios de Corso” que atacavam as fazendas nas ribeiras do Moxotó e Pajeú<sup>17</sup>, no momento da implantação do Diretório no Sertão de Pernambuco.

No Sertão de Pernambuco, nos primeiros anos do século XIX, a Junta de Governo de Pernambuco seguia o estabelecido pelo Diretório, no tratamento brando aos “índios brabos” e o combate aos grupos indígenas identificados como “hostis”. Para a execução dessas ordens, a Junta contou com os serviços dos proprietários de terras no Moxotó e no Pajeú, que investidos

<sup>15</sup> APEJE. Correspondência para a Corte, CC 12. Carta, Vila de Flores 26 fev. 1802. Carta de Francisco Barbosa Nogueira, Diretor dos índios da Missão do Olho d’Água da Gameleira, para o Conselho Ultramarino. Resposta ao Requerimento de Manoel Dias da Silva a necessidade de Bandeira para a extinção do “Gentio Brabo” na Ribeira do Pajeú e Riacho do Navio e a Carta da Junta de Governo de Pernambuco sobre os índios bárbaros da Serra Negra, receberem batismo e se aldearem como os índios do Olho d’Água da Gameleira, f. 267.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> SALDANHA, Suely Maris. *Fronteiras dos sertões: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na Época de Pombal*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.



de cargos militares e civis, auxiliaram o poder administrativo na repressão e na “pacificação” dos índios. Esses homens participaram das bandeiras da década de 1760 e continuavam servir ao Governo no século XIX. É importante frisar, muitos deles formaram o seu patrimônio (fazendas, terras e gado) a partir do combate aos grupos nativos, tomando as suas terras, e por esse serviço adquiriram patentes militares e prestígio político.

Francisco Barbosa Nogueira era morador do povoado de Flores, e em 1760 ele formou uma bandeira para atacar os índios na Serra do Arapuá<sup>18</sup>. Em 1801, foi nomeado como Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú, a sua função era informar a Junta de Governo sobre os “índios brabos” que andavam pelo Pajeú. O Bispo de Pernambuco enviou uma carta solicitando notícias sobre os índios aldeados pelo Frei Vital de Frescarollo e a criação de uma povoação para os mesmos<sup>19</sup>. Em novembro desse mesmo ano, o Bispo encaminhou outra carta ordenando a averiguação da bandeira de Manuel Dias da Silva contra o “Gentio brabo” na Ribeira do Pajeú, e se esses índios eram os mesmos que receberam autorização de possuírem terras para a sua povoação, e estavam sendo catequizados e batizados pelo Capuchinho italiano, o Frei Vital de Frescarollo<sup>20</sup>.

Em novembro de 1801, a Junta de Governo notificou o recebimento da carta de Francisco Barbosa Nogueira de 12/10/1801 relativo aos índios dispersos e catequizados pelo citado Padre para viverem aldeados, a fim de evitarem os furtos que praticavam nas fazendas dos moradores no sertão do Pajeú. A referida Junta invocou a Carta Régia de 14/09/1758 que ordenava a transformação das Missões de Pernambuco em vilas<sup>21</sup>. Portanto, a Junta determinou que esses índios fossem “avilados” (aldeados), devendo repartir as terras “competentes para a sua Lavoura, e Comercio nos destritos [distritos], das Vilas, e lugares que de novo se erigirem”<sup>22</sup>. E também autorizou que o Olho d’Água da Gameleira fosse residência para esses índios até que se “mostre quem hé o legítimo Senhor das Terras do

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 18 set. 1801. Carta do Bispo de Pernambuco, D. José, para o Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú, Francisco Barbosa Nogueira. Ofício ao Juiz Ordinário do Sertão do Pajeú sobre os índios brabos que ali se acham e se quer aldear, f. 89.

<sup>20</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 05 nov. 1801. Carta do Bispo de Pernambuco, D. José, para Francisco Barboza Nogueira, Juiz Ordinário do Julgado de Pajeú. Ofício ao Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú a respeito de informar sobre uns índios brabos que andam no Pajeú, f. 111v.

<sup>21</sup> LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Op. cit.

<sup>22</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 11 set. 1801. Carta da Junta de Governo da Capitania de Pernambuco para o Diretor da Aldeia da Missão da Gameleira, Francisco Barboza Nogueira. Ofício ao Diretor da nova aldeia de índios do Pajeú no Olho d’Água da Gameleira, sobre os índios dispersos, f. 114v.





referido lugar, ou Sua Alteza Real lhe mandar da hum equivalente” e nomeou Francisco Barbosa como Diretor dos índios da Gameleira<sup>23</sup>.

O Comandante da Serra do Arapuá, Cipriano Gomes de Sá, desde 1788 atuava afugentando e prendendo os índios dispersos nos Sertões do Distrito de Tacaratú<sup>24</sup>. No ano de 1802, Cipriano Gomes e seu irmão, o Comandante de Tacaratú, José Gomes de Sá, combatiam os “gentios” no Pajéu e no Moxotó. Os mencionados oficiais possuíam fazendas na Ribeira do São Francisco cujos poderes políticos e de influência se projetavam no São Francisco, no Riacho dos Mandantes, Fazenda Grande (atual município de Floresta), Tacaratú e em todo o Sertão<sup>25</sup>. Ambos receberam recomendações do governo em agir com cautela com os índios. Cipriano recebeu ordem de não utilizar da violência porque não era do interesse da Junta uma guerra contra os índios, pois se esperava “reduzi-los por meios pacíficos”. A Junta comunicou que pelos dias de Páscoa, o Frei Vital de Frescarollo chegaria à região para pacificar e “reduzir” os indígenas pelos meios da brandura, e evitando tudo que possa ofendê-los ou causar desconfiança<sup>26</sup>. O Bispo, em nome da Junta ordenou a José Gomes que “se conserve na defenciva [defensiva], que brevemente hirá a ultima resolução sobre este negocio”<sup>27</sup>.

Outros moradores também se destacaram no serviço da Junta de Governo de Pernambuco. Os irmãos Joaquim Inácio Manuel José e Luís Rodrigues de Siqueira Barbosa, filhos de Pantaleão de Siqueira Barbosa, cofundadores do povoado de Pesqueira, ao lado de seus outros 17 irmãos, ficaram conhecidos como “os 20 de Pesqueira”<sup>28</sup>. Outro colaborador foi o Capitão Mor das Ordenanças de Flores, Joaquim Nunes de Magalhães, proprietário da

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 04. Ofício, Recife 09 jun. 1788. Ofício do Governador da Capitania de Pernambuco, Thomas Jozé de Melo, para Comandante da Serra do Irapuá (Arapuá), Cipriano Gomes de Sá. Resposta a Carta de Cipriano Gomes de 14 maio 1788 a respeito Ordem de 02 abr. 1788 para prender e afugentar os índios bárbaros que se acham dispersos pelos Sertões do Distrito de Tacaratú cometendo roubos e outros delitos com que vexam os moradores, f. 81.

<sup>25</sup> BURLAMAQUI, Maria Ferreira. Conexões e fronteiras de uma rede de sociabilidade: Sertão de Pernambuco (1840-1880). *Clio*. Série História do Nordeste (UFPE), v. 30.1, p. 1-22. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio>>. Acesso em: 13 maio 2014.

<sup>26</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 25 jan. 1802. Carta da Junta do Governo da Capitania de Pernambuco para Comandante da Serra do Arapuá e Pajéu, Cipriano Gomes de Sá. Sobre os índios brabos na Serra do Arapuá e Pajéu, f. 139.

<sup>27</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 08 mar. 1802. Carta do Bispo de Pernambuco, D. José, para José Gomes de Sá, Comandante de Tacaratú sobre as desordens dos índios brabos, fl. 161v.

<sup>28</sup> ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um Sertanejo e o Sertão*. 4 ed. Recife: Cepe, 2012a.





Fazenda Riacho Fundo, no qual estabeleceu uma povoação, mais tarde elevada a vila que originou o município de Serra Talhada<sup>29</sup>.

Com base na Carta Régia de 1758, que estendeu o Diretório para todo o Estado do Brasil, o Governo da Capitania de Pernambuco autorizou a criação da Missão (Aldeia) do Olho d'Água Gameleira<sup>30</sup>, onde foram reunidos os índios das “Nações” Umã e Oê. E anexa a esta carta estava a relação de patentes militares concedidas aos índios da Gameleira<sup>31</sup>, indicativo de que a citada aldeia estava organizada à maneira de um “quartel”. Conforme a observação de Fátima Lopes<sup>32</sup> muitas das vilas de índios no Nordeste estavam estruturadas na forma de “aquartelamento” com a função disciplinadora. Percebeu-se que na citada Missão ocorreu uma distribuição das patentes entre os índios Oê e Umã, a fim de manter um equilíbrio das forças dentro da Aldeia para evitar possíveis conflitos. Os Oê ficaram com três patentes<sup>33</sup> e os Umã também com três<sup>34</sup>. As patentes de comando geral da Aldeia foram para o índio Oê Domingos João (Capitão Mor), e para o índio Umã Francisco Rodrigues (Sargento Mor). Os índios da Aldeia estavam organizados em companhias militares (Regimento de Ordenanças), uma composta por índios Oê e a outra pelos Umã.

Ao conceder patentes aos chefes indígenas criava-se uma hierarquia social nas aldeias, que adquiriam “honras competentes á graduação de seus postos” conforme o estabelecido pelo artigo 50 do Diretório<sup>35</sup>. Segundo o Diretório, os índios empossados nesses cargos recebiam salários, autoridade na distribuição dos índios para os trabalhos externos, a cobrança

<sup>29</sup> ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Moxotó brabo*. 3 ed. Recife: Cepe, 2012b.

<sup>30</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 11 nov. 1801, f. 114v.

<sup>31</sup> APEJE. Patentes Provinciais, Pp. 11. Relação de Patentes 1801. Concessão de patentes militares de Capitão Mor, Capitães, Sargento Mor e de Alferes aos índios das “Nações” Oê e Umã aldeados na “Nova Aldeia do Olho D'água da Gameleira” no Sertão do Pajeú, f. 125-127v.

<sup>32</sup> LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Op. cit, p.205.

<sup>33</sup> O Índio Domingos João, Capitão Mor dos Índios da “Nova Aldeia do Olho D'Água da Gameleira” (14 nov. 1801); O índio Felizardo da Rocha, Capitão dos Índios Oê (16 nov. 1801), obediência ao Capitão Mor da Aldeia Domingos João (Oê); O Índio Francisco Nogueira, Alferes da Companhia dos índios da Nação Oê (16 nov. 1801), obediência ao Capitão dos índios Oê Felizardo da Rocha (Oê) e ao Capitão Mor da Aldeia Domingos João (Oê). APEJE. Patentes Provinciais, Pp. 11. Relação de Patentes 1801, f. 125-127v.

<sup>34</sup> O índio Francisco Rodrigues, Sargento Mor dos Índios da “Nova Aldeia do Olho D'Água da Gameleira” (14 nov. 1801), obediência ao Capitão Mor da Aldeia Domingos João (Oê). O índio Gonçalo Barbosa, Capitão dos índios Umã (14 nov.1801), obediência ao Capitão Mor da Aldeia Domingos João (Oê). O Índio Manoel Baptista, Alferes da Companhia de Índios da Nação Umã (16 nov. 1801), obediência ao Capitão dos índios Umã Gonçalo Barbosa (Umã) e ao Capitão Mor da Aldeia Domingos João (Oê). APEJE. Idem.

<sup>35</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.396.



dos impostos e o recebimento de partes dos bens das vilas como remuneração<sup>36</sup>. Para o Estado, agradar os chefes nativos com cargos e vantagens era necessário, para a colaboração dos mesmos na execução das “ordens superiores”, impedir “as fugas indígenas e conter insubordinações”<sup>37</sup>.

Outro dado identificado neste documento foi que os índios investidos nesses cargos eram batizados e possuíam nomes e sobrenomes portugueses como determinado pelo Diretório em seu artigo 11. O batismo oferecia aos índios aldeados certa liberdade dentro dos aldeamentos<sup>38</sup>. Destarte, o batismo e a adoção de nomes cristãos possibilitavam aos nativos um reconhecimento sociopolítico do Estado e das autoridades, ampliando a margem de negociação e reivindicação de direitos enquanto índios cristãos e vassalos.

No mês de julho de 1802, a Junta de Governo da Capitania de Pernambuco encaminhou ofício ao Visconde de Anadia com notícias sobre os trabalhos de catequese e aldeamento dos índios do Pajeú, na Missão da Gameleira, pelo Frei Vital de Frescarollo e por Francisco Barbosa Nogueira. Nesse documento a Junta exaltou o trabalho de Francisco Nogueira e concedeu-lhe o cargo de Diretor dos Índios, pois a custa e risco de sua vida ele foi o “Autor daquela converção [conversão]” dos índios e junto com o Frei Vital os aldeou no Olho d’Água da Gameleira<sup>39</sup>.

Em agosto de 1802, a Junta parabenizou o Frei Vital pela catequização dos índios aldeados no Olho d’Água da Gameleira “onde estão vivendo pacíficos, com muito boa satisfação Nossa”<sup>40</sup>. E o encarregou de praticar o mesmo com “outras duas Nações [Pipipã e Chocó] de semelhantes Índios que Nos consta andarem dispersos nas bandas dos referidos Certoens, Chamados os Gentios da Serra Negra” e autorizou a escolha de um sítio propício

---

<sup>36</sup> LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Op. cit.

<sup>37</sup> XAVIER, Maico Oliveira. “*Cabôcullos são os brancos*”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Villa Viçosa Real - Século XIX. Fortaleza: SECULT/CE, 2012. p.118.

<sup>38</sup> SOUSA, Mônica Hellen Mesquita de. *Missão na Ibiapaba: estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2003.

<sup>39</sup> APEJE. Correspondência para a Corte, CC 13. Ofício n. 63, Recife 10 jul. 1802. Ofício da Junta de Governo de Pernambuco para o Visconde de Anadia, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Sobre a Missão de Frei Vital de Frescarolo na Ribeira do Pajeú, f. 246v.

<sup>40</sup> APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 30 ago. 1803. Carta da Junta de Governo da Capitania de Pernambuco para Frei Vital de Frescarolo. Carta ao missionário frei Vital de para domesticar os índios bravos nos sertões, f. 191.



para que os mesmo índios sejam aldeados<sup>41</sup>. O local escolhido era chamado Aldeia do Jacaré, localizado na Serra Negra. Com base nas informações repassadas pelo Vigário de Cabrobó<sup>42</sup>, do Frei Vital, do Francisco Nogueira e do Comandante de Moxotó, Manuel José de Siqueira<sup>43</sup>, a Junta decidiu negar o pedido de licença de Manuel Dias na formação de bandeiras para atacar o “gentio bravo” das “nações” Pipipã e Chocó, pois

os Indios, de que trata Manoel Dias da Silva, hera huma parte dos Indios já convertidos, que nenhum mal fazião, e que tão bem[também] Pedião lhes fizessesmos o mesmo bem, que Francisco Barbosa Nogueira, o Vigário, e o Missionário [Frei Vital] feito aos Primeiros [índios Umã e Oê na Gameleira] por isso negamos a Manuel Dias a licença, que pedia,[...] <sup>44</sup>.

O documento acima indicava que o Governo da Capitania de Pernambuco não apenas incentivava a ação missionária, mas a financiava. Tanto foi assim que o governo enviaria o Frei Vital de Frescarollo para a Serra Negra a fim de catequizar os índios Pipipã e Chocó, e solicitou da Fazenda Real que “supra alguma módica despeza, que se faça necessaria ao arrançamento e estabelecimento dos mencionados Indios”<sup>45</sup>. Nesse caso, o Governo financiou o trabalho missionário dos Frades Capuchinhos italianos no Sertão. Isso constituiu uma novidade, pois o sabido era que a Carta Régia de 1759 havia expulsado os Jesuítas do Brasil, essa ordem teria se estendido para as demais ordens missionárias, e as antigas missões foram transformadas em vilas. O retorno ao Brasil das ordens religiosas para o trabalho missionário ocorreu na década de 1840 com o desembarque de Capuchinhos italianos para a catequização dos índios<sup>46</sup>.

## “Índios brabos” X moradores: as disputas pelos recursos naturais

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> APEJE. Correspondência para a Corte, CC 12. Carta, Recife 14 nov. 1801. Carta do Vigário de Cabrobó, João de Santana Rocha, para o Conselho Ultramarino. Sobre os índios brabos na Ribeira do Pajeú, f. 265. Segundo o vigário, as “bandeiras” de Manuel Dias têm como objetivo atacar os índios que vivem nos matos dos sertões do Pajeú, Tacaratú e circunvizinhos. E esses índios eram “restos de duas nasçoens chamadas Pipipã, e Chocó, os quaes vivem foragidos nos matos do Riacho do Navio”.

<sup>43</sup> APEJE. Correspondência para a Corte, CC 12. Carta, Sítio do Pesqueiro 30 abr. 1802. Carta de Manoel José de Siqueira, Comandante da Ribeira do Moxotó, para a Junta de Governo da Capitania de Pernambuco. Índios da Serra Negra que querem se batizar para serem aldeados no Olho d’Água da Gameleira, f. 272-274v.

<sup>44</sup> APEJE. Correspondência para a Corte, CC 13. Ofício n. 63, Recife 10 jul. 1802, f. 246v.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. v. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



Em Pernambuco, na ribeira do Rio Moxotó, os chamados índios “bárbaros” eram constituídos dos grupos Pipipã e Umã, que se refugiavam na Serra Negra e eram acusados pelos ataques às fazendas nas freguesias de Tacaratu, Cabrobó e a Fazenda Grande (Floresta). No Vale do Rio Pajeú, os Umã, os Oê (também chamados de Gueguê) e os Chocó foram acusados de atacarem a Vila de Flores<sup>47</sup>.

Nos documentos consultados no APEJE<sup>48</sup>, encontramos registros sobre os ataques desses etnônimos nas ribeiras do Moxotó, Pajeú e nos riachos do Navio, da Terra Nova e da Brígida entre os anos de 1801 a 1833. Nesses registros, identificamos o uso da força e da brandura como formas distintas de tratamento para os índios classificados como “bárbaros”. Aparentemente eram contraditórias, mas serviam aos interesses dos moradores, autoridades e do Governo em encerrar com as “hostilidades” dos índios e subjugar-los na obediência das leis.

A força foi utilizada contra os índios acusados de roubos, de furtos e mortes. Os criadores de gado e as autoridades locais solicitavam do Governo de Pernambuco a autorização para a formação de bandeiras e o auxílio material (dinheiro e munição) para perseguir os índios que atacavam as fazendas. Como exemplo, o requerimento de Manoel Dias da Silva, ao pedir o auxílio para formar uma bandeira para combater o “Gentio brabo”, que atacava as fazendas na Ribeira do Pajeú e Riacho do Navio, provocando a fuga dos moradores e abandono das fazendas<sup>49</sup>.

O Capitão Pedro José Carvalho enviou em 1813 um requerimento ao Corregedor da Comarca do Sertão, Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leite, sobre o ataque do “Gentio brabo” Pipipã no Termo<sup>50</sup> de Tacaratu. Nesse requerimento, os Pipipã foram taxados como “vagabundos” e acusados de praticarem roubos e assassinatos. E ainda responsabilizados pelo ataque da Fazenda Bom Jardim, propriedade do citado Capitão, na qual morreram gado e escravos. Ele implorou ao Corregedor: “Ordenar, que qualquer Capitão Mor, Commandante, ou outra qualquer Auctoridade Constituida, preste auxilio ao

<sup>47</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos. 1701-1739*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 5, 1987a. p.165-171.

<sup>48</sup> Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

<sup>49</sup> APEJE. Correspondências para a Corte, CC 12. Requerimento, Recife 14 set. 1801, f. 264.

<sup>50</sup> A palavra tinha dois significados. O primeiro, Termo de Vila ou Cidade era o distrito ou espaço de terra onde chegava a jurisdição dos Juizes Ordinários ou os Juizes de Fora, ou de outras justiças. O segundo, era os marcos ou padrões de pedra que demarcavam os limites da jurisdição das vilas ou cidades, ver: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Potuguez & Latino*. Op. cit., p. 114.



Supplicante todaz as vezes, que, em sua necessária defeza, dos seus bens, lhe seja necessário repelir aos mesmos bárbaros”<sup>51</sup>, pois não possuía recursos para isso.

No ano seguinte, o Capitão Mor Joaquim Nunes de Magalhães e Francisco Barbosa Nogueira solicitaram a abertura de três estradas em direção aos Cariris Novos (Ceará) para extinguir os índios das três Nações Umã, Oê e Chocó<sup>52</sup>. Estas estradas serviriam para “destruírem-se os ditos esconderijos com tres estradas” uma localizada na Serra do Umã e as outras duas para os Cariris Novos (Ceará)<sup>53</sup>, acabando com os “insultos” praticados contra os fazendeiros, e abrir o comércio entre a Comarca do Sertão com a Comarca do Ceará<sup>54</sup>. O interessante a ser observado neste documento foi que os requerentes evocaram as bandeiras para pôr fim nos ataques dos índios.

Outra curiosidade observada foi o nome de Francisco Barbosa Nogueira. Anteriormente, ele foi elogiado pelo Governo por ter aldeado e convertido ao catolicismo os índios Umã e Oê. Mas, a situação inverteu-se, de homem responsável pela proteção e contrário ao uso das bandeiras, transformou-se em perseguidor daqueles índios e a favor das bandeiras. Inverteu também a situação dos nativos, os Umã, Oê e Chocó antes considerados aldeados, foram (re)colocados na condição de “índios bárbaros” que cometiam “insultos”. As bandeiras contra esses índios tinham a intenção explícita de expulsá-los da Serra Negra e da fronteira entre Pernambuco e o Ceará, destruir os seus locais de “esconderijo” com a abertura de estradas.

Em agosto de 1817, o Ouvidor da Comarca do Sertão, José da Cruz Ferreira enviou para o Governo da Capitania de Pernambuco a “Relação das Ostilidades que o Gêntio Barbaro tem feito no Termo da Vila de Flores he termos do Julgado de Tacaratu e Cabrobo”. Neste documento, ele acusava os índios Pipipã e Chocó de matarem o Capitão Pedro José Delgado, dois escravos e mais de 200 cabeças de gado e cavalo, além de despovoar e destruir muitas fazendas. José da Cruz utilizou o adjetivo “bárbaro” para qualificar os índios como grupos “naturalmente” avessos a ordem e a sociedade, a fim de justificar a ineficácia das tentativas de “civilizá-los”, pois muitos deles eram batizados e não havia meio algum de

<sup>51</sup>MJPE. Comarca de Flores Cx. 381 ROR 15-06-1813: Requerimento. Registro do Requerimento sobre o ataque do gentio bravo (Pipipã) as fazendas de gado, f. 44.

<sup>52</sup> MJPE, Comarca de Flores Cx. 381 ROR 08-06-1814: Requerimento. Requerimento do Capitão Mor Joaquim Nunes de Magalhães e Francisco Barbosa Nogueira sobre a abertura de três estradas para Cariris Novos (Ceará) e extinguir os índios das três Nações Umã, Oê e Chocó. f. 58-60.

<sup>53</sup>Ibidem, f. 58-59.

<sup>54</sup>Ibidem, f. 58.



“reduzi-los” a paz. E solicitou ao Governo da Província pólvora e balas, pois só “pela força, se poderá domar os sobreditos Índios”<sup>55</sup>.

Entretanto, José da Cruz tinha outra denúncia mais grave. Os referidos índios ameaçavam a convocação das “nações Manças” de Águas Belas, Curral dos Bois, os das vilas da Assunção, Santa Maria e de Rodelas para atacar as ribeiras do Pajeú e do Moxotó, matar e roubar os bens dos moradores<sup>56</sup>. Exhaustivamente, os documentos consultados citavam os Umã, os Pipipã, os Chocó e os Oê como os índios “brabos” responsáveis pelos ataques, roubos e mortes. Apesar de muitos deles serem índios aldeados e batizados.

Porém, não se deve perder de vista a principal causa dos conflitos: a água. Porque a seca que afligia o sertão obrigava os seres humanos e os animais a buscarem fontes de água fresca. Tal necessidade foi a responsável pela intensificação dos conflitos entre índios e moradores. No mapa abaixo [Mapa 01] foram identificadas as principais áreas de conflitos entre os anos de 1801 à 1833. Essas áreas localizavam-se nas ribeiras e nas serras, fontes de água doce. O mapa elucida que os aldeamentos e as missões foram instalados nas proximidades das fontes de água e possuíam terras férteis. Contudo, os moradores e os pecuaristas também precisavam desses recursos naturais.

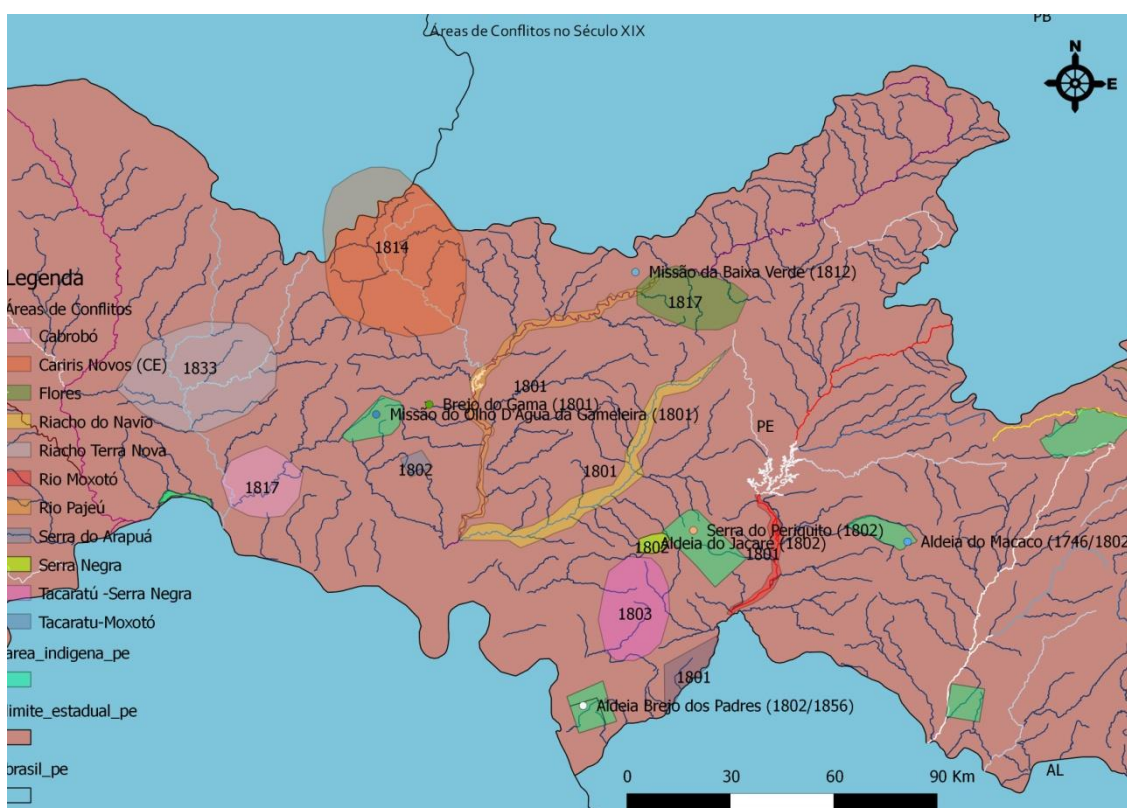
Em 1801, as fazendas de criação estavam localizadas nas proximidades dos rios Moxotó e Pajeú, e no Riacho do Navio. Nesse ano, registraram-se os ataques dos índios “brabos” as propriedades instaladas nesses lugares. Na política de pacificação, procurou-se transferir os nativos “pacificados” para a Aldeia do Olho d’Água da Gameleira (1801), nas adjacências da Serra Umã, e para a Aldeia do Jacaré (1802) na Serra Negra, e também para a Serra do Arapuá (1802), a fim de minorar os conflitos.

### Mapa 01: Áreas de conflitos no século XIX

<sup>55</sup>APEJE. Ouvidores de Comarca (OC-4). Ofício, Comarca de Flores 30 ago. 1817. Ofício de José da Cruz Ferreira, Ouvidor da Comarca do Sertão, para o Governo de Pernambuco. Relação das hostilidades que o gentio bárbaro tem feito no Termo da Vila de Flores e nos Termos dos Julgados de Tacaratú e Cabrobó, f. 120.

<sup>56</sup>Ibidem, f. 122.





**Fonte:** Cruzamento de dados do Geobank e da documentação consultada no APEJE e MJPE.

Estes sítios ficavam próximos às bacias hidrográficas da região<sup>57</sup>, como também eram locais que possuíam olhos d'água, vegetação e caça. No entanto, nesses assentamentos, o assédio dos moradores continuou, em razão do desejo deles pela posse das terras desses lugares, devido às suas potencialidades ecológicas e econômicas. Conforme indica o mapa 01, nos anos de 1801 e 1806, ocorreram ataques dos moradores de Flores e fazendas próximas a Aldeia do Olho d'Água da Gameleira. Em 1802, também ocorreram ataques aos índios na Serra do Arapuaá<sup>58</sup>. E no ano de 1803, os moradores de Tacaratu atacaram a Aldeia do Jacaré, através da abertura de uma estrada para facilitar a ação.

Os moradores da Ribeira do Pajeú, em 1814, organizaram bandeiras para expulsar os Umã, os Oê e os Chocó na divisa entre Pernambuco e Cariris Novos, a fim de salvaguardar as

<sup>57</sup>A Aldeia do Olho d'Água da Gameleira estava localizada na Bacia do Rio Pajeú, este rio em direção ao Sul se encontra com o Riacho do Navio, no município de Floresta. A Aldeia do Jacaré localizava-se na Bacia do Rio Moxotó. Ambos os rios, Pajeú e Moxotó, deságuam no Rio São Francisco.

<sup>58</sup>Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 25 jan. 1802. Carta da Junta do Governo da Capitania de Pernambuco para Comandante da Serra do Arapuaá e Pajeú, Cipriano Gomes de Sá. Sobre os índios brabos na Serra do Arapuaá e Pajeú. f. 139.





fazendas instaladas naquela região e promover o comércio entre as comarcas do Sertão (PE) e do Crato (CE). Em 1817, as vilas de Flores e Cabrobó foram atacadas por indígenas. E no ano de 1833, ocorreram ataques dos índios às fazendas no Riacho Terra Nova. Desse modo, o acesso a água foi o motor dos conflitos, pois índios e moradores recorreram à violência para garantir o controle sobre as fontes de água e usufruto das terras.

A Serra Negra foi constantemente citada como “esconderijo” para os Umã e os Pipipã depois dos seus ataques às fazendas no Moxotó e na Freguesia de Tacaratu. Em 1803, a Junta de Governo da Capitania ordenou ao Comandante Cipriano Gomes de Sá abrir uma estrada de Tacaratu para Serra Negra e outras mais se fossem necessárias<sup>59</sup> Para pôr fim aos ataques e para aldear esses índios. Mas em 1824, essa Serra foi disputada entre dois moradores em razão da descoberta de dois olhos d’água.

O Capitão das Ordenanças da Vila de Flores, Joaquim Nunes de Magalhães, enviou uma carta ao Governo da Província de Pernambuco sobre a descoberta de dois olhos d’água na Serra Negra feita pelo criador de gado José Francisco da Silva. O mesmo estava cultivando e criando gado naquela serra, onde abriu tanques, fez currais e construiu uma casa para morar. Mas, outro criador de gado chamado João Roiz de Moraes, interessado em se apossar da descoberta, tentou três vezes matar José Francisco. Como não conseguiu, João Roiz destruiu todas as benfeitorias na Serra Negra, além expulsar o gado do local e entupir a “aguada”<sup>60</sup>, um tipo de reservatório de água<sup>61</sup>. Nesse relato uma informação foi percebida, João Roiz contou com a ajuda dos índios Pipipã residentes na Serra Negra. De acordo com Joaquim Nunes, João Roiz era um homem de “má conduta”, “sem religião”, agia por interesses próprios e há anos “seduzia” aqueles índios. E somente ele poderia ter gado nesse local, “dando a conhecer aos mesmos índios o ferro e os signaes de seus gados”<sup>62</sup>. Tal informação indicava a existência de alianças entre índios e moradores contra outros criadores de gado, na disputa pelo controle dos recursos naturais na Serra Negra.

<sup>59</sup>APEJE. Ofícios do Governo, OG 09. Carta, Recife 30 ago. 1803. Carta da Junta de Governo da Capitania de Pernambuco para Cipriano Gomes de Sá, Comandante das Cabeceiras do Sertão do Pajeú. Carta ao Comandantes das Cabeceiras do Pajeú sobre abrir estrada de Tacaratu a Serra Negra, f. 53.

<sup>60</sup>APEJE. Ordenanças, Ord. 03. Carta, Quartel da Vila de Flores 24 jan. 1824. Carta de Joaquim Nunes de Magalhães, Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Flores, para a Junta de Governo da Província de Pernambuco. Sobre a descoberta de dois olhos d’água na Serra Negra, f. 300.

<sup>61</sup>A palavra “aguada” é um termo presente no vocabulário popular no Semiárido nordestino. As aguadas caracterizam-se por pequenos baixios naturais, às vezes aprofundados pelo trabalho da população local, onde se acumula a água durante o período chuvoso. Disponível em: < <http://www.irpaa.org/projetos/8/projeto-aguadas>>. Acesso em: 25 fev.2014.

<sup>62</sup>APEJE. Ordenanças (Ord-3). Carta, Quartel da Vila de Flores, 24 jan. 1824, f. 300.



Mesmo com uso da força sendo aceita como instrumento de subjugo dos indígenas as leis e as autoridades da época, o tratamento pela brandura não poderia ser descartado como estratégia de “pacificação”, pois constituiu uma das orientações do Diretório. A sua finalidade era reunir pacificamente e voluntariamente os “índios brabos” nos novos assentamentos (aldeias, missões e vilas) e evitar novos ataques às fazendas nos sertões do Pajeú, Moxotó e São Francisco. Cabia ao Governo de Pernambuco e as autoridades competentes garantirem esse objetivo, ordenando que as autoridades locais usassem da brandura no contato com os nativos e o uso da força quando necessária para reprimir os ataques dos indígenas. E repreendiam quando alguma autoridade abusava do uso da força.

No ano de 1801, o Bispo de Pernambuco, Dom José, enviou duas cartas destinadas a Francisco Barbosa Nogueira para aldear os índios no Sertão do Pajeú. A primeira carta informava da existência de alguns “índios brabos com princípios Christaos” que queriam ser aldeados, ordenando ao Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú, Francisco Barbosa Nogueira, encontrar um sítio mais cômodo para aldear os índios e escolher entre eles os mais capazes para assumir o posto de capitão mor e os demais para os cargos de Oficiais das Ordenanças dos índios no novo aldeamento<sup>63</sup>. Na segunda carta, o Bispo solicitava informações sobre os índios que Francisco havia aldeado e os batizados pelo Frei Vital de Frescarollo. E se eram os mesmos que estavam atacando a Ribeira do Pajeú conforme o requerimento de Manuel Dias da Silva<sup>64</sup>.

Em fevereiro de 1802, Francisco Barbosa Nogueira encaminhou uma carta ao Conselho Ultramarino rebatendo o requerimento do Comandante Manoel Dias da Silva. O citado requerimento do Comandante era “despido de verdade”, uma vez que era falsa a acusação de que os índios Pipipã e os Chocó destruíam fazendas e agregavam escravos fugidos e criminosos. Pelo contrário, Francisco acusou que a destruição foi causada pelos próprios moradores e agregados das fazendas<sup>65</sup>. Nesta mesma carta, Francisco criticou a

<sup>63</sup>APEJE. Ofícios do Governo (OG-9). Carta, Recife, 18 set. 1801. Carta do Bispo de Pernambuco, D. José, para o Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú, Francisco Barbosa Nogueira. Ofício ao Juiz ordinário do Sertão do Pajeú sobre os índios brabos que ali se acham e se quer aldear, f. 89.

<sup>64</sup>APEJE. Ofícios do Governo (OG-9). Carta, Recife, 05 nov. 1801. Carta do Bispos de Pernambuco, D. José, para Francisco Barboza Nogueira, Juiz Ordinário do Julgado de Pajeú. Ofício ao Juiz Ordinário do Julgado do Pajeú a respeito de informar sobre uns índios brabos que andam no Pajeú, f. 111v.

<sup>65</sup>APEJE. Correspondência para a Corte (CC-12). Carta, Flores, 26 fev. 1802. Carta de Francisco Barbosa Nogueira, Diretor dos Índios da Missão do Olho d’Água da Gameleira, para o Conselho Ultramarino. Resposta ao Requerimento de Manoel Dias da Silva a necessidade de Bandeira para a extinção do “Gentio Brabo” na



autorização de bandeiras baseadas nas exageradas denúncias de Manuel Dias e de outros moradores, que abusando das “Saudáveis Ordens” promoveram matanças contra os índios e prejudicando o trabalho de civilização. Um desses moradores foi Cipriano Gomes de Sá, o Comandante da Serra do Irapuá (Arapuá), que nutria um ódio contra os índios da Gameleira em razão da morte do seu irmão, Alexandre Gomes de Sá, morto durante uma tentativa frustrada de combater os Pipipã e os Chocó auxiliado por 10 índios umãs<sup>66</sup>.

Francisco Barbosa Nogueira conhecia tanto moradores como os índios da região. Por causa disso, ele favoreceu o Governo com informações sobre os problemas locais, detalhando as causas e os responsáveis pelos conflitos entre índios e criadores. A sua posição política era a favor dos interesses do Governo de Pernambuco em pacificar os índios, garantindo-lhe a permanência no cargo de Juiz Ordinário e o acúmulo do cargo de Diretor dos Índios da Aldeia Gameleira. No entanto, como assinalado, em 1817 Francisco Barbosa de protetor dos índios passou a ser perseguidor dos mesmos, quando se tornaram empecilho para o desenvolvimento da Região do São Francisco.

Em março de 1802, a carta do morador Joaquim Inácio de Siqueira relatou o contato com os índios na Ribeira do Pajeú. Inicialmente, o seu relato foi sobre a seca que afligiu a região. Em seguida, detalhou o contato com os indígenas. Joaquim Inácio e o seu irmão (Luis Rodrigues de Siqueira) foram informados sobre a presença de índios pelo vaqueiro Manuel Machado e pelo Vigário de Cabrobó. Então os quatro foram falar com o “Gentio brabo” no lugar chamado Cancalacó<sup>67</sup>. Eles foram “com grande geito, e amor a falar com elles, que estavam com seo pavor por que asim que me virão entrarão a tomar a bença: eu entrei a falar lhe muito alegre que em pouco tempo estavam me abraçando”, e acompanharam os índios até o local onde moravam e permaneceram até a noite. No dia seguinte, os índios foram à casa de Joaquim para pedir terras e o mesmo concordou que seria as terras do Sítio do Macaco [Mapa 01] – pois se tratavam de terras doadas anteriormente para aldeamento<sup>68</sup> – até as terras de Serrinha que tinha boa mata e ficava perto da sua fazenda<sup>69</sup>.

---

Ribeira do Pajeú e Riacho do Navio e a carta da Junta de Governo de Pernambuco sobre os índios bárbaros da Serra Negra receberem batismo e se aldearem como os índios do Olho d'Água da Gameleira, f. 267v.

<sup>66</sup>Idem.

<sup>67</sup>APEJE. Correspondência para a Corte, CC 12. Carta, Jardim 15 mar. 1802. Carta de Joaquim Inácio Siqueira Barbosa para Manoel José de Siqueira, Comandante da Ribeira do Moxotó. O contato com o Gentio Bravo que vivia em Cancalacó e queriam terras. Foi permitido que fossem aldeados na Aldeia do Macaco, f. 270-271.

<sup>68</sup>A Aldeia que Joaquim se referia era a Missão do Macaco, fundada em 1746 para reunir os índios Paratiós que habitavam uma parte do Sertão, ver: COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos. 1701-1739*. Op. cit., p.



A carta é muito rica de informações sobre o relacionamento amistoso com os índios. Destoando um pouco das narrativas que sugeriam a violência como a maneira usual de tratamento aos nativos. Joaquim descreveu que ao transferir os índios para as terras doadas, despejou um morador residente na Serrinha e atendeu mais outro pedido dos índios, ao autorizar que o vaqueiro Manuel Machado fosse morar junto com eles no local doado e o mesmo se tornou o responsável por aldeá-los<sup>70</sup>. Joaquim e seu irmão se tornaram padrinhos de algumas crianças indígenas, um fato que aproximou esses dois moradores aos nativos através do laço de compadrio.

De acordo com Joaquim, “estes compadres (índios), ficaram muito pertos com nós, de vir as nossas cazas nos vizitar dizendo, que levarão muita saudades tantas quantos dedos tinham nas mãos: é como melhor se espesarão com os compadres”<sup>71</sup>. Isto indicava comunicações regulares por meio das visitas dos índios às casas dos moradores, ou as visitas dos moradores aos locais de abrigo dos nativos. Joaquim informou que regularmente visitava a aldeia passando dois dias, onde residiam 79 índios entre adultos e crianças, e entre estes 28 foram batizados. Ainda existiam índios pelos “matos”, mas os que estavam aldeados prometeram que havia de sair todos dos “matos” para morar na aldeia<sup>72</sup>.

John Manuel Monteiro<sup>73</sup> demonstrou que, apesar de raro na Capitania de São Paulo nos setecentos, ao se tornar padrinho das crianças os senhores reforçavam uma relação paternalista, mas evitando criar laços de igualdade ou de solidariedade com seus escravos indígenas adultos, os pais dos batizados. Todavia, no Nordeste do século XIX, o compadrio fortalecia os laços de parentescos e solidariedade dos nativos com os seus pares e com outros sujeitos<sup>74</sup>, sejam senhores de terra ou homens livres pobres. Também outra prática comum na época era deixar o batismo e a catequese dos índios aos cuidados dos leigos, em razão do número reduzidos de padres e as dificuldades de locomoção dos religiosos para assistir os índios nas vilas (Idem).

---

167. Atualmente, o lugar da antiga Aldeia do Macaco pertence ao território do povo Kapinawá. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/kapinawa.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2014).

<sup>69</sup>Ibidem, f. 270-270v.

<sup>70</sup>Ibidem, f. 270v-271.

<sup>71</sup>Ibidem, f. 270v.

<sup>72</sup>Ibidem, f. 271.

<sup>73</sup> MONTEIRO, Jonh Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.161.

<sup>74</sup> XAVIER, Maico Oliveira. “*Cabôcullos são os brancos*”. Op. cit.



Os sertões do Pajeú e Moxotó vivenciaram uma seca que aumentou a procura e o controle das fontes de água. A seca pressionou os índios a se aproximarem das fazendas na busca de alimento. A seca também pressionou os criadores a instalarem os seus currais onde havia água, ou seja, ocupando as ribeiras dos rios ou as serras na busca das fontes permanentes de água. Então, as margens dos rios Pajeú e Moxotó, os riachos do Navio, da Brígida e Terra Nova e as serras (Serra Negra, Serra do Umã e Serra do Arapuá) eram desejadas tanto pelos índios “brabos” como pelos criadores/moradores. A documentação consultada apontou que os moradores foram os responsáveis pelo início dos conflitos com os índios no Sertão.

Por outro lado, moradores como Joaquim Inácio de Siqueira e autoridades locais como o Ouvidor Francisco Barbosa Nogueira apresentavam ao Governo da Província de Pernambuco o outro lado dos conflitos, acusando alguns moradores como os responsáveis tanto pelos ataques às fazendas como ataques contra os índios. Esses dois homens desconstruíram as imagens recorrentes e elaboradas pela maioria dos criadores, sobre os índios “bárbaros” como numerosos, incapazes de se civilizarem e violentos. E os seus relatos ajudaram a perceber que os ataques dos índios significavam as respostas contra as violências recebidas e a fome produzida pela seca.

Nesses relatos, os índios das “nações” Pipipã e os Chocó viviam em pequenos grupos “dispersos nos matos”, impedindo a sua conversão e civilização. Esses índios temiam e desconfiavam dos brancos, mas à medida que essa confiança fosse conquistada, se mostravam amáveis e manifestavam o desejo pelo batismo e solicitavam um lugar para aldeia. Tal confiança era conquistada a muito custo, entretanto, ameaçada pelas constantes ameaças e ataques dos fazendeiros.

Outra informação foi a aliança entre os índios “brabos” com os moradores, uma aliança que beneficiava ambos os lados. Para os moradores, essa aliança representava a defesa de territórios de seus interesses contra outros moradores e indígenas. Como exemplo, o caso de João Roiz, que se aliou com os Pipipã para atacar José Francisco da Silva, por causa da descoberta de dois olhos d’água na Serra Negra. Para os índios, as alianças significavam a proteção contra ataques de moradores, auxílio nas disputas com outras populações nativas, o acesso a terra ou manutenção de seus territórios. Aliaram-se tanto com moradores de considerada “má reputação”, como o caso de João Roiz, ou com aqueles com a reputação



respeitável e de atitude branda, como nos casos de Joaquim Inácio de Siqueira e Francisco Barbosa Nogueira.

## Considerações Finais: a resistência e permanência dos índios no Pajeú e Moxotó

Não há dúvidas que o Diretório Pombalino norteou a política indigenista em Pernambuco na primeira metade do século XIX, voltada para a disciplinarização e pacificação das populações indígenas na Região do Submédio São Francisco, principalmente nas ribeiras do Moxotó e Pajeú. Também se deve exaltar a ação missionária dos Capuchinhos italianos no aldeamento das populações indígenas na Região. Os freis Vital de Frescarollo e Ângelo de Nisa pacificaram e reuniram os índios Chocó, Oê, Pipipã e Umã nas aldeias do Olho d'Água da Gameleira (1801) e Jacaré (1802). Em 1806, os índios das aldeias da Gameleira e do Jacaré foram transferidos para a Missão da Baixa Verde (Serra da Baixa Verde), nas proximidades da Vila de Flores, sobre a orientação do Frei Ângelo de Nisa<sup>75</sup>.

Contudo, após a morte do Frei Ângelo de Nisa em 1824, acreditou-se que a Missão da Baixa Verde<sup>76</sup> foi abandonada pelos indígenas que se “dispersaram” pela Região do Submédio São Francisco, em específico para a Serra Negra<sup>77</sup>. Porém, não há subsídios factuais consistentes que demonstrem o abandono completo da sobredita Missão. Os documentos do APEJE apontavam para o retorno dos índios e de seus descendentes para as antigas aldeias na Serra da Baixa Verde (Missão da Baixa Verde), na Serra Negra (Aldeia do Jacaré) e na Serra Umã (Missão da Gameleira), ocorridos entre as décadas de 1840 e 1870.

O retorno dos índios para as suas aldeias significava a resistência em permanecer nelas. E com base nos seus “Acervos de Experiências” comuns e historicamente construídos

---

<sup>75</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos*. 1795-1817. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 7, 1987b. p. 160,

<sup>76</sup>Hoje, no seu lugar está a Cidade de Triunfo. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos\\_cidades/historico\\_conteudo.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php)>. Acesso em: 21 out. 2013.

<sup>77</sup> GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Regime de índios e faccionismo: os Atikum da Serra do Umã*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1993.



entre os índios do Nordeste no século XIX<sup>78</sup>, os índios utilizaram diferentes estratégias de resistência e negociação, se apropriando de signos culturais e políticos dos dominadores.

Na década de 1840, a Câmara da Vila de Flores relatava ao Governo da Província os crimes cometidos pelos índios Chocó, Pipipã e Umã, antigamente aldeados na Baixa Verde. E as tentativas de “os chamar a ordem”, por meio da catequese e ação missionária, se mostravam insuficientes. Essas acusações eram o pretexto para a Câmara reivindicar a apropriação da Aldeia e expulsar os índios dela. Entretanto, a resistência desses índios não se dava por sua suposta “natural” inclinação para furtos e crimes, e a falta de interesse de ter uma vida regrada na concepção ocidental e cristã de trabalho. Ao contrário, a resistência dos índios na antiga Missão da Baixa Verde foi o resultado de longos anos de ameaças e ataques feitos pelos moradores de Flores. Por mais que o contexto do Pajeú nos anos de 1840 estivesse tenso e intolerante, o Governo da Província reativou a Missão da Baixa Verde.

Em outubro de 1843, o Juiz Municipal de Flores, João Pereira dos Santos, cumpriu a ordem de aldear os índios Chocó<sup>79</sup>. O Juiz nomeou João Simplício da Silva como Diretor da Missão e solicitou da Presidência a quantia de 300 ou 400 réis na compra de vestuário, o envio de um missionário para a catequese, e a permissão para a cobrança de foro aos não índios que ocupavam os terrenos da aldeia<sup>80</sup>. O Juiz enviou duas relações, uma dos índios aldeados e outras das ferramentas para reconstrução da Missão. No total 76 chocós foram reunidos na aldeia<sup>81</sup>: 16 casais, a maioria batizados e casados, sendo oito deles com filhos (26 no total), 10 homens solteiros e quatro meninos. As ferramentas solicitadas eram enxadas, machados, foices e fechaduras, dobradiças e ferrolhos para a reconstrução das casas<sup>82</sup>.

Em 1844, o citado Delegado e o Capitão Simplício Pereira da Silva informaram ao Governo Provincial que aldearam 53 índios Chocó que viviam da caça, “da rapina, e

---

<sup>78</sup> DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria do Rosário. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.446.

<sup>79</sup> APEJE. Juízes Municipais, JM 02. Ofício, Vila de Flores 31 out. 1843. Ofício de João Pereira dos Santos, Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Flores, para o Barão da Boa Vista, Presidente da Província de Pernambuco. Relação das ferramentas para os índios da Missão Chocó e a relação nominal dos índios da mesma Missão da Baixa Verde, f. 341-344.

<sup>80</sup> Ibidem, f. 341 e 341v.

<sup>81</sup> Ibidem, f. 343.

<sup>82</sup> Ibidem, f. 344.





pilhagem” causando muitos danos entre a Comarca de Flores, Cariris Novos e em Piancó<sup>83</sup>. Eles foram reunidos no lugar chamado “Caxueira”, pertencente à fazenda do Capitão Simplício Pereira. O Delegado solicitou à Presidência o pagamento de diárias “para estes miseráveis” índios que “se achão reduzidos a extrema indigência” por causa da seca e pela falta de “instrumentos rurais” não plantaram os legumes para a sua “mesquinha subsistência” no tempo oportuno<sup>84</sup>.

Historicamente, a Serra Negra serviu de refúgio para diversas etnias durante todo o século XIX, período de intensos conflitos entre os proprietários de gado e indígenas pelo controle das terras naquela área. Várias investidas ocorreram para expulsar esses índios da dita Serra, mas sem nenhum resultado satisfatório. Em 1891, o Delegado de Floresta solicitou praças (soldados) para perseguição dos criminosos que infestavam a Comarca de Floresta, especialmente os índios da Serra Negra. Porém o último ataque à Serra teria ocorrido em 1894, culminando com a expulsão dos índios do local e a captura dos sobreviventes (mulheres e crianças) entregues às várias famílias de Floresta<sup>85</sup>.

Quanto aos índios da Serra Umã e do Sítio da Penha, coube a Câmara Municipal de Floresta a responsabilidade pela civilização dos índios “brabos” que vagavam pela Comarca de Pajeú de Flores<sup>86</sup>, principalmente os índios Umã que atacavam a Vila de Floresta. Mas, em 18 de janeiro de 1866, a Câmara de Floresta informava que há muitos anos o Rei de Portugal doou duas léguas de terras no Sítio da Penha e Serra do Umã, aos antigos índios (provavelmente os Umã)<sup>87</sup>. No entanto, esses índios “desapareceram” e as ditas terras passaram a ser ocupadas por pessoas sem o título de posse. Por esse motivo o presidente da

<sup>83</sup> APEJE. Polícia Civil, PC 09. Ofício, Flores 02 jun. 1844. Ofício do Delegado do Termo de Flores, para o Vice Presidente da Província de Pernambuco, Izidoro Francisco de Paula Mesquita e Silva. O aldeamento dos índios Chocó que viviam da caça, da rapina e da pilhagem entre a Comarca de Flores, Cariris Novos e o Piancó (Paraíba), f. 110.

<sup>84</sup> Idem, f. 110 e 110v.

<sup>85</sup> ROSA, Hildo Leal da. *A Serra Negra: refúgio dos últimos “bárbaros” do Sertão de Pernambuco*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 1988. p. 44-45. Atualmente, a Serra Negra e a Serra do Periquito fazem parte da Terra Indígena do povo Kambiwá e reivindicadas pelo povo Pipipã. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/kambiwa.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2014. Disponível em: <[www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/pipipa.htm](http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/pipipa.htm)>. Acesso em: 06 fev. 2014.

<sup>86</sup> APEJE, DIVERSOS 2, v.10 (1853/1860), OFÍCIO sem número, 25 ago. 1856. Sobre os índios errantes que vivem na Comarca de Pajeú das Flores e na Serra Negra, f. 87.

<sup>87</sup> Possivelmente, esses sítios pertenciam às terras doadas para a Aldeia do Olho d’Água da Gameleira (Aldeia Olho d’Água do padre), pois as autoridades da época sabiam, por moradores de Floresta, que aqueles terrenos foram destinados para o aldeamento dos índios Umã.



Câmara, Manoel Ferraz de Souza, pedia ao Presidente da Província que as terras passassem para o patrimônio da Câmara<sup>88</sup>.

A mesma informação foi repetida pelo Juiz de Direito de Tacaratu, Marcos Correia da Câmara Tamarino, em seu ofício ao Presidente da Província em 1866. Com base no depoimento de uma pessoa considerada “habilitada”, o magistrado afirmou que em épocas remotas o Rei de Portugal doou terras no Sítio da Penha para os índios Imans[Umã]. Aqueles que viviam aldeados “abandonaram” o terreno por receio das perseguições perpetradas pelos “índios bravos” da mesma “tribu”, forçando a “viverem errantes” na Comarca de Cabrobó<sup>89</sup>. De acordo com o Juiz, aqueles que viviam em Cabrobó tinham o desejo de retornar a sua antiga aldeia, mas não poderiam fazer porque o terreno estava sendo ocupado “por intrusos que declaram não entregar as terras aos índios sem hum litígio”<sup>90</sup>.

Em agosto de 1877, Manoel Egídeo Josué encaminhou um requerimento ao Barão de Buíque, então Diretor Geral dos Índios em Pernambuco, representando um grupo de 28 índios que fugiam da seca na Província do Ceará, migrando para Floresta onde tinham:

residido por longos annos no lugar denominados Serra d’Uman do termo de Floresta onde tiveram por seu Director o Capitão Luiz Rodrigues da Cruz e onde lhes fôra dado pelos respectivos proprietários uma certa porção de terreno para a agricultura e residência dos Supplicantes bem como uma Capellinha que erigia o mesmo Director, succedeu que tempos depois se retiraram os Supplicantes da Serra d’Uman para o lugar denominado – Caxorra-morta – na Provincia do Ceará d’onde ultimamente voltaram com o propósito de continuar a viverem e trabalhar no sobredito lugar – Serra d’Umans<sup>91</sup>.

O que desejavam era a devolução de suas terras ocupadas por fazendeiros e rendeiros, e a ajuda pecuniária “proporcionando-lhes os necessários meios de subsistência durante a

<sup>88</sup> APEJE. Câmara Municipais 54-Floresta 18-01-1866: Ofício, Sem Número, 18 jan. 1866. A Câmara solicitava que as terras localizadas nos sítios da Penha e Umã se tornassem patrimônio da Câmara. Informa que nos sítios citados habitavam índios (aldeados), f. 374. Obs: O Documento informa que essas terras foram doadas pelo Rei de Portugal.

<sup>89</sup> APEJE. Juizes de Direito 39 - Tacaratú, Of. n. 169 01-03-1866: Ofício n. 169, 01-03-1866. A Câmara Municipal de Floresta informava que os índios da “Tribo Umans” doado pelo Rei de Portugal no Sítio da Penha. Porém esses índios abandonaram essa aldeia por receio de perseguição dos índios “bravos” pertencentes a “Tribo”. Aqueles índios e seus descendentes viviam errantes, e tinham o desejo de retornar ao Sítio da Penha onde existia sua antiga aldeia, porém a mesma estava sendo cultivada por intrusos que declararam não entregar as terras sem um litígio. f. 14.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> APEJE. Colônias Diversas – Diretoria de Índios (1872-1879), Requerimento, 14 ago. 1877. Anexo 01, f. 280.



milindrosa cryse que atravessão os altos Sertões, como lhe for possível, e já tratando da educação dos Índios menores, até que possam os Supplicantes ter, de seu próprio trabalho, os meios de vida necessários”<sup>92</sup>.

Sobre o caso, o Barão de Buíque respondeu ao Presidente da Província, Manoel Clementino da Cunha, do seu parecer baseado em informações do Juiz de Direito de Floresta, que:

naquella terra nunca houve aldeamento e sim um principio de povoação formada por descendentes de Umans; que os individuos qual se apresentaram ultimamente são de raça indígena, mas cruzados; que o aldeamento não pode ser alli restabelecendo por não haver Terras, porque se teve extinguindo os aldeamentos, visto delles nenhuma utilidade se tem [...], finalmente porque se aquelles individuos quizerem domiciliar no lugar, não faltará quem lhes dê terras para cultivarem<sup>93</sup>.

O importante é observarmos as lembranças da antiga Aldeia da Serra do Umã, possivelmente a Aldeia do Olho d'Água da Gameleira<sup>94</sup>, guardadas nas memórias dos 28 umã, depois de muitos anos longe da mesma. As terras da citada Aldeia estavam nas mãos de fazendeiros e arrendatários, e para recuperá-las os índios utilizaram os meios legais. Este fato revela que, mesmo numa época crítica para os povos indígenas no Nordeste, eles não foram passivos, (re)elaboraram diferentes estratégias de mobilizações, utilizando a estratégia da negociação para o reconhecimento de seus direitos enquanto índios.

As populações indígenas no Sertão de Pernambuco vivenciaram um processo de redefinição de suas identidades, atualizando-as para reivindicar seus direitos enquanto povos indígenas, opondo-se aos interesses dos latifundiários e exigindo o seu reconhecimento formal pelo Poder Público. Com a extinção dos aldeamentos no Nordeste, oficialmente e no senso comum, desaparecia o índio e a sua substituição pelo mestiço, fruto da miscigenação. Em diferentes regiões do Brasil os indígenas receberam vários nomes, mas em Pernambuco e no Nordeste foram atribuídos dois nomes: no século XIX, eram chamados de “caboclos”, e no XX, passaram a ser conhecidos como “remanescentes”.

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> APEJE. Colônias Diversas – Diretoria de Índios (1872-1879) Ofício n. 630, 14 ago. 1877, f. 279.

<sup>94</sup> Atualmente Aldeia Olho d'Água do Padre onde habita o povo Atikum, na Serra do Umã, município de Carnaubeira da Penha/PE. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/atikum.htm>>. Acesso em: 09 fev.2014.



## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um Sertanejo e o Sertão*. 4 ed. Recife: Cepe, 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Moxotó brabo*. 3 ed. Recife: Cepe, 2012b.
- \_\_\_\_\_. *Três Ribeiras*. 3 ed. Recife: Cepe, 2012c.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- AZEVEDO, Ana Elizabeth Lago de. *O Diretório Pombalino em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2004.
- BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec/Fapesp; Recife: UFPE, 2006.
- \_\_\_\_\_. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Potuguez & Latino*. 10 v. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- BURLAMAQUI, Maria Ferreira. Conexões e fronteiras de uma rede de sociabilidade: Sertão de Pernambuco (1840-1880). *Clio*. Série História do Nordeste (UFPE), v. 30.1, p. 1-22. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo. *Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco - séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2009.
- COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos. 1701-1739*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 5, 1987a.
- \_\_\_\_\_. *Anais pernambucanos. 1795-1817*. Recife: Arquivo Público Estadual, v. 7, 1987b.
- COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.



DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto; CARVALHO, Maria do Rosário. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

FRESCAROLLO, Fr. Vital de. [1802]. Informações sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 103-119, 1883.

GALVÃO, Sebastião Vasconcelos. *Dicionário chorographico, histórico e pitoresco de Pernambuco*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1908. Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca Central Blanche Knopf.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 1999.

\_\_\_\_\_. *Regime de índios e faccionismo: os Atikum da Serra do Umã*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1993.

LOPES, Fátima Martins. As mazelas do Diretório dos índios: exploração e violência no início do século XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

\_\_\_\_\_. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MAIA, Légio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba: da Aldeia a Vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará Colonial - Século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza. As Juntas das Missões Ultramarinas: gênese e evolução. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, n. 7/8, p. 49-69, 2001/2002.

MONTEIRO, Jonh Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ROSA, Hildo Leal da. *A Serra Negra: refúgio dos últimos "bárbaros" do Sertão de Pernambuco*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 1988.

SALDANHA, Suely Maris. *Fronteiras dos sertões: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na Época de Pombal*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.



SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. v. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. *Novos Súditos do Rei: os povos indígenas e a ocupação portuguesa no Sertão de Pernambuco (Século XVIII)*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.

SOUSA, Mônica Hellen Mesquita de. *Missão na Ibiapaba: estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2003.

XAVIER, Maico Oliveira. *“Cabôcullos são os brancos”*: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Villa Viçosa Real - Século XIX. Fortaleza: SECULT/CE, 2012.



## **Voltando a cena: a maçonaria pernambucana e o fim do Estado Novo**

Augusto César Acioly Paz Silva<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 04/07/2015

Artigo aceito em: 10/09/2015

### **RESUMO**

Este texto tem como objetivo central discutir as estratégias de atuação e a maneira como os maçons pernambucanos, a partir do final do Estado Novo, inseriram-se nos debates e nas ações políticas do período pós-Estado Novo, inclusive destacando, qual a memória que eles elegeram para construir sobre a instituição durante os Tempos de Agamenon, fase em que permaneceram na ilegalidade.

**Palavras-chave:** Maçonaria, Estado Novo, ilegalidade, Tempos de Agamenon.

### **Returning to scene: freemasonry of Pernambuco and the end of the New State**

### **ABSTRACT**

This text is mainly aimed to discuss working strategies and the way *Pernambucanos Maçons*, from the end of the Estado Novo, were inserted in the debates and political actions of the post- New State period, including highlighting, which memory they elected to build on the institution during the Agamemnon Times stage where remained illegally.

**KEYWORDS:** Masonry, New State, illegality, Agamemnon's the times.

### **A Política e a Maçonaria em Pernambuco nos anos 30**

Os “Tempos de Getúlio Vargas”, que se iniciam com a Revolução de 1930, trouxeram para o cenário político mudanças substanciais, com o surgimento e aprofundamento das ações de novos atores políticos e sociais, que expressavam a dinâmica das forças que compuseram a chamada Aliança Liberal, uma verdadeira frente ampla, que na sua diversidade norteavam-se, tendo um opositor comum, as elites oligárquicas que controlavam o sistema político no

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Curso de História da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde e atualmente coordena o curso de História da Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira. E-mail: cesar\_historia@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/130134348629585>.





período anterior ao movimento de 1930. Ao longo da sua estadia no poder, o político gaúcho e líder da “Revolução” passou por várias metamorfoses, indo do revolucionário ao ditador. Estas características de alguma forma sinalizam a complexidade que a chamada Era Vargas congregaria, principalmente no período anterior ao Estado Novo<sup>2</sup>.

A realidade política, atravessada dentro do quadro nacional não deixou de forjar repercussões na cena política pernambucana. Os anos que antecederam a imposição da ditadura varguista, que teve como seu principal realizador Agamenon Magalhães (1937-45), revelaram modelos e projetos políticos, que após os primeiros anos revolucionários, se descolaram daquela frente ampla que constituía a Aliança Liberal e, passava a definir os seus contornos e interesses. Neste caso, tivemos grupos que, ao longo do governo de Carlos de Lima Cavalcanti, aliado de primeira hora em Pernambuco da Aliança e de Vargas, foram perfilando melhor os seus interesses e constituindo-se vozes e experiências políticas importantes, em torno de questões que, durante as décadas de 1930, impunham-se como horizontes de ordenamento político, social e cultural<sup>3</sup>.

Os grupos como a ANL e a AIB são expressões de projetos políticos que passam a provocar questões e propor soluções para as transformações que deveriam ser colocadas em prática pelos “novos” agentes que emergiam após o processo revolucionário. A primeira delas se constituía num conjunto de forças políticas, que mesmo tendo como presidente de honra, o Cavaleiro da Esperança, trazia no seu seio, partidários do comunismo. Abrigavam nas suas hostes outros setores identificados com as forças políticas mais populares e de defesa aos ideais democráticos. Todos tinham, de alguma forma, um opositor às forças conservadoras e “fascistizantes”, representadas pela AIB e alguns setores da Igreja Católica<sup>4</sup>.

A própria maçonaria também tentava imprimir sua marca e posições com a imposição da nova ordem política. Este ajuste seria feito através da defesa do ensino laico e de uma

---

<sup>2</sup>PANDOLFI, Dulce. OS anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 13-35.

<sup>3</sup> Ver: SILVA, Severino Vicente da. *Anotações para uma visão de Pernambuco no Início do século XX*. 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014. p.59-63; CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: Memórias políticas*. Recife: Editora Guararapes, 1985.

<sup>4</sup> Na compreensão destas relações ver: SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010; ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A Construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001; MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012.



posição de defesa das liberdades religiosas, aspecto que já fazia parte de sua luta secular, mas que durante esta fase será foco de preocupação<sup>5</sup>. Podemos verificar esta tomada de posição, com a organização do “Comitê Pró-maçônico Liberdade de Consciência”, organizado desde fins de 1931 e que, ao longo do ano de 1932, ganha publicidade nas páginas do Jornal maçônico o Archote, que noticia as críticas da maçonaria às tentativas da Igreja Católica em pressionar o Estado, para a inclusão do ensino religioso, como componente curricular<sup>6</sup>.

Vários setores da maçonaria percebiam nesta iniciativa, uma afronta à laicidade do Estado brasileiro e da educação, mesmo combatendo as proposições da intelectualidade católica sobre a questão educacional, junto ao estado Pernambuco e Brasileiro, os maçons não lograram êxito, pois gradativamente os setores religiosos ligados à Igreja Católica passariam a compor junto às forças políticas tanto numa dimensão mais local no caso de Pernambuco, sobretudo após o Estado Novo, quanto numa perspectiva maior, sob a liderança de Vargas, um pacto de convivência e influência, quando a tão sonhada laicidade do Estado nunca se efetivaria<sup>7</sup>.

Diante de todo este cenário de complexidade, sinalizado pelos “Tempos de Getúlio Vargas”, podemos observar que o debate entre os vários atores políticos, passaria principalmente com a implantação do Estado Novo (1937-45), a sofrer um implacável revés, uma vez que com o estabelecimento de um regime com nítidos traços ditatoriais, todos os setores que se posicionassem de maneira contrária as orientações do sistema, passariam a sofrer um combate, que não se daria somente ao nível do fechamento e perseguição das suas ações e membros, mas também do ponto de vista simbólico e discursivo<sup>8</sup>.

No caso da maçonaria, a sua proscricção deu-se com a chegada do Estado Novo que fechava as atividades desta instituição. Seguindo a lógica dela, constitui-se num celeiro de

<sup>5</sup> Podemos observar a posição maçônica de apoio a Revolução de 1930, a partir do respectivo documento: Maçonaria e Revolução. Recife, s/d. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

<sup>6</sup> Temos um precioso relato deste cenário na reportagem do jornal o Archote, onde podemos acompanhar os debates e conflitos no interior da Maçonaria local e das questões voltadas para a relação da educação laica versus a tentativa de implantação do ensino religioso em Pernambuco, ver: O LITÍGIO entre as Lloj :. “Luz da verdade” e Ccav :. da :. Luz” e o Gr :. Or.: de Pernambuco – Suas determinações e seus epílogos .*O archote*, Recife 05/1932, p.1.

<sup>7</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo*: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

<sup>8</sup> BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982; GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



difusão de ideias comunistas e judaizantes parceiros de um novo plano de dominação mundial. Os argumentos utilizados pelo representante do exército em Pernambuco, Azambuja Villanova, foi muito bem legitimado tendo esta tônica como centro de suas preocupações. Seguindo a lógica e difundindo um discurso antimaçônico fortemente influenciado por este viés antissemita e anticomunista que a época tinha referências teóricas em vários autores<sup>9</sup>. Villanova justificava a sua ação e de alguma maneira atendia aos clamores dos setores da intelectualidade religiosa e fascista que identificavam a Maçonaria como propagadora de valores dissolventes tanto na ordem religiosa quanto política<sup>10</sup>.

A partir do mês de outubro de 1937 até o final do Estado Novo, teríamos tempos difíceis para a Maçonaria Pernambucana que ficaria sob o signo da ilegalidade e seus símbolos passariam a ser interpretados como sendo perigosos, diante de tal realidade e com a chegada do interventor Agamenon Magalhães, criado na filosofia da Congregação Mariana vinculado ao Colégio Nóbrega de propriedade dos jesuítas, tradicional educandário recifense e local de formação de um grupo de jovens intelectuais conservadores que como observou a historiadora, Silvia Cortez (2010) passaria a usufruir nos Tempos de Agamenon, dos espaços de poder e decisão do aparelho de Estado reforçando na política pernambucana o ideário ditatorial do Estado Novo, além de colaborarem na formação de um reduto conservador de matriz religiosa católica, elementos que se tornaram um entrave para que os maçons pernambucanos, mesmo quando outras agremiações maçônicas país a fora se reorganizam, possam retomar as suas atividades.

---

<sup>9</sup> Ao longo da década de 1930 encontraremos um conjunto de obras de posições antimaçônicas que se pautariam por uma associação destes setores com o judaísmo e comunismo internacional, vendo estes dois ideários como face da mesma moeda, um aspecto importante que se torna necessário pontuar é que um pouco diferente de outras formas de antimaçonismo que teremos ao longo do século XIX, este teria características muito mais expressas, como promotores desta perspectiva, que tem sua divulgação mais forte nas décadas de 1930 e 1940 temos: BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990-1993. (6 Volumes – 1ª Reedição); BARROSO, Gustavo. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A, 1937; BERTRAND, L. *A Maçonaria seita judaica: suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs*. São Paulo: Minerva, 1936; FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçônicos. *Revista Fronteiras*, Recife, setembro de 1938. p.3; VALE, José Nunes; D'ASSUMPÇÃO, Cônego Jeronymo. A aliança das esquerdas maçônicas e comunistas. *A gazeta*, Recife, 17 out. 1938. p.1.

<sup>10</sup> BENIMELLI, J. A. Ferrer. *LA MASONERIA*. 2. ed. Alianza Editorial: Madri, 2005; MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de O. *O poder da maçonaria: A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p.200-218; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.



Diante de tal realidade a reabertura das lojas maçônicas em Pernambuco foi retardada, o processo de reestruturação das oficinas maçônicas só ocorreu quando o Estado Novo já se encontrava em pleno processo de desmonte aspecto que abordaremos com uma maior riqueza de detalhes na parte abaixo.

## **A Maçonaria e sua reorganização no pós- Estado Novo**

A estratégia do governo de Agamenon Magalhães (1937-45) ao longo do período em que esteve no poder foi a de não permitir a reorganização maçônica, ainda que diante das solicitações realizadas por alguns dos seus membros por meio de ofícios ou até mesmo de bilhetes enviados aos representantes do governo e do poder policial ao Estado. As motivações que engendraram tal posição podem ser respondidas em grande medida pelo perfil de aproximação com setores ligados a uma elite intelectual e conservadora, de extrato católico que ocuparia durante os setes anos do governo Agamenon postos-chaves da sua administração. Ao lado deste aspecto, outro que merece destaque foi o de um forte processo de desmobilização que tomou conta da Maçonaria Pernambucana, com o Golpe de Outubro de 1937 e a sua posterior proscrição a partir de Novembro do mesmo ano. Estes elementos se constituem em indícios importantes para que possamos compreender porque em Pernambuco, as atividades maçônicas permaneceriam totalmente suspensas a partir de 1937, realidade que não ocorreu em outras partes do Brasil<sup>11</sup>.

Diante deste cenário o ano de 1945 foi decisivo para o ocaso do regime estadonovista, regime que devido à falência dos regimes totalitários e fascista, na Alemanha e Itália o final da II Guerra Mundial que passou a simbolizar o avanço do ideário democrático, tornaram-se elementos importantes para que o Estado Novo, enquanto regime político passasse a sofrer questionamentos, dos setores mais progressistas e liberais que não aceitavam mais este modelo político como a “melhor” solução para conduzir os destinos da nação e de Pernambuco.

---

<sup>11</sup> SILVA, Silvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010; ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A Construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.



A partir de março de 1945, as forças policiais do regime, passaram a atuar de forma mais repressiva frente às manifestações em prol da redemocratização, era a pressão para que a Democracia voltasse. Tal questionamento, não era visto com bons olhos por parte daqueles que se encontravam ainda à frente do Estado, mesmo em tempos de desestruturação. A gota d'água que levou ao final do regime de exceção em Pernambuco foi por alguns historiadores e memorialistas do período, devido ao assassinato do estudante de Direito Demócrito de Souza Filho e do carvoeiro Manoel Elias, ocorrido no dia 03 de março de 1945, num ato político na Praça do Diário, no centro do Recife, em prol do fim do Estado Novo<sup>12</sup>.

Neste clima de distensão quando o regime autoritário, implantado em 1937 começava a demonstrar os seus limites, passando a ter a sua legitimidade, cada vez mais questionada, a Maçonaria Pernambucana começou um processo de rearticulação das suas forças, tendo como horizonte, a iminência da volta à ordem democrática.

A saída de Agamenon Magalhães do governo estadual em fevereiro de 1945 e a reconfiguração política que o país atravessava, com os questionamentos por parte da sociedade, imprensa e intelectuais a respeito da legitimidade do Estado Novo, numa conjuntura mundial onde a Democracia reaparecia como um sistema político que voltava a ser compreendido como alternativa política importante, principalmente, devido ao ideário que foi se impondo com a vitória dos aliados sobre os regimes autoritários, apresentou-se no interior do discurso político brasileiro, como mais um dos argumentos necessários para que o regime varguista passasse a ser visto como vias de superação, abrindo desta forma, principalmente em Pernambuco, a possibilidade para que os maçons do estado reconquistassem os seus espaços e reativassem os seus trabalhos.

Como exemplo dessa nova realidade e do acesso aos membros da burocracia estadonovista pelos maçons como pontes para espaços de decisão, pode ser percebido pelo bilhete encaminhado por Geraldo, um dos assessores do governo que trabalhava diretamente no gabinete do Interventor Etelvino Lins. No bilhete encaminhado a Fabio Correia, Delegado Regional, ligado à Secretária de Segurança Pública de Pernambuco, utilizando um tom de amizade, Geraldo apresentava um dos filiados da Loja Frei Caneca, da cidade de Limoeiro. Na sua apresentação, o assessor do gabinete do interventor interino, utilizava-se dos seus

---

<sup>12</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco imortal*. Evolução histórica e social de Pernambuco. Recife, Cepe, 1997.



conhecimentos nos bastidores do poder para que o seu amigo pudesse reaver e ter acesso aos arquivos e material da respectiva oficina maçônica, que tinha sido apreendido pela Secretária de Segurança Pública do Estado em 1937. Geraldo assim reportava-se ao delegado regional:

Amigo Fábio,

Vai ate ai, entender-se consigo o amigo... Abdias Melo. [...] representa ele a Loja Maçônica de Limoeiro e deseja saber algo sobre as possibilidades de devolução do arquivo da dita Loja [...] Embora trate-se de pessoa amiga e até seu subordinado, ficarei grato pela atenção que ele puder ser dispensada. Abraços do amigo, Geraldo<sup>13</sup>.

Como podemos observar a partir do bilhete acima apresentado, utilizando-se de funcionários que ocupavam cargos de destaque no interior da burocracia do Estado, os maçons através de suas redes de sociabilidade forjadas independentemente da sua condição maçônica, pretendiam, através destas articulações, reativar os trabalhos da instituição no Estado. O bilhete em questão, expressa a preocupação de Geraldo em apresentar o representante da loja maçônica dentro da mais alta referência, apontando inclusive que além de seu amigo ele possuía outras credenciais como o lugar que ele ocupava como funcionário da Secretária de Segurança, possivelmente, alguém ligado à força policial da cidade de Limoeiro. Pelo que observamos, a solicitação não foi atendida prontamente uma vez que ainda em março de 1946 os arquivos da Loja não tinham sido enviados aos solicitantes<sup>14</sup>.

O exemplo acima, ajuda a ilustrar além das redes de conexão dos maçons com figuras que desempenhavam funções importantes no interior da administração do Estado, o processo de rearticulação destes sujeitos no Estado, no sentido de que uma vez que a ordem democrática encontrava-se na iminência de constituir-se após “sombrios tempos de intolerância”. Assim, encontravam-se cada vez mais próxima as possibilidades da Maçonaria sair do campo da ilegalidade e o processo de pressão para que os maçons pudessem voltar novamente a se organizar de forma legal, tomou forma e irradiou-se ao longo do ano de 1945 com o sucesso de algumas oficinas que passaram a receber a ordem de funcionamento, retomando assim, as suas atividades.

<sup>13</sup> BILHETE ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26 jul.1945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

<sup>14</sup> INFORMAÇÃO 4889. Recife, 09 mar.1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.



Os primeiros focos de reestruturação das atividades maçônicas ocorreram nas lojas do interior do Estado. Trabalhando com o objetivo de rearticular as forças maçônicas, o movimento de reinício oficial dos trabalhos maçônicos em Pernambuco aconteceu na Loja Mensageiros do Bem, sediada na cidade de Garanhuns, após o sucesso desta oficina maçônica outras lojas foram reconquistando o direito de se reorganizar, como as das cidades de Caruaru, Limoeiro e Vitória de Santo Antão<sup>15</sup>.

No jornal maçônico “O obreiro”<sup>16</sup> num artigo assinado por um dos seus redatores, é possível encontrar um interessante depoimento sobre a situação atravessada pela maçonaria pernambucana durante a “longa noite de intolerância”, representada pelos anos da ditadura do Estado Novo. No texto, o secretário do periódico maçom, num exercício de memória relatando qual tinha sido à realidade atravessada pelos maçons pernambucanos nos anos da ditadura de Agamenon Magalhães, destacava que os maçons tiveram os “seus templos completamente ocupados ou desapropriados, patrimônios destruídos”. O testemunho, fornecido pelo artigo, constitui-se uma importante narrativa para que seja possível pensar a realidade e as experiências atravessadas pela maçonaria durante o Estado Novo.

A narrativa construída embora de maneira genérica, sem a preocupação em apontar as situações específicas vivenciadas por lojas maçônicas e seus membros durante o citado período, esforçava-se no sentido de difundir a ideia de que durante a fase de proibição legal a qual ficou submetida às atividades maçônicas no Estado, acompanhada do enrijecimento com relação a qualquer tentativa em permitir o funcionamento das lojas, não se constitui em motivo para que os maçons, mesmo permanecendo no campo da ilegalidade, deixassem de construir formas de reunirem-se e forjar estratégias para reativar as suas atividades. O autor do artigo logo no início da sua exposição constrói uma visão de que incorreria em gravíssimo erro, acreditar que ao longo do Estado Novo, a Maçonaria teria cessado completamente as suas atividades.

Ao pontuar tal dimensão, os maçons pernambucanos pretendiam afirmar uma história de resistência frente ao autoritarismo posto em prática durante os “*Tempos de Agamenon*”. Através deste recurso, os maçons pretendiam se representar enquanto um grupo que, não admitia sob forma alguma, os ataques que o regime de Agamenon e seus diletos

<sup>15</sup> ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, maio1947. p.4.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.4.





colaboradores efetuavam contra as liberdades democráticas. Nessa perspectiva, encontramos no texto produzido, cerca de um ano e meio após, o processo de reorganização das atividades maçônicas em Pernambuco, a imagem de que, os maçons tinham desenvolvido e articulado uma atuação, no sentido de contribuir para a volta da normalidade democrática, em um novo regime que, nas palavras do autor, teria como princípios a tríade da identidade maçônica: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Lema que, segundo os próprios maçons, seria imprescindível na construção e sedimentação de um verdadeiro modelo democrático<sup>17</sup>.

Mesmo tendo estes núcleos do interior reorganizando a vida maçônica ao longo de 1945, somente no ano seguinte, encontraríamos um ambiente maior de reestruturação efetiva para as atividades da Maçonaria. Comparando a realidade de Pernambuco a de outros estados, é possível verificar que no caso pernambucano ele aconteceu tardiamente, uma vez que, em outros estados a propaganda maçônica já havia se organizado antes mesmo do fim do Estado Novo. Uma das explicações para este descompasso se comparado à realidade de outros lugares, explica-se pelo fato, do alto nível de antimaçonismo que tomava conta de vários intelectuais e pessoas ligadas, ou que assumiram cargos de visibilidade no interior na administração do governo Agamenon Magalhães, postura que começava pelo próprio Interventor. Dessa forma, ao longo do ano de 1946 encontramos nos arquivos pesquisados várias solicitações à Secretaria de Segurança Pública do Estado, tanto de entrega dos arquivos e objetos confiscados pela polícia em 1937, como também a autorização para a reabertura dos trabalhos<sup>18</sup>.

As solicitações encaminhadas pela loja maçônicas Saint George que era organizada pela colônia inglesa do Recife e funcionava no prédio da Loja Cavaleiros da Cruz, pela Loja Segredo e Verdade, localizada na cidade de Vitória de Santo Antão, foram enviadas em 1946 à Secretaria de Segurança Pública do Estado, ambas reclamavam à autorização de funcionamento ao mesmo tempo em que, exigiam a devolução dos seus arquivos confiscados<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, maio 1947. p.4.

<sup>18</sup> SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Recife: Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2013.

<sup>19</sup> OFICIO da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22 jan. 1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE; OFICIO n. 91. Vitória de Santo Antão, 14 jun. 1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.



Analisando os pedidos enviados às autoridades policiais, tanto pelas lojas maçônicas da capital quanto pelas do interior, observamos a lentidão e a forte burocratização no sentido de devolver o material confiscado. No caso da Loja Saint George, encontramos dois ofícios, redigidos por membros da oficina, pedindo a liberação das atividades e o envio dos arquivos e materiais confiscados, o primeiro foi enviado no dia 22 de janeiro e, o segundo, cerca de quatro meses depois em maio de 1946. Somente no último ofício, as autoridades policiais forneceram um parecer a respeito da localização dos arquivos reclamados.

No caso da loja maçônica Segredo e Verdade, o Comissário Chefe do Arquivo analisando o ofício n.341 expedido pelo Delegado Regional da 1ª Zona, com sede na cidade de Vitória, enviou a Fábio Amorim na época responsável pela 2ª Delegacia Auxiliar da Capital, um documento onde declarava que já havia realizado a apreensão do material da Loja Segredo e Verdade. Porém no documento em questão que foi por nós analisado, encontramos na lateral do ofício uma anotação, onde é possível ler: “não foi recebido os objetos de que trata este ofício”, datado do dia 28/10/1937 e, assinado pelo responsável em supervisionar os materiais apreendidos<sup>20</sup>.

O caso acima, relatado de extravio e desaparecimento dos arquivos maçônicos ocorreu noutras oficinas maçônicas do Estado. Com o final do Estado Novo, algumas delas, ao solicitarem o seu material, recebiam a resposta de que o seu material não se encontra localizado nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops). Esta situação vivenciada pelos maçons pernambucanos nos ajuda a compreender, a pouca ou quase nenhuma preocupação, por parte do poder público, na preservação dos arquivos, alvo das instituições de repressão, perspectiva aceitável num regime ditatorial quando, a não preservação dos arquivos e objetos apreendidos dos grupos alvo de repressão tornava-se um elemento importante no sentido de dificultar a reorganização e mobilização destes segmentos.

Outra questão relacionada à ideia do parágrafo anterior, diz respeito aos motivos que fizeram com que, as lojas do interior do estado se mobilizassem antes das lojas da Capital. Acreditamos que, a resposta para tal questionamento, pode ser vislumbrada a partir das sugestões levantadas por Araújo (1947) no artigo sobre a Maçonaria Ilegal<sup>21</sup>. Como o autor apontava, é bem provável que os irmãos maçons do interior devido ao fato da ação dos

<sup>20</sup> Resende, Carlos. *Ofício n.341*. Vitória de Santo Antão, 27 outubro 1937. p.1.

<sup>21</sup> ARAUJO, V. *Maçonaria Illegal*. *O Obreiro*, Recife, maio1947. p.4.



investigadores e da repressão ter sido menos efetiva naquelas cidades, os maçons continuaram a se reunir em outros espaços fortalecendo-se assim os seus vínculos de solidariedade<sup>22</sup>. O que de certa forma colaborou para que eles se mobilizassem cada vez mais, principalmente devido ao crescente desgaste do regime estadonovista, aspecto que os ajudou no processo de reiniciar, mais cedo, os seus trabalhos.

A partir de 1947, observamos que os maçons pernambucanos retomaram as suas atividades de maneira muito mais intensa, com boa parte das lojas da capital e do interior funcionando sem grandes impedimentos. Durante esse ano, o núcleo maçom da capital tentou também retomar as suas atividades no campo da imprensa, por meio de um periódico lançado no mês de maio, mas que publicou somente um número. Este jornal, denominado O obreiro, termo do linguajar maçônico, utilizado para referir-se ao maçom, seguia a mesma lógica das publicações anteriores - a de se constituir num espaço de propaganda da instituição - Aspecto importante, principalmente, após o período de repressão, representado pelo Estado Novo.

Mesmo sendo publicado apenas um único número, o Obreiro trazia informações importantes a respeito do ressurgimento no pós-Estado Novo, da propaganda maçônica nas terras pernambucanas. Composto por três redatores Artur Rodrigues Neves, que colaborou num jornal de mesmo nome ligado à Aliança Evangélica de Obreiros Leigos; V. de Araújo e S. Medeiros. O primeiro e, único número, foi lançado com a preocupação de tornar-se um veiculador legítimo, do que um dos colaboradores chamou de “moral Maçônica”, trazendo nas suas páginas discussões e notícias relacionadas ao ambiente maçônico uma das suas diretrizes seria tornar-se um espaço de divulgação dos princípios e orientações da instituição<sup>23</sup>.

Neste sentido, O Obreiro não se diferenciava dos outros periódicos lançados pela Maçonaria nas décadas iniciais do século XX e no ano 1932-34. Todos os periódicos

---

<sup>22</sup> Com relação a esta possibilidade dos maçons resgatarem o seu material de expediente e ritualístico, antes da ação das forças policiais encontramos no livro do maçom Antonio Ferreira um relato bem interessante, vejamos: “lembra o irmão Valdir Moreno, sempre cauteloso em suas informações para não incorrer em erro, que o venerável Aprigio Estevam Tavares fora procurado pelo sargento/delegado da cidade e que lhe apresentara ofício da chefia de polícia da capital determinando a dissolução da maçonaria arcoverdense, para sempre[...] valendo-se disto, o Venerável Aprigio, durante a madrugada, com outros irmãos foram ao Templo e o esvaziaram, levando para seus cuidados os instrumentos de trabalho maçônicos e demais pertences”. Ver: FERREIRA, Antonio do Carmo. *História do GOIPE*: caderno VII, Recife: Artegrafi, 2003. p.5.

<sup>23</sup> A.M. Campanha pró-imprensa Maçônica. O *Obreiro*, Recife 25 maio 1947. p.2. Ainda sobre a organização dos periódicos maçônicos que citamos ao longo do trabalho ver: NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa em Pernambuco (1851-1954)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. p.173.



maçônicos tinham como preocupação central, dar publicidade às ações maçônicas, ao mesmo tempo em que se esforçavam na formulação de uma imagem positiva e propositiva para sociedade sobre as suas ações e seus ideais. Não fugindo a tal preocupação os redatores do *Obreiro* no número de estreia além de formularem a sua visão e imagem sobre a atuação da Maçonaria nos duros anos do Estado Novo em Pernambuco, mostrando que, mesmo na ilegalidade não havia desarticulado totalmente as suas atividades, graças “àqueles que foram maçons [de] índole ou princípio, [que] continuaram dentro do silêncio, o trabalho penoso e sacrificado da ilegalidade”<sup>24</sup>.

Ao difundirem tal imagem pretendiam, afirmar e construir uma identidade do grupo, tendo a preocupação em distinguir aqueles que teriam permanecido fieis aos ensinamentos maçônicos, através de tal recurso, os editores do periódico, fomentavam a visão de que as forças maçônicas, ao longo do Estado Novo, assumiram muito mais um papel de resistência do que de desorganização.

Além da divulgação deste ideário, uma parte, das matérias veiculadas no número de estreia noticiava a “Festa Branca” de sagração que reinaugurou as atividades no templo da Loja Segredo e Amor da Ordem, na cidade do Recife, espaço que voltava a ser utilizado pela comunidade maçônica da cidade, e que congregava outras oficinas além da loja Segredo e Amor da Ordem. Esta atividade ocorreu no início de maio de 1947 e tomou grandes proporções, inclusive no seio da Maçonaria Nordestina, com a presença de várias autoridades, dentre elas a de maçons do estado da Paraíba como: Pedro Aragão, maçom graduado, da cidade de Campina Grande que ficou responsável pelo pronunciamento da conferência aberta à sociedade e que tinha como temas norteadores o verdadeiro significado da Maçonaria e a sua importância na ordem moral, filosófica e política<sup>25</sup>.

Discorrendo a respeito de tais questões a conferência do maçom representante do Oriente<sup>26</sup> de Campina Grande, traçava, nas suas considerações uma visão laudatória da instituição, aspecto não incomum tratando-se de alguém ligado à instituição e que num

<sup>24</sup> ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, mai.1947. p.4

<sup>25</sup> ARAGÃO, Pedro. Conferência na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife 25 maio1947, p.1.

<sup>26</sup>Local da Loja onde fica o Venerável Mestre, também corresponde à denominação de lugar ou cidade onde se encontra a Loja Maçônica. FILHO, Plínio Barroso de Castro. *Dicionário de termos maçônicos As palavras, as frases e os termos maçônicos mais usados no rito Escocês antigo e aceito para a maçonaria no brasil*. Disponível em: <www.inspetoria.org.br>. Acesso em: 16 jun. 2014.



processo de reordenamento precisava de alguma forma ressaltar os objetivos e virtudes da Maçonaria, inclusive como estratégia para que ela voltasse a se fortalecer.

No seu pronunciamento, Pedro Aragão versou sobre como a Maçonaria constituía-se numa espécie de centro irradiador de princípios verdadeiros e relevantes, onde se destacava à defesa da filosofia, da moral e da política. Refletindo Sobre os dois primeiros aspectos, o conferencista afirmou que tanto uma ordem moral como filosófica de inclinação maçônica apenas se tornaria concreta se cada um dos seus membros colocasse, enquanto, horizonte uma posição de compromisso com a promoção e a busca desinteressada pela verdade. Com relação, à dimensão política, Aragão se reportava à tradição maçônica de defesa e luta pelos princípios liberais, destacando que “a Democracia é uma obra de realização da Maçonaria”<sup>27</sup>.

Ao valorizar os princípios democráticos, como maçônicos, Pedro Aragão, procurava enfatizar que, o legado da Maçonaria, enquanto instituição transcendia os limites do tempo e que tinham uma preocupação efetiva com a sociedade e o bem comum. Além de pontuar, que a defesa de tal princípio a colocava na base de formação da sociedade ocidental, dentro de aspectos não somente morais ou filosóficos, como pretendia ponderar o conferencista. Mas também, na própria ordem política e social. Através da defesa dos princípios liberais e da própria democracia enquanto valores que fundaram uma nova sociedade, com costumes políticos diferentes daqueles que existiam em regimes absolutistas e autoritários. Tal lembrança, reavivada num período pós-ditadura, possuía um efeito muito claro: o de que, tais valores, mesmo com a repressão sofrida pelos maçons pernambucanos durante o Estado Novo, não afastou deles a defesa intransigente dos ideais democráticos.

Mesmo pretendendo representar, a instituição, como paladino da democracia e do liberalismo político, que após a experiência traumática da II Guerra, voltava a constituir-se num valor importante para a sociedade ocidental. Os maçons pernambucanos, vinculados ao Obreiro em alguns momentos, não tinham atitudes e posições tão liberais assim, principalmente quando se tratava de alguns temas “polêmicos”, dentre eles, podemos encontrar nas páginas do seu periódico o relacionado à aceitação feminina em lojas maçônicas. Sobre esse assunto, os editores do periódico maçom, expressando uma visão corrente no interior da própria maçonaria pernambucana, ao invés de produzir uma avaliação

---

<sup>27</sup> Ibidem, p.6.



mais isenta em torno do tema da “Maçonaria Mista”<sup>28</sup> não a via com bons olhos, questão que não era polêmica só em Pernambuco, mas de forma geral, no seio da Maçonaria Internacional. Os argumentos apresentados pelos redatores do periódico, para sustentar a não aprovação de uma organização maçônica, que tivesse na sua composição a convivência dos dois sexos, orientava-se nos argumentos expressos abaixo:

A economia domestica, os afazeres cotidianos do lar, a labuta incessante das matronas dignas dirigentes dos seus afanosos deveres na formação de caracteres e orientação da oficina simbólica das mil e uma atividades do lar, não fora o bastante para tomar-lhes o tempo e ocupar-lhes as mentes e os corações<sup>29</sup>.

Como podemos observar, as justificativas apontadas pelo autor do artigo seguia claramente uma lógica machista e sexista em relação à mulher e a sua possível aceitação por parte da Maçonaria. Tais argumentos, urdidos dentro de uma perspectiva pouco liberal e “moderna” confrontava a imagem progressista que muitas vezes os maçons pretendiam construir sobre si mesmos. Uma das justificativas, construída pelo articulista, para destacar, a incapacidade de termos uma maçonaria feminina, residia no fato de que, as mulheres tinham papéis sociais muito bem definidos, sendo o principal deles, o desempenho das funções domésticas evidenciadas pelo autor no texto e observadas como se fossem quase que atribuições intrínsecas à “natureza feminina”, criando assim, uma naturalização dos papéis sociais.

Ao evidenciar tais posicionamentos com relação à mulher, não encontramos nos intelectuais maçons nenhuma defesa dos princípios de igualdade e democracia, tão vivamente defendidos no discurso maçônico produzido, por exemplo, pelo orador Pedro Aragão na sessão solene de reabertura do templo da Loja Segredo e Amor da Ordem. Diante de tais argumentos, a compreensão de mundo veiculada pelo Obreiro, com relação à questão da participação da mulher nas Lojas Maçônicas, era tácita e guiava-se pela visão de que homens

---

<sup>28</sup> Foi fundada no final do século XIX na França e expandiu-se para outros países da Europa, no Brasil ela foi introduzida no ano de 1919, proclama a possibilidade de congregar no seio da ordem maçônica, homens e mulheres, mesmo não sendo reconhecida pelos poderes maçônicos tradicionais vem ganhando adeptos. Ver: <http://www.grandelojamista.com.br/historia/>. Acesso em: 08 out.2015.

<sup>29</sup> A MULHER e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife 25 maio1947. p.1.



e mulheres tinham funções sociais muito bem definidas, que não podiam e nem deviam ser desorganizadas. Este exemplo deixava, de maneira muito evidente os limites entre a imagem que os maçons pretendiam formular sobre suas práticas, chamando para si, a qualidade de defensores da igualdade, democracia e progresso, podendo observar que sobre este caso eles não assumiriam uma posição de vanguarda, lugar que pretensamente se colocavam.

Ao mesmo tempo, em que os artigos escritos pelos maçons, tinham como preocupação evidenciar os pontos de vista maçônicos a respeito de várias questões, esta publicação também, como todo veículo, ligado à vida institucional de uma entidade, preocupou-se em inserir notícias que mostrassem o cotidiano maçônico na cidade do Recife e do estado, informando, por exemplo, as lojas maçônicas existentes e os seus dias de reunião.

A vida efêmera do jornal maçom, que não passou do primeiro e único número, pode ser explicada dentro do contexto da pouca organização maçônica aliada a dificuldades financeiras atravessadas pelas agremiações maçônicas, estes elementos são motivos importantes e potenciais para que possamos compreender porque o Obreiro não conseguiu se estabelecer no universo da imprensa pernambucana. Mesmo com toda esta limitação, este periódico de publicidade maçônica, constitui-se numa fonte importante, para que possamos compreender o processo de reorganização da Maçonaria pernambucana no período pós-Estado Novo.

Ainda com relação à imprensa maçônica no período posterior ao governo de Agamenon Magalhães, observamos que não encontramos em Pernambuco jornais ou revistas que cobrissem um período ininterrupto de propaganda e publicidade de suas ações. Constatamos uma descontinuidade das publicações relacionadas à Maçonaria, sendo na maioria periódicos de um conjunto de lojas ou de um grupo de maçons, como foi o caso do Obreiro, muitas vezes não conseguindo animar os corpos maçônicos que detinham o poder no Estado<sup>30</sup>.

Como exemplos de iniciativa, no período pós-Estado Novo, no sentido de se construir uma imprensa maçônica no estado, encontramos cerca de quatro anos, após o lançamento do Obreiro já na década de 1950, *O malhete*, jornal que seria publicado entre os anos de 1951 a 1954. Nas pesquisas que realizamos, na hemeroteca do Arquivo Publico Jordão Emerenciano

<sup>30</sup> SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Maçonaria e República*. Op. cit.





em Pernambuco, observamos que as citadas publicações não tinham uma periodicidade regular. O outro exemplo foi o *Boletim maçônico* de 1953, que como *O malhete* carecia de uma maior regularidade com relação à publicação, sendo localizado, daquele, somente os números 13-14, referentes a março e abril de 1954.

O fato de a maçonaria pernambucana não possuir uma periodicidade nos seus órgãos de imprensa, não se constituiria em motivo para que ela deixasse de ser personagem nas páginas da imprensa pernambucana, principalmente, após todo o processo de repressão por ela, sofrido e construção de estereótipos assentados num discurso antimaçom, como já nos referimos anteriormente. Desta forma, o período pós-estado novo seria ainda pródigo de debates e construções de imagens sobre a maçonaria, na sua maioria tendo como padrão a sua ligação com ideologias políticas de fundo revolucionário, e visto pela sociedade como foco de perigo para uma suposta ordem estabelecida.

## **Antimaçonismo e imprensa no pós-Estado Novo: a polêmica da maçonaria com o Padre Aloisio Mosca**

Mesmo após o final do Estado Novo e a saída de algumas lideranças de tendência conservadora e antimaçônica dos espaços de poder no governo, encontraremos ainda permanências de uma visão negativa a respeito da Maçonaria no interior da sociedade pernambucana. Um exemplo concreto da continuidade dessa mentalidade eivada de antimaçonismo e que ganhou destaque na imprensa pernambucana, chegando às ruas e trazendo novamente a discussão a respeito do caráter nefasto representado por esta instituição, podemos observar nas primeiras semanas do mês de maio de 1950, quando as autoridades religiosas, ligadas à Igreja Católica local, de tendência mais conservadora, resolveu afastar os maçons das irmandades, essa “limpeza” começou pela irmandade da Conceição dos Militares, sediada na cidade do Recife, assunto que tomou conta das rodas de debate nas ruas da cidade, essa atitude funcionou como um reavivamento da Questão Religiosa, ocorrida no século XIX.

O caso em questão ganhou destaque e repercussão nas páginas do Diário da Manhã por meio de uma matéria onde era possível ler: “Maçonaria, um movimento paralelo ao Comunismo”, com esta quando, o jornal retomava o antigo discurso, pretendendo reativar sobre a Maçonaria, a suspeita de que existiam laços fortes que relacionavam o ideário político



comunista à instituição<sup>31</sup>. A diferença que encontrávamos se relacionada ao que era veiculado aos órgãos de imprensa, ligados ao catolicismo, estava nos depoimentos do Pe. Aloisio Mosca, intelectual e representante de destaque do catolicismo local que não conduzia a sua argumentação dentro de uma interpretação antissemita, como era praticada nas décadas de 1930 e 40<sup>32</sup>.

Essa combinação, com certeza, foi evitada de ser verbalizada depois de todo o horror que o ideário antissemita provocou ao mundo, com a publicidade que, no pós-guerra ganhou evidência da política, imposta pelo nazismo aos judeus. Na matéria em questão, o religioso Jesuíta esforçava-se em reafirmar as táticas perigosas da Maçonaria com relação à sociedade, destacando suas possíveis ligações com o ideário comunista. A nova frente de ataque da Maçonaria, nas palavras do Jesuíta, desenvolver-se-ia na defesa da emancipação política feminina. Nas suas considerações, o Padre questionava que o súbito interesse da Maçonaria por esta causa, na verdade, camuflava outros interesses, que poderiam ser compreendidos dentro da lógica abaixo:

A Maçonaria até bem poucos anos foi o adversário mais intransigente da emancipação política da mulher. Porque? Porque ela sabe que geralmente a psicologia religiosa da mulher conserva muito melhor o patrimônio da fé católica do que o homem. Já se pode avaliar a consequência, se a mulher com esse espírito religioso e católico puder influir com seu voto no destino da nação. E nos países em que a mulher goza de emancipação política procuram os maçons dar à mulher competente educação maçônica<sup>33</sup>.

Ao apresentar tal versão o Pe. Mosca, professor da Faculdade Manuel da Nóbrega, retomava a perspectiva de demonstrar que, por trás da defesa de questões que a Maçonaria elencava como sendo liberais ou “libertadoras”, estaria na verdade os seus interesses em manipular, combater e perseguir a Igreja Católica e o seu ideário. E, que, no caso específico da defesa a liberação política feminina, o objetivo maçônico seria na verdade afastar a

<sup>31</sup> Na formulação e sedimentação de um discurso antimaçônico ver: ARRIBAS Javier Dominguez. La utilización del discurso antimasónico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). *Hispania. Revista Española de Historia*, 2006, v. LXVI, n. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138; Melo, Mario. Maçonismo, Judaísmo e Totalitarismo. *Jornal do Comercio*, Recife 06 out.1939. p.2.

<sup>32</sup> FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçônicos. *Revista Fronteiras*, Recife, setembro de 1938, p.3; BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubernio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escándalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982; GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

<sup>33</sup> MAÇONARIA, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16 mar.1950. s/p.



mulheres do raio de influência da religiosidade católica. Outro foco de ataque à Maçonaria e que batia frontalmente nos interesses da Igreja Católica, como analisava o Jesuíta, voltava-se à educação e ao seu caráter laico, antiga arena de combate entre as duas instituições.

Justificando ainda, a posição das autoridades eclesiásticas do Recife, com relação à Maçonaria, o Padre Mosca destacava outros argumentos para combater o maçonismo e suas manobras. Entre elas, o fato de que a Maçonaria constituía-se num movimento paralelo ao comunismo, e, por conta desse aspecto, evidenciado pelos mais sagazes observadores, como justificava o jesuíta, o argumento definidor deste entrelaçamento, residia no fato de que tanto o comunismo quanto a Maçonaria, tinham uma preocupação comum, que as duas forças pretendiam camuflar, afastando assim os seus reais interesses, na visão do religioso a unidade da maçonaria e do comunismo centrava-se então, na implantação de um “Estado Marxista e uma Igreja Maçônica”.

Finalizando as suas considerações a respeito da resolução tomada pelo clero pernambucano, o Padre Mosca afirmava ainda que, a interdição dos maçons na participação das irmandades religiosas era completamente legal, uma vez que, além de ser uma instituição anticatólica, o envolvimento de fiéis católicos com a Maçonaria representava uma falta de fé. Diante deste conjunto de argumentos, o Jesuíta concluía: “A Igreja com a expulsão dos maçons não fez nada mais de que cumprir seu dever, aplicando determinações já anteriormente impostas”<sup>34</sup>.

Ao analisar o Diário da Manhã, que veiculou a matéria relatando o afastamento dos maçons de algumas irmandades com o depoimento do Padre Aloisio Mosca, é possível observar que, o jornal ao tentar falar sobre tais relações acabou privilegiando mais as considerações negativas fornecidas pelo jesuíta, do que a versão apresentada pelo então Grão-Mestre do Grande Oriente de Pernambuco, Prof. Jaime de Oliveira, Diretor da Escola Politécnica de Pernambuco. Tal desigualdade na apresentação das versões, nos ajuda a perceber como por parte dos redatores do jornal, a preocupação em contemplar, muito mais a visão religiosa do que a maçônica sobre a questão era evidente. A veiculação desta matéria contribuiu no sentido de acentuar mais ainda os preconceitos e estereótipos em relação aos maçons, não procurando de maneira alguma, haja vista o recurso de diagramação que usou e o

---

<sup>34</sup> Idem.



espaço fraqueado a cada uma das partes, uma visão mais isenta com relação à questão. Por trás dessa desigualdade, é possível ainda entrevermos permanências de traços de uma forte visão antimaçônica que foi sendo reatualizada, mas que de alguma maneira continuou a abordar muitos dos signos estabelecidos por essa forma de discurso<sup>35</sup>.

Neste sentido, a preocupação em despertar um sentimento de periculosidade maçônica não cessava, pois como observamos ao longo do artigo, eram retomadas a Maçonaria, sendo pintada nas cores de uma instituição revolucionária e confabuladora, e noutros momentos, acrescidos a estas características a de constituir-se num espaço a serviço dos judeus ou do comunismo, como podemos observar ao longo das décadas de 1930 e de 1940, e que ficava expresso no depoimento fornecido pelo religioso nos anos 1950<sup>36</sup>.

Acreditamos que tais representações, mesmo sofrendo variações, ao longo do tempo, no que diz respeito às finalidades e associações maçônicas, acabavam condensando uma perspectiva bem precisa, ou seja, os maçons e a Maçonaria, devido à sua defesa aos ideais liberais, constituíam-se num perigoso agente na proliferação de projetos políticos e formas de pensamento que tendiam a romper com uma tradição, defendida pelos intelectuais católicos e conservadores pernambucanos.

Compreendermos estas construções ajuda a fornecer um olhar importante sobre a instituição, ao mesmo tempo em que, contribui para o aprofundamento do estudo de como as representações e as visões de intolerância são formuladas e reatualizadas ao longo do tempo histórico, conceito fundamental para pensar a maneira como as relações entre os intelectuais católicos, a Igreja e a Maçonaria colocaram no espaço público as suas visões de um em relação aos outros, perspectivas que ajudaram a fomentar tais representações<sup>37</sup>.

## Fontes

<sup>35</sup> BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubernio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri, Edições ISTMO, 1982; GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

<sup>36</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3 ed.. São Paulo: Perspectiva, 2001; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *O antissemitismo nas Américas*. História e memória. São Paulo: Edusp, 2007.v.1.

<sup>37</sup> BARET-DUQCROQ, Françoise (org.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.



ARAGÃO, Pedro. Conferencia na Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem. *O obreiro*, Recife, maio 1947. p.1

ARAUJO, V. Maçonaria Illegal. *O Obreiro*, Recife, maio 1947. p.4

A MULHER e a Maçonaria. *O obreiro*, Recife, maio 1947. p.1.

A.M. Campanha pró-imprensa Maçônica. *O Obreiro*, Recife mai.1947, p.2.

BILHETE ao Delegado Fabio Correia. Recife, 26 jul. 945. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE.

FERNANDES, Pe. Os Tabus Maçônicos. *Revista Fronteiras*, Recife, set. 1938, p.3.

FILHO, Plínio Barroso de Castro. Dicionário de termos maçônicos As palavras, as frases e os termos maçônicos mais usados no rito Escocês antigo e aceito para a maçonaria no brasil. Disponível em:<[www.inspetoria.org.br](http://www.inspetoria.org.br)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

INFORMAÇÃO 4889. Recife, 09 mar.1946. Prontuário Funcional 6351 – DOPS – APEJE

MAÇONARIA, um Movimento Paralelo ao Comunismo. *Diário da Manhã*, Recife 16 mar.1950.

MELO, Mario. Maçomismo, Judaísmo e Totalitarismo. *Jornal do Comercio*, Recife 06 out. 1939. p.2.

OFICIO da Loja Maçônica Saint George a Secretária de Segurança Pública. Recife, 22 jan. 1946. Prontuário Funcional 1527-A.- DOPS – APEJE

OFICIO n. 91. Vitória de Santo Antão, 14 jun. 1946. Prontuário Funcional 1527-A – DOPS – APEJE.

RESENDE, Carlos. *Oficio n.341*. Vitória de Santo Antão, 27 de outubro 1937, p.1. Prontuário Funcional 28897 – DOPS – APEJE

## Bibliografia

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A Construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

ARÃO, Manoel. *História da Maçonaria no Brasil*. Recife: Edição do autor, 1926. v.1.

AZEVEDO, Celia Marinho. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ARRIBAS Javier Dominguez. La utilización del discurso antimasonico como arma política durante el primer franquismo (1939-1945). *Hispania. Revista Española de Historia*, 2006, v. LXVI, n. 224, septiembre-diciembre, p. 1107-1138.



- BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990-1993.
- \_\_\_\_\_. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A, 1937.
- BARET-DUQCROQ, Françoise (org.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BASTOS, Elide Rugai et al. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BENIMELLI, J. A. Ferrer. *El contubérnio Judeo-Masónico-Comunista*. Del Satanismo al escândalo de la P-2. Madri: Edições ISTMO, 1982.
- BENIMELI, J.A.F; CAPRILE, G; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. Trad. Valério Alberton. 2. ed. São Paulo:Paulinas,1983.
- \_\_\_\_\_. *LA MASONERIA*. 2.ed.Alianza Editorial: Madri, 2005.
- CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: Memórias políticas*. Recife: Editora Guararapes, 1985.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia Política. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n.24, p.227-250, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O antissemitismo nas Américas*. História e memória. São Paulo: Edusp, 2007.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: Ediupe, 1998.
- FERREIRA, Antonio do Carmo. *História do GOIPE: caderno VII*, Recife: Artegrafi, 2003.
- PANDOLFI, Dulce. OS anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na Loja União III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. 2003.163p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
- MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da cidade do Recife, 2012.
- SILVA, Silvia Cortez. *Tempos de Casa-grande (1930-1940)*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2010.



SILVA, Augusto César Acioly Paz. *Pedreiros do mal: Maçonaria x Igreja Católica em Pernambuco (1900-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2007.

\_\_\_\_\_. A Besta Anti-clerical a Solta: Igreja Católica, intelectuais e conflitos com a Maçonaria (1900-1912). In: NETO, Martinho Guedes dos Santos; COSTA, Robson Xavier da. (org.). *Pesquisa em História: temas e abordagens*. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009, v. 1, p. 113-134.

\_\_\_\_\_. Maçonaria e República em Pernambuco: algumas considerações (1889-1912). In: MACEDO, Helder Alexandre (org.). *Capítulos de História do Norte-Nordeste: poder, cultura e sociedade*. 1ed. Florianópolis; Carnaúba Dantas: Bookess Editora; Edição do Autor, 2011, v. 1.

\_\_\_\_\_. *Maçonaria e República: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940*. Recife: Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2013.

SILVA, Severino Vicente da. *Anotações para uma visão de Pernambuco no Início do século XX*. 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.





## **Sergio Ramírez, escritor e político, e o contexto político-cultural nicaraguense e centro-americano na segunda metade do século XX**

Fred Maciel<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 10/09/2015

Artigo aceito em: 30/12/2015

### **RESUMO**

No presente artigo, pretendemos analisar, ainda que brevemente, a obra e a atuação do intelectual nicaraguense Sergio Ramírez (1942-), buscando elucidar a existência e a permanência de uma cultura política sandinista. Através da associação entre a ação de Ramírez e o contexto político e cultural nicaraguense, tentaremos aclarar como referida cultura política sandinista fornecia símbolos e representações políticas com as quais Ramírez dialogou, de modo a pautar ações políticas e elaborações intelectuais. Desse modo, objetivamos retratar como, por meio de Ramírez, projetos políticos nicaraguenses foram edificados e como as atuações desse intelectual contribuíram também para possíveis ressignificações do próprio sandinismo.

**Palavras-chave:** Nicarágua; sandinismo; Sergio Ramírez.

### **Sergio Ramírez, writer and politician, and the nicaraguan and central american political-cultural context in the second half of the 20<sup>th</sup> Century**

### **ABSTRACT**

In this paper we intend to analyze, albeit briefly, the work and the actions of the Nicaraguan intellectual Sergio Ramírez (1942-), seeking to elucidate the existence and permanence of a Sandinista political culture. Through the association between the action of Ramírez and the Nicaraguan political and cultural context, we try to clarify how such Sandinista political culture provided symbols and political representations with which Ramírez dialogued in order to guide political action and intellectual elaborations. Thus, we aimed to portray as, via Ramírez, Nicaraguan political projects were built and how the performances of this intellectual also contributed to possible ressignificances of the sandinismo itself.

**KEYWORDS:** Nicaragua; sandinismo; Sergio Ramírez.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCHS-Unesp/campus Franca). Graduado e mestre em História. Bolsista Capes. E-mail: fredmaciel06@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8902937834731785>.





Ao tratarmos da biografia do intelectual nicaraguense Sergio Ramírez, uma primeira e importante consideração a ser apontada é a não separação entre suas figuras de escritor e político. Por mais que sua vertente literária tenha sido a que o alçou ao reconhecimento nacional e internacional, seu lado político (especialmente sua participação na luta antiditatorial e no regime sandinista como vice-presidente da República) é igualmente significativo na análise de sua influência e relevância no ambiente nicaraguense e centro-americano. De acordo com um dos principais estudiosos da obra de Ramírez, José Ángel Vargas Vargas<sup>2</sup>, tais atividades de escritor e político são consubstanciais e inseparáveis; porém, o próprio Ramírez, em meados dos anos 1990, afirmou que se enquadraria mais como um escritor que por muito tempo esteve ligado à política.

Nascido em Masatepe em 1942 e estudante de Direito na Universidade de León nos anos 1960, Ramírez iniciou sua vida política justamente em tal período universitário. Em 1960, criou, ao lado de colegas, o Grupo Ventana, movimento que advogava pela autonomia universitária e que possuía uma revista homônima (dezenove números foram publicados, entre 1960 e 1964). Em dito periódico, a *Generación de la Autonomía* apresentava a literatura para além de um trabalho artístico, como uma forma de manifestação do compromisso com a realidade social. Era o início da inter-relação das funções de escritor e político de Ramírez.

É importante aclarar o porquê do nome *Generación de la Autonomía* e o contexto em torno da mesma. O debate acerca da autonomia universitária na Nicarágua teve impacto entre o fim da década de 1950 e o início da de 1960, sendo o escritor e advogado Mariano Fiallos Gil figura central no processo. Ao assumir o cargo de reitor da *Universidad Nacional de Nicaragua* (UNAN – mais antiga universidade do país, criada em 1812 e sediada em León), em 1957, Fiallos Gil estabeleceu novos parâmetros humanistas no ambiente acadêmico, rechaçando todo autoritarismo político, científico ou religioso, defendendo princípios democráticos e de liberdade. Nas palavras de um futuro reitor e também membro de tal geração, Alejandro Serrano Caldera: “Aquello fue un renacer impresionante, fue como un viento de fronda renovador y oxigenante, que entró en la juventud nicaragüense por las puertas, ventanas y los pasillos de la universidad”<sup>3</sup>. A desejada autonomia universitária foi

<sup>2</sup> VARGAS, José Ángel Vargas. Sergio Ramírez: escritor y político. *InterSedes* – Revista Electrónica de las Sedes Regionales de la Universidad de Costa Rica, v. 3, n. 5, 2002.

<sup>3</sup> Ver: SERRANO CALDERA, Alejandro. *Desde la universidad, 1957-1974: un enfoque de la universidad y la sociedad nicaragüense*. León: Editorial Universitaria/UNAN, 2007.



conquistada em 1958, através de um decreto assinado pelo então presidente Luis Somoza Debayle e seu ministro da Educação René Schick (presidente entre 1963-1966). A partir desse momento, com a autonomia administrativa e financeira (mas com recursos ainda provenientes do Estado), a universidade passou a se chamar *Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua*.

Contudo, outro acontecimento seria tão importante quanto a defesa da autonomia universitária para essa jovem geração. Em 23 de julho de 1959, uma forte repressão da Guarda Nacional contra uma manifestação de estudantes da UNAN nas ruas de León causou grande comoção, resultando em 4 mortes e mais de 40 feridos. Na ocasião, o tradicional desfile carnavalesco dos novatos universitários teve considerável teor político em função do ataque ao grupo de jovens guerrilheiros treinados por Ernesto ‘Che’ Guevara em Honduras (episódio conhecido como *Masacre del Chaparral*, ocorrido em 22/07/1959), estando Carlos Fonseca (líder político e principal mentor intelectual da FSLN) entre os feridos. O testemunho de um dos presentes dá a dimensão da carga emotiva envolta no *Masacre de 23 de julio*:

Serían aproximadamente las seis de la tarde del 23 de julio cuando la sangre estudiantil corrió sobre el pavimento, cuando jóvenes patriotas se convirtieron en mártires. Los últimos rayos del sol acompañaban en su agonía a los mártires. Aquellos rayos rojizos y hermosos, tibios y poéticos alumbraron con claridad aquella escena de sangre<sup>4</sup>.

Entre os novatos estava Sergio Ramírez, e o próprio indicou o evento como marco em sua construção política e na de sua geração:

[...] podemos decir que a partir de entonces nos inscribimos como una generación decisiva en la historia de Nicaragua, porque fuimos hijos de hechos y acciones decisivas, de años decisivos y de una tarde decisiva, y porque a lo largo de todos estos años que han pasado desde aquel día seguimos identificados con el ideal de ruptura con el viejo orden, de liberación total de la nación, de transformación radical de la realidad, que empezamos a compartir en aquellos días, ideal que la sangre del 23 de Julio fijó en nosotros y que la República Popular Sandinista cristalizó después<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Passagem de Rolando Abendaña Sandino contida em: <<http://archivo.elnuevodiario.com.ni/cultural/33477-sergio-ramirez-mercado-producto-dos-generaciones/>>. Publicado originalmente em 02 de outubro de 1998. Acesso em: 13 ago. 2015.

<sup>5</sup> RAMÍREZ, Sergio. *Las armas del futuro*. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1987. p. 114.



A posterior incorporação à Frente Estudantil Revolucionária<sup>6</sup> (FER) e o contato com Carlos Fonseca inspirariam suas ações políticas e literárias; um prelúdio à sua crescente participação no movimento e pensamento sandinista, culminando no exercício do cargo de vice-presidente da República entre 1984 e 1990. A derrota eleitoral sandinista nesse mesmo ano, as consequentes cisões internas na FSLN e sua posição ideológica mais intensa e orientada à democracia conduziram ao afastamento de Ramírez da política institucionalizada, de maneira especial após a derrota como candidato à presidência em 1996.

Em um panorama geral, foi notório que a década de 1980 começou na Nicarágua alentada por esperanças de mudança social, ampla democratização e consolidação nacional, elementos esses centrais do projeto revolucionário sandinista. Tal quadro desenvolveu-se em meio às tensões desgarradoras da guerra contrarrevolucionária, à agressão externa e à pior crise econômica da história nicaraguense, que, ademais, refletia o impacto da crise centro-americana. Foi concluída em um episódio eleitoral cujo resultado não estava nos cálculos de quase ninguém, ou de pouquíssimos, e que teria alcances visíveis no início da década seguinte.

Anteriormente, Ramírez já havia formado, juntamente com outros nomes destacados da sociedade nicaraguense, o chamado *Grupo de los Doce*, grupo de civis destacados que apoiavam a FSLN e que contribuíram na aceitação dos sandinistas em âmbito local e internacional. Como principal representante do mencionado *Grupo de los Doce*, Ramírez poderia ser considerado símbolo de um novo sentido político pretendido pela FSLN, de viés não apenas guerrilheiro/militarista e/ou orientado à via armada, buscando até mesmo uma imagem mais ampla e heterogênea em relação à participação de distintos setores sociais.

Com o fim do período sandinista no poder, Ramírez permaneceria na esfera política nicaraguense, desta vez como líder do setor sandinista no Congresso. Já no início da década de 1990, as cisões internas na FSLN voltaram a ganhar espaço. Se as mesmas, que já existiam desde os anos 1970 com as três facções pré-movimento insurrecional (Tendência Proletária,

---

<sup>6</sup> Constituída em 1962, a FER foi produto da mobilização de estudantes universitários, possuindo como marco fundador o *Primero Encuentro de Estudiantes Revolucionarios*, realizado no mesmo ano de 1962. Tal organização foi essencial no fornecimento de quadros para a insipiente FSLN (criada em 1961), contribuindo para sua projeção nacional.



Guerra Popular Prolongada e Tendência Insurrecional/Terceiristas), foram suplantadas em favor de um projeto nacional de transformação política e social visando à superação do passado autoritário do país, com a derrota eleitoral o campo para as divergências estava aberto novamente. Assim, em meados de 1994, Sergio Ramírez foi expulso da FSLN<sup>7</sup>, em função de sua posição ideológica mais intensa e orientada à democracia, oposta à ala radical liderada por Daniel Ortega. Este último grupo não aceitava a derrota de 1990 e pregava medidas drásticas como oposição ao governo de Violeta Chamorro, que vencera aquele pleito (fomento ao retorno à luta armada, evitar qualquer colaboração com o novo regime, atravancar processos no Congresso, etc.).

Em 1995, juntamente com outros membros expulsos ou afastados voluntariamente da FSLN, Ramírez formou o *Movimiento Renovador Sandinista* (MRS), partido político de “inspiração social e democrática”, surgido “principalmente de contradições sobre a política e ação do partido [FSLN], em relação à democracia interna, luta política e social e reformas constitucionais, em clara oposição à crescente tendência caudilhista de Daniel Ortega<sup>8</sup>”. Como mencionado acima, nas eleições presidenciais de 1996 foi candidato pelo mesmo MRS, obtendo cerca de 1,3% dos votos. A atenção voltou-se ao ofício de escritor, e são justamente os escritos elaborados no período pós-regime sandinista as que tratam de maneira crítica o período indicado pelo autor como de “utopia compartilhada”.

O percurso literário mostrou-se mais frutífero e com impactos significativos desde as primeiras obras, ainda de cunho militante da Frente Sandinista. Inicialmente, o autor pareceu comprometido com princípios de dignidade humana e soberania nacional<sup>9</sup>, sendo as obras válidas por seu conteúdo ideológico, pela apresentação de uma função ideológica do narrador. Em *¿Te dio miedo la sangre?*<sup>10</sup>, por exemplo, Ramírez abordou o contexto centro-americano da década de 1930 até o início da de 1960, buscando recursos expressivos (ironia, distorção

<sup>7</sup> Outras referências indicam que Ramírez não foi expulso, mas sim renunciou seu cargo no partido de maneira voluntária. Ver: ALCÁNTAR, Iliana; ARSOVA, Jasmina. *Conversaciones con Sergio Ramírez. Mester*, Los Angeles, v. XXXII, 2003; MENTON, Seymour. *Adiós Muchachos, antes y después. Mester*, Los Angeles, v. XXXII, 2003.

<sup>8</sup> MOVIMIENTO RENOVADOR SANDINISTA. *Principios y programa aprobados por la convención constitutiva*. Managua: [s.n.], 1995. Tradução livre.

<sup>9</sup> VARGAS, José Ángel Vargas. *Sergio Ramírez: escritor y político*. Op. cit.

<sup>10</sup> RAMÍREZ, Sergio. *¿Te dio miedo la sangre?* Caracas: Monte Ávila, 1977.



temporal, multiperspectivismo) para ficcionalizar a realidade histórica e política daquele período.

Os ensaios acerca da Revolução Sandinista também compõem parte relevante nas produções de Sergio Ramírez. Elaborados basicamente no decorrer da década de 1980, tais trabalhos possuem uma retórica a serviço da causa revolucionária, com estratégias ideológicas de criar e fortalecer uma imagem positiva do país e do movimento revolucionário. Ou seja, a intenção era transmitir ao povo um espírito de esperança, motivador na construção de uma sociedade democrática, justa, solidária e igualitária (exemplificado nos próprios títulos das obras: *Seguimos em frente*, *As armas do futuro*, *Confissão de amor*, etc.), além da ideia de fragmentar a realidade ao trabalhar com dicotomias (passado/presente, atraso/progresso, ditadura/sandinismo).

Nesse sentido, se considerarmos que a cultura e a literatura constituem um modo de representação da realidade sócio-histórica, a narração poderia ser enquadrada como reportagem, uma criação a partir de uma imagem visual e qualquer outro elemento que contribua à solidez de uma obra como artifício de imaginação vinculado a realidades concretas. Assim, a ideia de “mentiras verdadeiras” de Ramírez pode ser compreendida: construções da realidade que, sendo imaginadas, parecem verdadeiras em uma determinada sociedade, de modo que o leitor as aceita como possíveis sem chegar a verificar sua verdade ou falsidade.

Quando pensamos no próprio ambiente nicaraguense de contestação e oposição ao regime autoritário da família Somoza, há a percepção de uma geração de jovens guerrilheiros e simpatizantes. Segundo Ramírez<sup>11</sup>:

[...] uma geração que abominou o imperialismo e teve fé no socialismo e nos movimentos de libertação nacional, em Ben Bella, Lumumba, Ho Chi Minh, no Che Guevara, em Fidel Castro; uma geração que presenciou o triunfo da Revolução Cubana e o fim do colonialismo na África e na Indochina, e que protestou pelas ruas contra a guerra do Vietnã; a geração que leu *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, e *A verdade sobre Cuba*, de C. Wright Mills, e ao mesmo tempo leu os escritores do *boom* latino-americano, todos de esquerda naquela época; a geração dos cabelos compridos e das sandálias, de Woodstock e dos Beatles; a da rebelião nas

<sup>11</sup> RAMÍREZ, Sergio. *Adiós muchachos: a História da Revolução Sandinista e seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Record, 2011. p. 35-36.





ruas de Paris em maio de 1968, e da matança na praça de Tlatelolco, na Cidade do México; a que viu Salvador Allende resistir no Palácio de la Moneda e chorou pelas mãos cortadas do compositor Víctor Jara no Estádio Nacional em Santiago do Chile, e que encontrou enfim na Nicarágua uma revanche após os sonhos perdidos no Chile, e, mais atrás ainda, após os sonhos perdidos da República espanhola, recebidos como herança. Era a esquerda. Uma época que foi, também, uma épica.

Nesse fenômeno coletivo, é igualmente possível discutirmos a formação de uma identidade coletiva (como fato cultural) e de uma cultura política (discutiremos a ideia no fim deste artigo). Nos termos de Serge Berstein<sup>12</sup>:

Submetido à mesma conjuntura, vivendo numa sociedade com normas idênticas, tendo conhecido as mesmas crises no decorrer das quais fizeram idênticas escolhas, grupos inteiros de uma geração partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos.

Na Nicarágua, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, os centros universitários apresentavam-se como principal núcleo opositor. Movimentos e organizações estudantis, particularmente aquelas associados à Universidade de León (Centro Universitário da Universidade Nacional), foram os primeiros canais de socialização política presentes na formação de uma possível cultura política sandinista. Entre livros e fuzis, o nascimento de tal cultura política antecederia a própria formação da Frente Sandinista (estabelecida entre 1960 e 1961). O marco seria justamente a tentativa de fornecimento de respostas aos problemas e crises da sociedade, mas que só encontrariam amparo e conformação sólida na atuação política do movimento/organização que trazia o selo sandinista consigo: a FSLN<sup>13</sup>.

Produto desse ambiente conturbado e de intensa mobilização, Ramírez conseguiu, nas décadas posteriores, atrelar ficção literária e responsabilidade política<sup>14</sup>. Em um quadro histórico mais amplo, Luis Alvarenga apresentou como, desde o século XIX, as recém-emancipadas repúblicas centro-americanas tentaram fundamentar uma identidade política própria. Nesse contexto, os intelectuais teriam uma dupla tarefa: ensaiariam respostas sobre as identidades nacionais, e buscariam fundamentar tais identidades sobre a base de uma

<sup>12</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 361.

<sup>13</sup> A terminologia ‘sandinista’ só passou a ser usada no nome da organização a partir de 1963. Em 1961 foi fundada como *Frente de Liberación Nacional* (em referência à organização independentista argelina). Três fatores foram fundamentais para a adoção ‘sandinista’: os estudos das ideias e vida de Sandino, a percepção da necessidade de um processo revolucionário genuinamente nicaraguense, e a ascensão de Carlos Fonseca como principal líder do movimento (o mesmo designava sua geração como os ‘hijos de Sandino’).

<sup>14</sup> ALVARENGA, Luis. Sergio Ramírez, entre dos mundos. *Realidad*, El Salvador, n. 91, 2003.



produção intelectual, cultural e artística próprias. Configurar-se-iam, então, como “intelectuais multifacetados<sup>15</sup>”.

De maneira geral, os feitos históricos se refletiram na literatura nicaraguense, sobretudo durante e após a Revolução Sandinista. Segundo Cecilia Tuveesson<sup>16</sup>, o discurso oficial, tradicionalmente, se interessa pelos acontecimentos político-militares, de maneira que, através da literatura, pode-se perceber a história paralela à guerra. Assim, a literatura nicaraguense a partir dos anos 1980 estava atrelada à difusão de massas, à produção de cultura popular, visando democratizar a cultura. Heróis e mártires foram focalizados, recuperou-se a luta anti-imperialista, apresentaram-se testemunhos de combatentes. Tais novos elementos se converteram em referência cultural como forma de recuperação da identidade nacional. Já na década seguinte (1990), os textos confessionais tomaram como ponto de partida a experiência traumática da guerra contrarrevolucionária ou mesmo da revolução, com suas dúvidas e desconfianças.

Em seu ‘realismo cotidiano’, Ramírez descrevia os acontecimentos políticos mais como um observador, e em sua apresentação da cena política não haveria ganhadores ou perdedores. A percepção de que os ideais revolucionários se perderam após o triunfo foi reforçada pela centralidade da questão do poder, considerado um fenômeno arbitrário que constantemente muda sua forma e é manipulável. Em um estilo tradicionalmente realista, porém, sem a estrutura linear, ordenada e lógica, o passado e o presente se mesclam, descrevendo, por exemplo, a sociedade marcada pela ditadura, e não o ditador. A literatura, dessa forma, ficcionalizava a história e se nutria do que a história oficial deixou de contar. Em uma projeção coletiva buscada pelas obras, o elemento literário foi usado como fonte de informação sobre os “tempos obscuros”.

A associação entre história e ficção na obra de Sergio Ramírez envolve relações altamente complexas, de acordo com Werner Mackenbach<sup>17</sup>, entre realidades extraliterárias e representações narrativas, assim como entre história e ficção, e por uma reflexão metaficcional e autorreferencial. Portanto, os trabalhos de Ramírez seriam representativos das tendências modificantes nos discursos político-histórico-estéticos no contexto dos processos de mudança social que a América Central vivia a partir dos anos 1960, e das influências recíprocas entre essas mudanças discursivas e suas representações narrativas, bem como das tendências mais recentes na historiografia e sua reflexão crítica.

Em dito traço fundamental da ligação história-ficção, as mudanças foram perceptíveis na passagem de uma literatura comprometida com a história e a política até a história como

---

<sup>15</sup> Ibidem. p. 149.

<sup>16</sup> TUVESON, Cecilia. *Novelas nicaragienses de contenido político*. Un estudio de obras literarias de Gioconda Belli y Sergio Ramírez. Tese [Spanish Studies]. Lunds Universitet, Suécia, 2012.

<sup>17</sup> MACKENBACH, Werner. Historia y ficción en la obra novelística de Sergio Ramírez. *Iberoamericana*, Pittsburgh, ano 5, n. 19, 2005.



pretexto (e também pré-texto) de uma literatura que não renunciou seu afã de “contar o que não foi contado”.

Já indicamos que não é possível tratar de um desenvolvimento linear na obra romanesca de Ramírez. De tal modo que podemos apontar três discursos aos quais a obra narrativa do autor nicaraguense estaria sujeita. Primeiramente, o(s) discurso(s) literário(s) dominante(s) a nível latino-americano nas três últimas décadas, especialmente a *nueva novela hispanoamericana*; em segundo lugar, as tendências contemporâneas do discurso historiográfico (romances com temas históricos); e, por fim, o discurso político-ideológico depois dos conflitos na América Central, do fim do projeto sandinista e das mudanças globais.

Ademais, o recurso consciente a técnicas narrativas experimentais, como a paródia, a multiplicidade de perspectivas, a intertextualidade, a metatextualidade, a metaficção, a carnavalização e o monólogo interior, constituem estratégias que servem para questionar e socavar concepções da realidade literária baseadas na representação mimética.

Em um plano regional ampliado, podemos notar que o desenvolvimento contemporâneo do romance histórico corresponde também ao desenvolvimento do discurso historiográfico. Discurso esse que questiona a historiografia tradicional e sublinha a relatividade do objeto historiográfico. Assim, a *nueva novela* se desenvolveria no contexto de um debate sobre a função da história, que colocaria em dúvida a possibilidade de um conhecimento histórico objetivo. Especificamente na Nicarágua e na América Central, o papel da imaginação literária assume uma dimensão adicional por causa do estado em que se encontrava a história como ciência. De acordo com Wener Mackenbach: “El novelista se convierte en escritor-historiador, en una palabra, en escritor de la Historia”<sup>18</sup>. Outro fator relevante seria também a crise político-ideológica, com a perda das chamadas grandes utopias.

Sendo assim, para se chegar à verdade, a melhor rota seria a construção de “mentiras romanceadas” (segundo Erick Aguirre), “mentiras verdadeiras” contra as “verdades mentirosas” da historiografia oficial posta ao serviço de fins político-ideológicos. Nesse caminho, a imaginação seria indispensável para representar a realidade histórica, a história seria pretexto e a historiografia pré-texto da literatura<sup>19</sup>.

Ponto marcante nos trabalhos de Ramírez, as complexas relações de poder, que igualmente funcionam como marco contextual do romance centro-americano contemporâneo, permitem observar que a exclusão, o conflito, a instabilidade e a irregularidade aparecem como traços mais característicos da história da América Central nas últimas décadas. O desencanto de alguns autores, como o próprio Ramírez, vincula-se ao rechaço à guerra, ao tratamento do fracasso dos procedimentos revolucionários e à crítica aos sistemas políticos.

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 163.



Desde os anos 1970 na região centro-americana, os romances tomam o poder como núcleo gerador de semiose, analisando-o sob diversos ângulos. Em uma atmosfera de incerteza e pessimismo, o poder político, as revoluções, o conceito de pátria e a função social da literatura são questionados, configurando uma sociedade que se desintegra<sup>20</sup>. Sergio Ramírez, por sua vez, não se limitou a uma apresentação reducionista das relações de poder, utilizando, por vezes, de uma visão irônica do poder, numa releitura desmistificadora do passado, um distanciamento narrativo que procurou encobrir a função ideológica de um narrador que se separa dos fatos para mostra-los ao leitor. Ou seja, Ramírez alude mais ao discurso histórico que à história em si. O poder, então, foi abordado em dois planos complementários: histórico, com relações de ambivalência com a ficção, envolvendo as múltiplas formas como o poder se manifestou e o fracasso de um projeto que prometia um mundo utópico; e humano, associado aos efeitos do poder como força que altera todo comportamento.

Tais ideias envolveriam também o debate acerca do papel do intelectual latino-americano nas transformações políticas e sociais da região. Segundo Ortrun Froehling<sup>21</sup>, palavra é ação, e a demanda por mudar a pena pelo fuzil foi rechaçada como ingênua e distante da realidade. A mediação pela palavra e ficção levou em consideração a palavra literária como ação revolucionária, nascendo de um compromisso de mudança e contendo força de convicção. Porém, uma literatura comprometida e atenta ao processo de mudança não poderia basear-se em nenhuma fórmula técnica programada como instrumento de doutrinação e execução, visto que a literatura comprometida não seria somente aquela de temas revolucionários concretos. O aporte do escritor à transformação se concretizaria no campo da tensão entre os polos do compromisso para a mudança (como ser político e socialmente responsável) e o conjunto de critérios qualitativos<sup>22</sup>. Assim, buscar-se-ia distanciar-se tanto da “arte pela arte” quanto do escritor como propagandista político e porta-voz partidário, envolvendo um conceito de literatura que associa, ao mesmo tempo, compromisso, criatividade artística e liberdade.

Aprofundando a questão do compromisso, ao analisarmos os primórdios literários nicaraguenses, percebe-se a sobrevivência de “posturas comprometidas” em diversos estamentos literários e paraliterários<sup>23</sup>. Em Ramírez, a ideia de compromisso é entendida como sacrifício: “Estamos en una batalla hasta la muerte contra nuestro pasado y contra nuestros enemigos”<sup>24</sup>. Nessa quimérica divisão do trabalho intelectual, os escritores tornando-se burocratas ou funcionários foi traço característico e *sui generis* da Revolução Nicaraguense. Além de Ramírez, que, como indicado, exerceu o cargo de vice-presidente da

<sup>20</sup> VARGAS, José Ángel Vargas. Sergio Ramírez: poder y desencanto. *Revista Pensamiento Actual*, Costa Rica, v. 5, n. 6, 2005. p. 49-54.

<sup>21</sup> FROEHLING, Ortrun. Reflexiones sobre el escritor en Latinoamérica y el cambio social (Usar la palabra como fusil). *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 5, 1973. p. 03-12.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 08.

<sup>23</sup> SALAMANCA, Douglas. Literatura, sandinismo y compromiso. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v. LVII, n. 157, 1991. p. 843-859.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 843.



República, podemos citar os exemplos de Gioconda Belli (representante sandinista no *Consejo Nacional de Partidos Políticos*), Ernesto Cardenal (ministro da Cultura) e Rosario Murillo (deputada na *Asamblea Nacional*; atualmente é primeira-dama e assessora de Imprensa e Comunicação da FSLN).

As origens de tal compromisso podem ser remontadas à Revolução Russa, em duas etapas: uma mais experimental, aberta, com uma literatura proletária; e outra rígida e dogmática, fruto do stalinismo e produzindo um realismo socialista. Desde essa faceta, todo escritor militante deveria praticar a denúncia e a agitação; contudo, o erro está na crença de que essa tarefa deva indefectivelmente desenvolver-se a partir das páginas de seus livros e de acordo com uma pauta pré-estabelecida.

Na relação entre os compromissos cívico e literário, o escritor, como todo bom revolucionário, deveria participar das atividades do processo revolucionário, porém, o espírito de responsabilidade cívica dessas atividades não poderia presidir o processo de criação literária, de modo que o artista veria a realidade através de seu ideal estético, que se encontraria organicamente fundido com o ideal sócio-moral<sup>25</sup>. Ademais, a necessidade de abraçar o compromisso se apresentaria primeiro ao escritor militante como um problema ético. Assim, no contexto de uma revolução, o epicentro se deslocaria do plano axiológico para o plano epistemológico.

Na Nicarágua, a literatura revolucionária pareceu elaborar o paradigma pelo qual ela mesma deveria regir-se. Tanto que, para Carlos Fonseca (um dos fundadores e líder intelectual da FSLN), o intelectual possuiria uma função didática com o povo. Nesse ponto, uma importante questão se abre para o desenvolvimento desta temática: ao pensarmos a relação do intelectual com o político, o primeiro teria a obrigação em contribuir com a revolução e ser militante? Se considerarmos estritamente as palavras de Fonseca, a resposta seria afirmativa. Mas, as próprias tentativas de garantir uma unidade monolítica da revolução numa chamada “frente cultural”, para prevenir ofensivas contrarrevolucionárias nesse campo, trouxe consigo alguns problemas: medidas repressivas e de censura, fortalecimento da “alma militarista”, recrudescimento do caráter autoritário. Diante de tais fatos, Douglas Salamanca afirmou que os sandinistas tentaram construir um paradigma baseado na utopia e, após a derrota eleitoral de 1990, voltou-se a uma realidade de subdesenvolvimento.

Sergio Ramírez também pontou considerações sobre tal temática. Em artigo intitulado *La pasión crítica (Los intelectuales ante el espejo de su tiempo)*<sup>26</sup>, o autor nicaraguense ressaltou que, na América Latina, a ação política (sobretudo aquela que se propõe uma vontade transformadora) comprometeu intelectuais desde os tempos das lutas pela independência. Portanto, o intelectual que é homem de ação em território latino-americano teria necessariamente uma visão ecumênica desde esses mesmos citados tempos de

<sup>25</sup> Ibidem, p. 850.

<sup>26</sup> RAMÍREZ, Sergio. La pasión crítica (Los intelectuales ante el espejo de su tiempo). *Encuentro*, Managua, ano XL, n. 79, 2008. p. 36-47.



independência. Sendo a vida pública uma qualidade quase inevitável para esse setor na América Latina, a participação nos interstícios da vida privada fazem com que “los escritores lleguen a convertirse en cronistas iluminados de la historia”<sup>27</sup>. Inserido nesse contexto, Ramírez optou por “alterar la historia haciéndola, no solo contándola”<sup>28</sup>. Aprofundando a questão: “Cuando se me pregunta qué me dejó el ejercicio de la política para la literatura, suelo responder que nada. [...] Pero la respuesta es diferente si se refiere al poder”<sup>29</sup>. Viver como testemunha e protagonista nas entranhas do poder, esse parece ter sido o papel desempenhado por Sergio Ramírez na Nicarágua.

Por fim, um último ponto que podemos abordar brevemente e que merece um estudo mais detalhado e próprio acerca do mesmo é aquele a respeito de uma cultura política sandinista. Em uma percepção histórica, não seria errôneo afirmar a preponderância de uma cultura política nicaraguense autoritária e essencialmente paroquial. Como fatores primordiais, a baixa avaliação das instituições e atores do sistema político, bem como a força da religião como referência social e cultural, promovendo uma separação entre outras culturas políticas das elites governamentais e da sociedade em geral.

Sendo assim, a análise da trajetória de Sérgio Ramirez e sua relação com a FSLN, tanto na atuação política como em forma de crítica literária, tomam uma dimensão ainda mais interessante e importante se considerarmos a possibilidade de existência de uma cultura política sandinista. Explicamos: a influência de Augusto C. Sandino e sua atuação entre fins dos anos 20 e meados dos anos 30 foi marco na constituição da Frente Sandinista enquanto movimento popular de massas, além de referência de uma geração de jovens que então lutava contra o regime autoritário da família Somoza. Alguns traços fundamentais podem ser destacados no pensamento de Sandino: soberania, autonomia nacional, nacionalidade e, como consequência, seu conceito de justiça social<sup>30</sup>. A FSLN, criada no início da década de 1960, tomou como pressuposto seguir o “legado” deixado por Sandino; não uma proposição teórica, mas sim consequências da práxis, uma vez que o chamado “General de hombres libres” não era um teórico, mas um homem de ação<sup>31</sup>.

Nesse sentido, tendo igualmente como influência a vitória dos revolucionários cubanos em 1959, uma geração de jovens nicaraguenses se impulsionou à radicalização em oposição ao somozismo, reunidos principalmente em organizações políticas segmentadas e estudantis. Estas últimas seriam os primeiros canais atuantes de socialização política e presentes na formação de uma cultura política sandinista, presente durante toda a luta insurrecional de maneira mais difundida e generalizada, e durante o regime da FSLN de modo distinto no começo e fim da década de 1980. Neste último período, as cisões internas

---

<sup>27</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> RAMÍREZ, Sergio. *El pensamiento vivo de Sandino*. Tomo 2. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1984. p. 434.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 433.





retratavam de um lado o discurso considerado oficial, do presidente Daniel Ortega e seu grupo de seguidores, e de outro, antigos membros e combatentes que criticavam a transformação autoritária e caudilhesca de Ortega e o “desvirtuamento” do pensamento sandinista original.

Na dimensão sandinista, é inegável a importância das contribuições de Carlos Fonseca e sua construção/difusão do sandinismo enquanto força mobilizadora política, social e cultural. Inicialmente, nos anos 1960 e 1970, os escritos de Fonseca guiaram a insurreição e a reconstrução da imagem de Sandino pela FSLN a fim de remodelá-lo dentro de um símbolo dominante da forte ideologia revolucionária<sup>32</sup>. Nesse sentido, podemos indicar o sandinismo como uma construção de Fonseca, uma ideologia que tentou prover liderança, significado e motivação para uma nação passando por um processo revolucionário.

Contrapontos a respeito da influência de Carlos Fonseca podem ser encontrados nas opiniões de pesquisadores latino-americanistas. David Nolan<sup>33</sup>, por exemplo, ressaltou que os escritos de Fonseca são simples e superficiais, sendo mais complexos e relevantes os trabalhos de Humberto Ortega e Jaime Wheelock. Hugo Cancino Troncoso<sup>34</sup>, em oposição, indicou Fonseca como figura-chave na criação inicial do sandinismo pela FSLN, formando, junto com trabalhos de outros membros da Frente, um “tapete ideológico total” do sandinismo.

De fato, Carlos Fonseca não era um erudito ou mesmo um teórico marxista sofisticado. Estaria mais próximo da ideia gramsciana de “intelectual orgânico”, um pensador e militante da classe subalterna que aprendeu a necessidade dos revolucionários dominarem os campos cultural e ideológico. Dessa forma, o discurso sandinista ligava-se à análise histórica da Nicarágua desenvolvida por Fonseca através de suas interpretações da luta nacionalista “original” e “autêntica” de Sandino. Lembrando que o chamado “General de hombres libres” já era um símbolo da oposição estudantil e armada ao somozismo antes da FSLN se apropriar de sua lenda.

Foi em meados dos anos 1950 que Fonseca desenvolveu o conceito básico de sandinismo, apreendendo que a luta de Sandino representou a iniciação de um caminho popular revolucionário; ou seja, o estágio inicial de uma consciência anti-imperialista nicaraguense. Assim, a difusão e qualidade elusiva dos escritos de Sandino, combinado com a realidade de sua força guerrilheira anti-imperialista amplamente retirada das classes mais baixas, contribuiu para fazer sua história passível de uma reinterpretação marxista<sup>35</sup>. Portanto, a interpretação particular de Fonseca sobre a tensão histórica entre o nacionalismo de Sandino

<sup>32</sup> PALMER, Steven. Carlos Fonseca and the construction of sandinismo in Nicaragua. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 23, n. 01, 1988. p. 91-109.

<sup>33</sup> NOLAN, David. *The ideology of the Sandinistas and the Nicaraguan Revolution*. Coral Gables, FA: Institute of Inter-American Studies, University of Miami, 1984.

<sup>34</sup> TRONCOSO, Hugo Cancino. *Las raíces históricas e ideológicas del movimiento sandinista: antecedentes de la revolución popular nicaraguense*. Odense: Odense University Press, 1984.

<sup>35</sup> PALMER, Steven. Carlos Fonseca and the construction of sandinismo in Nicaragua. Op. cit., p. 97.





e o comunismo internacional tornou possível a afirmação da FSLN em torno da legitimidade ideológica. Para Fonseca, então, Sandino, mesmo pouco consciente disso, foi o iniciador heroico de um caminho revolucionário.

Tal reinterpretação de Sandino como “protosocialista” foi um primeiro estágio na construção da ideologia sandinista. Segundo Palmer: “The key to Fonseca’s reconstruction was his insistence on evaluating Sandino not as a static historical actor but as a ‘trajectory’ or ‘path’”<sup>36</sup>. Nesse sentido, a Frente Sandinista pode ser compreendida como uma nova luta, um estágio avançado da visão sandinista, e não uma continuação da luta original de Sandino, justamente pela distinção entre o *telos* de Sandino e o da realidade da segunda metade do século XX.

Através de uma estratégia dialética, Sandino foi simultaneamente cancelado e preservado no mais alto nível da história nicaraguense. Durante o período da luta antiterrorista, um “simples” nacionalismo revolucionário talvez não fosse longamente efetivo, um quadro marxista era requerido. Dito de outra forma, o contexto “pedia” uma análise marxista flexível que Sandino, devido ao seu momento histórico (antes da Revolução Cubana), não poderia ainda compreender.

Sendo assim, o núcleo do sandinismo como ideologia levava em consideração dois pontos centrais: (a) retratar o Sandino histórico nos termos protosocialistas, e (b) implicar uma trajetória/visão sandinista que incorpore a luta anti-imperialista de Sandino, sua inevitável falha, a supressão da luta da FSLN contra os traidores de Sandino, e a possibilidade de vitória apenas através do correto caminho sandinista da Frente Sandinista.

Na percepção de outros dois importantes membros da FSLN, Tomás Borge e Jaime Wheelock, o caminho a ser seguido passava pela tradicional rebeldia da população nicaraguense, pelo papel crucial de Sandino iniciando um caminho revolucionário cuja derrota momentânea era inevitável, e pela absoluta necessidade de resumir a luta de Sandino em um nível mais elevado, com a FSLN como legítima vanguarda<sup>37</sup>.

Posto isto, percebe-se que Carlos Fonseca deu conteúdo revolucionário à tradição ‘milena’ de Sandino como popular “bandido-herói”, situando o mesmo dentro da tradição latino-americana do “padre de la patria” e articulando elementos românticos, nacionalistas e radicais. A partir daí, a elaboração de uma possível cultura política sandinista já possuía seus preâmbulos e seus componentes iniciais de formação ideológica.

Assim, mesmo com a derrota eleitoral em 1990, tal cultura política sandinista, baseada nos princípios defendidos por Sandino, parece ter permanecido e inclusive reivindicada por grupos dissidentes da FSLN, principalmente o já citado *Movimiento Renovador Sandinista* e o *Movimiento por el Rescate del Sandinismo* (criado em 2005 e conhecido como *El Rescate*).

<sup>36</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 103.



Abre-se espaço, então, para uma possível discussão entre o fim do projeto político de uma organização que se autointitulava sandinista (FSLN) e seus legados na sociedade nicaraguense. Ou seja, a derrota eleitoral significou o fim do sandinismo? Ou as transformações ocorridas na própria estrutura e organização da FSLN no decorrer dos anos 80 a afastaram de tal cultura política sandinista? Mais do que isso, podemos considerar Ramírez como grande representante e interlocutor de tal cultura política, de modo que por meio de sua atuação e obra podemos não apenas verificar dita cultura política como também perceber seu impulso e desenvolvimento.

Para além da relevância e centralidade de Sergio Ramírez, o exercício analítico sobre a ideia de uma cultura política sandinista pode ser ampliado, levando em consideração ponderações de autores acadêmicos, ainda que raros sejam os trabalhos que tratem o sandinismo como uma tradição política, ou mesmo que esteja envolto na construção uma cultura política<sup>38</sup>.

Já indicamos que Steve Palmer pontuou como a dispersão e a qualidade evasiva dos escritos de Sandino, combinados com a realidade de sua guerrilha anti-imperialista, ajudaram a “fazer” sua história passível de uma reinterpretação marxista, por mais que o mesmo nunca tenha sido socialista ou marxista. Para Palmer, o sandinismo pode ser compreendido como uma formação narrativa, envolta em uma produtiva rede de simbologias e encarnando muitos ingredientes “românticos” da mitologia e literatura popular. Assim, uma extensa e radical ideologia foi o centro de uma insurreição que chegaria ao poder, legitimando a FSLN e seu governo como autor da revolução.

Edelberto Torres-Rivas, pesquisador guatemalteco, possui extenso trabalho acerca da América Central. Em uma de suas produções<sup>39</sup>, Torres-Rivas apontou que o sandinismo sempre foi mais uma denominação que uma ideologia. Nas palavras do autor:

Fueron tantos y tan sistemáticos los gestos de cambio que al final se volvieron muecas. Aunque quizás no ayude mucho, es bueno recordar que el sandinismo siempre fue más una denominación que una ideología, y que fue revolucionario mientras en su nombre se hacía la revolución.

Para o sociólogo<sup>40</sup>, o sandinismo foi, e ainda é, uma poderosa força identitária, em alguns momentos confusa, com elementos históricos, políticos e ideológicos. Mais que um

<sup>38</sup> Poucos trabalhos analisam o sandinismo pelo viés de desenvolvimento de ideias políticas ou como fenômeno político persistente desde meados do século XX. Apesar disso, podemos destacar: HOYT, Katherine. *The many faces of Sandinista democracy*. Athens, OH: Ohio University Center for International Studies, 1997; MORRIS, Kenneth E. *Unfinished revolution: Daniel Ortega and Nicaragua's struggle for liberation*. Chicago, IL: Lawrence Hill Books, 2010; WRIGHT, Bruce E. *Theory in practice of the Nicaraguan revolution*. Athens, OH: Ohio University Center for International Studies, 1995.

<sup>39</sup> TORRES-RIVAS, Edelberto. Nicaragua: el retorno del sandinismo transfigurado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 207, janeiro-fevereiro 2007.



pensamento de esquerda, uma atitude militante; mas não uma ideologia, visto que, para Torres-Rivas, não possui estrutura lógica para dar respostas aos desafios dos problemas nacionais.

Dois outros pontos de vista sobre o sandinismo também serão indicados. Andrés Pérez<sup>41</sup>, pesquisador nicaraguense, afirmou que o sandinismo nunca consistiu um coerente conjunto de valores e ideias capazes de guiar os membros da FSLN; sendo até hoje um vago, contraditório e confuso conjunto de slogans e provérbios nacionalistas. Mesmo oposta à nossa hipótese, tal consideração de Pérez mostra-se importante no enriquecimento do debate sobre nossa problemática. Por outro lado, coletando relatos e entrevistas de camponeses da região de Siuna, uma das fronteiras agrícolas nicaraguenses, a antropóloga panamenha Fernanda Soto Joya<sup>42</sup> percebeu como prevalece uma imagem congelada da revolução, de modo que “la memoria colectiva sandinista se convierte en una historia sentimental que asocia al Sandinismo con un universo afectivo nacido del lado más cristalino del corazón”. Reconhece-se, então, a força do sandinismo enquanto projeto político que, mesmo envolto em contradições, vincula-se igualmente a uma estrutura de sentimentos, ao mundo afetivo. Interpretações como essas podem reforçar a hipótese de existência de uma cultura política sandinista<sup>43</sup>.

Além da percepção de uma possível cultura política, é igualmente importante a compreensão de Sergio Ramírez enquanto intelectual. De acordo com Norberto Bobbio<sup>44</sup>, os intelectuais vinculam-se à produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, mediante o uso da palavra. O próprio Bobbio citou outra definição – de Jean-Paul Sartre – pertinente à discussão. Nessa “definição persuasiva”, o papel dos intelectuais seria o de viver as próprias contradições e superá-las através do radicalismo, sendo verdadeiro o revolucionário, e falso o reacionário; entendendo como verdadeiro aquele que se engaja e falso aquele que não o faz.

---

<sup>40</sup> TORRES-RIVAS, Edelberto. La difícil existencia de las izquierdas centroamericanas. *A Contracorriente*, Raleigh, v. 6, n. 2, 2009.

<sup>41</sup> PÉREZ, Andrés. The FSLN after the debacle: the struggle for the definition of Sandinismo. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 34, n. 1, 1992.

<sup>42</sup> SOTO JOYA, Fernanda. *Ventanas en la memoria – recuerdos de la revolución en la frontera agrícola*. Managua: UCA/DIRINV, 2011.

<sup>43</sup> Principalmente se a cultura política for compreendida, como: “[...] um feixe de orientações políticas de uma comunidade nacional ou subnacional; em segundo lugar, tem componentes cognitivos, afetivos e valorativos que incluem tanto os conhecimentos e crenças sobre a realidade política quanto os sentimentos políticos e os compromissos com valores políticos; em terceiro lugar, o conteúdo da cultura política é o resultado da socialização primária, da educação, da exposição aos *midia* e das experiências adultas em relação às ações governamentais, sociais e econômicas; e, em quarto lugar, a cultura política afeta a atuação governamental e a estrutura política, condicionando-as, ainda que não as determinando, porque sua relação causal flui em ambas direções”. Ver: ALMOND, Gabriel. *A Discipline Divided*. Schools and Sects in Political Science. Londres: Sage, 1990, p. 144 apud LLERA, Francisco J. Enfoques en el estudio de la cultura política. In: CASTILLO, Pilar del, CRESPO, Ismael (org.). *Cultura Política - enfoques teóricos y análisis empíricos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997, p. 59.

<sup>44</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.



Pensando na relação com o político, considerando os lugares de sociabilidade como uma condição para a elaboração intelectual<sup>45</sup>, pode-se também pensar os intelectuais como criadores e mediadores culturais e como atores do político, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimento e promoção de debates<sup>46</sup>. Nesse sentido, tratando sociabilidade nos termos apresentados pelo historiador francês Maurice Agulhon, enquanto categoria descritiva que serve para designar uma atitude geral das populações ao viver relações públicas, nos encaramos com a possibilidade de investigar as sociabilidades como maneira de seguir as trajetórias de indivíduos e grupos. Desse modo, é possível mapear suas ideias, tradições, comportamentos e formas de organização, de maneira que seja possível caracterizar e compreender seus esforços de reunião e de afirmação de identidades em determinados momentos.

Ademais, partilhamos da ideia de Jean-François Sirinelli<sup>47</sup> de compreensão e extensão do termo intelectual, com seu respectivo caráter polissêmico. Neste, duas acepções são indicadas: uma ampla e sociocultural, tratando os intelectuais como criadores e mediadores culturais; outra mais estreita, baseada na noção de engajamento, na qual o intelectual é também ator de determinadas modalidades específicas.

Essas ideias a respeito da noção de intelectual procuram delimitar as perspectivas sobre as quais a análise possa ser assentada. No caso estudado, Sergio Ramírez estava envolto a um conflitante e heterogêneo cenário, palco de intensas transformações sociais e políticas, seja no período de luta antiditatorial, durante ou após o regime sandinista. Reconhecendo sua condição de intelectual, Ramírez pode ser considerado produtor e transmissor de ideias e visões de mundo, nos termos apresentados por Bobbio, atrelando-se à ideia de cultura política do sandinismo, bem como por sua difusão e possíveis ressignificações.

Além disso, a presença do intelectual nicaraguense em determinadas esferas de sociabilidade (movimentos universitários que participou, grupos literários principalmente nos anos 90 e a própria FSLN enquanto partido político) contribuem para a percepção da construção e desenvolvimento dessa cultura política sandinista. E, pela própria diversidade de sua obra como de sua atuação, uma marcação teórica rígida não se mostraria adequada, sendo, portanto, importante a consideração polissêmica de Sirinelli, mas vinculando Ramírez à sociedade em que viveu e vive, facilitando a extensão à ideia de engajamento<sup>48</sup>.

<sup>45</sup> TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine (org.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelas: Éditions Complexe/IHTP-CNRS, 1998.

<sup>46</sup> GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas Políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005.

<sup>47</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

<sup>48</sup> Igualmente relevante para a compreensão de Sergio Ramírez e sua obra e atuação é o conceito de geração, visto que o mesmo pode ser vinculado a um grupo importante na disseminação de uma possível cultura política sandinista, além de remeter à ideia já indicada de intelectual-militante presente nos anos 80 na Nicarágua, associada à de cidadão-combatente. Ultrapassando o sentido puramente biológico e natural, a ideia de geração



Centrar a análise em Sergio Ramírez e suas ações e obras não significa ignorar outras esferas de âmbito nacional, já que o conflitante cenário nicaraguense do período abordado envolvia uma heterogênea inter-relação de atores sociais, aspectos políticos e socioculturais da qual Ramírez e qualquer outro ponto de análise não estavam indissociáveis. Ademais, a própria ambivalência do intelectual latino-americano deve ser levada em consideração. De um lado, o desejo de autonomia de pensamento e criação genuína, fomentando o caráter cultural nacional; de outro, a influência e adoção de ideias, teorias e orientações provenientes de países mais desenvolvidos. De modo que a “autoconsciência” desses intelectuais e sua apreciação pela opinião e participação pública passavam pela percepção de um compromisso histórico com a “verdade”. Como diletantes que operavam como produtores privilegiados de sentido, geralmente fora do âmbito acadêmico, tais intelectuais conformavam uma função polivalente: pensadores e políticos, escritores e diplomáticos, fundadores e líderes de partidos, inspiradores de ideologias e críticos dos sonhos coletivos<sup>49</sup>. Mesmo que na América Central a categoria intelectual não atue como parte de uma classe única com interesses concretos, tampouco constitua um grupo bem definido, a análise da ação de um intelectual que teve um rol político e cultural protagônico, como Sergio Ramírez, mostra-se relevante para compreendermos os caminhos trilhados por um país tão pouco estudado, porém consideravelmente significativo nas transformações políticas do istmo e da região latino-americana.

## Bibliografia

ALCÁNTAR, Iliana; ARSOVA, Jasmina. Conversaciones con Sergio Ramírez. *Mester*, Los Angeles, v. XXXII, 2003.

ALVARENGA, Luis. Sergio Ramírez, entre dos mundos. *Realidad*, El Salvador, n. 91, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. Os partidos. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

---

mostra-se eficiente no alicerçamento das etapas iniciais de uma cultura política sandinista, envolvendo a perpetuação de um sentimento de pertencimento à mesma. Sobre isso, ver: SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998; BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003 e REMÓND, René. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

<sup>49</sup> MANSILLA, Héctor. Intelectuales y política en América Latina. Breve aproximación a una ambivalencia fundamental. *Espacio Abierto*, v. 11, n. 3, 2002. p. 433.



BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

TRONCOSO, Hugo Cancino. *Las raíces históricas e ideológicas del movimiento sandinista: antecedentes de la revolución popular nicaragüense*. Odense: Odense University Press, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FROEHLING, Ortrun. Reflexiones sobre el escritor en Latinoamérica y el cambio social (Usar la palabra como fusil). *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 5, 1973.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas Políticas: Ensaio de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005.

HOYT, Katherine. *The many faces of Sandinista democracy*. Athens, OH: Ohio University Center for International Studies, 1997.

LLERA, Francisco J. Enfoques en el estudio de la cultura política. In: CASTILLO, Pilar del; CRESPO, Ismael (org.). *Cultura Política - enfoques teóricos y análisis empíricos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.

MACKENBACH, Werner. Historia y ficción en la obra novelística de Sergio Ramírez. *Iberoamericana*, Pittsburgh, ano 5, n. 19, 2005.

MANSILLA, Héctor. Intelectuales y política en América Latina. Breve aproximación a una ambivalencia fundamental. *Espacio Abierto*, Maracaibo, v. 11, n. 3, 2002.

MENTON, Seymour. Adiós Muchachos, antes y después. *Mester*, Los Angeles, v. XXXII, 2003.

MORRIS, Kenneth E. *Unfinished revolution: Daniel Ortega and Nicaragua's struggle for liberation*. Chicago, IL: Lawrence Hill Books, 2010.

MOVIMIENTO RENOVADOR SANDINISTA. *Principios y programa aprobados por la convención constitutiva*. Managua: [s.n.], 1995.

NOLAN, David. *The ideology of the Sandinistas and the Nicaraguan Revolution*. Coral Gables, FA: Institute of Inter-American Studies, University of Miami, 1984.

PALMER, Steven. Carlos Fonseca and the construction of sandinismo in Nicaragua. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 23, n. 01, 1988.

PÉREZ, Andrés. The FSLN after the debacle: the struggle for the definition of Sandinismo. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 34, n. 1, 1992.

RAMÍREZ, Sergio. *¿Te dio miedo la sangre?* Caracas: Monte Ávila, 1977.





\_\_\_\_\_. *El pensamiento vivo de Sandino*. Tomo 2. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1984.

\_\_\_\_\_. *Las armas del futuro*. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1987.

\_\_\_\_\_. La pasión crítica (Los intelectuales ante el espejo de su tiempo). *Encuentro*, Managua, ano XL, n. 79, 2008.

\_\_\_\_\_. *Adiós muchachos: a História da Revolução Sandinista e seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SALAMANCA, Douglas. Literatura, sandinismo y compromiso. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v. LVII, n. 157, 1991.

SERRANO CALDERA, Alejandro. *Desde la universidad, 1957-1974: un enfoque de la universidad y la sociedad nicaragüense*. León: Editorial Universitaria/UNAN, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMÓND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 2003.

SOTO JOYA, Fernanda. *Ventanas en la memoria – recuerdos de la revolución en la frontera agrícola*. Managua: UCA/DIRINV, 2011.

TORRES-RIVAS, Edelberto. Nicaragua: el retorno del sandinismo transfigurado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 207, janeiro-fevereiro 2007.

\_\_\_\_\_. La difícil existencia de las izquierdas centroamericanas. *A Contracorriente*, Raleigh, v. 6, n. 2, 2009.

TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine (org.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelas: Éditions Complexe/IHTP-CNRS, 1998.

TUVESSON, Cecilia. *Novelas nicaragüenses de contenido político*. Un estudio de obras literarias de Gioconda Belli y Sergio Ramírez. Tese [Spanish Studies]. Lunds Universitet, Suécia, 2012.

VARGAS, José Ángel Vargas. Sergio Ramírez: escritor y político. *InterSedes – Revista Electrónica de las Sedes Regionales de la Universidad de Costa Rica*, v. 3, n. 5, 2002.

\_\_\_\_\_. Sergio Ramírez: poder y desencanto. *Revista Pensamiento Actual*, Costa Rica, v. 5, n. 6, 2005.

WRIGHT, Bruce E. *Theory in practice of the Nicaraguan revolution*. Athens, OH: Ohio University Center for International Studies, 1995.





# **Os limites da sexualidade masculina no discurso médico e nos romances para homens da passagem do século XIX para o XX**

Fernanda Cássia dos Santos<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 20/08/2015

Artigo aceito em: 04/10/2015

## **RESUMO**

A partir de uma discussão a respeito da emergência no campo dos estudos de gênero de temáticas relacionadas à construção das masculinidades, o presente artigo pretende aproximar o discurso médico e os chamados “romances para homens”. Procura-se compreender de que forma foram impostas limitações ao exercício da sexualidade masculina na passagem do século XIX para o XX tanto na literatura de caráter erótico quanto no texto médico e as relações entre a imposição desses limites e a configuração de um modelo de masculinidade hegemônico. Para tanto, utiliza-se como fontes o romance “Um Homem Gasto” (1885), de Ferreira Leal e a Tese “Educação sexual do Brasileiro em face do vultuoso problema da grandesa da Patria” (1923), de Felipe de Sousa Miranda.

**Palavras-chave:** Masculinidades; erotismo; discurso médico.

## **The limits of male sexuality in medical discourse and in the novels to men in the transition from the 19th Century to the 20th Century**

## **ABSTRACT**

From a discussion about the emergence in the field of gender studies of issues related to the construction of masculinity, this paper intends to approach the medical and so-called “novels for men”. Seeks to understand how it has imposed limitations on the exercise of male sexuality in the late nineteenth to the twentieth century both in literature and in the erotic character of medical text and the relations between the imposition of such limits, and the set up of a hegemonic masculinity model. We also use as sources the novel “A Man Spent” (1885), of Ferreira Leal, and the Thesis “Sex education in the Brazilian side of the huge problem of the greatness of the Fatherland” (1923), of Felipe Miranda de Sousa Miranda.

**KEYWORDS:** Masculinities; eroticism; medical discourse.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGH- UFPR), linha de pesquisa: Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. Este trabalho é resultado de reflexões realizadas durante o mestrado concluído na mesma instituição com bolsa do CNPQ. E-mail: fernanda.ufpr@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7697763063162557>.





## Ser homem na passagem do século XIX para o XX

Os estudos sobre as masculinidades são relativamente recentes no campo das ciências sociais e são derivados das reflexões realizadas pelos estudos de gênero. Impulsionadas pelo movimento feminista, as pesquisadoras que fundaram o campo dos estudos de gênero durante muito tempo dedicaram-se à História das mulheres e às problemáticas relacionadas ao feminino. Partia-se da compreensão de que as mulheres foram excluídas das análises históricas e por isso precisavam ser resgatadas. De acordo com Durval Muniz Albuquerque Júnior, dentro dessa perspectiva, durante muito tempo os homens foram retratados pelos estudos feministas e de gênero como aqueles que dominavam a sociedade e a cultura, não deixando espaço para a memória sobre as mulheres. Neste sentido, toda a memória histórica seria masculina e como as feministas se opuseram a essa memória, em suas análises os homens foram considerados apenas um contraponto às mulheres, um “outro nunca analisado e definido”<sup>2</sup>.

Apenas a partir dos anos de 1980 os estudos sobre as masculinidades se difundiram, sobretudo nos países anglo-saxões<sup>3</sup>. Esse processo é marcado pela inserção de estudiosos homens e por uma renovação das questões relacionadas ao campo de estudos de gênero. A noção de gênero, compreendida como uma categoria de análise que se refere à construção cultural e histórica do feminino e do masculino e das relações de poder entre eles, foi ampliada no sentido de superar a concepção binária segundo a qual ser homem e ser mulher são duas realidades distintas, opostas e homogêneas<sup>4</sup>. Neste sentido, pode-se compreender que na ordem de gênero para além da noção de que os homens dominam mulheres, num sistema hierárquico, há também um sistema de dominação entre os homens, em que homens de elite subjagam e exploram homens de status menor. Esse dois sistemas hierárquicos se alimentam mutuamente e são influenciados também por outros sistemas de dominação, tais como questões de classe e raça<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: Uma Invenção do Falo – Uma História do gênero Masculino* (Nordeste-1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003. p. 21.

<sup>3</sup> BOTTON, Fernando Bagiotto. *Novos homens: Uma abordagem teórica das masculinidades no processo de modernização brasileiro*. In: Revista Historiar, Julho de 2009. Disponível em: [www.revistahistoriar.com](http://www.revistahistoriar.com). p. 4.

<sup>4</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*. Op. cit., p. 21.

<sup>5</sup> SABO, Donald. O Estudo Crítico das Masculinidades. In: ADELMAN, Miriam, SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. (Orgs.) *Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 40- 41.



Se dentro da ordem de gênero há mais de um tipo de configuração de masculinidade, há entre elas uma em especial que se apresenta na sua forma “hegemônica”, aquela que corresponde a um ideal cultural de masculinidade, como afirma Robert Connel. As outras formas de masculinidade mantêm relações de subordinação, cumplicidade ou de marginalização com a hegemônica<sup>6</sup>. Como modelo cultural idealizado, a masculinidade hegemônica não pode ser atingida a não ser por um número muito restrito de homens. Está presente, no entanto, no campo dos discursos de um grupo social, definindo o que é ser homem. Nas palavras de Benedito Medrado e Jorge Lyra:

[...] como padrão, ela [a masculinidade hegemônica] exerce um efeito controlador, através da incorporação de uma ritualização (no sentido antropológico) das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino e subordina outras variedades<sup>7</sup>.

Deste modo, pode-se dizer que se os estudos feministas contribuíram durante anos para elucidar questões relacionadas aos poderes e abusos por parte dos homens que historicamente subordinaram e exploraram mulheres, agora lançam um olhar sobre a pluralidade masculina. Destacam-se então as problemáticas relacionadas ao ser homem, aos conflitos e exclusões da masculinidade e aos jogos de poder presentes no âmbito do próprio mundo masculino<sup>8</sup>.

Na historiografia brasileira, no entanto, as produções que tomam como objeto a construção social do masculino ainda são raras, o que segundo a historiadora Maria Izilda Santos de Matos, acaba “deixando a impressão de que os homens existem em algum lugar além, constituindo-se num parâmetro extra-histórico e universalizante”<sup>9</sup>. É neste campo de estudos que se inscreve esse trabalho, que objetiva traçar algumas linhas de análise sobre a construção do modelo hegemônico de masculinidade na passagem do século XIX para o XX a partir do discurso médico e de um exemplar de um dos chamados “romances para homens” do

<sup>6</sup> CONNELL, Robert. W. La Organización Social de la Masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLIVARRÍA, José (eds.). *Masculinidades: Poder y Crisis*. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997, pp. 34-43.

<sup>7</sup> MEDRADO, Benedito. LYRA, Jorge. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Miriam, SILVESTRIN, Celsi Brønstrup (orgs.). *Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 64.

<sup>8</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.34, 2001, p. 46.

<sup>9</sup> Idem.



período. Para tanto, optou-se por utilizar o livro “Um Homem Gasto: Episódio da História Social do XIX século”, de Ferreira Leal, escrito em 1885 e a tese médica “Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandesa da Pátria”, de Felipe de Sousa Miranda, escrita em 1923. Ambos os textos, um de caráter literário e outro pretensamente científico, tratam de questões relacionadas à sexualidade masculina e aos limites para seu exercício, e nisto, também discorrem a respeito daquilo que se considerava “ser homem” no período.

A passagem do século XIX para o XX é marcada por grandes mudanças na sociedade brasileira. As transformações causadas pelo crescimento do mundo urbano induziram a novos “padrões de comportamento social”<sup>10</sup>. O advento da República colocou em voga na sociedade brasileira a necessidade de transformar hábitos e costumes tradicionais, muito com o intuito de superar a perspectiva de atraso brasileiro com relação às sociedades européias. Os valores da sociedade tradicional patriarcal sofriam sensíveis mudanças na medida em que se buscava modernizar o Brasil e nisto construía-se também um novo modelo de masculinidade.

Durval Muniz Albuquerque Júnior fala a respeito dessas mudanças sociais após a abolição da escravatura e o surgimento da república como uma “feminização dos costumes”. Tais acontecimentos políticos, nos sentimentos dos homens da elite brasileira do período, traziam ameaças à ordem social pré-estabelecida, à autoridade e à hierarquia social. Neste sentido, a supressão das fronteiras entre raças (consequência da abolição) e o acesso à política por outras parcelas da sociedade até então excluídas foram lidas como um alastramento do feminino pela sociedade. Com a vida urbana surgira uma classe média formada por operários, comerciantes, industriais, homens completamente diferentes daqueles antigos patriarcas brasileiros, cujo status estava relacionado a uma sociedade predominantemente agrária e escravista<sup>11</sup>.

A partir de uma valorização crescente daquilo que era moderno e cidadão, os jovens (filhos da aristocracia rural que muitas vezes vinham para as capitais em busca de formação acadêmica) ao mesmo tempo em que se tornavam bacharéis, tomavam cada vez mais contato com idéias novas, afastando-se do Império<sup>12</sup>. O modelo de homem brasileiro assim se transformava, num mundo em que cada vez mais era necessário parecer civilizado, vestindo-

<sup>10</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 25.

<sup>11</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*. Op. cit., p. 33.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 52-53.



se de acordo com a moda europeia e ao mesmo tempo adquirindo hábitos de autocontrole físico e moral. Tudo isto, se opôs à idéia de macho das gerações anteriores: a do homem que se afirma pela violência, pelo poder de mando e pela própria indisciplina<sup>13</sup>.

A medicina do período teve um papel fundamental na construção desse novo modelo de masculinidade através da adoção de práticas higienistas. Mais do que tratar de assuntos relacionados à saúde, os procedimentos médicos modificaram as feições sociais das famílias e as adaptaram à vida urbana, constituindo-se numa normatização do cotidiano que propunha uma nova educação física, moral, intelectual e sexual<sup>14</sup>. Neste sentido, a moral existente na sociedade brasileira da época passou a ser médica, não apenas religiosa. Nas palavras de Albuquerque Júnior:

A predominância progressiva das formas de sociabilidade urbanas sobre as rurais, processo que vinha ocorrendo desde pelo menos a segunda metade do século XIX, vai substituindo progressivamente entre as elites, e especialmente, entre os homens, formas rústicas e pouco civilizadas de falar. O discurso médico-higienista vai conseguindo seus progressos no sentido de um maior apuro na higiene pessoal, no asseio e na limpeza dos ambientes, das casas e até das ruas<sup>15</sup>.

De acordo com o historiador Jurandir Freire Costa, a figura social do médico, que até o século XIX fora relativamente desprestigiada<sup>16</sup>, convertera-se no contexto da urbanização em grande difusor de normas de caráter moral que deveriam ser seguidas pelas famílias, em consonância com um projeto de manutenção e reprodução da ordem social burguesa. Através da elaboração e da disseminação de um discurso sanitarista, a higiene atrelou a vida privada dos indivíduos ao destino político das classes mais favorecidas. Nas palavras do autor:

Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe [a burguesia]. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de

<sup>13</sup> BOTTON, Fernando Bagiotto. *Novos homens*. Op. cit., p. 13-14.

<sup>14</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer*. Op. cit. p. 45.

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*. Op. cit., p. 44-45.

<sup>16</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 74.



classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais<sup>17</sup>.

Neste sentido, o discurso médico higienista produziu um determinado tipo de educação moral apoiada na ideia de preservação da saúde para que fosse possível colaborar para a construção da nação brasileira (no início do século XIX) e mais tarde, com o advento da república, para a edificação da pátria. Em conformidade com esse projeto cívico, homens e mulheres foram convertidos pela higiene em progenitores e guardiães de uma prole saudável e para tanto o exercício da sexualidade dentro do casamento também passou a ser alvo de tutela médica<sup>18</sup>.

A cidade de Curitiba, que se modernizou a partir dos anos de 1880, passou a conviver, neste período, com “bondes de tração animal, eletricidade, água encanada, o passeio público, os teatros, as estradas de ferro ligando a cidade com o litoral e com o interior”<sup>19</sup> e ao mesmo tempo também com a higienização. Da mesma forma que em outras cidades do país, o poder público se aliou ao conhecimento médico para transformar as ruas curitibanas em espaços livres de miasmas transmissores de doenças<sup>20</sup>. Paralelamente a esse processo, o discurso médico incidiu também sobre a vida sexual do homem curitibano.

A tese “Educação sexual do brasileiro em face do vultoso problema da grandesa da Patria”, escrita por Felipe de Sousa Miranda para a obtenção do título de Doutor em Medicina pela Universidade Federal do Paraná inscreve-se neste contexto e demonstra preocupação com as práticas sexuais masculinas. No texto, ao mesmo tempo em que se discutem questões relacionadas às limitações que devem ser impostas aos prazeres para que a saúde do homem seja preservada, desenha-se o perfil de um modelo masculino que precisava ser saudável para contribuir para com o projeto republicano.

A tese de Miranda constitui-se basicamente em um alerta aos pais de meninos e jovens para que conversem sobre sexualidade com seus filhos e os advertam sobre os males da masturbação, do sexo com prostitutas, de uma vida sexual desregrada com o objetivo de

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>19</sup> DENIPOTI, Claudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 24.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 26.





contribuir para a formação de uma futura geração mais saudável. Jovens que se tornassem homens saudáveis e que soubessem usar do autocontrole sexual poderiam, assim, cooperar com a construção de um país melhor para todos. Desta forma, a preservação da moral sexual relacionava-se com um modelo de masculinidade em que o homem é também aquele que cumpre com o seu dever para com a ordem e o progresso de sua nação, como se observa na seguinte passagem:

Acautelemo-nos, pois, de um dos maiores inimigos da espécie humana – do gnoccoco de Neisserm – e o façamos com a consciencia tranqüila de estarmos nos protegendo individualmente, ao mesmo tempo que estamos nos habilitando, para sermos uteis á família e assim também ao nosso querido Brasil, á essa imensa Patria, que tanto idolatramos!<sup>21</sup>.

A força masculina estaria ligada, no discurso médico, ao mesmo tempo à virilidade e ao poder de autocontrole do homem. Ser viril significava, portanto, ser forte para contribuir para a formação de um país novo e equiparado às nações européias. Construía-se assim, um modelo de masculinidade calcado na potência sexual, no autocontrole (que inclusive servia para preservar a virilidade) e no compromisso com a pátria. Neste sentido, Miranda aconselha aos jovens a preservação da castidade, com as seguintes palavras:

Do que ficou dito, a conclusão lógica e racional é que depende do moço vencer ou morrer. [...] Melhor será, em summa, que tenha por lemma: - Viver pela felicidade da Patria; e para isso tenha por escudo – a castidade! Mas se por ventura enfraquecer na jornada e um dia sentir que está se deixando dominar pela carne, ao menos levantar-se a tempo e para nunca mais cair, mostrando que é digno da Patria, da família e de si próprio!<sup>22</sup>

O casamento e a procriação são considerados no discurso de Miranda, como um dever cívico, segundo o qual se faz necessário gerar descendentes fortes que garantirão o futuro da nação brasileira. Defende-se, para tanto, que o casamento seja realizado apenas após os vinte anos e se possível após os vinte e cinco anos, quando os corpos de homens e mulheres já estariam preparados para a procriação. Para defender a tese de que uma vida sexual saudável e

<sup>21</sup> MIRANDA, Felipe de Sousa. *Educação sexual do brasileiro em face do vultoso problema da grandesa da Pátria*. Curitiba: Livraria Universal Affonso Hey e Cia, 1929. p. 34.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 43.



de acordo com a moral proposta estaria relacionada com o desenvolvimento da nação, o autor utiliza-se de exemplos de outros países, enaltecendo a Inglaterra – modelo do qual o Brasil deveria se aproximar - e diminuindo a Índia:

As terríveis conseqüências do casamento em tenra idade são claramente vistas na Índia, onde as meninas casam aos doze e quatorze annos, e os rapazes com uma idade correspondente. Conversando com um brahmane muito instruído [...] elle condemnou seriamente estes casamentos prematuros, e deu-o como causa não só da pequena estatura e diminutas e não desenvolvidas proporções phisicas dos homens e mulheres de sua patria, mas tambem como produzindo um effeito similar sobre o desenvolvimento de um povo, o que se demonstra pelo facto de, em vez de se governarem a si mesmos, elles são vassalos e súbditos de nações estrangeiras. [...] O reverso do que acontece na Índia, vê-se pela idade com que os homens e as mulheres casam na Inglaterra: os homens quando attingem a idade media de vinte e seis annos, e as mulheres cerca de vinte e cinco. Por isso é que os inglezes, não só attingem geralmente a uma bella estatura, mas a uma completa virilidade, seus poderes intellectuaes são predominantes na força mental da raça ingleza, demonstrada pela preponderância da Inglaterra em todo o mundo<sup>23</sup>.

É interessante observar que essas ideias tenham sido formuladas e difundidas na cidade de Curitiba num momento em que circulavam opiniões a respeito da sexualidade, do casamento e da vida familiar completamente opostas às de Miranda. No periódico “O Olho da Rua”, escrito por jovens e estudado por Claudio DeNipoti, por exemplo, o casamento aparecia com frequência como o espaço do fim da liberdade e da sexualidade. Amor e felicidade (compreendida como a satisfação dos desejos sexuais) eram tidos como opostos ao casamento<sup>24</sup>, o que indicava uma prática social bastante distante da preservação da castidade defendida por Miranda.

Ponto comum entre os dois discursos, no entanto, é o fato de considerar o casamento como uma necessidade relacionada às responsabilidades sociais do homem. Casar-se, no discurso dos jovens escritores de “O Olho da Rua” mostrava-se um erro, mas um erro

<sup>23</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>24</sup> DENIPOTI, Claudio. Op. cit., p. 98-99.



necessário, como se observa na passagem: “Casae, casae! Indiscutivelmente/ Essa é a asneira mais bella, com certeza/ É a mais rija e gloriosa cabeçada!”<sup>25</sup>.

A existência de idéias a respeito da vivência de uma sexualidade livre fora do casamento, como as com que DeNipoti elucidou através de sua pesquisa, justificam a eloquência com que o médico Felipe de Sousa Miranda defende a ideia da preservação da castidade o máximo possível. Se por um lado, tal defesa aproxima-se de um discurso moral religioso, por outro, vai além dele, explicitando os problemas sexuais e as doenças que podem decorrer de uma vida de desregramento sexual (ainda que restrita à juventude). Mais do que isso, a ausência de controle sobre si mesmo poderia acarretar na impossibilidade de ser útil à nação brasileira.

Dentro das recomendações médicas para evitar os males da inobservância da moral sexual pelos jovens, está o ato de evitar situações que possam causar excitação. Neste sentido, a manutenção da castidade seria menos penosa se o jovem ocupasse sua mente com algo que lhe fosse proveitoso e não se entregasse a leituras perniciosas, pois elas poderiam lhe despertar o desejo de infringir a moral. Tais leituras, no entanto, justamente neste momento tornavam-se cada vez mais acessíveis e numerosas.

## Os Romances para Homens

Nos jornais brasileiros dos últimos anos do século XIX e dos primeiros anos do século XX, tornaram-se comuns anúncios de livrarias que entre diversos gêneros de publicações, arrolavam inúmeras obras sob a designação de “romances para homens”, “leituras para homens” ou “só para homens”. Tratava-se de livros de caráter pornográfico com descrições de cópulas e enredos excitantes ou depositários de conteúdos que de alguma forma afrontassem a moral da época.

Os “romances para homens” eram livros baratos e pelo que se sabe impressos na cidade do Rio de Janeiro, ponto de partida do mercado editorial do Brasil nesse período. A

---

<sup>25</sup> “Contractos nupciais”, *O Olho da Rua*, Curitiba, 10 jun. 1911, s. p. a. IV, n. 2. Apud. DENIPOTI, Claudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 98.



partir da década de 1870 uma série de livreiros abriu suas portas na capital do país e iniciou uma produção crescente de livros e periódicos que aos poucos foram sendo transformados em produtos acessíveis e lucrativos<sup>26</sup>. Os livros, antes impressos em formato in-fólio,<sup>27</sup> passaram a ser feitos em in-quarto ou em in-oitavo de papéis pouco resistentes e encadernados em brochuras, barateando a produção e permitindo que leitores de menor poder aquisitivo pudessem adquiri-los.

Esse período é marcado por um aumento significativo do número de livrarias instaladas na cidade de Curitiba, o que indica que o comércio de livros tornou-se um ramo econômico lucrativo.<sup>28</sup> Só na última década do século XIX, foram fundadas a “Livraria da Impressora Paranaense”, a “Livraria Econômica”, a “Livraria Popular” e o “Atelier Novo Mundo”. Na década seguinte, passaram também a funcionar a “Livraria Polaca”, a “Livraria Mundial” e a “Casa das Novidades”.<sup>29</sup> Sabe-se que essas livrarias também editavam livros, pois esse serviço era oferecido também em seus anúncios, mas não foram encontradas referências que possam indicar que “romances para homens” tenham sido produzidos ou editados neste período na capital paranaense.

Os títulos listados em anúncios da livraria Econômica são em sua maioria os mesmos que circularam na cidade do Rio de Janeiro do período, se compararmos com as listas estudadas pela antropóloga Alessandra El Far em seu livro “Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica na cidade do Rio de Janeiro (1870-1924)”. Isso se explica pelo fato de que as livrarias localizadas na cidade de Curitiba se dedicavam a trazer para a cidade livros dos mais variados, que vinham de outros centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Lisboa, Paris e Buenos Aires<sup>30</sup>.

Os enredos dos “Romances para Homens” eram diversos e traziam mulheres que traíam seus maridos, meninas que perdiam a virgindade antes do casamento, padres e freiras que rompiam com os seus votos “e as mais diferentes personagens envolvidas no

<sup>26</sup> EL FAR, Alessandra. *O Livro e a Leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 38-39.

<sup>27</sup> In-fólio era o nome dado a uma grande folha de papel que formava um caderno de quatro páginas se dobrada uma única vez.

<sup>28</sup> DENIPOTI, Cláudio. As livrarias de Curitiba no século XIX. In: TEIXEIRA, Valéria Marques; DUARTE, Otávio (org.). *Histórias de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2008, p. 94.

<sup>29</sup> CARNEIRO, Newton. *As artes gráficas em Curitiba*. Curitiba: Edições Paiol, 1975, p. 22.

<sup>30</sup> DENIPOTI, Cláudio. *Páginas de prazer*. Op. cit., p. 96.



movimentado cotidiano dos bordéis e casas de prostituição”<sup>31</sup>. Pelo seu conteúdo considerado imoral, muitos foram condenados, mas nem por isso deixaram de ser muito vendidos. Com enredos variáveis inclusive na quantidade de elementos pornográficos (sendo alguns compostos basicamente por uma seqüência de cópulas e imagens apelativas e outros mais focados na história, apenas com algum conteúdo mais explícito), esse tipo de literatura circulou no Rio de Janeiro com ampla divulgação a partir de 1870 e em Curitiba nas duas primeiras décadas do século XX, segundo os anúncios de livrarias encontrados nos jornais da época.

Dentro desse conjunto de obras designadas como “Romances para Homens”, para fins da análise que se pretende realizar nesse artigo, optou-se por realizar uma leitura do livro “Um homem Gasto: Episódio da história social do XIX século”. A obra foi publicada em 1885 e assinada apenas pelas iniciais “L. L”. Mais tarde, atribuiu-se a autoria à Ferreira Leal, médico que se propunha a escrever para a escola Naturalista sem, no entanto, ter alcançado reconhecimento por parte da crítica literária.

O livro conta a história dos problemas enfrentados para a consumação do matrimônio de Alberto e Luiza. Luiza é jovem, bela e inocente, se apaixona e se casa com Alberto, homem vinte anos mais velho que vivera uma vida repleta de experiências sexuais consideradas imorais antes do casamento. Através de cartas, Luiza conta à sua prima Cecília, (também jovem que em breve contrairia matrimônio com Pedro de Oliveira) a respeito de sua vida conjugal com o marido. A prima mostra-se bastante ansiosa por saber detalhes sobre a noite de núpcias, mas a este respeito, Cecília nada revela, a não ser sobre a impressão que teve de que o momento fora incompleto.

Ao longo da narrativa, que se desvela ao leitor através de cartas trocadas entre as personagens, vai se desenhando uma situação bastante dramática, pois Luiza não compreende ao certo o que há de errado com o marido, mas vai adoecendo, física e psicologicamente. Também Alberto torna-se um homem sem forças, destruído, adoentado e por fim, passa a demonstrar sintomas de loucura, até que acaba por se suicidar. Antes de falecer, no entanto, revela em uma carta direcionada a um médico de confiança as suas vivências anteriores ao

---

<sup>31</sup> EL FAR, Alessandra. *O Livro e a Leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.49.



casamento e explica que depois de ter extrapolado e transcendido todos os limites impostos pela moral, tornou-se impotente e, portanto, gasto.

É interessante observar os subterfúgios utilizados pelo autor de “Um homem Gasto” para declinar-se da autoria. Além de ter publicado sob um pseudônimo, afirma logo no princípio do texto que o mesmo fora recebido de outrem e publicado quase que da mesma forma como em seu original. O autor, então, esquivava-se duas vezes do conteúdo de seu próprio livro, mas não deixa de justificá-lo, explicando que a narrativa serve como um exemplo das tragédias que podem acontecer a um homem que não observe a moral em suas práticas. Neste sentido, Ferreira Leal afirma:

É interessantíssimo [o livro]: diz respeito ao casamento, essa base essencial da sociabilidade. Como sabe, quando tal instituição falseia na pratica, as conseqüências são desastrosissimas. É por isso que a analyse das anomalias respectivas tem merecido e merecerá ainda os mais variados estudos. O ponto de apreciação n’esta verídica historia tem o mérito na novidade, pelo menos em trabalhos d’esta ordem. [...] Por elle verá como a hygiene entretem relações de intimidade com a moral e como a transgressão dos preceitos estabelecidos pela primeira, gera inevitavelmente o damno da segunda<sup>32</sup>.

Era própria dos romances naturalistas a característica de se propor a revelar os aspectos mais doentios da realidade social. Desta forma, eram selecionados “tipos psicológicos autênticos, fatos escandalosos e ações ditas degeneradas para darem ensejo às suas análises romanceadas quase sempre portadoras de finais trágicos e catastróficos”<sup>33</sup>. A inclinação do naturalismo pela descrição de comportamentos considerados pervertidos trouxe uma grande proximidade entre o mesmo e o discurso médico do período. A anormalidade e o comportamento sexual desviante passaram, assim, a ser tema de um tipo de literatura que não se eximia de descrições realistas de experiências sexuais. Nas palavras de Carlos Eduardo

<sup>32</sup> L.L. *Um homem gasto*: Episodio da historia social do XIX século – Estudo Naturalista. Rio de Janeiro: Editores Matheus Costa e Cia, 1885. p. 13-14.

<sup>33</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação*: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 248.



Bezerra, “O Naturalismo, mais do que qualquer outra estética literária, assumiu a carnalidade do corpo e a colocou no centro da narrativa”<sup>34</sup>.

Neste sentido, enquanto a ótica Naturalista ocupava-se de captar os aspectos medíocres da rotina humana, os vícios e os desejos impróprios<sup>35</sup>, várias das obras escritas sob essa estética conferiram espaço para encontros eróticos, descrições dos corpos femininos e masculinos e cenas de sexo que pretendiam demonstrar as fraquezas da carne. Alessandra El Far explica que os críticos literários com frequência se posicionaram de forma contrária a textos supostamente escritos sob os pressupostos naturalistas, em função de “abusos” cometidos nas descrições das cópulas. Não raro, livros pertencentes a esse gênero eram considerados pura pornografia. Nas palavras da autora:

As obras vinculadas a essa escola literária aclamadas como unanimidade, como as de Aluísio de Azevedo, que publicou *O Mulato*, *O Homem* e *O Cortiço*, foram exceções no cenário de nossas letras, visto que a grande maioria havia sido recebida com desconfiança, em parte pelos reclames divulgados na imprensa que faziam alusão aos enredos “de fogo”, “escaldantes”, “picantes” que traziam<sup>36</sup>.

Pela escrita de “Um homem gasto”, Ferreira Leal foi extremamente criticado por ter escolhido um título provocativo, apimentar frases e utilizar palavras licenciosas, indícios de que desejava unicamente o sucesso da livraria. A personagem de Alberto foi considerada mal construída pela crítica da época, que não acreditava na possibilidade de que um rapaz nascido perfeito nos sentidos físico e intelectual pudesse se deixar levar pelo vício tão facilmente<sup>37</sup>. Se a crítica literária considerou o enredo de “Um homem gasto” pouco verossímil e distante da realidade, por outro lado, o discurso médico produzido pelo médico Felipe de Sousa Miranda guarda sensíveis semelhanças com tal narrativa literária.

## Aproximações entre literatura e discurso médico

<sup>34</sup> BEZERRA, Carlos Eduardo. Bom-crioulo: um romance da literatura gay *made in Brazil*. In.: *Bagoas*: estudos gays - gêneros e sexualidades. V. 1, n. 1. jul./dez. 2007. – Natal : EDUFRN, 2007.p. 200.

<sup>35</sup> BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 189.

<sup>36</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação*. Op. cit., p. 253.

<sup>37</sup> *Ibidem*. p. 250.





À primeira vista, a figura de um médico pouco se assemelha à de um escritor. A carreira médica estaria relacionada à seriedade que o compromisso com a cura acarreta, com o discurso científico, com as verdades sobre o corpo humano. O médico é aquele que conhece por seus estudos e experiência quais são os melhores hábitos para preservar a vida, o que é fundamental ensinar aos filhos e o que significa viver bem, em última instância. Por outro lado, aquele que se dedica à literatura teria bem menos compromissos, sendo aparentemente livre para criar um mundo próprio.

Já houve um tempo, no entanto, em que literatos invejavam os médicos e vice-versa. No decorrer do século XIX, não apenas médicos e escritores, mas também historiadores e cientistas de uma forma geral se aproximaram em função do desejo de conhecer a verdade - que se acreditava ser única e acessível a quem se dedicasse a alcançá-la. O acesso ao real, entretanto, não era simples, sendo fruto do conhecimento especializado de pesquisadores com olhares treinados, voltados para os detalhes. Apenas o exame comprometido e racional da natureza, dos corpos, dos indícios tornaria o cientista capaz de descobrir a verdade. De origem europeia, logo esse movimento espalhou-se por diversas regiões do mundo, servindo de modelo para os brasileiros. Passou-se a acreditar que o exercício da razão era um procedimento pautado pela neutralidade e que o próprio cientista desapareceria de seu discurso quando esse se fizesse no intento de revelar o real. Essa ambição foi compartilhada no século XIX por historiadores que pretendiam se tornar cientistas, por médicos e anatomistas desejosos de desvendar os mistérios dos corpos e por literatos convencidos de que poderiam dissecar a natureza humana em seus escritos.

Como afirma Nancy Stepan em seu livro “A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina”, o discurso científico cresce a partir da vida social dos indivíduos e grupos nos quais eles estão inseridos, assim como a ficção. Médicos, cientistas, historiadores, antropólogos, escritores, apesar de suas técnicas e práticas discursivas diferenciadas, fazem parte da sociedade em que vivem e participam nos valores e na política de seus tempos<sup>38</sup>.

No período do qual tratamos nessa pesquisa – a passagem do século XIX para o XX – esses personagens vão enfrentar os problemas de seu tempo diante de grandes transformações: a modernização, a urbanização, o medo da decadência e da degeneração, as mudanças nos

---

<sup>38</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 213.



papeis sociais de homens e mulheres, de brancos e negros. Deste enfrentamento surgiram teorias sociais apoiadas, sobretudo, no determinismo biológico e difundidas tanto pela literatura ficcional quanto pela medicina, numa tentativa de aplacar as ansiedades e equacionar as mudanças dessa passagem de séculos.

No Brasil as ideias sobre a degeneração e as soluções eugenistas, assim como as propostas da medicina higiênica estiveram presentes na literatura, em especial na de caráter naturalista, a princípio mais do que na escrita médico-científica. A própria fragilidade na formação dos médicos no Brasil fez com que a retórica e a literatura estivessem presentes na educação desses homens que frequentemente aventuravam-se tanto na medicina quanto no mundo das letras. Assim como as obras naturalistas emprestavam termos médicos para a construção de suas narrativas, os tratados de medicina muitas vezes eram carregados de imagens literárias<sup>39</sup>. O fato das ideias científicas serem difundidas pelo discurso literário não retirava o seu caráter legítimo, pois o naturalismo buscava aproximar-se ao máximo do real e, justamente por esta razão, recorria às ideias médicas como matéria para a criação de seus personagens. É a partir desse pressuposto que podemos comparar os discursos presentes nos dois documentos que analisamos neste artigo.

A tese médica “Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandesa da Patria”, de Felipe de Sousa Miranda divide-se basicamente em duas partes. Na primeira, o autor discorre sobre os três grandes males resultantes da falta de educação sexual dos jovens: a masturbação (o mal inicial), as relações sexuais com prostitutas e a decorrente contaminação por doenças venéreas (o grande mal) e a impotência (o mal profundo). Esses males são dispostos pelo médico de forma que cada um se apresenta como consequência do outro e todos, em suma, constituem-se em resultado dos excessos praticados com relação à sexualidade. Na segunda parte, são apresentadas as recomendações para que se evite ser atingido por qualquer um desses males e também os tratamentos disponíveis para quando não for possível evitá-los.

O discurso a respeito da masturbação é particularmente interessante nos escritos de Miranda. Segundo o médico, o principal problema dessa prática é que ela tendia a induzir o

---

<sup>39</sup> BORGES, Dain. Inchado, feio, preguiçoso e inerte: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. *Teoria e Pesquisa*. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós Graduação em Ciências Sociais, 2005. p. 49.



jovem ao vício pelas sensações eróticas e pela pornografia, o que levava na maior parte das vezes ao surgimento de outras complicações da sexualidade. A masturbação poderia ser praticada pelos meninos, ainda muito jovens, desorientados sobre os seus perigos para a degradação moral e para o organismo. Na seguinte passagem, o médico discorre sobre algumas das graves consequências da prática, especialmente quando iniciada na infância:

O onanismo das creanças é certamente peor que o dos adultos. Não só torna a creança preguiçosa, mollenga e vergonhosa, ou, pelo menos, aumenta-lhe taes defeitos, como lhe perturba a nutrição e a digestão, fazendo desabrochar a disposição para perversões sexuais e para a impotencia.<sup>40</sup>

A falta de observância paterna e as companhias de outros meninos são apontadas por Mirando como causa para que tantos jovens se entregassem a tal prática tão perigosa: “Lembrai-vos que se não advirtides os vossos filhos, não faltarão más companhias que os pervertam e os induzam à prática do mal”<sup>41</sup>.

Neste mesmo sentido, Alberto, personagem de “Um homem gasto”, ao se perceber impotente descreve o modo como iniciou a vivenciar práticas imorais. Na ficção, tudo começara ainda na infância, quando a personagem fora incitada por outros meninos do internato no qual estudava a praticar a masturbação. A esse respeito, afirma:

Foi o internato o primeiro elemento dissolvente, cuja acção perniciosa se me repercutiu na individualidade. O internato, meu caro amigo,[...] é fonte de incalculáveis perigos para a creança desprecavida.[...] Arrebatada do lar domestico, onde a vigilância e os carinhos maternas a resguardam da macula exterior, [...] a creança começa a perverter-se no contacto de companheiros de todas as idades, todas as procedências e propensões, muitas vezes despejadamente adestrados na impureza pelas suggestões de um professor ignóbil<sup>42</sup>.

Uma vez adquirido o vício da masturbação e iniciado em práticas sexuais ilícitas, Alberto se descreve soterrado em perversidade desde “o verdejar dos anos”, quando passou também a se relacionar com seu professor de língua portuguesa. Em troca dos favores sexuais

<sup>40</sup> MIRANDA, Felipe de Sousa. *Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandeza da Pátria*. Op. cit., p.12.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 11- 12.

<sup>42</sup> L.L. *Um homem gasto*. Op. cit., p. 177- 178.



que prestava ao professor, ganhava benefícios na escola. Já aos quinze anos, a personagem saiu do internato e passou a ter uma vida mais comum, tendo namorado uma jovem com quem se distraiu por algum tempo. Anos depois, viajou à Europa para concluir seus estudos e lá ficou órfão, tendo herdado uma grande fortuna. Sozinho, Alberto entregou suas riquezas às casas de prostituição, cometendo todo o tipo de excesso sexual<sup>43</sup>.

A entrega às prostitutas e às perversões sexuais a partir da aquisição do vício da masturbação estava descrita também no discurso médico de Miranda, que afirma:

Observando-se com a puberdade esse augmento crescente dos desejos sexuaes, é natural que se veja o joven obrigado a raciocinar sobre os resultados maléficicos da persistência da pratica da masturbação. Não tardam os moços a comprehender a extensão dos males a que se expõem, se continuarem ainda a se masturbar e, então, como ainda lhes falta essa assistência do pai, tão útil quão necessária, resvalam inconscientemente para a senda tortuosa da prostituição! [...] E como geralmente acontece, [...] ao primeiro contacto com a rameira depravada e porca, se contaminara brutalmente!<sup>44</sup>.

No discurso médico, o contato com as prostitutas além de demonstrar descontrole sobre a própria sexualidade, significa para o homem tomar contato com grandes riscos de adquirir doenças venéreas das quais dificilmente conseguirá ser curado. As moléstias causadas pela depravação moral levariam, não raras vezes, à impotência, seja ela causada por doenças adquiridas no contato com prostitutas, seja pelo próprio uso demasiado das potências sexuais. Ainda que o homem se mantivesse distante das meretrizes, a própria masturbação ou o excesso de uso dos genitais dentro do próprio casamento poderiam torná-lo impotente. Para explicar como isso pode ocorrer, Miranda conta a história de um jovem de dezoito anos que já não é capaz de realizar o ato sexual devido a seus excessos:

Aos 12 anos [A.G.] fora internado em um dos Collegios da nossa Capital. Ahi, entrando em franca camaradagem com 2 outros meninos, começou a se entregar quotidianamente á prática da masturbação. A principio contentava-se com a excitação venérea que della decorria, mas depois que se verificou pela primeira vez o espasmo genésico, não se dava por satisfeito enquanto

<sup>43</sup> Ibidem, p. 185-190.

<sup>44</sup> MIRANDA, Felipe de Sousa. *Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandeza da Pátria*. Op. cit., p. 16-17.



não o provocava. Decorre desse habito adquirido assim condenavelmente que o penis adquire um desenvolvimento exaggerado. Facto original é porem que, a despeito da mocidade de A.G., o que ella ganha em tamanho perde no poder natural de erecção, máxime para a realisação da cópula. [...] Posto que a sua falta de erecção, em presença de uma mulher por mais formosa que possa parecer aos seus olhos [...] A.G. abandona definitivamente a idea de conquista ao bello sexo, para se deixar dominar por essa pratica criminosa que o exgota – de tal modo, que chega a ceifar-lhe a vida, em plena mocidade, isto é aos 18 annos<sup>45</sup>.

Na sequência de seu texto, Miranda explica que o uso excessivo do pênis faz com que o mesmo se torne debilitado, destruindo, desta maneira, o vigor, a virilidade e a potência do homem. Isso seria decorrente da própria anatomia peniana, que formada por inúmeros nervos, não deveria ser excessivamente utilizada, sob pena de sofrer atrofia. Nas palavras do autor:

É preciso não esquecer que, se o exercício e o uso tendem a desenvolver os tecidos musculares e a augmentar a sua força, o contrario se dá com respeito ás funcções que dependem do systema nervoso, como a da reproducção da vida. Pelo exercício um músculo augmenta sua força e diminue a sua irritabilidade; para os nervos é exactamente o contrario que se produz. O seu freqüente exercício augmenta a sua irritabilidade e diminue a sua tonicidade e a sua resistência. D'aqui resulta que, para conservar o systema nervoso em bom estado, devemos estimula-lo e excital-o o menos possivel<sup>46</sup>.

Para conservar a potência sexual, o médico propõe, então, uma vida regrada em que as relações sexuais se realizem apenas dentro do casamento. Além disso, é preciso que o sexo seja pouco freqüente, “pouco prolongado e vigoroso”<sup>47</sup>. Um homem, para preservar sua virilidade e sua própria vida, deveria poupar-se de uma vida sexual que pudesse lhe sugar as forças vitais. O romance “Um homem gasto”, através do problema enfrentado por Alberto, ilustra claramente o que pode acontecer quando não observadas essas recomendações médicas.

Alberto teria cometido diversos excessos em sua juventude, de modo que realizou, como descreve, “tudo o quanto a pintura e a litteratura pornographicas podiam imaginar de

<sup>45</sup> Ibidem, p. 40-41.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 50-51.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 57-58.



mais variegado e extravagante<sup>48</sup> e depois disto, já aos 35 anos, passou a se sentir esgotado. Voltou então para o Rio de Janeiro e passou a se dedicar ao trabalho, mas tendo sentido saudades da vida que levava, chegou a voltar a Paris para viver novamente aventuras libidinosas, mas lá chegando, não conseguiu realizar a cópula, tendo se transformado em alvo de chacota das prostitutas. Desanimado e triste, recorreu ao casamento com Luiza, por quem se apaixonou e sentia um grande desejo, apesar de não ter conseguido de forma alguma concretizar o ato sexual com ela. Desesperado, louco e vendo sua amada e jovem esposa desfalecer aos poucos, Alberto decide pelo suicídio, de modo que Luiza pudesse após a viuvez casar-se novamente, com um homem apto a cumprir com suas obrigações conjugais.

As metáforas relacionadas à fraqueza adquirida pelo uso excessivo das funções sexuais estão também presentes em outros “romances para homens”. Em “A Carne”, de Julio Ribeiro, Barbosa após deixar-se envolver por Lenita, mulher de inteligência rara e muito mais jovem que ele, perde também o ponto de equilíbrio:

Louco que fora! Tinha tido dezenas de amantes, tinha sido, era ainda casado, conhecia a fundo a natureza, a organização caprichosa, nevrótica, inconstante, ilógica, falha, absurda, da fêmea da espécie humana; conhecia a mulher, conhecia-lhe o útero, conhecia-lhe a carne, conhecia-lhe o cérebro fraco, escravizado pela carne, dominado pelo útero; e, estolidamente, estupidamente, como um fedelho sem experiência, fora se deixar prender nos laços de uma paixão por mulher!<sup>49</sup>.

Enfraquecido, abandonado, impossibilitado de se casar com Lenita, Barbosa também recorre ao suicídio: “E ele morria, por amor dessa mulher, morria porque ela lhe quebrantara o caráter, morria porque ela o prendera nos liames da carne, morria porque sem ela a vida se lhe tornara impossível.... Covarde!”<sup>50</sup>.

Fleta, personagem de Mademoiselle Cinema, também um homem maduro com cerca de quarenta anos, definha e perde seu vigor após um caso igualmente imoral com Rosalina. Encantado e perdido por essa jovem mulher, o experiente escritor de livros libertinos acaba envelhecido:

<sup>48</sup> L.L. *Um homem gasto*. Op. cit., p. 190-191.

<sup>49</sup> RIBEIRO, Julio. *A Carne*. São Paulo: Editora Escala. s/d. p. 132.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 143.



Pelas ruas estreitas de Robinson, atropetadas pelos parisienses domingueiros, pelos burrinhos de orelhas abanando e pelos pequenos carros enfeitados – Rosalina, vibrante de juventude, no seu tailleur cinzento, bem curto, deixando quase até o joelho a sua perninha nervosa à mostra sob a transparência da meia de seda, ao braço de Roberto Fleta, elegante, mas visivelmente abatido, parecia mais sua filha do que sua amante. O escritor tinha envelhecido<sup>51</sup>.

O excesso sexual seja na juventude, seja na maturidade, aparece nessa literatura como uma armadilha aos homens. O desregramento construiria a ilusão de que era possível transgredir os valores morais e vivenciar uma sexualidade distante do casamento monogâmico, mas o prazer seria apenas passageiro, trazendo males terríveis que levariam o corpo à incapacidade e à velhice precoce e a mente à loucura. Essa noção repete-se em diversas dessas obras, que ao falar a respeito do sexo não se eximem de alertar para os seus perigos.

Guardadas as diferenças de linguagem, o discurso médico e a narrativa literária aqui apresentados mostram-se muito próximos. A mensagem transmitida por ambos aponta para a necessidade de estabelecer limites às práticas sexuais, de modo a preservar a saúde física e mental. Rejeitado pela crítica literária por contar uma história imoral e que utilizava palavras apelativas com o intuito único de causar escândalo, “O homem gasto”, corrobora em muitos pontos o discurso médico de caráter moralizante de Felipe de Sousa Miranda. O próprio texto de “Um homem gasto” se diz de caráter exemplar e necessário para que outros homens não caiam na armadilha de se deixarem levar por seus desejos, ainda que isso talvez tenha sido usado pelo autor como argumento unicamente para se desvencilhar da crítica.

Há certa perseguição dentro dos ideais do naturalismo de se desmistificar o mundo romântico, propondo um retrato do mundo social mais “científico” e mais próximo da “realidade”<sup>52</sup>. Neste sentido, o realismo literário, do qual a estética naturalista é tributária, está relacionado, sobretudo, à busca pela descrição do real, colocando os personagens e o enredo a serviço de um contato entre o leitor e o mundo tal como ele se apresenta. De acordo com Roland Barthes, esse efeito de realidade é dado pela descrição extensa e exata, que leva a

<sup>51</sup> COSTALLAT, Benjamim. *Mademoiselle Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 105-106.

<sup>52</sup> DANTAS, Luiz. As armadilhas do paraíso. In: NOVAES, Adauto. *O desejo*. São Paulo: Companhia das letras; Rio de Janeiro: Funarte, 1990. p. 463.





pensar que o escritor age como um retratista e que não há uma relação de exterioridade entre um texto realista e uma imagem<sup>53</sup>.

Da mesma forma que no discurso científico, apresenta-se na literatura realista a intenção clara de fazer com que a narrativa pareça inexistente no sentido interpretativo, desvelando apenas o vivido e a realidade em si mesma. Este movimento em busca do real não é exclusivo das narrativas ficcionais do período, sendo contemporâneo dos ideais da objetividade histórica e do realismo filosófico. Neste sentido, Ian Watt explica que na forma do romance realista adotou-se um método narrativo da realidade identificado com o processo de individualização que a civilização ocidental sofrera desde o Renascimento. Nas palavras do autor:

o romance [realista] constituiu um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras obras literárias<sup>54</sup>.

Esta questão da linguagem referencial do romance realista, no caso das fontes que foram analisadas neste artigo, está relacionada inclusive com a adoção na narrativa “Um Homem Gasto” de uma série de ideias que faziam parte do discurso médico do período. Tanto o discurso médico quanto o literário analisados pretendem ser narrativas do real, porém as mesmas se dão através de registros e de intenções diferentes. Enquanto a tese médica pretende demonstrar o domínio de uma extensa bibliografia científica e a partir disto explicitar a necessidade de mudanças nas práticas de educação sexual e moral dos sujeitos, o romance tem por característica entreter o leitor, contando-lhe uma história que apesar de fictícia, aproxima-se em muito da realidade.

Ferreira Leal era médico e como tal, apropriou-se de informações que eram provenientes da experiência e dos discursos da medicina higienista. A assinatura através de

<sup>53</sup> BARTHES, Roland. O efeito de real. In: BARTHES, R. et. ali. *Literatura e realidade*. O que é realismo? Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 87-94.

<sup>54</sup> WATT, Ian. *A ascensão do Romance*. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 30-31.



um pseudônimo e a publicação por uma editora freqüentemente associada a livros pornográficos indica que o autor não pretendia escrever apresentando-se como médico, no entanto, há um sensível diálogo entre esta narrativa literária e a tese médica analisada.

O caso de um médico escrevendo uma obra tida como escandalosa não era uma exclusividade do cenário brasileiro. Neste sentido, Mireille Dottin-Orsini descreve o momento da passagem do século XIX para o XX como o de formação de um conluio entre letras e medicina, pois não faltaram médicos que assim como Ferreira Leal escreveram textos literários, nem mesmo aqueles que citaram personagens da literatura para confirmar a validade de seu conhecimento médico.<sup>55</sup> Nas fontes aqui analisadas, até mesmo o estilo narrativo das duas obras se assemelha, de forma que por vezes torna-se difícil distingui-los. Ambas compartilham o mesmo vocabulário, valores e ideais da ciência sexual de então, constituída como a verdade sobre o sexo.

Observa-se assim, a existência do que é descrito por Ricardo Zani como intertextualidade, no sentido de que neste caso, ainda que não existam citações diretas, “O Homem Gasto” recupera e compartilha com o discurso médico da tese de Felipe de Sousa Miranda um conjunto referencial comum. Nas palavras do autor:

Como tal, a intertextualidade nasce de um diálogo entre vozes, entre consciências ou entre discursos, como uma multiplicidade que se relaciona sem o intuito de anulação, mas sim, de compartilhamento para algo além das mesmas, para gerar novos discursos e definir-se então como um diálogo de citações<sup>56</sup>.

Pode-se compreender, neste sentido, que no romance considerado erótico e imoral, reside um conjunto de ideias próprias do discurso moral e moralizante do período. Isso leva à conclusão de que nos “romances para homens” há, além da transgressão às regras da moral e dos bons costumes, a confirmação de determinados valores morais da sociedade à qual eles pertencem. O fim trágico de Alberto, apesar das descrições de sua vida pregressa, demonstra que mesmo no discurso erótico há a compreensão de que há limites para as vivências da

<sup>55</sup> DOTTIN-ORSINI, Mireille. *A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 223-224.

<sup>56</sup> ZANI, Ricardo. Intertextualidade: considerações em torno do dialogismo. *Em Questão*. Porto Alegre, v. 9, n.1, jan/jul. 2003. p. 125-126.



sexualidade que devem ser respeitados, uma vez que a sua transgressão leva a fatalidades terríveis. Como demonstrado, essa lógica de vivência sexual seguida por punição não é exclusiva do romance “Um homem Gasto”, sendo comum a outras obras que foram vendidas como “romances para homens”, haja vista os finais trágicos de Fleta e Barbosa nas narrativas aqui apresentadas. É possível, portanto, compreender que nesses romances há, além da transgressão às regras da moral e dos bons costumes (característica que os fez serem classificados como “romances para homens”), a confirmação de determinados valores morais da sociedade.

Em certo sentido as narrativas estão relacionadas pela temática voltada para a questão da sexualidade e para a discussão de seus limites, à profusão de discursos sobre o sexo, apresentada por Foucault em “A História da Sexualidade”. Para o autor, houve no século XIX o desenvolvimento de uma *scientia sexualis*, empenhada em produzir discursos verdadeiros sobre o sexo apoiado nos métodos e no discurso científico:

[...] que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele, um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento. O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha-se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade.[...] Desconhecimentos, subterfúgios, esquivas, só foram possíveis e só tiveram efeito baseados nessa estranha empresa: dizer a verdade do sexo<sup>57</sup>.

Do ponto de vista da construção de um ideal de masculinidade, observa-se nos dois textos a presença de uma ideia de homem relacionada à sua virilidade e potência sexual. Nas palavras de Miranda, “o vigor do corpo e do espírito dependem da virilidade”. É neste sentido que Alberto, o homem que não é mais capaz de exercer a sua virilidade, perde a razão de ser. Destruíu pelos excessos a si mesmo e a sua hombridade.

O casamento aparece nessas narrativas como o caminho mais seguro para a vivência de uma sexualidade sadia. O erro de Alberto de “Um homem Gasto” foi envolver-se com uma moça bem mais jovem, o que era contra-indicado pelos higienistas. Analisando discursos

---

<sup>57</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 56.



médicos do período, Jurandir Freire Costa afirma que esse tipo de união era mal vista porque se acreditava que os problemas sexuais aconteciam mais frequentemente entre mulheres jovens e homens velhos<sup>58</sup>. Assim, homens velhos poderiam estar enfraquecidos sexualmente e poderiam deixar suas esposas insatisfeitas, doentes e histéricas, como ocorre com Luiza.

Miranda em sua tese é categórico com relação ao casamento: é preciso que o homem se case para que tenha uma vida completa e feliz. Esse casamento, inclusive poderia ser precedido de exames médicos que atestariam a ausência de doenças que poderiam corrompê-lo, dificultar a relação do casal e torná-lo incapaz de gerar filhos. A visão do autor é expressa com entusiasmo:

Deves casar-te logo que possas, logo que tenhas chegado á idade adulta, que a desobriga do serviço militar te haja restituído a liberdade e te sintas capaz de obviar ás próprias necessidades. Não se é homem ás direitas, enquanto se não chega a chefe de família. Na antiga cidade não se podia exercer a menor função antes de adquirido esse título. Casar e casar novo é o dever. Mas é igual modo a felicidade. A vantagem da sociedade é que é o fim; o proveito pessoal adquire-se ao mesmo tempo. Não existe felicidade real, completa e duradoura, senão no casamento, na família<sup>59</sup>.

Manter-se solteiro, na visão do médico, significava um rompimento com o ordenamento social, calcado no casamento – construtor da família. O solteiro seria sempre incompleto sentimentalmente e promíscuo, pois o homem procuraria mulheres para satisfazer seu desejo, mas sem jamais viver as vantagens do casamento. A exaustão de Alberto, em “Um Homem Gasto”, provém nesse mesmo sentido dos excessos cometidos em sua vida de solteiro.

Casamento e contenção sexual eram as receitas indicadas para a preservação da masculinidade e a manutenção de um lugar social para o homem, que se converteria em chefe de família. O sexo, dessa forma, conquista um único espaço seguro em tal produção discursiva: o casamento. Este, por sua vez, é tido como o espaço ideal para o amor e, portanto, é preciso associar amor e sexo, para que se tenha uma vida saudável e completa:

<sup>58</sup> COSTA, Jurandir Freire. Op. cit., p.220.

<sup>59</sup> MIRANDA, Felipe de Sousa. *Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandeza da Pátria*. Op. cit., p. 96.



Não deveria, existir, portanto, união conjugal sem amor, porque tal união só tem de matrimônio o nome, bem como não deveria haver união sexual sem amor, porque uma união deste gênero perde todo o seu caráter humano e social para entrar na categoria dos actos puramente instintivos, próprios dos animais. Falando com propriedade, o amor constitui para a humanidade o cimento dos sexos e o único elemento da estabilidade da união entre o homem e a mulher<sup>60</sup>.

Quando Alberto percebe, na narrativa de Ferreira Leal, que está impotente, logo procura um médico que lhe faz recomendações. Aos primeiros sinais de cansaço o médico recomenda que ele deixe o sexo de lado para descansar. O personagem, no entanto, se recusa a aceitar o regime imposto pelo médico e acaba por adoecer ainda mais, o que se tornará mais dramático após o casamento com Luíza. Depois de casados, o médico chega a recomendar que os dois não durmam juntos, pois a excitação e ao mesmo tempo a incapacidade de Alberto o prejudicavam muito. O tratamento apresentado é, portanto, firmado na questão da restrição sexual.

Miranda, por sua vez, também impunha restrições para o sexo dentro do casamento, respeitando os períodos em que a mulher não estaria disposta a ele (na gravidez e durante a menstruação). Ao mesmo tempo, afirma que o sexo necessitaria ser sempre contido para a preservação das funções sexuais:

As relações sexuais não devem ser muito frequentes para que essa repetição não relaxe os sentidos e torne o amor fastidioso. [...] Todo homem inteligente deveria contentar-se com a média de sete ou oito copulas por mês. [...] Nunca se deverá realizar a copula diariamente e muito menos duas ou três vezes só num dia, pois que será isso um excesso prejudicial a saúde e que arruinará o organismo. [...] Poupare-vois pois, e não abuseis se quereis viver por mais tempo<sup>61</sup>.

Desenha-se, desta forma, a ideia de que o homem forte - do qual a família e a pátria necessitam - é aquele que é disciplinado, capaz de controlar seus desejos para preservar a si mesmo. Ser homem, neste sentido, é saber vencer seu próprio corpo, é lutar contra a própria

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 58-59.



carne. Tais concepções são diametralmente opostas às ideias de masculinidade do Brasil Imperial e demonstram a formação (ou mesmo o esforço de formação) de um novo modo de ser homem, mais compatível com as necessidades de um Brasil que se pretendia transformar em moderno e civilizado.

Essa questão da emergência de um ideal de masculinidade voltado para o autocontrole, não poderia, no entanto, representar uma ameaça à ordem de gênero no que diz respeito às relações entre homens e mulheres. Com o declínio da sociedade patriarcal o homem convertia-se no chefe de família, mantendo a autoridade sobre os demais, ainda que de uma forma um pouco diferente. A fraqueza ocasionada pelo uso excessivo das forças vitais na vivência de prazeres sem limites retiraria a força desse homem que na categoria de chefe familiar não poderia ser submisso ao sexo.

## Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: Uma Invenção do Falo – Uma História do gênero Masculino (Nordeste-1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: BARTHES, R. et. al. *Literatura e realidade*. O que é realismo? Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

BEZERRA, Carlos Eduardo. Bom-crioulo: um romance da literatura gay *made in Brazil*. *Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades*, Natal, v. 1, n. 1. jul./dez. 2007.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Novos homens: Uma abordagem teórica das masculinidades no processo de modernização brasileiro. *Revista Historiar*, julho de 2009. Disponível em: <[www.revistahistoriar.com](http://www.revistahistoriar.com)>. Acesso em: 30 set. 2015.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARNEIRO, Newton. *As artes gráficas em Curitiba*. Curitiba: Edições Paiol, 1975.

CONNELL, Robert. W. La Organización Social de la Masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLIVARRÍA, José (eds.). *Masculinidades: Poder y Crisis*. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997.



COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTALLAT, Benjamim. *Mademoiselle Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

DANTAS, Luiz. As armadilhas do paraíso. In: NOVAES, Adauto. *O desejo*. São Paulo: Companhia das letras; Rio de Janeiro: Funarte, 1990.

BORGES, Dain. Inchado, feio, preguiçoso e inerte: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. *Teoria e Pesquisa*. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós Graduação em Ciências Sociais, 2005.

DENIPOTI, Claudio. *Páginas de prazer: a sexualidade através da leitura no início do século*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. As livrarias de Curitiba no século XIX. In: TEIXEIRA, Valéria Marques; DUARTE, Otávio (org.). *Histórias de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2008.

DOTTIN-ORSINI, Mirreille. *A mulher que eles chamavam fatal: textos e imagens da misoginia fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Livro e a Leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 56.

L.L. *Um homem gasto: Episódio da historia social do XIX século – Estudo Naturalista*. Rio de Janeiro: Editores Matheus Costa e Cia, 1885.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.34, 2001.

MEDRADO, Benedito. LYRA, Jorge. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Miriam, SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (orgs.) *Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

MIRANDA, Felipe de Sousa. *Educação sexual do brasileiro em face do vultuoso problema da grandesa da Pátria*. Curityba: Livraria Universal Affonso Hey e Cia, 1929.

RIBEIRO, Julio. *A Carne*. São Paulo: Editora Escala. s/d.





SABO, Donald. O Estudo Crítico das Masculinidades. In: ADELMAN, Miriam, SILVESTREIN, Celsi Brönstrup (orgs.) *Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 213.

WATT, Ian. *A ascensão do Romance*. Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZANI, Ricardo. Intertextualidade: considerações em torno do dialogismo. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 9, n.1, jan/jul. 2003.



## **Um olhar sobre a História Regional e Local: o rol de equipagens e a política governamental no vale do São Francisco**

Pablo Michel Magalhães<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 21/06/2015

Artigo aceito em: 08/08/2015

### **RESUMO**

O presente estudo analisa a relação entre as navegações no Rio São Francisco e o Estado brasileiro, tendo como foco as atividades de remeiros na hidrovia, no período de início do governo Vargas, especialmente a instituição do rol de equipagens e a supressão dos poderes locais através da extinção de milícias. Por meio de uma perspectiva baseada na história regional e local, fruto de debates e reflexões no PPGH-UEFS/Mestrado em História, são objeto de nossas atenções as tensões existentes entre remeiros e barqueiros nas atividades de navegação comercial e de passageiros e de que maneira o rol de equipagens, mecanismo utilizado pelo Estado, intensificado após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, passa a regular tais relações. Para tal, as percepções, representações e sensações expressas através dos relatos orais serviram como peça fundamental dentro das fontes selecionadas para o desenvolvimento de nossas análises. Além destes, que compreendem experiências de vida entre as cidades de Juazeiro/BA, Petrolina/PE, Remanso/BA e Barreiras/BA, realizamos análise de registro fotográfico. Tratamos, também, da questão da memória e da identidade no tocante à forma com que o espaço/tempo aqui delimitado é, também, local de disputas e traumas em torno do trabalho fluvial e da memória coletiva dos ex-remeiros.

**Palavras-chave:** Memória; relações de poder; navegações.

### **A look at the Regional and Local History: the list of crew and government policy in San Francisco valley**

### **ABSTRACT**

This study examines the relationship between the sailings in the São Francisco River and the Brazilian government, focusing on the rowers activities on the waterway in the early period of the Vargas government, especially the institution of the list of crew and suppression of local powers through the extinction of militias. Through a perspective based on regional and local history, the result of discussions and reflections on PPGH-UEFS / Master in History, are the object of our attention the tensions between rowers and boaters in commercial shipping activities and passengers and how the list of crew, mechanism used by the State, intensified after the rise of Getulio Vargas to power, begins to regulate such relations. To do this,

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana; especialista em Docência da Filosofia pela Universidade Cândido Mendes; licenciado em História pela Universidade de Pernambuco. É professor da Faculdade São Francisco de Juazeiro e do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco. Desenvolve pesquisas sobre memória, identidade e cotidiano nas cidades ribeirinhas de Juazeiro/BA e Petrolina/PE. E-mail: [pablomagalhaes@ohistoriante.com.br](mailto:pablomagalhaes@ohistoriante.com.br). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9368724991556875>.



perceptions, representations and feelings expressed through oral reports served as a fundamental key within the sources selected for the development of our analysis. Besides these materials, that comprehend life experiences between the cities of Juazeiro/BA, Petrolina/PE, Remanso/BA and Barreiras/BA, we made photographic record analysis. We treat also the issue of memory and identity in relation to the way the space/time defined here is also local disputes and trauma around the river work and the collective memory of former rowers.

**KEYWORDS:** Memory; power relations; navigations.

## Abordagens e perspectivas

É inegável reconhecer que diálogos e debates acadêmicos são espaços privilegiados de construção e aprimoramento de conhecimentos. Os compartilhamentos de ideias, o confronto de opiniões e o exercício das leituras compõem um processo extremamente enriquecedor. É neste ambiente que encontramos a oportunidade de refletir sobre nossas próprias perspectivas sobre o objeto que pesquisamos, e muitas vezes conseguimos rever uma série de questões por um novo ângulo<sup>2</sup>.

Neste breve artigo, versaremos sobre um dos pontos da pesquisa desenvolvida no mestrado acima citado, sob a orientação do prof. Dr. Rinaldo César Nascimento Leite: a instituição do rol de equipagens e a consequente regulamentação do trabalho fluvial no Rio São Francisco, a partir de análises na cidade de Juazeiro/BA e região, dentro do período de centralização do poder, no governo Vargas, pós 1930<sup>3</sup>.

Utilizamos, a princípio, a definição de um dos autores que compuseram a bibliografia da disciplina, José D'Assunção Barros, sobre o enfoque regional e local. Para este pesquisador, a História local, bem como a regional, são “abordagens” historiográficas, ou

---

<sup>2</sup> Tais elementos puderam fazer parte dos debates que desenvolvemos na disciplina *História Regional e Local*, do PPGH – Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, capitaneada pela prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira, a partir da reflexão sobre nossas próprias pesquisas e sobre o enfoque que dispensamos ao objeto e à problemática em questão. Além disso, as leituras selecionadas forneceram novas óticas e perspectivas sobre o regional e o local, bem como suas diferenças em relação à micro-história, tendo sido fundamentais em nossas análises, principalmente sobre a metodologia e a escrita que vínhamos desenvolvendo em nossas pesquisas.

<sup>3</sup> É preciso citar, também, as contribuições do prof. Dr. Eurelino Coelho, sobre as questões ligadas às relações de poder e o paradigma político liberal.



seja, enfoques que buscam trazer para o centro da análise a “região”, o “local”, o “espaço”<sup>4</sup>. Tomando esta premissa como base inicial, podemos afirmar que, ao tomar como palco da história a cidade de Juazeiro/BA, adotamos a “abordagem” História local, bem como, ao demarcar o Vale do Rio São Francisco, delimitamos que também utilizaremos a abordagem regional, encadeando o processo de regulamentação do trabalho em Juazeiro ao das demais cidades circunvizinhas.

Como definimos este espaço? Concordando com Barros,

o espaço regional, como já foi destacado, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar<sup>5</sup>.

Assim, não é um estado, comarca ou qualquer outra demarcação geográfica oficial que definirão a região que iremos problematizar, mas critérios como cultura, relações sociais e práticas, que definimos enquanto pesquisador, e que podem coincidir com uma definição regional já existente.

Dentro da região delimitada, selecionamos aquelas que mantinham frequente contato comercial e cultural (Juazeiro/BA, Petrolina/PE, Remanso/BA e Barreiras/BA) e que mais foram afetadas pela instituição do rol de equipagens, pela proximidade com a Capitania dos Portos, situada na cidade de Juazeiro. Geograficamente, a região que demarcamos encontra-se dentro da região do submédio São Francisco (uma pequena parcela desta), gravitando entre Bahia e Pernambuco. Assim, não foram espaços geográficos existentes *a priori* que tomamos como região, mas um recorte, adotando critérios definidos dentro do trabalho de pesquisa, que dão conta da reflexão sobre a instituição do rol de equipagens, a supressão das milícias particulares de remeiros e a reorganização do trabalho fluvial.

Outro aspecto caro dentro destas observações é a questão identitária local. Concordando com a reflexão de Michael Pollak, podemos concluir que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que

<sup>4</sup> BARROS, José D’Assunção. O lugar da história local na expansão dos campos históricos. In: OLIVEIRA, Ana Maria C. S.; REIS, Isabel Cristina F. dos. *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Editora Quarteto, 2010.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 236.



ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo”<sup>6</sup>.

Sabemos que “a memória faz parte de conhecimento e reconhecimento do mundo e de que este processo se define pela busca de sentido”<sup>7</sup>. Essa busca de sentido é, *a priori*, parte de um processo íntimo e individual e, ao mesmo tempo, construído coletivamente na relação com outros indivíduos<sup>8</sup>. Sendo um processo, dificilmente podemos assinalar um início e um fim que o delimitem, caracterizando-se como um “fazer-se” constante, gradual, íntimo e, ao mesmo tempo, coletivo, uma vez que o indivíduo não está desconectado da sociedade. Seguindo este pressuposto, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”<sup>9</sup>. De tal modo, consideramos também que a identidade reconhecida pelo indivíduo através de suas lembranças faz parte de um conjunto de escolhas, que o aproximam do ideal de pertencimento que possui. O modo como se relaciona, as experiências que desenvolve dentro da sociedade, a forma pela qual apreende e sente o grupo ao seu redor, são fundamentos importantes nesta construção.

Neste artigo, nossas observações giram em torno de três depoimentos de ex-fluviários sobre suas experiências no trabalho das navegações e as relações de poder estabelecidas antes e depois da instauração do rol de equipagens e supressão das milícias particulares de barqueiros.

Enfim, tendo apresentado estas reflexões historiográficas e a delimitação territorial e temporal, convidamos o(a) caro(a) leitor(a) a conhecer a terra em que pisamos e as águas em que navegamos.

## Braços, motores e o Velho Chico

Se você visse então nossos barqueiros  
Sertanejos bem fortes bem brasileiros  
Remando cantando as mais lindas canções  
Estrelas rimando com o olhar de morenas<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 204.

<sup>7</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 58.

<sup>8</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Op. cit., p. 201.

<sup>9</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 10.

<sup>10</sup> Poema de J. Antonio D’Avila, presente em MAGALHÃES, Ermi Ferrari. *Navegação no Rio São Francisco*. Salvador: Editora P&A, 2009, p. 21.



As embarcações movidas por caldeira à lenha, conhecidas como vapores, reinaram absolutas durante quase um século nas águas do rio São Francisco. Nesse tempo, foram elas o principal veículo de passageiros e mercadorias, além de fonte de renda para boa parte da população da cidade de Juazeiro/BA. Viagens entre cidades, transporte dos produtos da região, artigos advindos do sudeste do país, travessia para a cidade vizinha, Petrolina/PE, circulação de notícias, e até mesmo simples passeios: uma enormidade de atividades sobre as águas do Velho Chico. A partir das décadas de 1940 e 1950, os motores abastecidos com óleo diesel imprimiram uma nova dinâmica ao comércio e às viagens na região. Singrar as águas em menor tempo, com menor custo e maior possibilidade de lucro ao final do trabalho, foram modificações de grande relevância. O juazeirense estava ligado ao rio por meio do seu cotidiano de trabalho, e a cidade de Juazeiro é edificada, assim como as demais comunidades ribeirinhas, seguindo o ritmo dessas embarcações.

Após 1930, uma maior presença do Estado nas esferas regionais, que gozavam de grande autonomia, passou a intervir diretamente nas relações de trabalho desenvolvidas nas navegações. Getúlio Vargas imprime sua política nacional e adentra em espaços antes intocados pelos tentáculos<sup>11</sup> federais. Até então, o país era comandado por

grupos oligárquicos regionais ou estaduais, cujo poder se alicerçava no controle de grandes extensões de terra. Os interesses desses grupos dependiam da influência sobre um governo estadual. À testa desses grupos, estavam os coronéis que dominavam a população rural mas que estavam, por sua vez, subordinados aos grupos oligárquicos estaduais<sup>12</sup>.

Em Juazeiro/BA, influente cidade no tocante às navegações no São Francisco, as famílias tradicionais permaneceram no poder. Contudo, sua influência vinha perdendo espaço para o sectarismo político, sendo o período Vargas essencial para a diminuição ainda mais consistente do coronelismo local.

De 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder, até sua renúncia em 1945, o governo funcionou como um sistema centralizado. A constituição de

<sup>11</sup> Aqui, aludo ao Leviatã, figura mitológica utilizada por Thomas Hobbes, representando o Estado centralizador e poderoso. Nas representações iconográficas, em geral, o monstro aparece como um polvo gigante.

<sup>12</sup> CHILCOTE, Ronald H. *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1991, p. 31.



1934 restaurou apenas nominalmente a república federativa e, em 1937, o poder absoluto foi formalmente importado com o Estado Novo<sup>13</sup>.

Que há de novo, então, nas relações entre donos de barcas e empregados quando o Estado começa a regular as atividades fluviais?

Antes de mais nada, devemos promover aqui a definição dos termos que serão utilizados ao longo deste artigo, com o intuito de sanar as possíveis dúvidas futuras do leitor atento. Esses termos estão ligados ao universo do trabalho com embarcações em meados da década de 1930, estiveram em uso praticamente no mesmo período, ao mesmo tempo, alguns caindo em desuso nas décadas seguintes, outros estando em vigor ainda no tempo presente, e representavam as categorias de trabalho no transporte de cargas e passageiros do rio São Francisco.

**Remeiro.** Esse termo popular (que é uma corruptela de “remador”) é muito comum entre as comunidades ribeirinhas. Define aqueles que trabalhavam com as varas, empurravam as embarcações das margens e as faziam navegar pelo rio. Em geral, desempenhavam suas funções nas barcas de figura<sup>14</sup>. De acordo com Neves (2011), esses trabalhadores constituíam uma classe bastante criminalizada pela sociedade ribeirinha, muito provavelmente pelo serviço braçal pesado que os remeiros desempenhavam, e pelo fato de, sempre sujos (muitas vezes com o próprio sangue dos ferimentos no corpo, infligidos pelo manejo das varas), serem apelidados frequentemente de “porcos d’água”. Com o aumento das embarcações de grande porte, movidos a vapor, os remeiros, gradativamente, foram perdendo espaço, bem como as barcas de figura que movimentavam, muito em função da economia de tempo.

**Moço de barca/Moço de convés.** Um dos efeitos da regulamentação do trabalho fluvial, promovida pela Companhia Fluvial de Navegação, foi a modificação do nome da categoria de trabalhadores chamados remeiros. “Moço de convés”<sup>15</sup> foi a titulação escolhida, sendo inclusive assinada nas carteiras de marinheiro pela agência reguladora, muito embora, popularmente, “moço de barca” tenha se propagado mais entre a população, sendo a

---

<sup>13</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>14</sup> Barcas de figura devido à utilização, na proa dessas embarcações, das carrancas, arte ribeirinha representando cabeças monstruosas que, segundo a tradição, afastavam as assombrações durante a navegação.

<sup>15</sup> Em entrevista coletada em 15/08/2012, o sr. José dos Santos (Radiola) utilizou o termo “moço de convés” ao falar sobre seu trabalho.





denominação que (os outrora) remeiros passaram a utilizar, referindo-se ao trabalho que realizavam. A modificação da nomenclatura pôde ter, também, motivos culturais: depreciado, o termo “remeiro” era associado à má fama, pela sociedade urbana de Juazeiro (entre outras cidades ribeirinhas). “Raparigueiro e mentiroso”<sup>16</sup>, por exemplo, são os adjetivos utilizados pelo senhor Ermi ao lembrar-se de um famoso remeiro da cidade, Né da Beirada, que posteriormente viria a ser dono de uma embarcação própria, a *Guaraína*.

**Barqueiros.** Eram os donos de embarcações, chefes dos remeiros e capitães da própria barca. Em muitos casos, poderiam ser também os “coronéis” de algumas cidades ribeirinhas. Quando não, costumavam manter relações de compadrio ou amizade com um coronel. Os barqueiros exerciam um poder patronal sobre seus “moços de barca”, que poderiam desenvolver variadas atividades, como caldeiros, operadores de motor, remadores, e até mesmo cabras e capangas, armados com fuzis. Até a década de 1930, eram eles que ditavam o ritmo do serviço, o valor da remuneração e as condições de trabalho, uma vez que os contratos empregatícios eram firmados através da palavra, regulados pelos costumes.

**Vaporzeiros.** “Ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes navegáveis, a palavra vaporzeiro identifica os tripulantes de vapores: comandantes, comissários, pilotos, práticos, maquinistas, carvoeiros, foguistas, contramestre, taifeiros, zeladores e cozinheiras”<sup>17</sup>. A nomenclatura “vaporzeiro”, como podemos observar no relato do memorialista juazeirense Ermi F. Magalhães, refere-se a toda a tripulação dos navios roda-popa<sup>18</sup>. Esse termo não era oficialmente utilizado pela Companhia Fluvial, prevalecendo nas carteiras de marinheiro a função específica de cada funcionário. Entretanto, prevalecia entre a população o nome de vaporzeiro para designar, indistintamente, aqueles que trabalhavam em vapores.

Após essa explicação, seguiremos a barca adiante. Analisaremos o impacto do Poder Federal, por meio da Companhia Fluvial, sobre a atividade de navegação no Velho Chico em um aspecto específico: o poder de coerção física.

## **Carabinas em punho: os remeiros de repetição**

<sup>16</sup> MAGALHÃES, Ermi Ferrari. *Navegação no Rio São Francisco*. Op. cit., p. 87.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 94

<sup>18</sup> Comumente conhecidos como vapores. Esse termo, roda-popa, foi citado pelo sr. José dos Santos (Radiola), em depoimento coletado em 10/08/2012.



Meu Deus, faz até medo  
só tendo compaixão  
sordado tudo armado  
e remero de repetição!<sup>19</sup>.

A defesa da barca era de responsabilidade do chefe barqueiro, que dispunha de homens armados para tal. Na maioria dos casos, ou se sabe empunhar uma arma e é contratado como “moço de barca”, ou não é homem suficiente (não é forte, corajoso, valente o suficiente, reflexo da ideia de virilidade como termômetro da masculinidade dos homens, típica nas comunidades ribeirinhas do São Francisco). “Antes de 1930, os barqueiros tinham à sua disposição, nas barcas, um pequeno exército de remeiros-jagunços que podia servir não apenas ao seu poder de dissuasão em cada porto, mas às suas alianças com os ‘coronéis’”<sup>20</sup>. Alianças essas muito frequentes, uma vez que a proximidade com um coronel fornecia ao barqueiro e a seus moços de barca certa proteção em situações complicadas (em especial, quando havia risco iminente de prisão ou morte, nos conflitos existentes nas transações comerciais em cada porto).

Essa prática, longe de ser algo incomum, foi bastante característica até meados da década de 1930, e legítima. Empunhar armas e defender seu negócio, como faziam os barqueiros, era um ato em tudo consoante ao ideal de justiça cultivado pela sociedade sertaneja. De acordo com Mello (2004), o processo colonizador das terras do sertão<sup>21</sup> foi marcado pela necessidade do uso da força: contra os indígenas bravios e contra a vegetação e o clima adversos. O homem sertanejo se constrói a partir desses elementos, e a sociedade que este constitui mantém esse ideal de valentia e coragem, onde roubar um boi é pior que matar uma pessoa.

A violência como elemento presente na caracterização do ciclo do gado nem sempre assume aspecto de desvalor. Frequentemente vamos encontrá-la legitimada pela concordância com os ditames da chamada moral sertaneja chegando em muitos casos a merecer louvores entusiásticos na gesta própria

---

<sup>19</sup> Cantiga popular de remeiros, trazida à luz pelo Sr. Joaquim Carvalho (Joaquinzão), ex-remeiro, em entrevista presente no livro NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração: Os remeiros do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 146.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.145

<sup>21</sup> Sertão, para o colonizador europeu, é um local distante e inabitável, uma corruptela da expressão “desertão”, local inexplorado e afeito à presença dos colonizadores.



do ciclo. É o que se passa, por exemplo, com a violência empregada na satisfação de um ideal de vingança<sup>22</sup>.

O homem do ciclo do gado a que se refere Mello é o homem sertanejo, longe do litoral, região que encarna o Estado e suas leis. Para este autor, a distância e o consequente isolamento das comunidades sertanejas promoveram a permanência de valores relacionados à violência, como o da vendeta, que representavam a justiça legitimada.

Somado a isso, a fraca presença de um poder governamental central, exercendo o poder de coerção física e suprimindo os poderes particulares, permitiu que outra lógica se desenvolvesse, onde se faz justiça com as próprias mãos diante de uma afronta.<sup>23</sup>

O “remeiro de repetição”, mencionado na cantiga que abre esse sub tópico, é o jagunço armado, à disposição do barqueiro, que deve cuidar da segurança da embarcação e sua carga. Essa função poderia ser exercida, concomitantemente, com outras atribuições, daí a necessidade de que o remeiro contratado soubesse empunhar um rifle (“repetição” é o termo popular para esse tipo de arma).

Os registros fotográficos da época, no entanto, dificilmente poderão apresentar-nos tais homens empunhando suas carabinas, principalmente porque as armas eram guardadas nos camarotes das embarcações. Marcel Gautherot, fotógrafo franco-brasileiro que percorreu o Brasil capturando imagens do povo e suas manifestações culturais, pôde fotografar os remeiros do São Francisco. Em seus registros, eles aparecem nas barcas, trabalhando, raramente parados, como na imagem abaixo reproduzida. Podemos notar, ao observar o acervo completo, a prevalência de registros que corroboram com a ideia unilateral de um remeiro bom trabalhador, forte e pacífico. Em geral, os poemas e os escritos de memorialistas apresentam uma imagem um tanto romantizada desses trabalhadores.

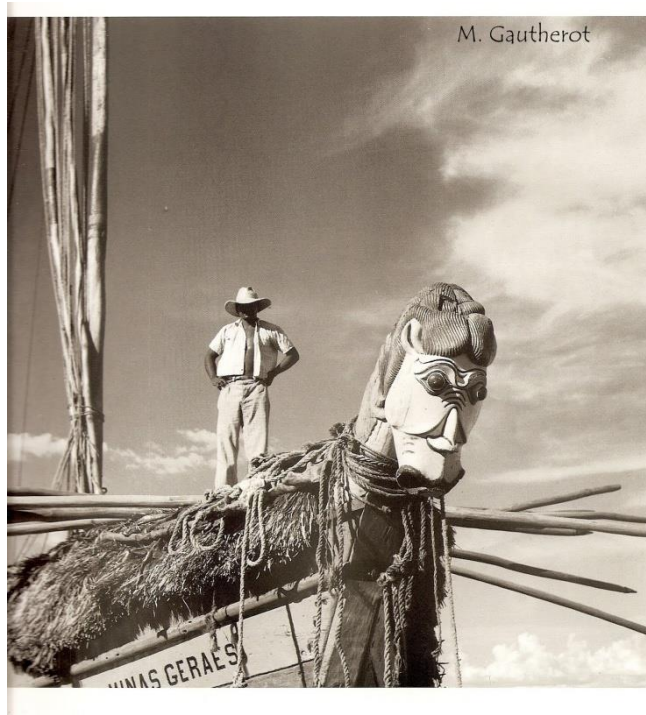
---

<sup>22</sup> MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2005, p. 63.

<sup>23</sup> Idem, 2004.



**Figura 01:** Barca de figura do São Francisco e remeiro sobre o camarote.



**Fonte:** Marcel Gautherot / Acervo do Instituto Moreira Salles.

O relato do ex-remeiro Sr. João Francisco de Souza, porém, nos fornece uma ideia de como essa especialidade belicosa era fundamental para o serviço nas barcas de figura:

Eram vinte e duas carabinas que ele tinha dentro do camarote dele. Se agente ia viajar com ele... – Isso, eu ouvi meu pai contar muito; meus tios... que viajavam muito... Chegava pra viajar com ele, ele dizia: “Olha! Você só vai viajar comigo, se você pegar nisso aqui... Era a carabina! Você tem coragem de pegar nisso aqui?” Se ele (o remeiro) tinha, ele (o barqueiro) contratava. Se... “Ah! Eu nunca peguei nisso. Eu não tenho coragem de mexer com isso” “- Então, você não serve. Você não é homem. Porque você não é homem...”<sup>24</sup>.

“Ele”, mencionado pelo entrevistado, é o barqueiro, o contratante do serviço. Podemos observar na citação que é condição determinante, para a contratação do remeiro, a habilidade com a carabina (fuzil). Além disso, o relato acaba resvalando no ideal de masculinidade, presente nas comunidades ribeirinhas. Se o remeiro não sabe empunhar uma arma, não serve, “não é homem”.

<sup>24</sup> NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração*. Op. cit., p. 144.



Os barqueiros que dispunham de homens que empunhavam armas em suas embarcações não se limitavam a usar do expediente da violência apenas para defender suas mercadorias. A coerção física era utilizada, também, para suprimir eventuais funcionários desordeiros, ou comerciantes mal intencionados, ou simplesmente no intuito de sobrepor sua vontade sobre a de outrem. O Sr. João Francisco de Souza continua seu relato, dizendo que:

Quando tinha um que às vezes criava caso, ele [o barqueiro] já tinha dois, três jagunços daqueles que eram empregados, mesmo, da barca, sabe?... Dizia: “Olha! Pega fulano; leva ali no mato e lincha ele, lá...” Chegava lá... Os outros pegavam aquele, batiam, batiam, às vezes matavam, abriam o buraco lá, enterravam...<sup>25</sup>.

Neste relato, podemos perscrutar o poder exercido pelo barqueiro em sua embarcação. O Sr. João não se ateuve na descrição do que poderia vir a ser “criar caso”, abrindo a nós um leque de possibilidades, dentre elas a de que o empregado poderia não estar satisfeito com as condições de trabalho, ou, em algum momento, uma ordem poderia não ter sido cumprida. De qualquer forma, diante de um comportamento avesso à vontade do barqueiro, este poderia acionar os seus braços armados, no intuito de sanar o problema. “Levar ao mato”, longe das vistas dos demais, é o sinal de que uma atitude extrema viria a ser tomada.

A presença de homens armados foi muito característica durante o período em que as barcas de figura foram utilizadas como principal modelo de embarcação para o transporte de cargas e passageiros, anterior à década de 1920. Porém, ao longo das pesquisas, não pudemos constatar se nos vapores (roda-popa), esse expediente foi utilizado, uma vez que as embarcações de grande porte foram introduzidas<sup>26</sup> já sob a regulamentação da Companhia de Navegação de Juazeiro.

A questão da justiça privada é algo de extrema importância para as análises neste artigo: com a Revolução de 1930 e o golpe de Estado, os dirigentes do país, encabeçados por Getúlio Vargas, adotaram uma política de forte centralização do poder, fazendo com que os poderes regionais fossem suprimidos. A própria Companhia Fluvial de Navegação passou a ser

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 153.

<sup>26</sup> Embarcações de grande porte navegavam nas águas do Velho Chico desde fins do século XIX. Nesse caso, empregamos a palavra “introduzidas”, no sentido de que estas embarcações passaram a ser utilizadas regularmente, como meio de transporte oficial de cargas e passageiros, com maior intensidade.



gestada, a partir de 1931, por militares nomeados pelo Governo Federal<sup>27</sup>. Com isso, as milícias particulares de barqueiros foram encaradas como ajuntamentos belicosos irregulares, cabendo à própria Companhia a garantia da segurança armada das embarcações, monopolizando, destarte, o poder de coerção física.

## O Estado nos assuntos do Velho Chico: os tentáculos do “rol de equipagem”

Devemos nos ater sobre este assunto. O que há de tão significativo no fato de a Companhia Fluvial, sob a tutela da Marinha do Brasil, monopolizar o direito de, por meio da coerção física, impor a ordem e a segurança nos transportes fluviais? Além disso, que há de significativo no processo de hierarquização e burocratização do trabalho, empreendido pelo Estado, através da Companhia Fluvial? E, nisso tudo, qual a significância da criação do “rol de equipagem”, enquanto ferramenta administrativa, sob o domínio da Companhia Fluvial?

É necessário concordar que essas características (domínio do poder de coerção física; hierarquização e burocratização) são em tudo consoantes com o ideal liberal de um Estado forte e centralizador, tal como postularam os escritores liberais desde o século XVII, e tal como foi refletido e analisado por Max Weber, em sua obra, especificamente, *Economia e Sociedade*.

Obviamente, pelo caráter resumido do presente trabalho, não podemos nos ater a uma teoria geral do Estado liberal (contudo, é necessário que aqui façamos um breve apanhado sobre os autores clássicos do Contrato Social, a saber, John Locke e Thomas Hobbes). Desenvolveremos, destarte, os conceitos de **dominação** e **poder**, numa perspectiva weberiana, para compreender por que o monopólio da coação física e supressão dos poderes privados dos barqueiros correspondem a uma lógica em tudo consoante com o ideal de Estado do governo de Vargas.

As bases dos sistemas governamentais da atualidade tem como fundamento teórico aquilo que Hobbes e Locke desenvolveram em suas obras. Para dar um exemplo simples, a máxima de que "somos todos iguais perante a lei", presente inclusive na Constituição brasileira, é uma construção feita como base à assertiva de John Locke, que afirmava serem

---

<sup>27</sup> O primeiro deles, nomeado justamente em 1931, foi o Tenente Genil Homem de Menezes, que assumiu o cargo de Delegado.





todos os homens iguais no Estado de natureza, com mesmos direitos e iguais oportunidades, sendo que nenhum poderia se sobrepor a outro.

No entanto, apesar de serem ambos liberais e legitimarem a existência de um poder soberano que pudesse suprir a necessidade de segurança entre os homens, Thomas Hobbes difere em muito suas ideias em relação a John Locke.

Hobbes (1588 - 1679) e Locke (1632 - 1704) viveram tempos de conflitos políticos, que marcaram profundas modificações nas relações de poder no Estado inglês. Foi no século XVII que a Inglaterra assistiu ao reinado absolutista de Carlos I, soberano que chegou a dissolver várias vezes o parlamento britânico, motivado pelo fato de não ter suas pretensões aprovadas. Este rei, decapitado em 1649, tornou-se emblemático por simbolizar o assassinato de um soberano pela vontade do povo (ou seus representantes) mais de um século antes da Revolução Francesa<sup>28</sup>.

Thomas Hobbes, ao escrever sua obra máxima *O Leviatã*, posiciona-se contrariamente ao levante dos homens contra o soberano, ao considerar que, ao firmar um contrato social, os homens abdicam de sua liberdade e seu direito de defesa e transferem esses poderes ao soberano, ou assembleia, que se encarregará de exercer esse direito por um bem comum. Bem comum, em Hobbes, é expresso pelas atitudes do soberano, sem que seja necessário que os homens manifestem sua opinião. Ou seja, uma vez firmado o contrato e instituído o soberano, ele já representa o bem comum, e quaisquer atitudes que vierem a ser tomadas, continuarão representando o bem comum, ainda que a opinião pública ache o contrário.

Em Hobbes, o poder do soberano não conhece limites. Além disso, os homens não podem agir contra ele, ou divergir dele, posicionando-se contrariamente ao Estado. Caso aja dessa maneira, o soberano pode dispor da vida do dissidente, uma vez que esse se exclui da sociedade ao negar o poder instituído pelo Contrato social.

O Estado regulamenta, dispõe da vida dos seus súditos, divide a terra em propriedades, decide o melhor à sociedade, trava guerras, etc., legitimado pelo Contrato social: os homens, em comum acordo, instituem um poder e transferem para ele a liberdade que tem, buscando protegerem-se uns dos outros. O homem é o lobo do homem.

---

<sup>28</sup> CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1976.



John Locke, por meio do seu *Segundo tratado sobre a sociedade civil*, posiciona-se de maneira alternativa ao pensamento de Hobbes. Ele também considera que, tendo em vista que os homens sentem a necessidade de alguém que possa garantir-lhes segurança em face ao outro, firma-se o contrato social, instituindo um poder que possa gerenciar as liberdades e garanta a paz. Porém, o Estado instituído não é absoluto, nem age sem limites estabelecidos. Submeter não é a atividade que deve ser exercida pelo Estado, mas sim representar os homens. Claramente, Locke toma partido do Parlamento em detrimento da figura do rei absoluto.

O Estado é a concretização do ideal do Contrato social, postulado pelos dois autores aqui citados. É ele, segundo as teorias liberais de Locke e Hobbes, quem vai utilizar-se do poder, de maneira legítima, uma vez que existe por comum acordo entre os homens. É interessante ressaltar que esse discurso saiu vitorioso em seu tempo, e está, de tal forma, entranhado na sociedade contemporânea, a ponto de pessoas comuns reafirmarem suas posições inconscientemente; a ponto de constituições, em países do mundo ocidental, estarem mergulhadas em seus princípios.

Uma vez instituído o poder soberano, acordado mutuamente pelos homens, cada um abdica da possibilidade de uso da força e transfere para o Estado (e seus representantes) a responsabilidade de manutenção da paz, que se utiliza, em última instância, da violência física como ferramenta de dominação. “Somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um *meio* específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física”<sup>29</sup>.

Weber, em fins do século XIX, desenvolve uma das melhores interpretações da sociedade liberal contemporânea, ao analisar pormenorizadamente a constituição do Estado moderno. Para ele, a dominação legítima existe quando esta, sendo exercida por alguém ou alguéms, encontra no dominado obediência.

Por dominação compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau

<sup>29</sup> WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. v. 2. Brasília, EDUNB, 2004, p. 525.



socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações ('obediência')<sup>30</sup>.

Ao exercer essa dominação e, em troca, receber a obediência necessária para que os mandados sejam assimilados como a máxima das ações dos dominados, essa comunidade humana que domina (Estado) encaixa-se na definição do autor, de uma **associação política**, “quando e na medida em que seu quadro administrativo reivindica com êxito o *monopólio legítimo* da coação física para realizar as ordens vigentes”<sup>31</sup>. Assim, não há outra coação física legal, em um Estado moderno, que não seja exercida ou ordenada pelo próprio Estado, que está instituído e tem por legítima a sua “dominação em virtude da autoridade”<sup>32</sup>. Como pensar em aceitar, nesse caso, na permanência dos “remeiros de repetição”, prontos para funcionar como braços armados do barqueiro, em um território controlado por um Estado centralizado, uma vez que

o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território – este, o ‘território’, faz parte da qualidade característica –, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita<sup>33</sup>.

E de onde advém a legitimidade desse direito de dominação? Utilizamos Weber para falar em monopólio legítimo, mais acima, e devemos aqui problematizar seu significado. Para este autor, há três tipos puros de dominação legítima: de caráter racional, tradicional ou carismático (ainda que o mesmo Weber considere que nenhum deles tenha existido historicamente de forma realmente “pura”). “A dominação, em virtude da ‘legalidade’, da crença na validade de *estatutos* legais e da ‘competência’ objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos<sup>34</sup>, ou seja, a de caráter racional, nos parece a definição que melhor se encaixa no momento à nossa análise. A Companhia Fluvial representa um órgão

<sup>30</sup> Ibidem, p. 191.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 188.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 525 - 526.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 526.



baseado em estatutos legais, exercendo um poder baseado na legalidade, sob a tutela da Marinha do Brasil e, conseqüentemente, do Governo Federal. Assim, concordamos com a assertiva de que, em um Estado moderno liberal, “toda dominação manifesta-se e funciona como administração. Toda administração precisa, de alguma forma, da dominação, pois, para dirigi-la, é mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém”<sup>35</sup>. A Companhia Fluvial de Navegação é quem vai deter esse poder de mando, representando o Estado e a Marinha, e com ele promoverá uma reorganização do trabalho de navegação fluvial. Para tal, tomará medidas, entre elas, colocar na ilegalidade as milícias particulares dos barqueiros e registrar os trabalhadores das embarcações, organizando as categorias e dividindo as funções por cargos (remeiro, que é quase um faz tudo, vira moço de convés, e outras categorias, como cozinheiro, caldeiros, operadores de motor, serão desempenhadas por funcionários designados).

Registrar, monitorar, observar: para essas funções é que “a Capitania dos Portos, de Juazeiro (BA) [...] introduziu o ‘rol de equipagem’, ou seja, a relação dos tripulantes de cada embarcação”<sup>36</sup>, um registro dos trabalhadores nesse órgão da Marinha de Guerra. Servia como meio de controlar os contratos de trabalho e fixar os valores a serem pagos por cada modalidade de viagem, de acordo com cada serviço. A garantia de cumprimento das normas estabelecidas era assegurada pela Marinha e seus soldados.

A utilização do rol de equipagem também proporcionou uma melhoria das condições de trabalho dos “moços de convés” e demais empregados das embarcações, bem como serviu de segurança contra patrões que, de alguma maneira, buscavam exceder em sua autoridade. Assim, o Estado passa a mediar as relações de trabalho. Essa perspectiva pode ser encontrada no depoimento do Sr. José dos Santos, o Seu Radiola (informação verbal), maquinista aposentado de Juazeiro/BA. Trabalhando como “mascote”<sup>37</sup> em embarcação, o entrevistado alegou ter alimentado desejo de tirar a carteira de marinheiro para “melhorar de vida”, fugindo do trabalho pesado e mal remunerado que até então recebia.

Eu iniciei navegando antes de completar 16 anos por necessidade financeira. Conclusão do negócio: naveguei em barco à vela, daqui pra cidade de Remanso. Quando tinha muito vento o marinheiro tinha uma facilidade

<sup>35</sup> Ibidem, p. 191.

<sup>36</sup> NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração*. Op. cit., p. 153.

<sup>37</sup> Denominação utilizada pelo próprio entrevistado para designar seus serviços enquanto menor de idade e sem carteira de marinheiro.



enorme, produzia uma boa viagem, mas quando no dia que não tinha vento se tornava bem difícil a viagem, muito trabalhosa. Depois então passei a navegar em barco a motor. Aí a coisa já facilitou. Como foi mais fácil navegando de barco a motor, no decorrer da história, eu andei navegando de duas e três embarcações. Mas em uma certa feita, eu navegava ni um barco e por não ter a carteira de marinheiro, eu tinha por obrigação fazer todo aquele serviço mais grosseiro, porque os colega aproveitava no momento eles sabia que eu não tinha carteira. Eu era tipo o mascote, aquele menino do recado. Então aí eu fiz alguns anos, alguns meses de navegação, eu sendo o marinheiro sem carteira, mas numa certa feita eu cismeí que queria por queria um documento igual os outro. Peguei um pacote de documento, tirei fotografia, e cheguei a, cheguei até a cidade da Barra aonde tinha uma agência da Capitania dos Portos (Informação verbal)<sup>38</sup>.

Uma vez possuindo uma carteira de marinheiro, o trabalhador, ao ser contratado por um barqueiro, deveria ser inscrito no rol de equipagem. Assim, garantia-se que o contratado recebesse o valor de remuneração que equivalia à função desempenhada, e permitia que a Marinha fiscalizasse o andamento do trabalho na embarcação cadastrada. Essa estratégia coibia o uso da força por parte dos patrões, e garantia que apenas o órgão público utilizasse da coação física, por meio da polícia.

O rol de equipagem, para além de uma simples ferramenta administrativa, figura como mecanismo de dominação. Inscrever-se nele torna-se algo necessário para qualquer um que queira navegar pelo rio São Francisco, comercialmente ou não: o rio enquanto espaço limitado para as embarcações, permitido ou proibido de acordo com os critérios do Estado, detentor legítimo do poder na ótica liberal.

Com a Revolução de 1930 e a centralização do poder do Estado, também a cidade de Juazeiro, um dos entrepostos comerciais mais importantes do Médio São Francisco, passou por modificações em seu sistema fluvial de transportes. Em 1931, o Tenente Gentil Homem de Menezes assumiu o cargo de delegado na então Delegacia da Capitania do São Francisco em Juazeiro, sob a jurisdição da Capitania dos Portos da Bahia, gestada pela Marinha do Brasil, sendo o primeiro de uma série de militares a assumir tal posto<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Depoimento concedido por SANTOS, José dos. *Entrevista I* [ago. 2012]. Entrevistador: Pablo Michel Cândido Alves de Magalhães. Juazeiro/BA, 2012. 1 arquivo avi. (1 hora e 28 minutos).

<sup>39</sup> FIGUEIREDO, Maria Isabel Muniz; SÁ, Carlos Laerte Agra de. *Memória Sanfranciscana – 80 anos da marinha no vale do São Francisco e outras histórias*. Juazeiro: Franciscana, 1999.



A ascensão de um militar e a centralização do poder imposta por Vargas e seus colaboradores foram elementos que atuaram no desarme de boa parte das milícias particulares de remeiros de repetição, a princípio em Juazeiro, e iniciaram um processo de intervenção federal nos assuntos relacionados às navegações no São Francisco que, na década de 1940, culminariam na criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)<sup>40</sup>.

Assim, o que temos é o seguinte: desde o rol de equipagens, instituído na década de 1920, até a fundação da Comissão do Vale do São Francisco, em 1946, uma série de medidas, que passaram pela repressão aos grupos armados até a fiscalização mais acurada da Capitania dos Portos nas relações entre barqueiros e remeiros, promoveram uma melhoria nas condições de trabalho, desde uma remuneração maior até a liberdade dos remeiros dos castigos infligidos pelos patrões durante as viagens; “teoricamente, a revolução de Vargas consolidou a política brasileira em nível nacional e corroeu o poder do patriarcado nas questões municipais”<sup>41</sup>.

Em Juazeiro, como pudemos ver na fala do Sr. José dos Santos, adquirir a carteira de marinheiro passou a representar um passo adiante na carreira como moço de convés (agora, denominação utilizada no registro na Capitania dos Portos), a chance para o jovem “mascote” de não ter de realizar o “serviço mais grosseiro”.

Assim, vemos que a supressão das milícias particulares de barqueiros, aliado à criação da Companhia Fluvial de Navegação, órgão da Marinha e, conseqüentemente, submetido ao Governo Federal, ao lado da política de centralização do poder, em detrimento da autonomia das esferas regionais, promovida por Vargas a partir da década de 1930<sup>42</sup>, está em tudo consoante com o ideal de Estado liberal, partindo aqui de uma perspectiva weberiana.

---

<sup>40</sup> GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. *OPARA: Formação histórica e social do sub-médio São Francisco*. Juazeiro: Franciscana, 1997.

<sup>41</sup> CHILCOTE, Ronald H. *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*. Op. cit., p. 70.

<sup>42</sup> Que inclusive foi, ao lado da política de abertura das fronteiras dos estados de Pernambuco, Paraíba e Bahia, um dos elementos responsáveis pelo combate ao banditismo em sua forma conhecida como Cangaço: MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2005.



## Depoimentos

SANTOS, José dos. *Entrevista I* [ago. 2012]. Entrevistador: Pablo Michel Cândido Alves de Magalhães. Juazeiro/BA, 2012. 1 arquivo avi. (1 hora e 28 minutos).

Sr. Joaquim Carvalho (Joaquinzão), ex-remeiro, em entrevista presente no livro NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração: Os remeiros do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Sr. João Francisco de Souza, ex-remeiro, em entrevista presente no livro NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração: Os remeiros do rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

## Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. v. 1 – Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

CHILCOTE, Ronald H. *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*. São Paulo: EDUSP, 1991.

CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1976.

CUNHA, João Fernandes da. *Memória histórica de Juazeiro*. Juazeiro: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia / Instituto Genealógico da Bahia, 1978.

ESTRELA, Ely Souza. Um rio de memórias: o *modus vivendi* dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (BA). *História & Perspectivas*, Uberlândia, v.41, 115-139, jul. dez. 2009.

FIGUEIREDO, Maria Isabel Muniz; SÁ, Carlos Laerte Agra de. *Memória Sanfranciscana – 80 anos da marinha no vale do São Francisco e outras histórias*. Juazeiro: Franciscana, 1999.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. *OPARA: Formação histórica e social do sub-médio São Francisco*. Juazeiro: Franciscana, 1997.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Clube do livro liberal, 2000.





MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2005.

MAGALHÃES, Ermi Ferrari. *Navegação no Rio São Francisco*. Salvador: Editora P&A, 2009.

NEVES, Zanoni. *Navegantes da Integração: Os remeiros do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

OLIVEIRA, Ana Maria C. S.; REIS, Isabel Cristina F. dos. *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Editora Quarteto, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3 – 15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RABELO, Elson de Assis. O visível e o não-visível do passado: as imagens digitalizadas e os conflitos da memória em Juazeiro da Bahia. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA. 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340421863\\_ARQUIVO\\_Textocompleto\\_ENHO\\_2012](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340421863_ARQUIVO_Textocompleto_ENHO_2012)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. v. 1. Brasília, EDUNB, 2000.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. v. 2. Brasília, EDUNB, 2004.



# **Diálogos anti-foucaultianos sobre a tentativa de apagamento do autor na França da época moderna**

Thayenne Roberta Nascimento Paiva<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 19/09/2015

Artigo aceito em: 15/11/2015

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo percorrer, historicamente, o surgimento da noção de propriedade literária e dos direitos de autor na França, do século XVIII. Para tanto, percorreremos a França pré-revolucionária, desde o surgimento e a valorização acadêmico-intelectual do sistema cultural promovido durante o reinado de Luís XIV, bem como a ascensão social da figura dos filósofos e da valorização da República das Letras francesa até o período da eclosão da Revolução Francesa. Em um segundo momento, esboçaremos quais eram as ideias do filósofo iluminista Denis Diderot acerca da postura de autor frente sua produção discursiva, a partir do memorial elaborado pelo mesmo e intitulado *Carta sobre o comércio do livro*. O intuito será mostrar de que forma Denis Diderot fortalece a figura do autor enquanto sujeito histórico. Por fim, analisaremos a postura de Diderot enquanto autor de seu próprio memorial e, recorrendo ao filósofo Michel Foucault e seu ensaio *O que é um autor?*, afirmaremos que a ideia de apagamento do autor para espaço e validação dos discursos por si apenas refletem a imposição de uma outra voz, neste caso, a imposição da “voz” dos livreiros de Paris ao modificarem consideravelmente o que Diderot havia inicialmente proposto na Carta.

**Palavras-chave:** Propriedade literária; República das Letras francesa; sujeito histórico.

## **Anti-Foucault dialogues about the deletion attempt of the author in France of the Modern Era**

## **ABSTRACT**

The objective of this article is to historically research both the notions of literary copyright and the author's rights from their appearance in the XVIII century France. For so much, we proceed, first, over pre-revolutionary France, an analysis of the academic-intellectual valorization of the cultural system promoted during the reign of Louis XIV, as well as the social ascent of the figure of the philosophers and of the increase in respect of the French Republic of the Letters up to the period of the beginning of the French Revolution. In a second moment, we considered the ideas of the illuminist philosopher Denis Diderot as expressed in his memorial entitled “*Letter on the commerce of the book*” about the author's

<sup>1</sup> Graduanda em História pelo Instituto de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ). E-mail: thayenneintelectus@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7656287069969031>.



posture in the question of the discursive production. The intention is to show in what forms Denis Diderot thinks the figure of the author as a historical actor. Considering the posture of Diderot as author of his own memorial and, resorting the philosopher Michel Foucault in his essay *That is an author?*, we conclude that the idea of extinguishment of the author as consequence of the validation of the speeches for themselves just reflect the imposition of another voice, in this case, the imposition of the “voice” of the booksellers of Paris as they considerably modify what Diderot had initially proposed in the Letter.

**KEYWORDS:** Literary property; French Republic of the Letters; historical subject.

## **Origens, na França, da atividade de impressão à instauração do sistema de privilégios reais sobre os livros**

A atividade de impressão, em Paris, França, ocorreu a partir do ano de 1470, inserindo a lógica industrial no ramo dos livros; ao depender de máquinas de impressão e matérias-primas (como, por exemplo, o papel para imprimir os textos). Com esta nova atividade comercial emergiu a figura do impressor, que na época era sinônimo de vendedor de livros e de livreiro-impressor, já que esta função no início da Época Moderna não possuía clara separação entre as funções de editor, impressor e livreiro. Com o alargamento da atividade de impressão e o crescimento paulatino de livreiros houve a necessidade de se instaurar um sistema de privilégios, que promovesse o controle por parte daqueles que disseminavam ideias no reino<sup>2</sup>. Desse modo, a origem destes privilégios, na França, data de 1507, instaurada pelo então rei Luís XII.

É interessante observar que, embora a atividade de impressão tenha crescido de maneira intensa, suas dificuldades já podiam ser sentidas, como o fato de ser um ofício caro, com baixo retorno e de alta competitividade com o crescimento de livreiros-impressores e a aparição da prática das contrafações. Por isso, o privilégio era concedido como uma forma de manobrar possíveis perigos enfrentados pelos livreiros como, por exemplo, a concorrência ou a perda de continuar imprimindo certa obra. Antoine Compagnon afirma que os privilégios serviam como uma espécie de censura indireta aos livreiros, pois as permissões tácitas mascaravam o controle real ao conceder somente a determinados impressores o direito de

---

<sup>2</sup> FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean. O aparecimento do livro. São Paulo: Unesp/Hucitec 1992.



produzir um livro<sup>3</sup>. Teoricamente, a permissão tácita não era um direito exclusivo, podendo ser requerida por qualquer impressor. Contudo, o que presenciemos, na prática, era a limitação de acesso aos pedidos de concessão a um determinado grupo de livreiros-impressores, particularmente aqueles vinculados a Companhia de Livreiros de Paris<sup>4</sup>.

Cabia ainda ao Conselho Real o poder de revogar os privilégios concedidos a um livreiro antes mesmo que expirasse seu prazo. Mesmo que os privilégios fossem temporários, os livreiros poderiam reivindicar a extensão deles, alegando que o retorno daquilo que investiram mais os lucros não eram de todos recuperados a tempo da expiração do prazo. Nota-se que as reivindicações em torno das permissões tácitas em nada tinham a ver ou incluíam os direitos de autor. Estes passam a surgir e a serem requeridos quando da necessidade de se impedir a prática das falsificações. Portanto, o que acompanhamos aqui, nesta primeira parte, de maneira sintética, foi o surgimento e o crescimento de privilégios aos livreiros, sem qualquer consideração a respeito da importância dos direitos de autor, emergidos mais tarde.

## **A origem do desenvolvimento cultural francês a partir do reinado de Luís XIV, o Rei Sol**

Para compreendermos a ligação entre a política sobre a atividade de impressão, dos privilégios reais, o surgimento dos direitos autorais e a ligação com a República das Letras francesa teremos que retroceder na linha do tempo até o reinado de Luís XIV. Assim,

---

<sup>3</sup> Compagnon, M. Antoine. *Cours Théorie de la littérature: qu'est-ce qu'un auteur?* Disponível em: <<http://www.fabula.org/compagnon/auteur.php>>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

<sup>4</sup> O objetivo deste artigo não corresponde a discorrer, minuciosamente, acerca das normas e diretrizes das permissões tácitas, pois exige um diálogo particular com o conceito de censura, não interessante para este trabalho. Contudo, à título de esclarecimento, as permissões tácitas eram concessões reais que tratavam de impedir que os livros considerados ilícitos e contrários às ideias da Corte circulassem na sociedade. As obras consideradas impróprias, isto é, pornográficas ou possuidoras de críticas ferozes contra a tradição do Antigo Regime seriam impedidas sua produção e circulação. Inseridas nos arquivos de ação censória das instituições de fiscalização sobre a permissão e o comércio, os livros indicados como aversos eram proibidos de circularem na Corte. Para informes detalhados acerca da comercialização ilegal, e, portanto, sem concessão real aos livros proibidos, consultar: Darnton, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



entenderemos como na época do Iluminismo, durante o auge do século XVIII, a França era a força cultural dominante na Europa<sup>5</sup>.

Em 1661, Luís XIV herdou, após o óbito de seu ministro-chefe, o cardeal Mazarin, um Estado falido, decorrente, em parte, da Fronda (1648-1653). Nomeia, no ano de 1643, Colbert ao cargo de ministro. Este procurou gerir a política econômica francesa pelo viés do mercantilismo, inserindo a indústria francesa na comercialização de artigos de luxo. No campo cultural, em 1666, permitiu o surgimento da Academia de Ciência, na França. Graças aos enormes incentivos financeiros conseguiu atrair uma série de principais cientistas, tornando a França, gradativamente, a principal nação europeia, por meio do desenvolvimento da língua e da literatura e definindo novos padrões de bom gosto e polidez. Outro evento importante foi a delegação do rei como o primeiro rei protetor de uma Academia, como foi com a Academia Francesa, em 1672, estabelecida como mecanismo de padronização da língua francesa. Para Richeleu, padronizar a Academia significava inserir os homens de letras na prática do serviço de Estado, ganhando, em troca, prestígio.

Aliás, vale ressaltar que o sistema de prestígios vigorante entre os homens de letras era o mesmo que o rei promovia em sua Corte. A estrutura hierárquica da Corte não era fixa, alternando-se de acordo com ligações interdependentes de interesses, cuja manobra do rei era gerir conflitos e sistemas de apoio dentro da sua própria Corte, a fim de manter a salvo sua política de apoio. Para o rei Sol, a fama e a reputação eram as armas eficazes no sistema de Corte:

Um rei nunca precisa ter vergonha de buscar fama, pois é um bem que deve ser incessante e avidamente desejado, e do qual somente é mais qualificado de garantir o sucesso de nossos objetivos do que qualquer outra coisa. A reputação é muitas vezes mais eficiente do que exércitos mais poderosos<sup>6</sup>.

Esta ideia foi estendida pelo rei Luís XIV ao Iluminismo, autorizando seu ministro Colbert a patrocina-lo. O mecanismo em questão era concentrar o desenvolvimento intelectual

<sup>5</sup> FITZPATRICK, M; Jones, P.; Knellwolf, C.; McCalman. *The Enlightenment World*. Routledge, London, 2007. p. 134-152. O livro é uma excelente referência para estudiosos e pesquisadores desejosos de aprofundamento acerca do desenvolvimento cultural da França e de outros Estados, durante a época Moderna.

<sup>6</sup> “A king need never be ashamed of seeking fame, for it is a good that must be ceaselessly and avidly desired, and which alone is better able to secure success of our aims than any other thing. Reputation is often more effective than the most powerful armies”. FITZPATRICK, M; Jones, P.; Knellwolf, C.; McCalman. *The Enlightenment World*. Routledge, London, 2007. p. 134-152. A tradução do trecho selecionado é de responsabilidade da autora deste artigo.



francês ao redor da Corte, bem como assegurar que seu desenvolvimento ocorresse de acordo com a vontade do rei. Contudo, gostaria de salientar que esta visão exclusivista foi uma marca registrada durante o governo do Rei Sol. Com o passar do tempo, os filósofos vão tendo consciência, cada vez maior, de sua importância para os rumos do país e para a fomentação das bases do saber e do conhecimento. Neste momento, teremos a crescente importância do que se convencionou nomear de República das Letras francesa.

Pensada, inicialmente, em termos imaginários, a República das Letras francesa irrompeu no século XV, auferindo seus contornos mais precisos de crítica, de construção e de disseminação do conhecimento durante o século XVIII. Constituída por homens de letras, que adquiriram crescente consideração e monta conquistando, inclusive, cargos públicos na Corte. Presenciaremos eles confrontando o sistema tradicional de privilégios do Antigo Regime por meio da mobilização de salões e cafés. O objetivo também era o de serem ouvidos, granjeando notoriedade, status e prestígio e, no caso do ofício de escrever, ser escritor era sinônimo de ter nobreza, distinção e sucesso. Como destaca Berenice Cavalcante, “Todavia, é sempre bom lembrar que o sucesso nesse meio e a possibilidade de ser lido dependiam não tanto dos méritos individuais, mas do status que alcançara. Pois o que vigorava então não era a lógica de mercado e sim a do prestígio”<sup>7</sup>. Discorreremos sobre a República das Letras no subtítulo seguinte.

Retornando à intensificação real do controle cultural e, conseqüentemente, da opinião pública se deu com o desenvolvimento do sistema de intendentess provinciais reais, informando melhor ao rei sobre as opiniões locais. O próprio trato sobre as decisões oficiais acerca das opiniões coletadas prosperou, já que antes eram feitas através de pregoeiros públicos, cartazes e a leitura de éditos em púlpitos, posteriormente modificadas, já no final do seu reinado, por meio de publicações comerciais. Assim, os impressos tornaram-se ferramenta poderosa tanto para a Corte quanto para os *philosophes*. Com isso, podemos observar que os sistemas de apadrinhamento de academias, a concessão de privilégios a filósofos e o impulso promovido à imprensa possibilitaram a transformação dos mesmos em ferramentas do próprio governo, inclusive no controle da esfera pública, que permanecia próxima e fiscalizada por meios desses mecanismos.

---

<sup>7</sup> CAVALCANTE, Berenice. *A revolução francesa e a modernidade*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 29.



Portanto, à medida que o Rei concentrava ao redor de si e expandia o aparato cultural, igualmente dava condições e possibilidades para que as ideias do Iluminismo prosperassem e os filósofos, igualmente, pudessem se desvencilhar e criticar o sistema de prestígio e patrocínio, mecanismos indispensáveis ao sistema de *status quo* da sociedade francesa da Época Moderna. Foram pelos filósofos, influenciados pelos ideais do Iluminismo e tendo como suporte a República das Letras francesa, que o Absolutismo e suas práticas passaram a ser criticados e, no que concerne, particularmente, aos sistemas de privilégios dos impressores e aos direitos dos autores, revisados.

## **A constituição físico-imaginária e histórica da República das Letras, em França do século XVIII**

O termo República das Letras surgiu no século XV e seu uso vigorou até o final do século XVIII. Emprestada a ideia de Benedict Anderson, a República das Letras foi uma comunidade imaginada<sup>8</sup>, que tentou se pautar pelo ideal de igualdade social, inclusive no trato entre os próprios estudiosos. No entanto, a República das Letras era parcialmente democrática, sendo, na prática, dominada pelos escritores ricos e bem-nascidos. O restante destes que não podiam somente sobreviver dos seus próprios escritos, tinham que contar com o apoio de mecenas para, desta forma, lograrem ao tão sonhado acesso aos Salões e Academias<sup>9</sup>.

O *Le Monde* era o círculo fechado da elite intelectual francesa, cuja convivência pautava-se nos salões e academias, objetivando a disseminação do saber, o aprimoramento do gosto e a formação de opinião. Àqueles desejosos de pertencer a esse grupo buscavam tanto a vontade de serem ouvidos, como ganhar notoriedade, privilégios, enfim, alcançar *status* e

---

<sup>8</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 72-76.

<sup>9</sup> DASTON, Lorraine. *The ideal and reality of the Republic of Letters in the Enlightenment*. Science in context 4, 2 (1991). Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1453576>>. Acesso em: 06 dez. 2015. p. 367-370.





prestígio, palavras-chave para serem aceitos no universo do Antigo Regime. No caso do ofício de escrever, ser escritor era sinônimo de ter certa nobreza, distinção, como destacado, na época, por Voltaire.

Contudo, é preciso esclarecer o sentido que as palavras nobreza e distinção aqui aparecem. Referem-se, no caso da França pré-revolucionária, da qual estamos abordando, aos mecanismos que vinculavam notoriedade e fama ao fato dos escritores possuírem pensões e benesses reais. Desse modo, como afirmado pela historiadora Berenice Cavalcante, “Os salões constituíam-se assim em passagem obrigatória para todos aqueles que almejavam o reconhecimento público e a ascensão social”<sup>10</sup>. Contudo, nem todos os escritores conseguiam acesso ao *Le Monde*, fazendo parte da ala dos excluídos, como ocorria com o que o historiador Robert Darnton chamava de boemia literária. Esses subliteratos se expressavam por meio de *libelles*, espécie de panfletos, onde expressavam sua repulsa pelo Antigo Regime<sup>11</sup>. O lugar aonde ganhavam voz era nos cafés, onde eram lidos.

Foi a partir de Alexis de Tocqueville<sup>12</sup> que as indagações a respeito do papel e influência dos homens de letras emergiu. Para Tocqueville, os homens de letras poderiam ser considerados “as principais figuras políticas” do século XVIII, pois diferente da Inglaterra e da Alemanha, por exemplo, os letrados franceses ocupavam funções públicas.

Os filósofos, pelo menos na França, defendiam a existência de um “projeto” que perseguiram, formado por homens das letras e das artes. O filósofo iluminista Denis Diderot afirmava que o objetivo deste projeto era o defender o interesse em comum existente na humanidade e que fosse mútuo a todos. Como apontado pela historiadora Dena Goodman, os filósofos concebiam a si mesmos como um corpo, um exército dentro da sociedade francesa, compondo o que viria a ser conhecido como República das Letras, marcada pela fidelidade à verdade e a prática do cosmopolitismo, cujo ideal era a propagação do conhecimento, de maneira livre<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> CAVALCANTE, Berenice. *A revolução francesa e a modernidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1991, p.29.

<sup>11</sup> DARNON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.7-26.

<sup>12</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Traduzido por Yvonne Jean. 2 ed. Brasília: Editora da Unb, 1982.

<sup>13</sup> GOODMAN, Dena. *The Republic of Letters*. A cultural history of the French Enlightenment. Cornell University Press, 1994.



Assim sendo, os objetivos gerais do Iluminismo e que dialogavam com os que foram incorporados e defendidos pela República das Letras era o comprometimento de libertar a mente humana dos grilhões do preconceito, da intolerância e da tradição. Com o desejo de reorganizar o mundo, os filósofos defendiam que o indivíduo fosse capaz de agir de maneira livre e independente, eliminando, assim, a ignorância e a superstição e ganhando a verdade e o conhecimento. Para que essa conquista se realizasse era necessário, portanto, que tal conhecimento fosse adquirido e disseminado pelos abalos promovidos pela razão, em nome do esclarecimento e da revisão de atitudes tradicionais que mascarassem a capacidade de a verdade vir à tona e de o conhecimento ser alcançado. Para os iluministas, o homem auferiria o poder de conhecimento por meio da ciência, da liberdade e da razão, desapegando-se, desse modo, de seus medos e submissões às suas crenças.

Compreendidos os sistemas de privilégios vigorantes entre os *libraires* e entre os filósofos, cabe-nos esclarecer de que modos os questionamentos sobre o sistema de privilégios dos livreiros fortaleceram as críticas do filósofo iluminista Denis Diderot acerca da preservação dos direitos autorais da França do século XVIII.

## **Denis Diderot e o fortalecimento do autor enquanto sujeito histórico**

O filósofo Denis Diderot pode ser considerado, como ressaltado pelo professor de Filosofia Política da Unicamp, Roberto Romano, um homem fabuloso da literatura. Resgatando em Goethe e Jean Thomas, o filósofo destaca como sendo suas características a

recusa da metafísica, da teologia, das religiões positivas. Ademais, entusiasmo pela ciência, amor do bem público, moral fundamentada pela natureza, tolerância e cosmopolitismo. Finalmente, abandono das regras, recuso a novas formas literárias, sempre que os gêneros tradicionais eram insuficientes, amor pelas artes e técnicas ao mesmo tempo<sup>14</sup>.

O cosmopolitismo requisitado pela República das Letras francesa era igualmente defendido por Diderot, que afirma ser o mecanismo de sociabilidade natural dos seres humanos. Em seu artigo publicado na *Encyclopédie* e intitulado *Société* (1765), o filósofo

---

<sup>14</sup> ROMANO, Roberto. Diderot - Penélope da Revolução. *Revista USP*, n.1, 1989, p.19. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25438>>. Acesso em: 05 set. 2015. p. 19



defendia que o cosmopolitismo fundamentava a vida social, gerando felicidade e conservando os laços de contatos de todos aqueles que estavam envolvidos. A sociabilidade preterida pela República das Letras e defendida por Diderot foi facilitada pela disseminação de locais para debates acerca dos eventos que ocorriam, bem como dos ideais iluministas, tais como clubes, teatros, concertos, cafés, Academias, *Lycées*, museus, etc.

Durante o século XVII houve um crescimento das falsificações estrangeiras acerca da produção de livros. Para combater esta prática, a monarquia real francesa intensificou o sistema de concessão de privilégios aos livreiros, tornando-os exclusivos na produção e circulação de livros que os mesmos solicitavam para comercializar. Contudo, o mecanismo de privilégios era bastante limitado, direcionado especialmente aos livreiros de Paris.

A partir do que ficou estabelecido no regulamento de 1618, os privilégios dos livreiros somente poderiam ser renovados quando do aumento de um quarto da obra, ou seja, se ficasse estabelecido a necessidade de mudanças em relação ao que continha na primeira publicação da obra. De acordo com o que ficou estabelecido no regulamento de 1686, a continuação do privilégio se manteria se houvesse um aumento de um terço da obra publicada. Isso não satisfazia nem o livreiro que não possuía privilégios, pois a obra que conquistasse, após a mesma ter caído em domínio público, se revelaria obsoleta em relação a sua modificação para uma nova edição (edição esta que não tinha o direito) e nem os livreiros detentores de privilégios, que seria obrigado a reformular suas primeiras aquisições, envolvendo novos gastos sobre as mesmas obras. Em contrapartida, podemos estabelecer um lado positivo desta prática em relação aos autores, que permitia que eles e livreiros renegociassem os preços de compra e venda dos manuscritos, ou possibilitava a mudança de acordo com outro, bem como impedia e postergava que a sua produção intelectual caísse em domínio público. É a partir deste momento que vemos o estabelecimento dos direitos dos autores.

A partir do momento que o manuscrito de uma obra fosse vendido a um livreiro, este se transformaria no proprietário do manuscrito. Podemos encontrar este tipo de referência em um artigo na Enciclopédia e intitulada *Direitos de autor*, do livreiro David, acerca desta transmutação. A própria legislação francesa, desde o século XV, reconhecia este tipo de prática. Ou seja, o autor que concebeu a obra continuava a ser o seu responsável, mas o novo proprietário do manuscrito passava a ser o livreiro, uma vez que o mesmo fosse vendido. Essa situação perdurou, na França, até 1777. Isto difere da legislação inglesa, que desde 1710, que



considera o autor o principal beneficiário dos direitos autorais. Essa prática, na França, mobilizou os autores a terem dúvidas quanto a esse sistema de privilégio em torno dos livreiros.

Desde a instauração do sistema de privilégios, também chamado de permissões tácitas, até a eclosão da Revolução Francesa os *librairies* parisienses possuíam privilégios reais. Contudo, em 1777, a Coroa francesa reconheceu que os autores possuíam direitos sobre as suas obras, concedendo os *privilèges d'auteur* (privilégios de autor). A decisão não agradou aos livreiros, que se sentiram em concorrência com os autores nos lucros sobre as produções de espírito. Desse modo, os livreiros passaram a argumentar que o direito de privilégio era exclusivo deles, pois, ao terem a permissão de produzirem das obras intelectuais estariam defendendo, igualmente, os direitos naturais de autor, não sendo postura do Estado cercear este direito. A título de esclarecimento, os direitos naturais de autor eram aqueles estabelecidos sobre o processo criativo deste, que o direciona e administra da maneira que melhor se adequava aos seus interesses artísticos e intelectuais.

Então, a insatisfação dos livreiros levou-os a pedir que Diderot elaborasse uma carta, que seria entregue ao magistrado Sartine, então ocupante dos cargos de Superintendente da Polícia da cidade de Paris (cargo assumido em 1759) e da Direção de Ofício dos Livreiros (admitido em 1763). Sobre as reivindicações de manutenção dos livreiros acerca dos privilégios sobre os livros, que eram exclusivos dos livreiros. Assim sendo, Diderot, em 1763, escreveu seu memorial intitulado *Carta sobre o comércio do livro*<sup>15</sup>, aparentemente a pedido de Le Breton, então administrador da Comunidade de Livreiros de Paris. O intuito do memorial encomendado pelos livreiros era demonstrar a necessidade de perpetuidade dos direitos sobre os manuscritos pelos livreiros.

Embora Diderot fosse um anticorporativista, cuja postura nos seus escritos na Enciclopédia invocava isso, permitiu-se proceder de modo contrário, neste memorial, a fim de proteger o mundo dos livros contra os falsificadores nacionais e, principalmente, os estrangeiros. No entanto, como na época em que Diderot elaborou este memorial os direitos de autor não eram muito claros na França, Diderot preferiu delegar aos livreiros o poder sobre as obras produzidas, defendendo, deste modo, a Comunidade de Livreiros de Paris. O que é

---

<sup>15</sup> DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002. p.66.



interessante de observar no memorial escrito por Diderot é que o mesmo passa dois terços de sua Carta tratando sobre a questão dos privilégios, que se relaciona com a questão da propriedade literária.

Diderot observou, em seu memorial, que a natureza dos privilégios se portam de maneira relativa, de acordo com o livro em questão: se o livro for clássico, seu domínio deve ser público, sendo qualquer privilégio sobre este tipo de obra temporário. Isto chocou alguns livreiros da província. Para essa postura Diderot foi favorável, pois, argumentava que a edição de uma obra era cara, e, porque o caráter extenso do privilégio sobre um manuscrito de uma obra não garante seu sucesso de venda. No que tange ao privilégio sobre a compra de um manuscrito, o direito deveria ser reservado àquele que o comprou.

Afirma, ainda, que privilégio e título de propriedade nada possuem em comum. Privilégio é uma concessão concedida pelo soberano para a conservação de um bem. Embora os livreiros saibam o que privilégio concedido é temporário, eles confundem privilégio com bem hereditário, alegando que o fato de um manuscrito ser um bem que devesse ser possuído de maneira perpétua, já que é passado, em caráter de “hereditariedade” ao livreiro, por meio da compra. No entanto, se Diderot explicita esta distinção, o faz para assinalar que a concessão de privilégio pelo poder real é indevida, uma vez que essa concessão somente funciona como uma prática de conservação de um bem. Portanto, estender o privilégio de um livreiro é um erro, pois é incorrer para uma esfera de propriedade sobre um bem.

No memorial, defendeu que os direitos do autor deveriam ser estendidos aos seus substitutos, por terem obtido legalmente os manuscritos das obras por meio da compra, tornando os compradores, no caso os livreiros, detentores dos manuscritos, tanto quanto os autores. Desta forma, Diderot aproximou a ideia de propriedade literária à de propriedade imobiliária. O que o argumento dos livreiros defendia, então, era que o autor, enquanto criador absoluto de sua propriedade discursiva, fosse ela literária ou científica, poderia delegá-la a quem desejasse, sob a forma de contrato e por tempo indeterminado. Com isso, o que observamos é a passagem gradual e de validação enquanto monopólio de fato, do monopólio real para o monopólio sobre o direito natural do autor, passando este a ser visto como um monopólio real.



Assim sendo, dois são os aspectos que podemos salientar em relação às ideias de Denis Diderot. O primeiro salienta que a sua defesa acerca da propriedade intelectual de maneira perpétua era um mecanismo para favorecer, possivelmente, autores autônomos no mercado literário, ausentes de patrocinadores, dando-lhes condições de negociar em pé de igualdade com os editores. O segundo é que, ao se fixar apenas em um único modelo de direito verdadeiro, o direito natural do autor, enfatizando a noção de pessoa como fonte de direito (no caso, o autor), encara o livro como um mero produto de consumo, limitando a expressão do autor aos casos de venda dos manuscritos de suas obras.

Com isso, o que podemos mostrar, deste modo, é que Diderot, na verdade, estava muito mais preocupado com a posteridade da fama do autor pela obra ao longo do tempo. A centralidade de suas ideias residia na preocupação sobre os ganhos, imediatos ou em longo prazo, tornando a obra propriedade, bem material que promoveria o autor, além de eternizá-lo. Sua atenção era voltada para os autores, valorizando a postura daquele que escreve sobre o que é escrito, na condução da produção do conhecimento.

## **Diderot autor – tentativas de apagamento da voz do autor em plena época Moderna**

Sendo o autor criador de um discurso, ele é fonte e unidade do discurso. Contudo, podemos inserir a afirmativa em questionamentos, se afirmarmos que, se o que o autor produz é fruto da linguagem, esta não pode ser individualizada, por ser sua função social, natural e de todos os demais indivíduos. Sendo o autor pertencente a um meio social, sua obra reflete esse contexto e suas inserções e atuações, sejam elas política, histórica, cultural, enfim. Podemos então afirmar que o autor é a ponte estabelecida entre a sua capacidade de sensibilidade e de intuição artística sobre o mundo ao seu redor e a forma de conhecimento e de ciência da realidade que o leitor absorve a partir do que este produz, daí nascem as variações interpretativas que um leitor pode fazer da realidade<sup>16</sup>. O autor é a marca da forte individualização na história das ideias. Falar em autor implica falar em indivíduo, ou melhor, em arquétipo do modelo de indivíduo.

---

<sup>16</sup> VICENTE, Kyldes Batista. Considerações acerca do autor e da autoria. Travessias (UNIOESTE. Online), v. 4, p. 657-670, 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/search/authors/view?firstName=Kyldes&middleName=&lastName=Batista%20Vicente&affiliation=UFG>. Acesso em: 24 jul. 2015. p. 657-659.



No caso, em particular, da *Carta sobre o comércio do livro* Diderot atuou como representante dos livreiros e, igualmente, como autor. Podemos então afirmar que, em um primeiro momento, o referencial de verdade contida no memorial elaborado por Diderot circunscreve-se a um circuito comunicativo estabelecido entre Diderot e Gabriel de Sartine, embora interrompido pelos livreiros. No memorial escrito originalmente por Diderot sua concentração residia sobre o princípio da propriedade intelectual e a sua violação. Então, antes que a Carta pudesse ter sido lida da maneira como foi estruturada, Le Breton e seus colaboradores é que a leram, fazendo as alterações que julgaram necessárias.

Destarte, os livreiros, ao se proporem reescrever o memorial de Diderot, o fazem substituindo as representações pouco convidativas que o filósofo, enquanto autor e livreiro da Carta, produziu em relação a comunidade de livreiros. A reformulação tem o intuito de zelar pelo *status* dos mesmos, excluindo quaisquer perspectivas do autor. O legislador, sendo favorável ao código dos livreiros, aceita que o comportamento dos livreiros de atuarem no campo do comércio ilegal de livros se deve a má legislação em vigor, naquela época. Contudo, na visão dos livreiros, este tipo de retrato modelado por Diderot inseria os livreiros no papel de ladrões de livros, postura esta que não queriam transmitir a Sartine.

Desta forma, podemos observar a necessidade dos livreiros de substituir a Carta elaborada pelo filósofo, conferindo aos mesmos um retrato mais ameno, ressaltando o mérito em atos da comunidade, evitando uma leitura negativa pelo magistrado. Por meio da execução, pelos livreiros, da modificação do memorial inicialmente elaborado por Denis Diderot, podemos nos propor a pensar, em termos foucaultianos sobre a questão do apagamento do autor, em benefícios de outras vozes que não o do discurso em si. Se, ao invés do memorial ter ganho seus próprios contornos, inclusive por meio da leitura do mesmo por Sartine, o que vemos, neste caso é uma antecipação da ideia foucaultiana, não em termos do discurso em si, mas a troca ou desaparecimento da voz do autor que o concebeu carregando, na verdade, a tentativa de imposição de outra (s) voz (es). No caso em particular deste artigo, reside sobre a modificação arbitrária promovida pelos livreiros sobre a produção textual de Diderot, na Carta.





Partindo do conceito de “função-autor”, Michel Foucault propôs em seu ensaio intitulado *O que é um autor?*<sup>17</sup> reflexões acerca dos modos, ao longo da história, da existência, circulação e o funcionamento dos discursos no interior da sociedade. Quando do surgimento dos discursos, sua comparência não era concebida como um produto, sendo anteriormente vistos como um mecanismo de perigo e carregado de riscos. Vale destacar que, até a Idade Média, os textos que circulavam não eram identificados por meio de um autor, permanecendo sua autoria do anonimato, o que garantia a disseminação e a circulação livre desses textos.

Em Foucault, podemos dizer que a emergência da função de autor constitui momento forte de individualização na história das ideias, bem como, de certa forma contribui para a autenticidade do discurso, um conjunto de realizações sobre a mesma: a unicidade entre sujeito e obra; unidade estilística; coerência conceitual e originalidade. Todavia, como afirmado por Diderot em carta enviada a Madame Meaux, em 1775, sua preocupação, ao elaborar o memorial era reforçar a ideia de liberdade de imprensa, sem o intuito de monopolizar sua voz sobre o discurso. Mas, a manifestação exteriorizada que o memorial poderia ter ganho com a livre interpretação pelo magistrado Gabriel de Sartine foi desconsiderada e, ao invés de assistirmos a não mais imposição do sujeito sobre a linguagem, permitindo a abertura de novos espaços de recepção e interpretação, temos a negação desses novos espaços pelos livreiros que, ao modificar o memorial, apagaram a voz do autor Diderot e impuseram a suas vozes.

Não se sabe ao certo qual foi a reação de Diderot ao ter o seu memorial reescrito pelos livreiros. Contudo, sabemos da tamanha indignação do mesmo acerca das censuras propostas por Le Breton à *Enciclopédie*, cujo ato, para Diderot, equivalia a uma espécie de desmembramento cruel. Diderot lançou protestos contra as censuras promovidas por Le Breton sobre a Enciclopédia, já que aquilo que é escrito por um autor revela a sua expressividade, devendo o texto ser mantido em sua integridade na publicação, além de reforçar a importância, igualmente fundamental, do direito natural do autor sobre o seu texto, enquanto propriedade. Dessarte, Diderot acusa Le Breton de ter falsificado e roubado seus

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e escritos*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.



escritos, inserindo indevidamente sua autoridade sobre o texto de outrem (o memorial passa a ter uma autenticidade contrária que a inicial, ofertada por Diderot).

Apontado por Isabelle de Marte, o autor é vítima tanto dos censores reais quanto dos livreiros, ambos responsáveis por mutilarem a obra em prol da censura e da possibilidade de permissão que a mesma fosse comercializada. De um lado, o autor economicamente dependente do ganho de sua produção intelectual é forçado a vender seu manuscrito ao livreiro-editor, que compra o mesmo por um preço infinitamente inferior, ao que de fato poderia valer.<sup>18</sup> Por seu turno, o livreiro-impressor, a fim de não sofrer impedimentos quanto a sua produção, retira do manuscrito quaisquer divagações anticlericais ou antigovernamentais proferidas pelo autor, eliminando assim a intervenção dos censores reais.

Os livreiros, com a ajuda da edição do memorial por Le Breton, reorientam o significado da Carta. Com efeito, então, temos a eliminação da voz do autor (neste caso, Diderot, como convém lembrar), aquele responsável pelas palavras de verdade e de moralidade que seu texto carrega. Ou seja, sua “voz” é privada de ser “ouvida” como inicialmente havia se proposto. Esta foi a brecha promovida pelos livreiros a fim de estabelecer uma versão final que preservasse a profissão destes. Por isso, a transformação da Carta, que guardava em si um aspecto de epístola, foi transformada em um memorial, isto é, a representação da memória dos livreiros ao longo de sua profissão.

## Conclusão

De acordo com o que nos propomos a expor neste artigo, desde o surgimento do ofício de livreiro-impressor, corroborado pela inserção, na França, da prática de impressão, o comércio dos livros foi crescendo vagarosamente, embora já exibisse suas dificuldades pelo desenvolvimento da concorrência que a atividade suscitou. Isso gerou a necessidade de instauração, pelas mãos do monarca francês, da concessão de permissões tácitas, que permitiam que o livreiro, ao requisitar imprimir e comercializar dada obra, tivesse o direito exclusivo a tal. Contudo, as permissões ofertadas eram limitadas a um determinado grupo de

---

<sup>18</sup> MARTE, Isabelle de. Échange à trois: les dessous romanesques de la Lettre sur le commerce de la librairie. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, n. 43 Varia, [En ligne], mis en ligne le 29 octobre 2010. Disponível em: <http://rde.revues.org/3522>. Acesso em: 10 ago. 2015. p. 71-90.



impressores, no caso os livreiros de Paris, o que deixava à margem os livreiros da província, que não aceitavam essa exclusividade sobre a prática de produção e comercialização de livros.

Outro ponto ressaltado é que o sistema de privilégios contribuiu para o desenvolvimento da atividade de contrafação, especialmente desenvolvido por aqueles que não possuíam privilégios de impressão. Em nada, durante o auge desses privilégios vemos a preocupação com os direitos de autor, sendo recorridos apenas para evitar as falsificações de livros e, assim, proteger os lucros dos livreiros. Os autores, então passam a questionar os seus direitos de receber de acordo com aquilo que produziam, era uma atividade, antes de tudo, oriunda de sua capacidade intelectual e artística.

Paralelo a esta situação, assistimos à ligação entre a política dos privilégios reais, o surgimento dos direitos autorais e o nascimento da República das Letras francesa pela política de financiamento cultural oriunda do reinado de Luís XIV, transformando a França, ao longo dos séculos XVI e XVIII, em força cultural dominante na Europa. A consequência desta política de financiamento foi a solidificação da República das Letras francesa e a íntima convivência dos filósofos com a Corte francesa, bem como a remuneração de vossos trabalhos por meio de pensões e sistema de mecenato pelos nobres. Àqueles que nada conseguiam, inclusive por não pertencerem ao *Le Monde*, eram deslocados para os salões e sua literatura era considerada marginal, o dos subliteratos.

O crescimento da figura de intelectual versus a acirrada defesa de existência e manutenção dos privilégios pelos livreiros ocasionou, por parte destes, a solicitação ao filósofo Denis Diderot da elaboração de um memorial, que ressaltasse a importância da atividade editorial promovida por eles, inclusive afirmando que a defesa dos privilégios destes assegurava os direitos de autor. A consequência disto era a transformação dos direitos de autor em direitos naturais de propriedade. Diderot reforça esta ideia, inclusive afirmando que a aquisição de um manuscrito equivaleria a posse de uma propriedade.

Entretanto, como Diderot retém-se especialmente sobre a questão da propriedade literária e os direitos de autor, confere uma visão embaraçosa acerca da atividade que os livreiros produziam, inclusive afirmando que estes, não podendo proteger seus lucros, devido à concorrência, acabavam por optar pela prática de falsificações. Essa postura negativa dirigida aos livreiros deixa-os insatisfeitos e, contando com a colaboração de Le Breton,



modificam o memorial elaborado pelo filósofo francês. Assim, temos não o discurso elaborado “falando” por si mesmo, mas, acima de tudo, a imposição de uma outra voz que não a do autor original da Carta: os livreiros. Vemos o apagamento duplo da postura de autor, enquanto aquele que assinou um discurso como aquele que tem o seu direito apenas servindo o interesse de terceiros.

À vista disso, depreendemos um movimento anti-foucaultiano por parte dos livreiros, que forçaram a imposição de uma voz autoral que não a do filósofo. No memorial, a modificação da escrita revelou um ato tendencioso dos livreiros, não possibilitando que ela existisse em si mesma ou, nas palavras de Foucault “(...) o autor deve se apagar ou ser apagado em proveito das formas próprias ao discurso”<sup>19</sup>. Assim, um dos aspectos que podemos pensar, e que suscita discussões, é reputar a Diderot a condição de vítima, ideia emprestada de Laurent Pfister<sup>20</sup>, para pensar o jogo de interesses situado entre a tentativa dos livreiros de preservarem seus interesses comerciais e do filósofo, preocupado em defender os interesses autorais, com vistas à perpetuidade de fama. Por seu turno, evocar tal ideia projeta-nos, novamente, em um movimento anti-foucaultiano de situar o discurso por meio de seu sujeito fundador e não emergindo do discurso “os modos de funcionamento e as dependências do sujeito”<sup>21</sup>. Diderot, ao centrar suas observações sobre aspectos relevantes sobre os direitos autorais, nos possibilita o resgate do sujeito histórico, vítima de uma imposição de “voz” que não era a sua.

## Bibliografia

BURKE, Peter. A República das Letras, 1500-2000. *Estudos Avançados*, 25 (72), 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000200021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000200021)>. Acesso em: 22 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003.

CAVALCANTE, Berenice. *A Revolução Francesa e a modernidade*. 2ed. São Paulo: Contexto, 1991.

<sup>19</sup> FOUCAULT, M. O que é um autor? Op. cit.

<sup>20</sup> PFISTER, L. *Mort et transfiguration du droit d'auteur? Éclairages historiques sur les mutations du droit d'auteur à l'heure du numérique*. Bulletin des Bibliothèques de France, septembre 2006, réédité dans Les cahiers de la justice, 2012. Disponível em: <[bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001](http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001)>. Acesso em: 4 mar. 2015.

<sup>21</sup> FOUCAULT, M. O que é um autor? Op. cit., p. 28.



CHARTIER, Roger. *Do palco à página – publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI – XVII*. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa / Difel & Rio de Janeiro / Editora Bertrand do Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_.(org.). *Práticas da Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Estação Liberdade, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo, Ed. UNESP, 1988.

DASTON, Lorraine. The ideal and reality of the Republic of Letters in the Enlightenment. *Science in contexto*, 4, 2 (1991), p. 367-386. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1453576>>. Acesso em: 4 de ago. de 2014.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

\_\_\_\_\_. Dos autores e críticos. Tradução de J. Guinsburg. In:\_\_\_\_\_. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Unesp/Hucitec 1992.

FITZPATRICK, M; Jones, P.; Knellwolf, C.; McCalman. *The Enlightenment World*. Routledge, London, 2007.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e escritos*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.

FUJIWARA, Mami. Diderot et le droit d'auteur avant la lettre - autour de la Lettre sur le commerce de la librairie. *Revue d'histoire littéraire de la France*. Presses Universitaires de France. 2005/1 (vol. 105), p. 79-94. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-d-histoire-litteraire-de-la-france-2005-1-p-79.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

GOODMAN, Dena. *The Republic of Letters. A cultural history of the French Enlightenment*. Cornell University Press, 1994.

MALO, Denis, Diderot et la librairie: l'impensable propriété. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, 10, avril 1991, p. 57-90. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rde\\_07690886\\_1991\\_num\\_10\\_1\\_1100](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rde_07690886_1991_num_10_1_1100)>. Acesso em: 22 dez. 2014.



MARTE, Isabelle de. Échange à trois: les dessous romanesques de la Lettre sur le commerce de la librairie. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, n. 43 Varia, [En ligne], mis en ligne le 29 octobre 2010. Disponível em: <<http://rde.revues.org/3522>>. Acesso em: 01 set. 2015.

MELONIO, Françoise. *Tocqueville et les Français*. Paris: Aubier, 1993.

PFISTER, L. Mort et transfiguration du droit d'auteur? Éclairages historiques sur les mutations du droit d'auteur à l'heure du numérique. *Bulletin des Bibliothèques de France*, septembre 2006, réédité dans *Les cahiers de la justice*, 2012. Disponível em: <[bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001](http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2006-05-0005-001)>. Acesso em: 4 mar. 2015.

ROMANO, Roberto. Diderot - Penélope da Revolução. *Revista USP*, n.1, 1989, p.19. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25438>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Traduzido por Yvonne Jean. 2 ed. Brasília: Editora da Unb, 1982.

VICENTE, Kyldes Batista. Considerações acerca do autor e da autoria. *Travessias* (UNIOESTE. Online), v. 4, p. 657-670, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/search/authors/view?firstName=Kyldes&middleName=&lastName=Batista%20Vicente&affiliation=UFG>>.



## **Memória e História Oral: elementos para a história dos transportes rodoviários no Brasil**

Elvis Patrik Katz <sup>1</sup>

Artigo recebido em: 16/09/2015

Artigo aceito em: 11/11/2015

### **RESUMO**

A história dos transportes foi historicamente desprivilegiada entre os historiadores no Brasil, ocupando quase sempre um lugar periférico na explicação dos diversos processos históricos do País. Entre as pesquisas realizadas, intensificaram-se os estudos no campo dos transportes ferroviários, dado o importante papel que tiveram no período áureo da produção do café, tanto no Império, como na República Oligárquica. O fato é que, desde a década de 50, a ferrovia foi deixada de lado para dar lugar aos transportes rodoviários, considerados mais flexíveis e baratos. Esse trabalho dedica-se a pensar a escrita do tema, dando especial atenção para os usos da História Oral e da Memória como fontes cruciais para sua realização. Isso é possível por conta das inúmeras testemunhas à disposição dos historiadores, prontas a fornecer riquíssimos detalhes acerca das alterações trazidas pelas estradas. Inicialmente, essas mudanças são sentidas ao nível material, mas logo passam a representar novos hábitos, novas formas de pensar e se relacionar com o mundo. Entender essas memórias e suas relações com o presente são fundamentais para fins acadêmicos, bem como para a construção da identidade dessas testemunhas, que não veem na estrada apenas um amontoado de concreto e asfalto.

**Palavras-chave:** História Oral; Memória; História Rodoviária; Identidade.

### **Memory and Oral History: elements for the history of road transport in Brazil**

### **ABSTRACT**

The history of transportation was historically underprivileged among historians in Brazil, occupying almost always a secondary role in explaining the various historical processes of the country. Among the research carried out intensified studies in the field of rail transport, given the important role played in the golden period of the coffee production both in the Empire, as in Oligarchic Republic. The fact is that since the 1950, the railway has been set aside to make way for road transport, considered more flexible and inexpensive. This work is dedicated to think writing theme, given particular attention to the uses of Oral History and Memory as crucial sources for their realization. This is possible because of the numerous witnesses available to historians, ready to provide very rich details on the changes introduced by roads. Initially, these changes are felt to the material level, but soon come to represent new habits, new ways of thinking and relating to the world. Understanding these memories and their relationship with this are essential for academic purposes as well as for the construction of the identity of witnesses, who do not see the road just a pile of concrete and asphalt.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: elviskatz@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9654695700842289>.





**KEYWORDS:** Oral History; Memory; Road History; Identity.

## Introdução

Nas últimas décadas, é notável a ampliação dos estudos realizados no campo da História. Tanto em quantidade, como em variedade, as pesquisas vem avançando cada vez mais na elaboração de novas interpretações sobre novos temas, e reinterpretações sobre temas outrora estudados pela historiografia. Com relação aos novos temas e às novas abordagens utilizadas pelos historiadores do século XX e XXI, verificam-se contribuições significativas e que abriam caminho para novas especialidades da história como um todo. É preciso lembrar que a crescente hiperespecialização do conhecimento também foi determinante para essa abertura de possibilidades da historiografia mundial.

As grandes dimensões da História Econômica e Política tiveram que ceder terreno para a História Social e a História Cultural. Abordagens paradigmáticas estão começando a ser preteridas por outras bem mais flexíveis e ricas, como a História Oral ou a Micro-História. Os domínios abrem um leque de possibilidades nunca antes visto, com destaque para a História Rural e as diversas categorias historiográficas que estudam àqueles grupos marginalizados ou minoritários da sociedade. A história dos transportes se constitui numa temática ainda incipiente e que tende a ser enquadrada dentro de outras temáticas mais ou menos tradicionais, como a própria História Agrária ou Urbana, ou ainda a História do Trabalho.

No presente artigo são feitas algumas reflexões a respeito da Memória e da História Oral enquanto úteis para a construção da história dos transportes rodoviários no Brasil. Essa proposição não é supérflua, tendo em vista a posição desprivilegiada da história dos transportes e, em maior medida, dos transportes rodoviários no País. Da mesma forma, pensar o tema em função dos usos da História Oral com base na Memória é ainda mais necessário, já que valoriza os posicionamentos e interpretações de indivíduos afetados pelas construções desses empreendimentos. O texto que segue, portanto, não visa apenas narrar a história dos transportes rodoviários, mas verificar como as fontes citadas podem ser interessantes para construir uma história das populações impactadas pelas rodovias, além de localizar esses acontecimentos dentro do panorama econômico brasileiro, fator determinante para os transportes em geral.



Em função da organização racional dos temas e questionamentos propostos, o artigo está dividido da seguinte forma: num primeiro momento, analisam-se os aspectos da história dos transportes no Brasil, dando ênfase a “era ferroviária” e sua falência frente ao advento da “era rodoviária”. Logo após, é feito um debate conceitual quanto à Memória e suas apropriações pela História, exaltando as características centrais da memória coletiva. Os principais desafios metodológicos da História Oral também são tratados. Por fim, mas não menos importante, sintetizam-se as ideias expostas enquanto possibilidade historiográfica.

## **Nota sobre a História dos transportes no Brasil**

Para começar a falar da história dos transportes no Brasil, é necessário socorrer-se nos conhecimentos da geografia. Nosso País apresentava, desde sua origem, características territoriais que dificultavam o adentrar no seu interior<sup>2</sup>. Claro que, para fazer essa afirmação, tomamos como ponto de vista o olhar do conquistador europeu, que via nas serras e nas florestas tropicais um desafio a ser superado. Aos olhos da população nativa, que também era obstáculo aos invasores, tais condições não significavam um problema. São, portanto, os elementos naturais pré-existentes a chegada portuguesa que demarcam a história dos transportes durante o período colonial. No meio terrestre, as pequenas trilhas (feitas pelos animais e por populações nativas) eram muito pouco favoráveis aos meios de transporte com tração animal, em razão de sua amplitude restrita.

No início da ocupação portuguesa, tais circunstâncias não eram cruciais dado que o comércio se dava fundamentalmente no litoral, e mesmo após o início da produção açucareira, esta era realizada em terras muito próximas à faixa litorânea. Para as incursões esporádicas no interior os rios acabavam sendo muito úteis, apesar de não serem apropriados ao maior deslocamento comercial de mercadorias, pessoas e animais. Um fator que pode ter vindo a dificultar o transporte hidroviário é sem dúvida o ambiental. Com o crescimento do desmatamento nas margens dos rios, visando a expansão da agricultura e a obtenção de madeira, a erosão e o consequente assoreamento foram inevitáveis.

A descoberta das jazidas de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais fez a orientação da exploração do espaço brasileiro mudar. Assim, a necessidade de transportar os minérios

---

<sup>2</sup> QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Transportes e comunicações no Brasil: breves considerações sobre as fontes para sua história. *America Latina en la Historia Económica*, México, D.F., v. 13-14, n.13-14, p. 115-136, 2000.



para o litoral tornou-se um obstáculo inédito aos conquistadores. Além disso, o imperativo de abastecer a região mineradora (de alimentos, vestimentas e demais produtos de ordem básica) demandava vias de transporte minimamente aceitáveis.

Era agora preciso abrir novos caminhos ou, quando possível, adaptar os antigos a um fluxo mercantil muito aumentado, principalmente no sentido da importação. Os melhoramentos, todavia, não chegaram a ser dos mais apreciáveis; a topografia, frequentemente irregular, nem sempre favorecia a utilização de veículos de rodos, e assim as transformações limitaram-se, no geral, à introdução ou generalização do emprego das tropas de muares e à abertura de novos roteiros fluviais<sup>3</sup>.

As alterações trazidas pelas necessidades econômicas mostraram o quanto a questão dos transportes está ligada aos interesses comerciais. Aconteceu dessa forma quando avançou no sudeste brasileiro, em especial na Província de São Paulo, a produção do café. Como é sabido, o café foi o principal produto a ser exportado pelo nosso país durante muito tempo, e gerou lucros bastante significativos aos seus produtores. De fato, apesar de tudo, as tropas de mulas citadas anteriormente atendiam relativamente bem ao volume de importações e exportações de mercadorias. A exceção era São Paulo, onde “cálculos efetuados em meados do século XIX indicavam que cerca de 500 mil arrobas de gêneros deixavam de ser exportadas devido às deficiências dos meios de transporte”<sup>4</sup>. Proporcionalmente, essas arrobas representavam 25% do total exportável, e se, hipoteticamente, fosse construída uma ferrovia em direção ao Porto de Santos, a questão seria resolvida<sup>5</sup>. Enfim, o lucro obtido pela construção das ferrovias era tão representativo que compensava o investimento em tais transportes.

Por outro lado, em termos econômicos mundiais, a partir da segunda metade do século XIX, iniciou-se o período da Segunda Revolução Industrial, que significou, para o Brasil, a importação de capitais advindos da Grã-Bretanha, esses tão necessários às obras ferroviárias. As concessões ferroviárias por parte do Estado brasileiro também foram motivadas por conta do exemplo estadunidense, que se mostrava na época uma potência em ascensão cortada pelas

<sup>3</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>5</sup> Cf. MATOS, Odilon. N. de. *Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4 ed. rev. Campinas: Pontes, 1990. p.71-72; DE SAES, Flavio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Editora Hucitec em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1981. p. 39-40.



ferrovias. O curioso, entretanto, é que as ferrovias instaladas no Brasil não tiveram como objetivo a integração nacional, mas o simples escoamento da produção cafeeira até os portos do litoral brasileiro. Com isso, temos que o projeto de transportes executado visava atender a um grupo específico, detentor do poder político e que ocupava os locais econômicos hegemônicos no País. A economia brasileira dividia-se em dois setores básicos, o agroexportador e o da produção interna; o primeiro, caracterizado pela exportação de uns poucos produtos explorados pela atividade mineradora ou pela monocultura de latifúndio. Os setores da produção interna, contudo, “apesar de economicamente marginais em relação ao mercado externo, eram de fundamental importância para o sistema exportador ao assegurar tanto o abastecimento de alimentos quanto a circulação dessas mercadorias através de tropas de mulas.”<sup>6</sup>. Em síntese, pode-se concluir que o projeto baseado nas ferrovias não buscava atender a demandas verdadeiramente nacionais, ou que ao menos suprissem as necessidades dos polos econômicos isolados do País, mas sim proporcionar que os detentores do poder político-econômico utilizassem do aparelho estatal de maneira oligárquica. Essa situação, em que o Estado brasileiro fica à mercê dos cafeicultores do sudeste brasileiro só teve fim em 1930, quando outros setores sociais aliados às oligarquias dissidentes do antigo sistema começam a imprimir um novo projeto de Nação ao Brasil.

Mesmo assim, quanto ao transporte de passageiros, sabe-se que o “licenciamento de carros iniciou-se, sem filas ou tumultos, em 1903, quando a prefeitura do Distrito Federal licenciou seis carros particulares”<sup>7</sup>. Paradoxalmente, o aumento do número de veículos acabava por danificar a maioria das estradas de pedras que foram projetadas para fins de tração animal. “Em 1917, o Brasil já possuía, em circulação, uns 5.000 automóveis [...] restringindo-se o seu uso, praticamente, aos limites das áreas urbanas, pois seria penoso transitar com eles nas estradas então existentes”<sup>8</sup>. Na década de 20, uma importante figura política foi fundamental para o avanço do rodoviarismo no Brasil: o Presidente Washington Luís, autor da célebre frase que direcionava a ação política no sentido de “abrir estradas”. Mais do que isso, devia-se “construir estradas para todas as horas do dia e para todos os dias do ano”. Durante o governo (1926 – 1930) de Washington Luís ocorreram os primeiros

<sup>6</sup> NUNES, Ivanil. Acumulação de capitais e sistemas de transportes terrestres no Brasil. In: QUEIROZ, Paulo R. Cimó; GOULART FILHO, Alcides. *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. p.12.

<sup>7</sup> PREGO, ASS. *A memória da pavimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pavimentação, 2001. p. 32.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 33.



investimentos significativos em rodovias, ao passo que ao final de seu mandato havia 2.255 quilômetros de extensão de estradas de rodagem construídas<sup>9</sup>.

É a partir de 1930, com a implantação de um projeto de industrialização mais abrangente que os transportes rodoviários tomarão rumo efetivo. Durante a Era Vargas, incentivou-se a formação de uma indústria de base sustentada por um mercado interno em expansão, mas sem abandonar o âmbito agroexportador, ainda muito importante. É este mercado interno que exigirá a configuração de uma rede de transportes sólida, capaz de conseguir a integração nacional. Com estas condições dadas, impõe-se o problema: qual meio de transportes adotar para essa tarefa? São nessas circunstâncias que o sistema rodoviário se coloca como opção principal.

O fato é que os transportes ferroviários já estavam bastante obsoletos durante os anos de 1920. Com a crise de 29, e a conseqüente dificuldade dos cafeicultores, as ferrovias perderam ainda mais importância, pois o mercado interno brasileiro não garantia um fluxo de pessoas e mercadorias a serem transportadas, ou ao menos um volume suficiente para gerar os lucros necessários à sobrevivência das concessões ferroviárias. Não é por acaso que, progressivamente, ao longo do século XX, o Estado brasileiro passa a encampar muitas empresas e estabelecer uma “ampla readequação da estrutura do modal ferroviário nacional, que passou a direcionar essas ferrovias ao atendimento de parcelas cada vez mais específicas do mercado de transportes brasileiro: particularmente o de cargas...”<sup>10</sup>. As ferrovias ou hidrovias, para sustentarem-se de forma rentável, demandavam um mercado interno que não existia, justamente pela herança econômica brasileira voltada para a agroexportação de uns poucos produtos de ordem primária.

Outra razão para o declínio das ferrovias foi a franca atitude estatal, implantada a partir dos anos 30, com vistas à industrialização do Brasil. Nesse contexto, exigiu-se do sistema ferroviário uma tarefa que lhe era impossível realizar, mesmo adaptado ou melhorado: a verdadeira integração econômica nacional. Além disso, o custo para a uma readequação das ferrovias em torno de um projeto de integração do mercado nacional era muito alto, e a escassez de capitais do Estado fez com que essa ideia não fosse levada adiante. As rodovias, por outro lado, exigiam bem menos investimentos por parte do poder público, e estes

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>10</sup> Ibidem, p.18.



poderiam ser aplicados progressivamente, sem a necessidade de um maciço capital alocado para que o modal entrasse em funcionamento. Em outras palavras, as rodovias poderiam ser construídas com condições mais simples, sem pavimentação, por exemplo, e somente após algum tempo, verificada a necessidade, se realizariam as demais melhorias. Em termos de economia, um outro agravante é que no caso das rodovias o capital da construção é repartido, ou seja, “aos governos compete em geral apenas prover a via permanente, enquanto o material rodante e as instalações adicionais (armazéns, postos de serviço, terminais etc.) costumam ser providos pelos próprios usuários ou por terceiros”<sup>11</sup>. As palavras de Marian Regina Koch e Silvia Regina Rosário Silveira, em texto sobre o momento contemporâneo (anos 90) dos transportes de carga no País sintetizam bem o contexto apresentado a pouco:

O fortalecimento do mercado interno e o início do processo de industrialização do País ocorreram num período em que o sistema de vias, decorrente de um modelo agrícola-exportador, era baseado em ferrovias. Tornava-se necessário, naquele momento, promover a integração dos mercados produtores e consumidores através da implantação de ligações regionais. Condições político-econômicas e fatores como baixo custo e disponibilidade de derivados de petróleo, emergência na instalação da indústria automobilística nacional, menores custos de implantação e densidade relativamente baixa de cargas justificaram a criação das rodovias<sup>12</sup>.

Por fim, a flexibilidade dos veículos automotores, sejam eles de carga ou de passageiros, era ideal para os propósitos de integração nacional. Com as rodovias, começou-se a vislumbrar a criação de um mercado interno mais sólido, sem que para isso o Estado desembolsasse volumes de capital assombrosos. Além disso, ao mesmo tempo em que se buscou a industrialização do Brasil, as estradas recém-construídas tornaram-se o habitat dos primeiros automóveis e caminhões produzidos no próprio País; o combustível também era brasileiro, na medida em que a Petrobras ampliava sua produção de petróleo: o desenvolvimentismo entrava em cena. Em 1934 lança-se o Plano Geral Nacional de Viação, Decreto n. 24.497<sup>13</sup>, datado de 29 de junho e que, pretendia “ligar entre si dois ou mais troncos de interesse geral, com o objetivo de estabelecer, por caminho mais curto,

<sup>11</sup> QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Notas sobre a experiência das ferrovias no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 91-111, 1999. p. 109.

<sup>12</sup> KOCH, Mirian Regina; SILVEIRA, Silvia Regina Rosário. Transporte interno de cargas: situação atual e perspectivas. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 22, n. 4, p. 322-334, 1995. p.322.

<sup>13</sup> Disponíveis em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>>. Acesso em: 13 ago. 2015.



comunicações entre duas ou mais unidades da federação”. Segundo Alcides Goularti Filho, “o Plano inaugurou uma nova fase com a centralização das políticas de transportes, cujas estratégias não poderiam ser mais pensadas e executadas de forma fragmentada pelas unidades federativas”<sup>14</sup>. Ainda na administração varguista, cria-se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, em 1937, com atribuição de cuidar especificamente das rodovias. Mas somente em 1946 foram instituídos os aparelhos burocráticos estaduais responsáveis pela ampliação da malha rodoviária (e seus respectivos planos de viação), entre os quais estavam o Departamento de Estradas de Rodagem do Acre - DERACRE, o Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas – DER-AM, o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado do Ceará – DERT, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER-ES, o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG, etc.

A partir do Governo de Juscelino Kubitschek a área dos transportes tomou outros rumos. A construção de Brasília aliada às obras rodoviárias espalhadas pelo território nacional contribuiu decisivamente, de forma intrínseca, para a criação de um mercado interno. Isso foi fundamental pois permitiu o avanço dos produtos industrializados brasileiros nesses novos mercados. Da mesma forma, as rodovias também foram úteis para o escoamento da produção de diversos gêneros voltados à agroexportação, que obtiveram, inclusive, um avanço de sua produção em áreas antes remotas. Não é por acaso que, a partir dos anos 70, a soja ganha enorme espaço na agricultura brasileira. Hoje o que existe é um sistema de transportes dependente das rodovias, o que se configura num obstáculo pois parece consenso a necessidade de um aparelho logístico integrado composto por rodovias, ferrovias e hidrovias.

## Memória

O estudo da memória, inicialmente, era um desafio dos psicólogos e dos filósofos, de modo que, para os historiadores, só começa a ser debatido durante o século XX. Os principais motivadores para esse despertar da memória foram os trabalhos de Maurice Halbwachs, criador do conceito de *memória coletiva*. Esse filósofo francês acabou rompendo com a metafísica para aventurar-se na nova ciência de seu tempo: a sociologia. Foi ali que começou

---

<sup>14</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. A estrada da mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional. *Textos de Economia*, v. 15, n. 2, p. 111-138, 2012. p 128.





a construir suas ideias a respeito da consciência social, e que o levaram mais tarde a chegar no campo da memória e da memória coletiva. Seus trabalhos, assim, já eram conhecidos na primeira metade do século XX, tendo ele realizado debates com o reconhecido historiador Marc Bloch. Contudo, é em *A memória coletiva*, obra póstuma de 1950, que estão claramente definidas as suas concepções de memória e o quanto estas são elaboradas pelo aspecto social. Halbwachs, confrontando memória individual e memória coletiva, afirma:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem<sup>15</sup>.

Sob a influência da sociologia de Durkheim, Maurice Halbwachs constrói seu argumento sustentando que a memória coletiva norteia a memória individual, do mesmo modo que a sociedade se sobrepõe ao indivíduo. O indivíduo, mesmo sendo o recipiente original da memória, só pode existir com base nos alicerces da memória coletiva. Ou seja, um acontecimento determinado tem mais probabilidade de ser lembrado na medida em que a memória individual concorda com os marcos da memória coletiva. Da mesma forma, a presença de testemunhas externas ao sujeito não garante que este se lembre de algo; as testemunhas podem até ajudar a criar uma memória artificial de um acontecimento, mas este ainda parecerá estranho ao sujeito. É importante ressaltar, assim, que a lembrança original deve existir independentemente dos quadros sociais, e que, existindo, ela fatalmente será modificada, corrigida ou deturpada por estes quadros sociais<sup>16</sup>.

Não se faz necessário, agora, entrar nos detalhes específicos da questão da memória em Halbwachs, mas perceber que a partir de seus escritos se desnaturalizou a memória como um fenômeno puramente subjetivo. Além disso, para os fins de utilização da memória como essência da história oral, analisar um ponto específico da teoria de Halbwachs se faz necessária: a força do grupo social como definidor da memória coletiva. Para esse autor “entre o indivíduo e a nação, há muitos outros grupos, mais restritos do que esse que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o

<sup>15</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 16.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 19.



pensamento de seus membros”<sup>17</sup>. Em síntese, os grupos influenciam nas memórias de seus membros e é através deles que ela permanece enquanto lembrança. Fora do grupo hegemônico a memória está fadada ao esquecimento, pois não há um grupo coeso, estável e permanente que lembre aos indivíduos de seu passado. A nação, mesmo estando distante do indivíduo, segundo Halbwachs, é o grupo mais duradouro observável, e por isso há fenômenos que marcam profundamente toda a nação.

Michael Pollak, ao escrever sobre o tema, também comentou sobre a memória coletiva em Halbwachs. Segundo Pollak, Halbwachs “acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo [...]”<sup>18</sup>. Ao contrário do francês, Pollak aponta para as disputas pela memória, de modo a existir sempre a memória oficial, dominante, e memórias “subterrâneas” contrapondo o discurso hegemônico. Mas essa não é uma característica ligada apenas aos estados totalitários, por assim dizer, mas uma característica da contradição entre “grupos minoritários e sociedade englobante”<sup>19</sup>. Relevar essas rivalidades é fundamental quando se quer empreender uma caminhada na história oral e, portanto, se propor a dar voz aos grupos ou indivíduos clandestinos aos centros de poder. Pollak segue seu argumento afirmando que as memórias “subterrâneas”:

Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante<sup>20</sup>.

Os resultados dessas pressões sociais exercidas sobre a memória individual causam o que Pollak chama de “não-dito”, que também devem ser objeto de análise do historiador que trabalha com a memória. Isto, pois, as informações não reveladas por um depoente dão indícios de acordos morais e éticos presentes na sociedade englobante e que afetam o grupo possuidor de determinada memória. Aquilo que uma testemunha é compelida a não dizer -

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>18</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 5.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 6.



mesmo que esta julgue tomar essa ação com base nas suas próprias convicções – revela não só os valores explícitos e externos verificáveis de maneira imediata pelo depoente, mas também os valores implícitos e já inculcados/aceitos pelo próprio indivíduo enquanto verdade consolidada. As fronteiras daquilo que é testemunhado e daquilo que é censurado pelo autor da entrevista podem ser, inclusive, o principal objetivo de análise do historiador, que como foi demonstrado, pode perfeitamente estabelecer relações entre indivíduos e sociedade com base em uns poucos relatos de qualidade, analisados da maneira adequada.

## História Oral

Segundo José D'Assunção Barros<sup>21</sup>, o fazer histórico pode ser classificado de diferentes formas, e algumas confusões originadas dessa tarefa podem ser resolvidas desde que se elenquem os critérios certos para a sistematização. Quando falamos em *dimensões*, referimo-nos as grandes áreas da história, ligadas especialmente as teorias que regem suas problemáticas. Mas as questões também se diferenciam pelos seus *domínios*, ou seja, pelas suas temáticas intrínsecas ou pelo espaço, tempo ou sujeito histórico que decidem investigar. A História Oral pertence as chamadas *abordagens*, que dizem respeito ao tratamento das fontes escolhidas ou são encarregadas de pensar campos de observação possíveis.

A História Oral vem ganhando espaço nos meios acadêmicos de forma progressiva nos últimos anos. Apesar dos inúmeros desafios que permanecem na sua utilização, constitui-se num procedimento metodológico muito singular, e com recompensas notáveis para os resultados das mais variadas pesquisas. Resumidamente, pode-se falar da História Oral como um método interdisciplinar concentrado na construção de fontes, operando através de narrativas induzidas com vistas ao registro da memória. Essa ação metodológica oportuniza a edificação de depoimentos, os quais são a base para a elaboração de diversas versões da história. “Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades”<sup>22</sup>.

No campo historiográfico, a História Oral oferece possibilidades variadas, desde a utilização das entrevistas para a elaboração de histórias de vida, até as focadas em temas

<sup>21</sup> BARROS, José D'Assunção. O campo histórico—considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. *História Unisinos*, v. 9, n. 3, p. 230-239, 2005.

<sup>22</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 16.



específicos, relacionados a eventos dos quais as testemunhas tenham participado ou presenciado. O conhecimento produzido nas entrevistas é duplamente significativo, na medida em que torna visível aspectos da memória relacionados tanto com o passado, como com o presente. Essa característica está ligada a lembrança, ou seja, o exercício voluntário de buscar determinada memória e que - seja pela imprecisão, pelo silenciamento consciente, pela ênfase a um ou outro aspecto, etc – constitui uma memória com o material simbólico não só do passado, mas com as influências conjunturais do presente. Todas essas implicações teóricas relacionadas à memória devem ser relevadas pelo historiador que desejar fazer uso da História Oral, sob pena de cair no puro e simples memorialismo.

As potencialidades da História Oral merecem atenção especial: elas partem do estudo dos grupos ou indivíduos marginalizados pela história (dita) oficial e surgem com enorme força política, abrindo inúmeras possibilidades de temas partícipes da história contemporânea. Segundo Marluza Marques Harres:

[...] estes são aspectos aos quais a história oral brasileira é muito sensível: denunciar, dar visibilidade ou, ainda, oferecer subsídios para o encaminhamento de soluções para os inúmeros problemas sociais presentes em nossa sociedade. [...] A metodologia da história oral tem sido utilizada para investigar nossos problemas mais profundos: como a questão agrária e a luta pela terra, cujas marcas são seculares; a desorganização do espaço urbano e a luta pela moradia, pela saúde e pela educação; o abandono e a dificuldade dos meninos de rua; a precarização e desestruturação do mundo do trabalho; enfim a história oral tem conseguido renovar o estudo desses temas, enriquecendo sobremaneira a compreensão de nossa realidade social<sup>23</sup>.

Além dessa aptidão política, a História Oral ainda apresenta outras questões interessantes, descritas por Delgado<sup>24</sup>, tais como revelar informações de processos históricos que não possuem outros tipos de fontes; mostrar novos temas ou áreas de pesquisa; apresentar outras versões ou hipóteses para fenômenos já analisados; aumentar o leque de fontes para os cruzamentos destas, avançando na busca pela verossimilhança; recuperar memórias locais, regionais, comunitárias ou de grupos étnicos, etc.

<sup>23</sup> HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008. p. 101.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 19.



Por fim, cabe ressaltar algumas limitações da História Oral, também citadas por Lucília de Almeida Neves Delgado<sup>25</sup>: a possibilidade de utilização do método somente para os estudos da história contemporânea; a influência do transcritor e do entrevistador no testemunho; a interferência da conjuntura presente nas opiniões e visões dos entrevistados sobre os fatos do passado; a limitação que a transcrição impõe ao texto, na medida em que não consegue exprimir as imagens e expressões faciais da testemunha; a presença constante da subjetividade no discurso do narrador, etc.

As complexidades de algumas dessas restrições demandam uma análise mais detalhada, em especial as relacionadas à subjetividade e da interferência do contexto presente nas memórias do depoente. A subjetividade, quando se trata de História Oral, seria um problema pois o discurso da testemunha estaria permeado por seus preconceitos e concepções de mundo individuais, não contendo, portanto, legitimidade como fonte histórica. Talvez esse preconceito com a questão da subjetividade na História Oral seja um resquício da história do século XIX, que pregava a neutralidade de seu discurso. Hoje, após todo o século XX de debates no campo historiográfico, parece claro que todo discurso, e, portanto, toda fonte, é política. Até mesmo aqueles documentos oficiais são norteados por interesses, os quais podem ser bem menos ingênuos do que o de um entrevistado em potencial. A fonte, independente do grau de subjetividade que ela carregue, deve ser sempre criticada, comparada, interpretada e explicada. Assim, tanto as fontes oficiais como as concebidas pela História Oral tem o mesmo valor intrínseco: são discursos sobre o passado, mas que devem ser verificados e questionados.

Sobre a influência da conjuntura atual nas memórias dos depoentes, deve-se tomar um cuidado importante. A memória materializada da testemunha inaugura uma temporalidade distinta, isso quer dizer que ela fala sobre acontecimentos do passado, mas utiliza-se de um vocabulário e de referências simbólicas do presente para narrar tais fatos. Por isto, a ênfase do historiador deve ser nos relatos, nas narrativas sobre os fenômenos das testemunhas e não nas suas opiniões sobre os acontecimentos. É claro que toda narrativa está carregada de opiniões, e é por isso que se reafirma, então, aquilo que a pouco se debateu, sobre a importância da crítica às fontes, comparando-as com as diversas outras fontes e com a bibliografia disponível sobre o período.

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 20.



## Usos da Memória e da História Oral na História dos transportes rodoviários

A escrita da História demanda um extremo cuidado com os mais diversos aspectos ligados à fonte, ao tema e o historiador em si. Perceber como as conjunturas interferiram nas fontes, compreender a temática em sua complexidade, e utilizar-se de métodos que diminuam a interferência do contexto presente na escrita não são tarefas fáceis. Trabalhar com uma problemática nova, como é o caso das rodovias e os subtemas que a cercam, implica aceitar o desafio de elaborar novos métodos, pensar novas abordagens, abrir caminho para outras pesquisas. As dificuldades para o historiador que se embrenhar por estes caminhos, literalmente, serão bem grandes pois, segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz:

[...] tudo indica que, para se escrever a história da expansão rodoviária, será preciso que os historiadores usem toda a sua imaginação, buscando fontes, diretas ou indiretas, em variados acervos e suportes documentais (jornais locais, bibliografias e reminiscências escritas, depoimentos orais, fotografias, documentários cinematográficos, etc.)<sup>26</sup>.

A História Oral, por esta razão, constitui-se numa ferramenta indispensável, mas que deve ser utilizada com bastante cuidado. Inicialmente, é importante ter claro a problemática da pesquisa, de que forma ela se relaciona com os transportes rodoviários e se necessita realmente da utilização de fontes orais construídas a partir da memória das testemunhas. Ou seja, o fenômeno analisado não deve ser, do ponto de vista histórico, uma indagação sobre as transformações geográficas ou das características técnicas da construção de uma rodovia. O problema, por mais que envolva a questão dos transportes, deve preocupar-se com as pessoas envolvidas com tudo isto. Como os interesses econômicos e políticos interferem na execução de uma obra rodoviária? De que forma essas obras interferiram nas regiões contempladas com seus benefícios? Quais benefícios uma rodovia determinada trouxe para a região? Que impactos negativos nas populações a rodovia causou? Essas são algumas perguntas possíveis ao pesquisador, dado que o tema das rodovias propicia um leque de opções de pesquisa nos mais diferentes campos da história.

Dessa forma, podem-se elaborar pesquisas voltadas para os antecedentes e para os impactos das construções rodoviárias. Por exemplo, no campo político: as articulações de

---

<sup>26</sup> QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Transportes e comunicações no Brasil: breves considerações sobre as fontes para sua história. Op. cit.



poder envolvidas na construção de uma rodovia, ou os impactos de uma rodovia na emancipação de uma localidade. Nesses casos poder-se-iam entrevistar os líderes políticos da época, seus funcionários, familiares, etc. No que se refere a economia, o estudo dos motivos que levaram a construção de determinada rodovia, visualizando quais eram seus objetivos imediatos; ou as transformações ocorridas após a sua construção, seja no comércio ou na produção agropecuária. Sobre a cultura, a análise dos relatos sobre o cotidiano, e como a rodovia afetou as relações estabelecidas, a proximidade das localidades, etc. Esses são uns poucos exemplos de possibilidades que podem ser exploradas mais pormenorizadamente, com outras abordagens e diferentes teorias da história.

Agora vejamos um exemplo mais concreto, fruto das pesquisas realizadas pelo autor que vos escreve. Com isso, teremos um vislumbre mais claro da aplicação da História Oral para o estudo dos transportes rodoviários. No Rio Grande do Sul, partindo de Porto Alegre até o oeste de Santa Catarina existe hoje uma rodovia federal denominada BR-386 (inicialmente chamada de RS-13), também conhecida por Rodovia Leonel de Moura Brizola. Esta estrada é um dos principais eixos rodoviários do Estado, pois corta boa parte do território rio-grandense interligando diversas regiões com a Capital. Ela começou a ser construída no final da década de 50 e seguiu em obras durante toda a década de 60. Seu idealizador foi o engenheiro Leonel Brizola, Governador do Estado entre 1959 e 1963.

A RS-13 foi uma obra grandiosa que trouxe enormes impactos para as regiões por onde passou. As transformações por ela geradas vão desde a emancipação de diversas cidades até a mudança, em algumas regiões, das atividades produtivas ali desenvolvidas. Ao pensar nas alterações mais imediatas, de modo geral, a utilização das testemunhas orais pode ser muito útil. Nesse sentido, deve-se delimitar um grupo de entrevistados, os quais enquadrem-se na lógica da abordagem feita pelo historiador; por exemplo, ao analisar as mudanças provocadas pela *construção* da rodovia, dando ênfase para esse fato, mas questionando sobre o movimento *antes/depois*, um grupo de entrevistados propício é o de moradores dos entornos das terras perpassadas pela rodovia. Ou seja, aquelas pessoas que, de maneira imediata, foram diretamente afetadas pela rodovia. Nesse caso, ao se pensar as questões da memória, verifica-se que os discursos proferidos por esses moradores é conflitante com a memória oficial, que justifica a obra simplesmente por seus benefícios econômicos. Para os afetados, aqueles que estão nos espaços geográficos periféricos aos pontos de chegada e de partida da rodovia as





memórias são de outra natureza. Ao contrário dos habitantes das zonas urbanas integradas pela estrada, os moradores dos espaços rurais têm muitos pontos negativos a destacar nas obras, com ênfase para as desapropriações e para os constantes acidentes automotivos que infelizmente presenciavam.

## Considerações finais

Ao longo desse texto empenhou-se em dar alguns apontamentos para o estudo dos transportes rodoviários através da História Oral. Assim, ficou demonstrado que os transportes em geral não são uma finalidade em si, para o campo historiográfico, mas sim como estes relacionam-se as práticas humanas. Além disso, buscou-se deixar bastante claro que a metodologia da História Oral é extremamente benéfica para o avanço das pesquisas realizadas dentro da temática, bem como para estudos com outros enfoques. A metodologia, entretanto, só pode ser apropriada se levar em conta as questões da memória e as implicações desta para com a temática em foco (o grupo de entrevistados, as disputas pela memória). Por fim, este trabalho colocou-se desde o início como um texto introdutório, com vistas ao incentivo de novas e variadas pesquisas sobre a temática do rodoviarismo.

## Bibliografia

BARROS, José D. Assunção. O campo histórico—considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. *História Unisinos*, v. 9, n. 3, p. 230-239, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DE SAES, Flavio Azevedo Marques. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Editora Hucitec em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1981.

GOULARTI FILHO, Alcides. A estrada da mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional. *Textos de Economia*, v. 15, n. 2, p. 111-138, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

KOCH, Mirian Regina; SILVEIRA, Silvia Regina Rosário. Transporte interno de cargas: situação atual e perspectivas. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 22, n. 4, p. 322-334, 1995.



MATOS, Odilon. N. de. *Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4 ed. rev. Campinas: Pontes, 1990.

NUNES, Ivanil. Acumulação de capitais e sistemas de transportes terrestres no Brasil. In: QUEIROZ, Paulo R. Cimó; GOULART FILHO, Alcides. *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREGO, ASS. *A memória da pavimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pavimentação, 2001.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Notas sobre a experiência das ferrovias no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 91-111, 1999.

\_\_\_\_\_. Transportes e comunicações no Brasil: breves considerações sobre as fontes para sua história. *América Latina en la Historia Económica*, México, D.F., v. 13-14, n.13-14, p. 115-136, 2000.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó; GOULART FILHO, Alcides. *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.



## Para entender o Islã Político

Felipe Yera Barchi<sup>1</sup>

ABU-RABI, Ibrahim (org.). *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político*. São Paulo: Madras, 2011.<sup>2</sup>

\* \* \*

Lançado em 2011 este livro vem completar duas lacunas: *A primeira* - existente em todo mundo euro-americano - de obras sobre o Islã e mundo árabe escritas por seus próprios interlocutores. É bem conhecida a frase de Karl Marx usada como epígrafe no clássico livro de Edward Said “Eles não podem representar a si mesmos; devem ser representados”; a *segunda* - a da mesma linhagem de obras publicadas em português - embora o número de obras publicadas no Brasil sobre essa temática tenha crescido desde o fatídico 11 de setembro de 2001 e trabalhos acadêmicos especializados estejam numa crescente, estudos sobre Islã e mundo árabe feitos por árabes e muçulmanos ainda são raros. Basta lembrar que entre os autores mais publicados - no Brasil sobre esta temática temos Albert Hourani e Edward Said com ascendência árabe, mas com carreiras consolidadas no Reino Unido e EUA, respectivamente, e Karen Armstrong e Bernard Lewis, sem ascendência árabe e oriundos dos mesmos países.

Editado originalmente em 2010 no Reino Unido em língua inglesa, o livro conta com a perspicácia de Ibrahim Abu-Rabi na seleção dos textos e também na tradução de vários deles (do árabe para o inglês). Detentor da cadeira de Estudos Islâmicos da Universidade de Alberta, Abu- Rabi agregou um corpo de pensadores muito diverso nesta obra, desde militantes como Xequê Umar Abdel Rahman (1938), egípcio radicado nos EUA; Abdullah Azzam (1941-1989), palestino e um dos fundadores do Hamas; Xequê Ali Sadr al-Din al Bayanuni líder da Irmandade Muçulmana na Síria e exilado nas últimas duas décadas na Inglaterra; Fathi Yakan (1933-2009) , líder da Frente de Ação Islâmica no Líbano, à

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). E-mail: [felipeyerabarchi@gmail.com](mailto:felipeyerabarchi@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9147137881055201>.

<sup>2</sup> A tradução do inglês para o português foi realizada por André Oídes. Versão original: ABU-RABI, Ibrahim (org.). *The Contemporary Arab Reader on Political Islam*. London: Pluto Press, 2010.



acadêmicos como Mustafá Abu Sway, professor da Universidade de al-Quds (Jerusalém); Ishaq al-Farhan da Universidade Al-Zarqaa (Jordânia); Muhammad Sa'id Ramadan al-Buti da Universidade de Damasco (Síria) e Jamil Hamami também da Universidade Al-Quds. O livro ainda conta com a contribuição do jurista Abdul Qadir Awdar, do jornalista Yassir Zaatira e de outros intelectuais da Europa ( Yahia Zoubir, Professor da Euromed em Marselha), EUA ( o já falecido Ismail Raji al-Faruqi (1921-1986) ex-professor da Universidade de Temple (Filadélfia) e outros mais do mundo islâmico.

As contribuições dos trinta e cinco autores dividem-se em seis partes: I – Rumo a uma avaliação teórica do islamismo no mundo árabe contemporâneo; II – Islamismo, jihad e martírio; III- Islamismo e a questão de Israel/Palestina; IV- Islamismo contemporâneo: tendências e autocrítica; V – O islamismo, o Ocidente, os Estados Unidos e o 11 de Setembro e VI – O islamismo no mundo árabe contemporâneo.

Lançando-se em temas caros à geopolítica e diplomacia atual, o livro tem o mérito de abrir os olhos do leitor para a multiplicidade e divergência de pensamento dentro do mundo islâmico. Tradicionalmente pintado como atrasado, despótico, monolítico e outras características depreciativas nas mídias ocidentais, surgem destas páginas esclarecimentos religiosos como o *Capítulo 17* de Yusuf Al-Qaradawi: *Extremismo: a acusação e a realidade* no qual o autor defende que o Islã é a religião da moderação. Em suas palavras:

O Islã recomenda a moderação e o equilíbrio em todas as coisas: na crença, no culto, na conduta e na legislação [...] Os textos islâmicos convocam os muçulmanos a exercerem a moderação e a rejeitarem e se oporem a todos os tipos de extremismo: ghuluw (excesso), tanattu' (religiosidade detalhista) e tashdid (severidade, austeridade)<sup>3</sup>.

Dentre a multiplicidade de vozes e ideias presente na obra, também merece destaque os relatos – *Capítulo 5* - de Abdullah Anas sobre seu ingresso na *jihad* afegã contra os soviéticos no início da década de 1980 e a sistematização da doutrina *jihadista* feita por Abdullah Azzam no capítulo seguinte, apresentando quinze ensinamentos deixados pela sua participação na *jihad* afegã. Azzam esboça o roteiro prático de seu engajamento e do apelo proselitista à militância armada.

<sup>3</sup> AL-QARADAWI, Yusuf. Extremismo: a acusação e a realidade. In: ABU-RABI, Ibrahim (org.). *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político*. São Paulo: Madras, 2011.p.205.



Outros temas polêmicos como o uso do véu são abordados. No *Capítulo 4* Muhammad al-Ghazali argumenta que o profeta Maomé nunca ordenou que os rostos das mulheres fossem cobertos e esse hábito nada tem a ver com o culto, mas – em tom de *mea culpa* – adverte “nós muçulmanos apresentamos uma imagem feia e repulsiva do Islã”<sup>4</sup>. Nesse sentido, defende “É bastante aceitável, a partir de uma perspectiva islâmica, que as mulheres trabalhem fora de casa”<sup>5</sup> e ainda ironiza apontando que a ex primeira-ministra israelense Golda Meir “humilhou um grupo de homens árabes de barbas e bigodes na Guerra dos Seis Dias”<sup>6</sup>.

Saindo do lugar comum da belicosidade, animosidade e confrontação, Ahmad Bin Yousuf escreve o capítulo 20 *Os islamitas e o Ocidente: do confronto à cooperação*, começa por diagnosticar que:

A psique ocidental foi traumatizada pela natureza tumultuosa da política na região islâmica: a questão turbulenta e multidimensional da Palestina; a retórica intransigente adotada pela Revolução Islâmica no Irã; a mística por trás da jihad afegã; e o enorme apelo dos movimentos islâmicos no interior de seus respectivos ambientes sociopolíticos – no Líbano, Egito, Sudão, Magrebe árabe, Cisjordânia e Faixa de Gaza, Malásia, Paquistão, Filipinas e assim por diante. Incapaz de decifrar esses fenômenos contemporâneos a partir de seus critérios de autorreferência, o Ocidente respondeu de modo errático e falacioso, frequentemente invocando imagens de clichês enunciados banais. O mundo islâmico foi visto com desprezo como uma região unidimensional incapaz de exportar ideais produtivos ou de ser receptivo a ideias estrangeiras<sup>7</sup>.

Condenando o uso de expressões capciosas como “fundamentalismo” e seletividade jornalística, aponta “Os estudos seletivos imprimem nos leitores o pesadelo alucinatório de reacionários irracionais, em vez de explicar o comportamento muçulmano como uma resposta a injustiças específicas”<sup>8</sup>, assim “incidentes individuais realizados por uma minoria frustrada são relatados como o trabalho de uma força fundamentalista destrutiva. Qualquer um que quebra a lei, e ocorre de ser um muçulmano por identidade, é um fundamentalista”<sup>9</sup>.

<sup>4</sup> ABU-RABI, Ibrahim (org.). *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político*. Op. cit., p.69.

<sup>5</sup> Ibidem, p.70.

<sup>6</sup> Ibidem, p.71.

<sup>7</sup> YOUSUF, Bin. *Os islamitas e o Ocidente: do confronto à cooperação*. In: ABU-RABI, Ibrahim (org.). *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político*. Op. cit., p.237.

<sup>8</sup> Ibidem, p.247.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 240.



No esteio desse debate vale a menção ao primeiro capítulo. Muhammad al-Buti desfaz a ligação automática entre “salafiyyah” e “wahhabi”. Segundo ele, a primeira é uma “fase histórica abençoada” em que a *umma* (comunidade muçulmana) era guiada pelos califas *rashidum* (“bem guiados”). Nunca houve uma escola legal *salafista*, a confusão começa a partir do século XIX, quando no Egito passou-se a utilizar o termo *salafiyyah* descolado de seu cunho teológico e erudito limitado como, por exemplo, em nomes de revistas e editoras. Paralelamente, ganhava corpo na Arábia Saudita a doutrina fundada pelo Xequê Muhammed Ibn Abdul Wahab (1703-1792), ambos movimentos visavam combater superstições e inovações, sobretudo dos místicos e desse modo preferiram o termo *salafiyyah* que remete a primeira comunidade islâmica ao contrário de homenagear a *persona* de Wahab. Tal operação constitui-se um esforço de legitimação, buscando tornar paradigmática a interpretação *wahhabi* – concentrada na Arábia Saudita - acerca da doutrina e tradição islâmica.

O esforço organizativo empreendido por Abu-Abi é enunciado logo nas primeiras páginas “Dentro do universalismo islâmico há unidade, mas não uniformidade”<sup>10</sup>. De fato, a obra consegue abarcar a “unidade” e “multiplicidade” do mundo islâmico. Como também mencionado pelo organizador da coletânea, é preciso “conscientizar as audiências ocidentais de que o Islamismo como um discurso político abarca muito mais do que o fundamentalismo dogmático e a violência terrorista que são abundantes na mídia ocidental”<sup>11</sup>.

Retomando uma ideia de Edward Said, “precisamos compreender as muitas ‘atualidades políticas’ que o ‘retorno ao Islã’ corporifica” (SAID, 1981 apud ABU-RABI, 2011, p. 12). Vale ainda esclarecermos que normalmente tem se usado as palavras “Islã” e “Islamismo” indistintamente no Brasil e em outros países ocidentais. Para Abu-Rabi, assim como para outros intelectuais importantes como Hamit Bozarslan, “Islã” remete a religião, mas também há o significado sobreposto de “civilização islâmica” – os franceses convencionaram “islã” com minúscula para religião e “Islã” com maiúscula para civilização, distinção que não existe na língua inglesa. Já o “Islamismo” de acordo com Abu-Rabi emerge como movimento político em resposta a alguns fatores: de um lado a falha do movimento pan-islâmico do século XIX e parte do XX em alcançar o “*Tanzimat*” (uma espécie de “renascimento”) ocorrido no Império Otomano; “O surgimento de uma nova ordem colonial

<sup>10</sup> ABU-RABI, Ibrahim (org.). *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político*. Op. cit., p. 9.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.9-10.



nos antigos territórios do Império Otomano, que coincidiu com a divisão do mundo árabe moderno entre novos senhores imperialistas (principalmente franceses e ingleses)”<sup>12</sup>; O surgimento dos nacionalismos nos diferentes países árabes (incluindo os do Norte da África) no entreguerras e a ascensão dos EUA após a Segunda Guerra Mundial.

“O Islamismo moderno foi principalmente um produto do sistema capitalista moderno, criado por diversas potências ocidentais ao longo dos últimos séculos”<sup>13</sup>. Immanuel Wallerstein aponta no mesmo sentido: o Islamismo

é simplesmente uma variante daquilo tem acontecido em todos os lugares nas zonas periféricas do sistema mundial. A interpretação básica destes eventos tem de girar em torno da ascensão histórica dos movimentos antissistêmicos, seu aparente sucesso e fracasso político, a consequente desilusão, e a busca por estratégias alternativas. (WALLERSTEIN, 1994, *apud* ABU-RABI (org) p. 13)

O islamismo é também uma resposta a hegemonia europeia. De acordo com Abu-Rabi o sistema mundial capitalista não pode sobreviver sem inimigos externos e assim “o Ocidente” o considera seu principal inimigo. É uma consequência quase natural que as massas muçulmanas afetadas pelas intervenções colonialistas se agrupem sob a bandeira islâmica contra um “inimigo comum”. “O Islamismo nasceu nos mundos árabes e muçulmano a partir do ventre do colonialismo” e representa uma ameaça à seus genitores por desejar a quebra do *status quo* e reivindicar que o Islã seja um “significador mestre”, fator que ampliaria a lacuna conceitual entre a concepção ocidental do mundo e a concepção islâmica.

## Bibliografia

ABU-RABI, Ibrahim (org.). *O Guia árabe contemporâneo sobre o Islã político*. Madras, São Paulo, 2011.

<sup>12</sup> Ibidem, p.12.

<sup>13</sup> Ibidem, p.13.





## **Resenha do livro** ***A cultura no mundo líquido Moderno***

José Fernando Saroba Monteiro<sup>1</sup>

BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013<sup>2</sup>.

\* \* \*

Com seu livro intitulado *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*, no original *Culture in a Liquid Modern World*, Zygmunt Bauman prossegue em 2013 suas análises sobre a modernidade, fazendo uma síntese das características que tomou a cultura desde a era “sólida” até a era “líquida”, bem como sua relação com o “multiculturalismo” e “globalização”.

No primeiro capítulo Bauman procura demonstrar que na atualidade não se firmam mais as antigas distinções entre a elite cultural e o chamado “grande público”, essa hierarquia cultural deu lugar a uma elite diversificada que aprecia tanto a “grande arte” quanto os programas populares de televisão e, “onivoramente”, consome diversas formas de arte, tanto populares quanto intelectualizadas, porém preocupada demais em celebrar o sucesso e outras formas festejadas ligadas a cultura. Descreve também “as peregrinações históricas do conceito de cultura”, desde o Renascimento, passando pela reviravolta causada por Pierre Bourdieu no século XX, chegando até os dias atuais, quando adentra a era “líquida”. Bauman mostra que o conceito de “cultura”, surgido no âmbito rural para incitar a ação agrícola, o arado e a semeadura, também esteve relacionado ao cultivo de almas (*cultura animi*), a interação entre protetores e protegidos, educadores e educados, e ainda esteve relacionado aos ideais iluministas e a construção de uma nação, de um Estado e de um Estado-nação, e ainda a aproximação entre as classes altas e o “povo”, ou seja, entre os que estão na base da sociedade e os que estão no topo. A perda de posição do conceito de “cultura” é resultado de uma série

---

<sup>1</sup> Mestrando em História do Império Português [e-learning] pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE); Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciando em Música pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [jfmonteiro2@hotmail.com](mailto:jfmonteiro2@hotmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5353852205190949>.

<sup>2</sup> Edição original: BAUMAN, Zygmunt. *Culture in a Liquid Modern World*. Cambridge: Polity Press, 2011. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Edição Digital, n.p.



de processos de caracterizam a transformação da modernidade de seu estado “sólido” para seu estado “líquido”, o que Bauman denomina de “modernidade líquida”.

No segundo capítulo Bauman discorre sobre a “moda”, fenômeno social, segundo ele, em constante estado de “devir”. Para Bauman a “moda” funciona como uma válvula que se abre antes que se atinja a conformidade, ela multiplica e intensifica as distinções, diferenças, desigualdades, discriminações e diferenças. Um moto perpétuo que torna-se norma no momento em que se encontra no “mundo socializado”, um aniquilador de inércia. Segundo Bauman, “A moda coloca todo estilo de vida em estado de permanente e interminável revolução”, nesse sentido, “A moda é um dos principais motores do ‘progresso’”<sup>3</sup>. As pessoas, por sua vez, seriam caçadores em busca de uma contínua e ininterrupta variação do próprio *self*, por meio da mudança de costumes, e essa estrada vem a ser para os caçadores uma forma de utopia, uma vida na utopia.

Em seu terceiro capítulo o livro abarca desde a construção dos Estados-nação, em fase “sólida” na era moderna, até o mundo globalizado da atualidade. Primeiramente Bauman procura evidenciar que os Estados-nação tornaram-se menos inabaláveis a medida que começam a ser coagidos e encorajados a abandonar suas aspirações e esperanças. “A medida de ‘funcionalidade’ [...] já não parecia tão inquestionável ou inegavelmente correta”<sup>4</sup>. O impulso da globalização teve papel preponderante no abandono das aspirações dos Estados-nação, que teve como efeito colateral a emergência da natureza inconsistente das fronteiras do sistema. O livro também chama a atenção para a importância da migração em massa durante o período da modernidade e da modernização, uma migração de pessoas em detrimento da migração de povos como o ocorrido em inícios da Idade Média. Bauman divide estas migrações em três fases: A primeira foi a migração de 60 milhões de pessoas da Europa para as “terras vagas”, onde as populações indígenas podiam ser desprezadas ou vistas como inexistentes ou irrelevantes. A segunda vem no sentido inverso, onde algumas das populações nativas, com variados graus de educação e “sofisticação cultural”, seguiram os colonialistas que retornavam à terra natal. A terceira fase das migrações modernas, em pleno curso, introduz a era das diásporas;

<sup>3</sup> BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. p.20.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.28.



Trata-se de um arquipélago infinito de colônias étnicas, religiosas e linguísticas, sem preocupações com os caminhos assinalados e pavimentados pelo episódio imperial/colonial, mas, em vez disso, conduzido pela lógica da redistribuição global dos recursos vivos e das chances de sobrevivência peculiar ao antigo estágio da globalização<sup>5</sup>.

Segundo Bauman, a escala dos movimentos populacionais globais, hoje, é ampla e continua a crescer, entretanto, o que tem ocorrido é que os imigrantes tem se tornado “minorias étnicas”, e essas aglomerações “eticamente estrangeiras” disseminam hábitos das populações locais, causando estranhamento e uma “guetificação” dos “elementos estrangeiros” que, por sua vez, se fecham em círculos próprios. *Pari passu* Bauman aponta uma nova indiferença a diferença, que mostra-se como uma aprovação do “pluralismo cultural”, segundo ele, “A prática política constituída e apoiada por essa teoria é definida pelo termo ‘multiculturalismo’”<sup>6</sup>.

Já no quarto capítulo, o livro inicia com uma discussão em torno da missão das “classes instruídas” (intelectuais *avant la lettre*, sendo que o conceito de intelectuais só tomou forma no século XX), iniciada ainda no Iluminismo e que consistia em duas tarefas: A primeira delas, tinha como meta “esclarecer” ou “cultivar” o “povo”, transformar as entidades desorientadas, desalentadas e perdidas em membros de uma nação moderna e cidadãos de um Estado Moderno, ou seja, a criação de um “novo homem”. Nesse sentido a “educação” foi a viga mestra desta transformação, “a educação era capaz de tudo” e o papel dos educadores era o da “cultura”, no sentido original de “cultivo”, tomando o termo de empréstimo à agricultura. A segunda tarefa consistia em planejar e construir novas e sólidas estruturas que dariam um novo ritmo de vida a massa momentaneamente “amorfa”, ainda não adaptada ao novo regime, ou seja, introduzir uma “ordem social”, “colocar a sociedade em ordem”. “As duas tarefas dependiam da combinação de todos os poderes do novo Estado-nação, econômicos, políticos e também espirituais, no esforço de remodelar corporal e espiritualmente o homem – o principal objetivo e o principal objeto da transformação em curso”<sup>7</sup>. A construção do Estado foi um esforço que exigiu o engajamento tanto de administradores quanto de administrados, o que segundo Bauman não ocorre hoje, onde não há mais um engajamento e o modelo pan-óptico de dominação dá lugar à supervisão e ao autocontrole pelos próprios objetos da

<sup>5</sup> Ibidem, p.29.

<sup>6</sup> Ibidem, p.37.

<sup>7</sup> Ibidem, p.43.



dominação. “As colunas em marcha dão lugar aos enxames”<sup>8</sup>. Bauman ainda argumenta que tendo Deus criado o Homem e o feito andar sobre os dois pés, mandou-o achar o seu próprio caminho e segui-lo, dessa forma, “Em nossa época, foi a vez de a sociedade [...] concordar que o homem fora equipado com ferramentas pessoais suficientes para enfrentar os desafios da vida e administrá-la sozinho – e logo desistir de impor as escolhas e administrar as ações humanas”<sup>9</sup>. Bauman também pondera sobre a aceitação e permanência culturais deixando claro que devemos aceitar todas as proposições como válidas e dignas de escolha, evidenciando ainda que se determinada cultura é tida como valiosa deve ser preservada para a posteridade independentemente de uma comunidade cultural ou da maioria de seus membros.

No seu quinto capítulo, o livro procura demonstrar que a globalização tem agido de forma a desfragmentar as identidades nacionais no contexto da União Europeia, quando desintegra seu antigo abrigo, os alicerces da independência territorial. Para Bauman, a União Europeia não somente preserva as identidades dos países que nela se unem, como procura neutralizar as poderosas pressões que a atingem através do ciberespaço. “Dessa maneira a união também salvaguarda as nações dos efeitos potencialmente destrutivos do longo e permanente processo [...] de separar a trindade formada por nação, Estado e território, tão inseparáveis nos dois últimos centenários”<sup>10</sup>. Entretanto, Bauman destaca que a cultura no contexto da união tem sobrevivido mesmo sem o suporte da trindade nação-Estado-território. Não obstante, a construção nacional tinha por meta a concretização de “Um país, uma nação”, o nivelamento das diversidades étnicas dos cidadãos, por sua vez, os processos civilizadores garantiriam que a diversidade de línguas e o mosaico étnico e cultural não perdurasse por muito tempo, nesse sentido, dentro do Estado-nação culturalmente unido e unificado, “Tudo que fosse ‘local’ e ‘tribal’ era considerado ‘atraso’”<sup>11</sup>. “A prática da construção nacional tinha duas faces: a nacionalista e a liberal”<sup>12</sup>, a primeira era séria e enérgica, a segunda era amigável e benevolente. “As comunidades não viam diferença entre as faces nacionalista e liberal apresentadas pelos novos Estados-nação. Nacionalismo e liberalismo preferiam estratégias diferentes, mas miravam fins semelhantes”<sup>13</sup>. Sem dúvida a globalização tem mais proximidade com a face liberal do Estado-nação, pois o vácuo criado pela globalização

---

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Ibidem, p.46.

<sup>10</sup> Ibidem, p.56.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Ibidem, p.57.



oferece maior liberdade às iniciativas e às ações individuais, notadamente características do liberalismo.

Em seu sexto e último capítulo, o livro destaca o financiamento das artes por parte do Estado, tendo como precursores os franceses que, por sua vez, tinham na figura de Luis XIV um grande incentivador das artes e da educação dos artistas, fundador, em especial, do teatro real, a Comédie-Française. Bauman ressaltava ainda que as primeiras ações, que seriam hoje chamadas de “política cultural”, surgem uns duzentos anos antes da emergência do termo “cultura”. O conceito francês de *culture* [tradução - do francês = cultura], estava relacionado a elite instruída e poderosa e também a promoção do aprendizado, da suavização das maneiras e do refino do gosto artístico. Durante o século XIX, surgem noções como “desenvolvimento e disseminação da cultura”, e “Também neste período, a tradição já estabelecida de responsabilidade do Estado pela cultura foi posta a serviço da construção nacional”<sup>14</sup>, o intuito era endossar o patriotismo e a lealdade a República. Segundo Bauman, “A cultura conferiria prestígio e glória, em âmbito mundial, ao país que patrocinasse seu florescimento”<sup>15</sup>. Através do pensamento de Theodor Adorno, o livro ainda procura estabelecer um paradoxo entre a inata atitude suspeitosa da administração diante da insubordinação e da imprevisibilidade naturais da arte e o desejo dos criadores de cultura de serem ouvidos, vistos e, tanto quanto possível, serem notados, paradoxo esse que para Bauman não tem solução, mas que tem mudado nas últimas décadas, em termos da situação da arte e de seus criadores. Bauman ainda demonstra que este paradoxo está também relacionado a uma lógica de mercado, que, por sua vez, é uma tentativa de atingir o público, prática comum desde os tempos em que a arte era administrada pelo Estado e que, seguindo os critérios do mercado de consumo, preocupam-se com a iminência do consumo, da satisfação e do lucro.

## Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Edição Digital, n.p.

---

<sup>14</sup> Ibidem, p.74.

<sup>15</sup> Ibidem, p.75.



## **Entrevista com o prof. Dr. Francesco Tiradritti** Università Degli Studi Di Enna “Kore”

Entrevista realizada por Keidy Narely Costa Matias<sup>1</sup>

\* \* \*

### **Informações gerais**



O Professor Dr. Francesco Tiradritti é um dos principais egiptólogos italianos; desenvolve pesquisas na área de Arqueologia e detém a concessão para escavação da Tumba de Harwa (TT 37), localizada em Assasif, na margem ocidental de Tebas, no Egito.

A presente entrevista foi realizada via *e-mail* no ano de 2014, pela mestrandia Keidy Matias, sob supervisão da Professora Dra. Marcia Severina Vasques, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A realização da entrevista faz parte das atividades desenvolvidas pelo MAAT – Núcleo de Estudo de História Antiga da UFRN<sup>2</sup>.

\* \* \*

**1 - Keidy Matias (MAAT - NÚCLEO DE ESTUDO DE HISTÓRIA ANTIGA):** *In un'intervista a cura di Sandro Trucco, il signor ha detto che loro studio sull'Antico Egitto fu iniziato mediante una "minaccia" di sua madre. Lei ha detto: "se domani non sai gli egizi, TI MUMMIFICO!". In che senso questa frase ha cambiato la tua vita?*

### **Tradução da pergunta:**

Em entrevista concedida a Sandro Trucco, o senhor disse que seu estudo acerca do Egito Antigo se iniciou mediante uma “ameaça” de sua mãe. Ela disse: “se amanhã não souberes de Egito, EU TE MUMIFICO!”. Em que sentido essa frase mudou a sua vida?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *E' vero. La mia passione per l'Egitto è iniziata proprio così. Mia madre era insegnante di scuola elementare e si trovò a sostituire la mia maestra proprio*

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN); estudante pesquisadora da Cátedra UNESCO Archai, da UnB; integrante do MAAT - Núcleo de Estudo de História Antiga da UFRN. E-mail: [keidylmatias@gmail.com](mailto:keidylmatias@gmail.com). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0964579124081053>.

<sup>2</sup> Site do Núcleo de Estudo de História Antiga da UFRN: <http://www.cchla.ufrn.br/maat>.



*quando dovevamo studiare gli egiziani. A casa non feci i compiti e il giorno dopo mia madre, che se ne era accorta, mi interrogò. Visto che io non sapevo cosa rispondere, mi disse che se il giorno dopo non li avessi studiati mi avrebbe mummificato. I miei compagni si misero a ridere e quella è la prima volta che mi sono vergognato davvero in vita mia. Credo che da allora io non abbia fatto altro che cercare di dimostrare a mia madre che ho studiato gli egiziani.*

### **Tradução da resposta:**

É verdade. A minha paixão pelo Egito começou dessa forma. Minha mãe era professora de escola primária e teve de substituir a minha docente logo quando tivemos de estudar os egípcios. Eu não fiz a tarefa de casa e minha mãe, que não havia percebido, um dia depois me fez perguntas. Quando percebeu que eu não sabia responder, me disse que se no dia seguinte eu ainda não tivesse estudado seria mumificado. Os meus colegas começaram a rir e aquela foi a primeira vez que me senti envergonhado na vida. Creio que desde então eu não tenho feito outra coisa senão tentar demonstrar para a minha mãe que eu estudei os egípcios.

**2 - Keidy Matias/MAAT:** *Guidato da Alessandro Roccati, avete fatto una tesi intitolata “Il discorso propagandistico ramesside attraverso lo studio delle stele reali della XX dinastia”. Racconta su questo lavoro.*

### **Tradução da pergunta:**

Orientado por Alessandro Roccati, o senhor escreveu uma tese intitulada *O discurso propagandístico ramessida através do estudo das estelas reais da XX Dinastia*. Conte-nos acerca desse trabalho.

**Dr. Francesco Tiradritti:** *La mia tesi era uno studio sulle modalità in cui la cancelleria reale di epoca ramesside diffondeva informazioni che il sovrano riteneva importanti. L’approccio ai testi geroglifici era di tipo semantico e sono riuscito a scoprire molte cose sul modo di pensare degli egiziani di quell’epoca. Sono riuscito a identificare, per esempio, un vero e proprio atteggiamento di razzismo contro le popolazioni libiche da parte delle genti della Riva occidentale di Tebe.*





## **Tradução da resposta:**

A minha tese foi um estudo sobre como a chancelaria real da época ramessida difundia as informações que o soberano considerava importantes. A abordagem dos textos hieroglíficos foi de tipo semântico e eu fui capaz de descobrir muitas coisas sobre o modo de pensar dos egípcios daquela época. Fui capaz de identificar, por exemplo, um verdadeiro caso de racismo contra a população líbia por parte das pessoas da margem ocidental de Tebas.

**3 - Keidy Matias/MAAT:** *Il signor ha studiato e lavorato con Sergio Donadoni e Alessandro Roccati, conosciuti egittologi italiani. Qual è l'importanza di loro per la sua formazione?*

## **Tradução da pergunta:**

O senhor estudou e trabalhou com Sergio Donadoni e Alessandro Roccati, conhecidos egiptólogos italianos. Qual a importância deles para a sua formação?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *L'influenza che ha avuto Donadoni sulla mia preparazione egittologica è enorme. E' uno studioso che è arrivato a penetrare la vera essenza della civiltà faraonica. Ogni sua lezione che ho seguito e ogni conversazione che ho avuto con lui anche in anni recenti è stata fonte di continua ispirazione. Di Roccati non mi sento di dire nulla di particolare.*

## **Tradução da resposta:**

A influência que tive de Donadoni sobre a minha preparação como egiptólogo é enorme. Ele é um estudioso que penetrou na verdadeira essência da civilização faraônica. Cada lição sua que eu segui e cada conversa que eu tive com ele, mesmo nos anos mais recentes, são uma fonte contínua de inspiração. De Roccati eu não diria nada de especial.

**4 - Keidy Matias/MAAT:** *Il signor è professore alla Università degli Studi di Enna "Kore". Quali progetti sono realizzati per voi in questa università?*

## **Tradução da pergunta:**



O senhor é professor da Università degli Studi di Enna “Kore”. Quais projetos são realizados pelo senhor nesta universidade?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *Insegno alla Kore di Enna dall'anno scorso e perciò è presto per parlare di risultati. Posso dire che quella che occupo che è la prima cattedra di egiptologia in Sicilia e che spero di coinvolgere la Kore nelle mie ricerche archeologiche ed epigrafiche a Luxor. Mi piacerebbe, in un futuro, portare i miei studenti sullo scavo, come già faccio con quelli di alcune università americane e ho intenzione di fare con quelli dell'UFRJ.*

### **Tradução da resposta:**

Ensino na Kore de Enna desde o ano passado e por isso é muito cedo para falar em resultados. Posso dizer que a cátedra que ocupo é a primeira de egiptologia na Sicília e que espero envolver a Kore nas minhas pesquisas arqueológicas e epigráficas em Luxor. Gostaria, no futuro, de levar os meus alunos para as escavações, como já faço com alunos de algumas universidades americanas e tenho a intenção de fazer com os da UFRJ.

**5 - Keidy Matias/MAAT:** *Il signor studia la Tomba di Harwa, il grande maggiordomo della Divina Adoratrice di Amon a Tebe. Come è nato il suo interesse per gli scavi archeologici e perchè Harwa?*

### **Tradução da pergunta:**

O senhor estuda a Tumba de Harwa, supremo intendente das divinas adoradoras de Amon em Tebas. Como nasceu o seu interesse pelas escavações arqueológicas e por que Harwa?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *Il mio interesse per la Tomba di Harwa è nato da uno studio della versione del Capitolo 146 del Libro dei Morti iscritta nella tomba del Grande Maggiordomo della Divina Adoratrice Sheshonq. Avevo cominciato a lavorare in quel monumento come membro della missione archeologica dell'Università di Roma diretta da Donadoni. Sheshonq era il più recente tra i monumenti funerari ” della XXV e XXVI dinastia scavati nella piana dell'Assasif e i miei studi mi hanno invece condotto a lavorare su quello di Harwa che è il più antico. Quando ho iniziato a lavorarvi nel 1995 era inesplorato e in rovina. Dopo quasi*



*vent'anni i nostri scavi iniziano a dare i primi risultati alcuni dei quali, per esempio, ho di recente pubblicato su Egyptian Archaeology.*

### **Tradução da resposta:**

O meu interesse pela Tumba de Harwa nasceu de um estudo da versão do Capítulo 146 do *Livro dos Mortos*, escrita na tumba do grande intendente das Divinas Adoradoras, Sheshonq. Comecei a trabalhar naquele monumento como membro da missão arqueológica da Università di Roma, dirigida por Donadoni. Sheshonq era o mais recente entre os monumentos funerários da XXV e XXVI dinastias escavados em Assasif, os meus estudos me levaram a trabalhar no de Harwa, que era mais antigo. Quando eu comecei a trabalhar lá em 1995, estava inexplorado e em ruínas. Depois de quase vinte anos as nossas escavações começaram a dar os primeiros resultados, alguns dos quais, por exemplo, recentemente publicados na *Egyptian Archaeology*.

**6 - Keidy Matias/MAAT:** *Come stanno gli studi di egittologia in Italia dopo la rivoluzione in Egitto?*

### **Tradução da pergunta:**

Como estão os estudos de egiptologia na Itália depois da revolução no Egito?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *Non c'è stato un gran cambiamento negli studi di egittologia in Italia dopo la rivoluzione in Egitto. Tra gli egittologi attivi in questo momento in Italia stimo molto Paolo Gallo, professore all'Università degli Studi di Torino. Abbiamo però bisogno di un maggiore impegno sul campo e una maggiore professionalità. Confido molto nei miei studenti di Enna.*

### **Tradução da resposta:**

Não houve uma grande mudança nos estudos de egiptologia na Itália depois da revolução no Egito. Entre os egiptólogos ativos neste momento na Itália, tenho muita estima por Paolo Gallo, professor da Università degli Studi di Torino.



Necessitamos de mais empenho nos canteiros de escavação e de um maior profissionalismo. Confio muito nos meus estudantes de Enna.

**7 - Keidy Matias/MAAT:** *È possibile calcolare i danni archeologici derivati dalla rivoluzione?*

**Tradução da pergunta:**

É possível calcular os danos arqueológicos advindos da revolução?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *L'indebolimento del potere della polizia successivo alla rivoluzione ha provocato un aumento del degrado in molti siti archeologici derivato soprattutto dall'espansione di abitati, campi e cimiteri. Questo processo era però già in atto da decenni e le autorità egiziane lo combattevano ancora prima che scoppiasse la rivoluzione. Così come i furti delle antichità. I siti che sono oggetto di ruberie oggi lo erano anche ieri. La maggiore trasparenza derivata dall'ottenimento di una maggiore democrazia ha portato ad avere una maggiore conoscenza di furti e danneggiamenti contro i monumenti. Questa piaga è però ingigantita dai mezzi di stampa e da alcune persone che cercano di trarre vantaggio nel mostrare al mondo una situazione che molto più tragica di quello che è in realtà. Si prenda, per esempio, il caso dei cosiddetti reperti rubati che compaiono in filmati diffusi da alcuni giornalisti su internet. Molte di questi oggetti sono falsi, anche se nessuno si prende poi cura di verificare se sono veri o no.*

**Tradução da resposta:**

O enfraquecimento do poder policial depois da revolução provocou um aumento na degradação em muitos sítios arqueológicos, derivado, sobretudo, da expansão dos assentamentos, campos e cemitérios. Esse processo, no entanto, já existe há décadas e as autoridades egípcias já combatiam antes mesmo do início da revolução, assim como o roubo de antiguidades. Os sítios são alvos de assalto tanto hoje quanto ontem. A maior transparência derivada da obtenção de uma maior democracia levou a um maior conhecimento dos roubos e dos danos contra os monumentos. Essa praga, no entanto, é aumentada pela mídia e por algumas pessoas que procuram tirar vantagem da situação, mostrando ao mundo uma situação muito mais trágica do que é na realidade. Tomemos, por exemplo, o caso



dos artefatos roubados que apareceram em filmagens de jornalistas difusas pela *internet*. Muitos daqueles objetos são falsos, embora ninguém se preocupe em verificar se são verdadeiros ou não.

**8 - Keidy Matias/MAAT:** *Che cosa diresti a chi sogna di scavare in Egitto?*

**Tradução da pergunta:**

O que o senhor diria aos que sonham em escavar no Egito?

**Dr. Francesco Tiradritti:** *Prima di tutto uno deve chiedersi con molta onestà cosa spera di trovare scavando in Egitto. Un'altra tomba di Tutankhamon? Allora è meglio che il sogno rimanga tale. Se però si vuole scavare per conoscere sempre meglio questa affascinante cultura, dico di cercare di realizzare il proprio sogno. In Brasile sono in contatto con la dottoressa Claudia Carvalho, direttrice del Museu Nacional di Rio de Janeiro, che sta facendo un lavoro strepitoso sulle mummie della Tomba di Harwa. Prima di lei era venuta sullo scavo Cintia Alfieri Gama, una studentessa del Professor Brancaglione. Come si può vedere la strada per venire a scavare in Egitto è già aperta....*

**Tradução da resposta:**

Antes de tudo é preciso saber honestamente o que se espera encontrar escavando no Egito. Outra tumba de Tutankhamon? Se assim for, é melhor que permaneça um sonho. No entanto, se deseja escavar para conhecer melhor esta fascinante cultura, digo que procuro realizar esse sonho. No Brasil, estou em contato com a Dra. Claudia Carvalho, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que está fazendo um grande trabalho nas múmias da Tumba de Harwa. Antes dela, tinha chegado na escavação uma estudante do professor Brancaglione, Cintia Alfieri Gama. Como se pode ver, o caminho para escavar no Egito já foi aberto...